

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ANGLÍSTICOS



**CONVERGÊNCIA DE VISÕES NA FUNDAÇÃO DE UM PAÍS:**

**BENJAMIN FRANKLIN E THOMAS JEFFERSON**

Mário Correia Alves

Doutoramento em Estudos Ingleses e Americanos  
Especialização em Estudos Norte-Americanos

2009

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ANGLÍSTICOS



**CONVERGÊNCIA DE VISÕES NA FUNDAÇÃO DE UM PAÍS:**

**BENJAMIN FRANKLIN E THOMAS JEFFERSON**

Orientado pela Prof. Doutora Teresa Cid

Mário Correia Alves

Doutoramento em Estudos Ingleses e Americanos  
Especialização em Estudos Norte-Americanos

2009



## NOTA PRÉVIA

Não me seria possível concluir satisfatoriamente esta tese de doutoramento sem mencionar um conjunto de pessoas que me deram uma grande força de vontade, assistência e apoio moral para alcançar um tal desiderato.

Em primeiro lugar quero expressar os meus agradecimentos à Prof. Dra. Teresa Cid, minha orientadora, pela ajuda e disponibilidade demonstradas, e pelo alento dado nos bons e maus momentos.

Parte da investigação para esta tese incluiu também uma viagem a Washington, D.C., à Biblioteca do Congresso e à Universidade de Georgetown, locais que me proporcionaram um conjunto de recursos muito importantes para a elaboração deste trabalho. Os Institutos de Estudos Americanos das Universidades de Coimbra e do Porto, para além do Instituto de Cultura Americana da Universidade de Lisboa, foram outros centros que me proporcionaram uma série de recursos úteis para este trabalho.

Quero também expressar os meus agradecimentos a diferentes familiares e colegas de profissão, que souberam demonstrar interesse e espírito de entajuda para que conseguisse levar a bom porto esta tarefa.

## RESUMO

Palavras-chave: Benjamin Franklin; Thomas Jefferson; Autobiografia; Revolução Americana; Declaração da Independência; Puritanismo

Esta tese de doutoramento tem como objectivo central o estudo do papel desempenhado por dois dos mais conhecidos pais fundadores americanos, Benjamin Franklin e Thomas Jefferson, na construção de um país como os Estados Unidos da América, incidindo de forma especial numa das áreas em que mais se notabilizaram estas duas personalidades americanas, ou seja, o seu cultivo do género autobiográfico. Constituindo este um registo fundamental do processo de construção do novo país americano, faz-se um estudo comparativo entre as Autobiografias de Franklin e de Jefferson, e da sua relevância no contexto do movimento independentista americano.

A introdução é dedicada maioritariamente ao estado da arte, incluindo as obras mais recentes sobre esta temática existentes nos Estados Unidos e Portugal.

A primeira parte do trabalho é dedicada ao contexto histórico-político da época de emergência do novo país que deseja fundar-se como nação, o século XVIII, não esquecendo também a vertente social e religiosa desse período que foi o mais rico do Iluminismo americano. O segundo capítulo versa o género autobiográfico, abordando-o primeiramente em termos gerais e depois incidindo, mais especificamente, sobre a autobiografia americana do século XVIII. No terceiro capítulo da tese efectua-se a abordagem das Autobiografias propriamente ditas de Franklin e de Jefferson, não sem incluir um sub-capítulo sobre a Declaração da Independência americana. Na conclusão é feita uma súmula comparativa das duas personalidades focadas nesta tese, Benjamin Franklin e Thomas Jefferson, terminando este trabalho com uma bibliografia subdividida em primária e secundária.

## ABSTRACT

Keywords: Benjamin Franklin; Thomas Jefferson; Autobiography; American Revolution; Declaration of Independence; Puritanism

This Ph.D. thesis has as its central object the study of the role performed by two of the most important American Founding Fathers, Benjamin Franklin and Thomas Jefferson, on the occasion of the formation of the United States of America. It also wishes to discuss the notable way in which they used the autobiographic genre. Arguing that this genre offers a unique way to register the building process of the new American country, a comparative study is done between the Autobiographies of Franklin and Jefferson, and their relevance to the American independence movement.

The introduction of this work deals with the state of the art, including the most recent works on this theme in the United States and Portugal.

The first chapter covers the historic-political context of the appearance of the new nation, in the 18<sup>th</sup> century, not forgetting the social and religious aspects of this period, the richest of the American Enlightenment.

The second chapter deals with the autobiographic genre, first in general terms and then focusing on the American autobiography of the 18<sup>th</sup> century.

The third part of this work covers the Autobiographies of Franklin and Jefferson, including a sub-chapter about the American Declaration of Independence.

In the conclusion there is a comparative summary of the two personalities who are the object of this thesis, Benjamin Franklin and Thomas Jefferson. This work ends up with a bibliography subdivided in primary and secondary.

# ÍNDICE

Introdução.....	1
1. Contexto histórico, político e social .....	14
2. A Autobiografia.....	77
2.1. Introdução.....	77
2.2. Autobiografia Americana do século XVIII.....	112
3. Duas escritas complementares: Benjamin Franklin e Thomas Jefferson.....	142
3.1. Benjamin Franklin.....	142
3.2. Thomas Jefferson.....	189
3.3 A Declaração da Independência.....	225
Conclusão.....	288
 Bibliografia	

## INTRODUÇÃO

A fundação dos Estados Unidos em 1776 tem sido objecto de interesse e de estudo a nível internacional, sendo a Revolução Americana uma das mais importantes da história da humanidade, tanto pelo acontecimento em si mesmo como pelas consequentes revoluções democráticas que vieram a ter lugar mais tarde a nível mundial. Dois dos maiores artífices da emergência da nova nação foram indiscutivelmente Benjamin Franklin e Thomas Jefferson que se notabilizaram, entre outras áreas, no campo da literatura. De entre as obras que imortalizaram estes dois autores figuram a Autobiografia de Franklin e também a de Jefferson, este o principal autor da Declaração de Independência de 1776.<sup>1</sup>

Muita atenção foi dedicada em meios académicos, principalmente americanos, aos contributos literários destes dois fundadores dos Estados Unidos, no caso em apreço, Benjamin Franklin e Thomas Jefferson. Contudo, a grande maioria dos estudos realizados tem tratado individualmente a obra de cada um deles, não sendo privilegiada a vertente de um estudo comparativo das duas Autobiografias. Penso que um estudo desta época tão rica da humanidade ficaria incompleto sem uma abordagem conjunta das obras autobiográficas de Benjamin Franklin e de Thomas Jefferson, e da sua relação com o movimento independentista americano.<sup>2</sup> Assim, o objecto de estudo desta tese é a análise comparativa do género autobiográfico em Franklin e Jefferson, e a sua relevância na construção e na afirmação dos Estados Unidos da América como nação.

---

<sup>1</sup> As Autobiografias referidas são registo do processo de construção de um país, e também instrumento de consolidação deste como nação.

<sup>2</sup> Ao usar ao longo deste trabalho o termo “americano” estou a referir-me aos Estados Unidos da América, apesar de, em rigor, ele poder abarcar outras zonas do continente onde este país se situa.

A razão da escolha destas duas figuras prende-se com a importância que assumiram durante o período revolucionário americano, o paralelo que se pode traçar entre as suas obras e a emergência de um novo país, e o empenho que manifestaram no processo de consolidação de âmbito nacional. Este último aspecto justifica que dois dos maiores representantes do Iluminismo no Novo Mundo tivessem colocado o género autobiográfico no centro da expressão literária americana. Este facto tem repercussões até aos dias de hoje em que, por exemplo, a *Autobiografia* de Franklin continua a ser dos livros mais lidos até no estrangeiro, e daí a sua importância como obra básica para o estudo da independência americana. De entre os mais de cinquenta signatários da Declaração da Independência de Filadélfia, Jefferson (o autor principal deste documento chave) e Franklin tornaram-se figuras emblemáticas que perduraram para a posteridade.

As consequências da revolução independentista dos Estados Unidos tiveram repercussões no tempo e no espaço, e fizeram-se sentir a curto prazo na velha Europa ainda assolada por tendências conservadoras e autoritárias. Podemos afirmar que um movimento tão actual como o da cidadania democrática, por exemplo, bebeu as suas origens na Revolução Americana, que também influenciou revoluções posteriores na França, na Alemanha, na Rússia, etc.

Outra razão para duas figuras como Franklin e Jefferson serem objecto deste estudo relaciona-se com o facto de a minha dissertação de mestrado ter versado Alexis de Tocqueville e o federalismo americano. A época em que o autor de *Democracia na América* visitou os Estados Unidos (1830) teve as suas origens inquestionavelmente no século XVIII, aquando da formação do novo país americano (1776-1787). Configura-se, assim, como que uma espécie de regresso às origens, através da análise dos trabalhos autobiográficos de Franklin, inicialmente publicado em França em 1791 e só depois nos Estados Unidos, e de Jefferson publicado em 1821.

No que diz respeito à relação entre as autobiografias destas personalidades históricas e a independência americana, foram publicados na última década, e primeira do novo milénio, algumas obras de inegável interesse, especialmente nos Estados Unidos. O que existe de momento em Portugal, e a que consegui ter acesso, são apenas um número reduzido de trabalhos, em que se exprime tanto o acordo de uns como desacordo de outros em relação aos Pais Fundadores tratados nesta tese.

As autobiografias de Benjamin Franklin e de Thomas Jefferson não estão suficientemente tratadas entre nós, a despeito da proeminência dos seus autores na cultura americana e mundial. Apesar de haver nos Estados Unidos muitos trabalhos individuais sobre Thomas Jefferson e Benjamin Franklin, não é, conforme acima referido, privilegiado o estudo comparativo das suas autobiografias, o que justifica, quanto a mim, a oportunidade deste trabalho no campo dos Estudos Americanos.

Em Portugal há algumas teses e dissertações que tratam temas directa ou indirectamente relacionados com os abordados neste trabalho, sobretudo nas vertentes dos estudos de autobiografia e identidade. Primeiramente há a salientar a dissertação de mestrado de 2001, *Valores Americanos: Continuidade e Mudança*, da autoria de Maria Alice de Oliveira Pais, incluindo um largo capítulo dedicado a Benjamin Franklin. Merecem ainda menção os seguintes: a tese de doutoramento de Isabel Correia Pedro dos Santos, de 1998, intitulada “*Presumptuous Thing! As Mulheres e a Autobiografia na Literatura Inglesa*”, e que consiste numa abordagem do género autobiográfico com incidência no feminino; a dissertação de mestrado de 1994, da autoria de Maria de Fátima Calado Meireles, intitulada *Entre dois Universos Culturais: o Conceito de Identidade no Discurso Autobiografado de Laurinda de Andrade*, que trata os vários conceitos de identidade; e a dissertação de mestrado de 2001, intitulada *Escritores Puritanos Menores: Reflexos do Modo de Vida Ascético e do Panorama Social na*

*Escrita Colonial*, de Alice Manuela Martins Alves de Sousa, que versa a influência do puritanismo sobre a poesia americana dos séculos XVII e XVIII; quanto ao tema da autobiografia em Portugal, a obra merecedora de maior destaque é, sem dúvida, *Máscaras de Narciso: Estudos sobre a Literatura Autobiográfica em Portugal*, de Clara Crabbé Rocha, publicada em 1992; na área específica da História dos Estados Unidos, há a salientar, de 2003, a dissertação de mestrado designada *A Segunda Emenda à Constituição Americana*, da autoria de Maria Hermengarda da Rocha Santos.

No que concerne a artigos publicados em Portugal sobre Benjamin Franklin, Jefferson e autobiografia em geral, a sua quantidade também é exígua: de Teresa Cid, há a destacar “The Life and Times of a Poor Richard That Made Good”, publicado nas *Actas do XX Encontro da Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos* de 1999, realizado na Póvoa de Varzim; de Maria de Fátima Meireles, existe o artigo “Vozes Autobiográficas Luso-Americanas: Mitos e Confrontos de dois Universos Culturais”, incluído em 1998 na revista do *Centro de Estudos Americanos* da Universidade Aberta; “Autobiografia – a Autocanonização do Sujeito”, de Isabel Pedro dos Santos, está incluído na obra de 1994, *O Cânone nos estudos Anglo-Americanos*, coordenada por Isabel Caldeira; o estudo “The Jefferson of Henry Adams”, de Joseph Mullin, foi publicado nas *Actas do XIV Encontro da APEAA* de 1993, que decorreu em Coimbra; finalmente, de Doris Friedensohn, existe o artigo “What’s in it for Women: Re-reading Franklin’s “Autobiography” in the 1980’s”, publicado em 1987 nas *Actas do VIII Encontro da APEAA*, que teve lugar em Coimbra.

Viriato Soromenho Marques tem dedicado várias obras a temática próxima da aqui discutida. Em 2008, publicou *O Regresso da América. Que Futuro Depois do Império?*, acompanhado de um estudo detalhado do sistema eleitoral americano. O autor assinou também, em 2003, a introdução da tradução portuguesa de *O Federalista*, de

Alexander Hamilton, James Madison e John Jay. Ainda publicou, em 2002, *A Revolução Federal: Filosofia, Política e Debate Constitucional na Fundação dos Estados Unidos*, seguindo-se-lhe, em 1995, *A Era da Cidadania: de Maquiavel a Jefferson*.

Quanto a obras e artigos recentes sobre a matéria em apreço publicados nos Estados Unidos, há uma diferença assinalável, pois, como é compreensível, este tema encontra-se ligado literária e historicamente à génese da nação americana. Há, por exemplo, uma notável quantidade de livros sobre Jefferson tratando as várias facetas que o notabilizaram, e em 2008 foram publicadas três obras relativas a este autor. Alan Crawford escreveu *Twilight at Monticello: the Final Years of Thomas Jefferson*, uma visão inédita dos derradeiros anos de Jefferson, desde o regresso a Monticello em 1809 até à sua morte em 1826. Kevin Hayes publicou *The Road to Monticello: The Life and Mind of Thomas Jefferson*, que trata do desenvolvimento do pensamento de Jefferson desde a sua infância, além de conter um capítulo dedicado à Autobiografia. Nathalie Bober foi a autora de *Thomas Jefferson: Draftsman of a Nation*, uma biografia dedicada a um público adolescente, em que são incluídas as várias facetas da personalidade de Jefferson, tanto públicas como privadas. No ano precedente, Cheryl Harness publicou *Thomas Jefferson*, livro incluído numa colecção destinada aos leitores mais novos. Em 2006, de Oliver Van Demille, apareceram *A Thomas Jefferson Education: Teaching a Generation of Leaders for the 21<sup>st</sup> Century* e, também, de Anthony Brandt, *Thomas Jefferson Travels: Selected Writings, 1784-1789*. No primeiro trabalho o autor alerta para a importância da educação, típica em Jefferson e noutros Pais Fundadores, como condição necessária para a continuação da liberdade na nação americana. Em 2005, R. B. Bernstein publicou a biografia *Thomas Jefferson*, em que é dada ênfase aos ideais democráticos do autor da Declaração da Independência. No ano de 2003, os autores

Joyce Appleby e Arthur Schlesinger publicaram, conjuntamente, *Thomas Jefferson: the 3rd President, 1801-1809*. Em 2002 há a destacar duas obras sobre Thomas Jefferson, uma escrita por Joseph Ellis, *Founding Brothers: The Revolutionary Generation*, e a outra escrita por dois dos maiores biógrafos de Jefferson, Dumas Malone e Merrill Peterson, *Thomas Jefferson: a Brief Biography*.

Em relação aos livros existentes sobre Benjamin Franklin, a quantidade não é menor, antes pelo contrário. Em 2009, foi reeditada em versão digital a obra de John T. Morse *Benjamin Franklin – An Honest and Complete Biography*, de 1898. Durante o ano de 2008 foram publicados dois trabalhos importantes sobre Franklin: *Benjamin Franklin Unmasked: On the Unity of His Moral, Religious, and Political Thought*, escrito por Jerry Weinberger, em que o desenvolvimento moral, social e político de Franklin é analisado à luz da sua Autobiografia, e *Benjamin Franklin and the Politics of Improvement*, de Alan Houston, que explora o pensamento social e político de Franklin e a sua relevância na identidade americana. No ano precedente, Jack Fruchtman Jr. escreveu *Atlantic Cousins: Benjamin Franklin and His Visionary Friends*, obra que se concentra nas diferentes personalidades que influenciaram Franklin em diferentes épocas da sua vida. O ano de 2006 assistiu ao aparecimento da obra de James Green e Peter Stallybrass, *Benjamin Franklin – Writer and Printer*, focada na carreira de Franklin como escritor, tipógrafo e editor. Em 2005 foram divulgados vários trabalhos dedicados a Franklin: assim, o historiador Gordon Wood publicou *The Americanization of Benjamin Franklin*, em que é salientada a trajectória da vida do “símbolo da América”; J. A. Leo Lemay iniciou a publicação de uma trilogia sobre Franklin, *The Life of Benjamin Franklin, Volume I: Journalist, 1706-1730*, volume que abarca a vida do jovem Franklin até ao seu casamento em 1730; Philip Dray escreveu *Stealing God’s Thunder: Benjamin Franklin’s Lightning Rod and the Invention of America*, em que o

autor utiliza a evolução da curiosidade científica de Franklin como metáfora para a fundação dos valores americanos; e Paul Zall compôs uma obra sobre a vertente humorística do autor, chamada *Benjamin Franklin's Humor*. Outras biografias houve sobre Franklin publicadas em anos anteriores, como em 2002, *The First American: The Life and Times of Benjamin Franklin*, de H. W. Brands, que enfatiza as vertentes de pensador e de político de Franklin. No ano de 1956, Carl Van Doren publicou talvez a biografia mais exaustiva de todas, *Benjamin Franklin*, uma coletânea de todo o material relativo a Franklin que o autor pôde encontrar. Para além das obras acima referidas, existe todo um acervo de várias publicações dedicadas a um público infantil, ou noutros suportes gráficos como a banda desenhada

No que concerne a artigos sobre os dois autores tratados neste trabalho, apareceu na Primavera do ano em curso “Micah 6:8 in the Literature of the American Founding Era: A Note on Religion and Rhetoric”, da autoria de Daniel Dreisbach e, em 2005, “A New Republican Order, Letter by Letter”, de Barbara Oberg, os quais colocam a ênfase respectivamente no discurso religioso e epistolar. Em 2002 foi publicado, da autoria de Steven Hamelman, o interessante texto “Autobiography and Archive: Franklin, Jefferson, and the Revised Self”, o único estudo comparativo que me foi dado encontrar sobre as duas obras autobiográficas em questão.

Quanto a textos sobre Benjamin Franklin publicados recentemente nos Estados Unidos, foi possível encontrar um bom número deles. Por exemplo, em 2008 surgiu “Benjamin Franklin: Philosopher of Progress”, de Jerry Weinberger, tendo aparecido no mesmo ano, da autoria de Paul Giles, “Antipodean American Literature: Franklin, Twain and the Sphere of Subalternity”. Em 2000, pela pena de David Morgan, surgiu “Benjamin Franklin: Champion of Generic Religion.” Nestes artigos a autobiografia só é abordada de uma forma tangencial.

Existem também alguns artigos relacionados com a Autobiografia de Franklin, embora não sejam já de uma época tão recente, à exceção do publicado em 2007 sob o nome de “Polite Mentors and Franklin’s ‘Exquisite Pleasure’: Sociability, Prophylaxis, and Dependence in the Autobiography”, por Joseph Chaves, e que traça uma abordagem anti-patriarcal da Autobiografia frankliniana. Assim, em 1999, Bety Kushen publica “Three Earliest Published Lives of Benjamin Franklin, 1790-93: the Autobiography and Its Continuations” e Edward White “Urbane Bifocals: the Federalist Sociology of Franklin’s Autobiography”. Em 1995, de John Cawelti, apareceu “Who Named Franklin’s Autobiography?”, e em 1990 surgiu um artigo de Ada Van Gastel, “Franklin and Freud: Love in the Autobiography”. Um pouco antes, em 1988, Joseph Fichtelberg publicou “The Complex Image: Text and Reader in the Autobiography of Benjamin Franklin” e em 1980, da autoria de Robert Sayre apareceu “Autobiography and the Making of America.” Finalmente, o texto “Autobiography and America” de James Cox, datado de 1971, também trata em certa medida a obra clássica de Franklin.

Relativamente ao principal autor da Declaração da Independência americana, Thomas Jefferson, houve também uma certa profusão de textos sobre a sua pessoa. Em 2008, destacou-se o artigo “Spreading Progress: Jefferson’s Mix of Science and Liberty” da autoria de Robert Faulkner. No ano precedente, pela mão de Arthur Scherr, surgiu “Thomas Jefferson’s Nationalist Vision of New England and the War of 1812”. Em 2006, Fred Greenstein escreveu “Presidential Difference in the Early Republic: The Highly Disparate Leadership Styles of Washington, Adams and Jefferson”.

Quanto à Autobiografia de Jefferson, os artigos e livros que consegui encontrar são em menor número. Susan Imbarrato publicou em 1998, “Declarations of Independency in Eighteenth-Century American Autobiography,” que inclui um capítulo

sobre a análise comparativa das autobiografias de John Adams e de Jefferson. Nesse mesmo ano surgiu o texto “‘To Declare Them a Free and Independent People’: Race, Slavery and National Identity in Jefferson’s Thought” do especialista jeffersoniano Peter Onuf, abordando de uma maneira constante a Autobiografia de Jefferson. Outro trabalho importante embora mais afastado no tempo, pois data de 1978, é o artigo de James Cox intitulado “Jefferson’s *Autobiography*: Recovering Literature’s Lost Ground”, em que é realizado um estudo mais aprofundado da Autobiografia de Jefferson.

Apesar da muita publicação recente dedicada a estes autores, verifica-se, no entanto, o afirmado anteriormente, ou seja, a escassez (ou mesmo ausência) de trabalhos que adotem uma perspectiva comparatista de Jefferson e Franklin.

O capítulo primeiro deste trabalho contextualiza a época que presenciou as maiores movimentações relacionadas com a independência americana, a segunda metade do século XVIII. Serão tratadas as vertentes histórica, cultural, política, económica e religiosa do novo país que se quer a nova nação. Um dos períodos mais interessantes da história americana foi, sem dúvida, o da implantação do novo país chamado Estados Unidos e do sistema democrático a ele estreitamente associado. As décadas que precederam 1776, data da Declaração de Independência, assim como as que se lhe seguiram, ficaram registadas para todo o sempre na memória da nação americana, facto que ainda hoje colhe os seus frutos no que concerne o orgulho americano e o seu desenvolvimento como nação soberana.

A independência das treze colónias americanas significou muito mais do que uma mera soberania política. Esta tomada de consciência, juntamente com o corte das influências conservadoras provenientes da Europa, deu origem a uma psicologia nacional, afinal a génese do nacionalismo americano. O factor nacionalista coexistiu

sempre com a Declaração da Independência, numa época oitocentista em que o racionalismo e a ciência destronaram as crenças tradicionais na ordem estabelecida, embora a tradição calvinista americana tivesse moderado os ímpetus mais fortes das mudanças que se faziam sentir, mudanças essas que ainda hoje se podem verificar no poderio americano.

O ano de 1776, e aqui deve ser mencionado o livro *1776*, da autoria de David McCullough, marcou uma ruptura com toda a ideologia dos séculos XVII e XVIII, e muitos traços da vida colonial britânica, não desaparecendo, tornaram-se mais flexíveis no novo país. No campo religioso, o autoritarismo teológico deixou de exercer o seu domínio nas mentes dos americanos, facto que ainda hoje perdura com a existência de uma miríade de grupos religiosos. Por outro lado, no aspecto económico assistiu-se a uma passagem do mercantilismo estatal para um sistema de *laissez faire*. Esta mudança da América colonial para uma América independente foi, a bem dizer, o resultado de uma assimilação e racionalização de 150 anos, acrescida das ideias fortes de um Iluminismo que, ao atravessar o Atlântico, adquiriu características distintas daquelas prevalentes no velho continente. Podemos dizer que os patriotas adeptos da independência americana eram filhos do Iluminismo, todos eles optimistas, confiantes e com ânsia de vencer.

À riqueza de ideias do século XVII sucedeu-se uma certa esterilidade ideológica no século seguinte, com pouca produção digna de registo histórico. A época oitocentista europeia explicou e codificou de uma maneira nova o pensamento do século anterior ou, dito de outra forma, o Iluminismo do século XVIII concluiu o que fora iniciado durante o século anterior. (Nye, 1963: 4)

O Iluminismo americano apareceu tardiamente e, dentro do seu carácter eclético, pode dizer-se que foi um movimento genuinamente americano, apesar de

todas as influências britânicas e europeias que se fizeram sentir. O isolamento relativo das colónias do Novo Mundo, e mais tarde da nova República americana, foi um factor decisivo no desenvolvimento dos modos de pensamento da época. A distância entre as duas margens do Atlântico fez com que as ideias europeias do século XVII e grande parte do século XVIII tivessem o seu maior impacto em solo americano apenas a partir do último quartel desse século, sob circunstâncias completamente diferentes do sucedido no Velho Continente. Este desfasamento temporal traduziu-se, por exemplo, no facto de patriotas americanos como Jefferson, Paine, Hamilton, Franklin e Adams se depararem com princípios e teorias de cinquenta a cem anos de idade, aplicáveis noutro tempo e noutro lugar, misturados por vezes com as mais recentes ideias provenientes da Europa. Enquanto Locke, Newton e Voltaire eram avidamente lidos pelos americanos, na mesma altura a Europa tomava conhecimento dos escritos de Rousseau, de Goethe, de Wordsworth e de Schiller. Além disso, os pensadores americanos adaptavam os ideais iluministas recentemente adquiridos às condições específicas do seu próprio país, o que equivale a dizer que a relevância de John Locke e dos radicais franceses não era a mesma, longe disso, nas duas margens do Atlântico.

O segundo capítulo dedica-se ao repensar do género literário autobiográfico, na vertente da autobiografia em geral e na da autobiografia americana do século XVIII, e que conduzirá à análise das autobiografias de Franklin e de Jefferson, objecto central deste estudo. É dada uma perspectiva sobre o percurso da autobiografia através do tempo e sobre algumas das definições do género autobiográfico, bem como das várias teorias que o caracterizaram. As diferenças entre autobiografia, cartas e diário ocupam um espaço importante neste capítulo. A obra *Confissões* de Santo Agostinho é alvo de um especial realce devido à importância que representa para a literatura ocidental. As autobiografias de Cellini, Cardano e Santa Teresa de Ávila, todas do século XVI, são

referenciadas com algum detalhe. O século XVIII assistiu ao florescer da autobiografia moderna e ao próprio conceito de autobiografia, ocupando por essa razão um lugar destacado neste capítulo. A abordagem da autobiografia americana é efectuada em duas vertentes. A primeira debruça-se com algum pormenor sobre as obras de pendor espiritual, características da era puritana, representadas aqui pelas autobiografias de Thomas Shepard, Increase Mather e Jonathan Edwards. À medida que o fervor do início do puritanismo se vai esvaindo, e as influências do Iluminismo se fazem sentir cada vez mais intensamente, surgem autobiografias de carácter mais laico, aqui abordadas nas pessoas de John Adams e de John Woolman. As obras de Benjamin Franklin e de Thomas Jefferson também são tratadas neste estudo comparativo, tendo em mente a ideia de transição para o capítulo seguinte.

O terceiro capítulo deste estudo debruça-se sobre as obras autobiográficas propriamente ditas de Benjamin Franklin e de Thomas Jefferson, dois dos maiores representantes do Iluminismo em solo americano, havendo um subcapítulo dedicado à Declaração da Independência de 1776, que teve em Jefferson o seu principal autor. A *Autobiografia* de Franklin apresenta-se sob a forma de uma carta escrita originariamente ao seu filho William Temple. Traça, de um certo modo, paralelismos entre a experiência do autor e a Revolução Americana e é considerada um clássico da literatura dos Estados Unidos. O ambiente puritano e o crescente afastamento na direcção de um deísmo mais independente são dos aspectos mais importantes tratados nesta obra. Há um optimismo permanente que perpassa esta autobiografia, cujo ponto negativo consiste talvez em Franklin deixar sem qualquer menção os últimos trinta anos da sua vida. A *Autobiografia* de Jefferson enfatiza o lado público do seu autor, ao contrário da obra de Franklin. Jefferson trata em detalhe, e muito justamente, a Declaração da Independência, mas a sua obra é muito mais do que a narração do acto independentista americano.

É dado realce à autobiografia como memória de um percurso histórico e político, em que o terceiro presidente se ocupa em detalhe de temas como a escravatura e os acontecimentos que originaram a Revolução Francesa, da qual foi testemunha directa nos seus primórdios. Uma subparte deste capítulo é dedicada inteiramente à Declaração da Independência de 1776. Neste subcapítulo é efectuada uma análise pormenorizada do documento, da sua génese, e das possíveis fontes que lhe possam ter dado origem. As influências principais consistiram, entre outras, no filósofo inglês John Locke, e também, segundo alguns autores, nos filósofos do Iluminismo escocês.

A última parte do trabalho consiste numa conclusão, em que são reenquadrados de uma forma sucinta os pontos mais relevantes tratados neste estudo e, acima de tudo, os seus intervenientes principais, Benjamin Franklin e Thomas Jefferson. Através de um resumo comparativo destas duas figuras da história e da literatura americana, tenta-se aquilatar da importância de cada um relativamente à construção da nova nação chamada Estados Unidos, à qual os seus nomes ficaram eternamente ligados. Finalmente, é feita uma chamada de atenção quanto à contemporaneidade dos ideais destes pais fundadores americanos e a sua relevância para futuros trabalhos na área de Estudos Americanos.

## **1 – Contexto histórico, político, social e cultural da época da emergência da nação americana**

A Revolução Americana resultou da disputa entre dois povos possuidores da mesma língua, do mesmo ódio à arbitrariedade governamental e do mesmo ideal de liberdade sob o imperativo da lei. Ocorreu no império que mais se distinguiu no século XVIII pelo grau de liberdades políticas, religiosas e económicas concedidas aos seus colonos de além-mar. Esta rebelião foi dirigida principalmente contra medidas de um Parlamento que ficou conhecido como a mãe de todos os Parلامentos, e teve lugar durante o reinado de um monarca que respeitou escrupulosamente os limites constitucionais impostos à Coroa pelo poder legislativo. Os patriotas americanos revoltaram-se contra um governo cuja autoridade, quinze anos antes da Declaração da Independência, tinham ajudado a consolidar através do continente americano. E, paradoxo não menos importante, esta rebelião aconteceu num período em que os filósofos europeus tentavam iluminar os déspotas reinantes, e não o povo, para a emergência de uma nova era de progresso.

No ano de 1763, com o fim da *Guerra dos Sete Anos* e a vitória sobre a França, o Império Britânico parecia ser uma entidade bastante integrada. A interdependência mútua entre a metrópole e as colónias fora reforçada pelos *Navigation Acts*, leis que, instituídas em 1651, restringiram ao máximo a participação estrangeira no comércio entre a Grã-Bretanha e as suas colónias. Embora estas leis mantivessem os colonos americanos numa certa subserviência, deram-lhes contudo um considerável espaço de manobra, podendo dizer-se que a economia americana de meados do século XVIII apresentava uma série de modelos avançados de intercâmbio comercial.

A sociedade colonial americana era essencialmente de classe média, com raros extremos de riqueza e de pobreza. Os salários apresentavam-se geralmente superiores aos europeus, e o desemprego era algo desconhecido entre a população apta para o trabalho. A situação dos escravos negros, especialmente nas colónias do sul, deteriorara-se progressivamente, mas fora um ou outro protesto da parte de algum *Quaker*, religião que apoiava o fim da escravatura, a estabilidade reinava ao longo da generalidade dos territórios do Novo Mundo, ainda que, como refere Walter Berns, houvesse grandes diferenças entre as regiões situadas mais a sul e as do norte:

Slavery and its vestiges prevented the industrialization or “commercialization” of the Southern economy, with the result that not until our own time did Georgia begin to resemble Massachusetts and Atlanta, Boston. To a far greater extent than the other regions of the country, the South remained rural – in its economy, its life, and its tastes – and, in doing so, retained some of the elements of a world not so obviously driven by a Hobbesian fear of violent death and not so keen about its complement, the right of self-preservation; in short, a less comfortable and less prosaic world. (Berns, 1987: 96)

Como reflexo do progresso social e económico colonial, surgiram instituições políticas detentoras de um certo grau de sofisticação em relação às suas congéneres europeias. As assembleias coloniais do Novo Mundo, criadas através de cartas régias originalmente com o intuito de ratificar decisões sobre impostos, iniciaram no fim do século XVII um movimento limitativo do poder da Coroa e dos governadores seus representantes. Em 1763, essas assembleias tinham-se transformado em pequenos parlamentos com poderes legislativos acrescidos, incluindo o de cobrar impostos, e a autoridade emanava da vontade da população, pois a câmara baixa de qualquer colónia americana era escolhida por sufrágio popular. Apesar das restrições ao sufrágio serem

consideráveis, uma grande quantidade da população branca masculina tinha direito de voto nas treze colónias americanas. Isto não impediu, porém, que essas instituições fossem dominadas pelas elites sociais e económicas de cada uma das treze colónias.

Outro factor importante a ter em conta, relacionava-se com a autonomia vivida nos territórios fundados na América pelos imigrantes anglo-saxónicos. Ao longo de várias décadas, com a Grã-Bretanha e a França envolvidas numa luta sem quartel pela hegemonia imperial, os dirigentes políticos americanos tinham sido deixados entregues a si mesmos. Consequentemente, floresceu uma quantidade apreciável de autonomia local, e qualquer esforço no sentido de restaurar a autoridade imperial encontrou resistência, quando não aspirações a uma completa independência da metrópole inglesa.

Do ponto de vista social e económico, há muito que os territórios americanos se encontravam preparados para a independência. Do ponto de vista cultural, os colonos americanos começaram a sentir-se diferentes dos ingleses, algo novo na experiência mundial. No entanto, a Revolução Americana foi principalmente um fenómeno político, desencadeado em resposta à interferência do Parlamento britânico nos assuntos americanos após 1763. Esta intromissão legislativa constituiu uma séria ameaça à autonomia das assembleias coloniais e à das suas elites dirigentes.

A Grã-Bretanha, sob a governação do rei George III e do seu primeiro ministro William Pitt, atingiu em 1763 um nível de poder comparável ao do Império Romano, tal era o seu domínio sobre diferentes territórios dispersos pelo globo. John Miller comentou assim os aspectos de um tal poder:

In 1763, Great Britain attained a height of power and dominion which led many Englishmen to conclude that a new Roman Empire had been brought into being through the genius of William Pitt and the valor of British arms.

France and Spain, united by the Family Compact, had been decisively defeated and a large part of North America and India had been brought under British control. A period of “prosperity and glory unknown to any former age” seemed to be opening for Great Britain and her colonies. Yet those Englishmen who in 1763 regarded themselves as the heirs of Rome soon perceived a new and highly disquieting resemblance between Britain and Rome: the British Empire seemed about to go the way of the Roman Empire. It appeared probable that the same generation of Englishmen which saw the empire reach its highest point of grandeur would be the witness of its decline and fall. So swiftly did fortune turn that William Pitt, who had brought Great Britain to the zenith, died in the House of Lords fifteen years later in one of England’s darkest hours. (Miller, 1962: 3)

Até poucos meses antes da Independência Americana, em 4 de Julho de 1776, qualquer ideia nesse sentido era rejeitada pela maioria da população das colónias. Era verdade que a partir do fim da *Guerra dos Sete Anos*, em 1763, crescera lentamente uma oposição contra as iniquidades da governação inglesa. Mas os dirigentes oposicionistas americanos não se cansavam de frisar que o objectivo das suas denúncias devia-se tão só, e apenas, à má política governativa de Londres, e nunca a veleidades independentistas, consideradas até caluniosas por esses mesmos patriotas.

As colónias americanas da época viviam numa grande rivalidade inter-regional, senão mesmo inter-pessoal, o que podia ser corroborado pelos registos de tribunais locais. As cartas ao editor dos jornais de então eram férteis em denúncias que hoje podíamos considerar despiciendas, enquanto clérigos de diferentes religiões se digladiavam em lutas sem quartel destinadas a angariar novos membros. No entanto, Julian Boyd foi de opinião que a identidade Americana apareceu bem cedo:

For at least half a century the colonists, having achieved virtual autonomy in governing themselves through their representative assemblies, had increasingly begun to think of themselves as Americans. There were, to be sure, wide and ineradicable economic, social, and religious differences between one colony and another and between one region and another. But even difference and diversity multiplied and strengthened the bonds of unity so subtly as to pass almost unnoticed. With Swedes on the Delaware, Dutch on the Hudson, Germans in Pennsylvania, Salzburgers in Georgia, Swiss in North Carolina, Huguenots in the north and south, and Scotch-Irish everywhere – all save those from Africa brought hither by the promise of anew beginning or by dictates of conscience – this diverse people was being prepared from the outset to demonstrate the immensely unifying force inherent in its extension of hospitality to those of differing origins and cultures. (Boyd, 1974: 543-544)

As rivalidades não impediram Benjamin Franklin de tentar uma união entre as diferentes colónias em 1754, projecto que ficou conhecido pelo nome de *Albany Plan*, que visava somente uma união imperial, sem qualquer intenção independentista. O seu autor considerou, na altura, ser este o desafio da sua vida:

Now, if you were to pick out half a Dozen Men of good Understanding and Address, and furnish them with a reasonable Scheme and proper Instructions, and send them in the Nature of Ambassadors to the other Colonies, where they might apply particularly to all the leading Men, and by proper Management get them to engage in promoting the Scheme; where, by being present, they would have the Opportunity of pressing the Affair both in publick and private, obviating Difficulties as they arise, answering Objections as soon as they are made, before they spread and gather Strength in the Minds of the People, &c., &c. I imagine such a Union might thereby be made and established: For

reasonable sensible Men, can always make a reasonable Scheme appear such to other reasonable Men, if they take Pains, and have Time and Opportunity for it.<sup>3</sup>

Infelizmente, o sonho precoce de Franklin não foi bem sucedido, mas foi dado um passo importante para a futura luta independentista que culminaria em 4 de Julho de 1776. O plano foi enviado às diferentes assembleias para aprovação, devendo seguir posteriormente para o rei e o Parlamento em Londres. Por uma ou outra razão, as colónias americanas não conseguiram alcançar um consenso sobre este magno problema no Congresso de Albany, em Nova Iorque. Franklin chegou à conclusão de que seria impossível uma união colonial sem uma efectiva pressão da pátria mãe. Alison Olson comentou assim esta proposta:

The Albany Congress of 1754 drew up a plan to unite the American colonies under a federal government. This plan was a link between the Confederacy of New England and the Articles of Confederation; it was also the last major plan for federal union prepared by the colonists themselves before 1763, when the overhaul of the British imperial system made federation under British hegemony unattractive to them. Furthermore, since many features of the plan of union were embryonic in the “Short Hints” Benjamin Franklin drew up for the Congress, the Albany Plan provided Franklin admirers with a superfluous demonstration of the great man’s versatility. For these reasons historians have studied extensively the conception and preparation of the plan, while they have overlooked the reasons for its rejection. (Olson, 1960: 22)

Dentro das próprias colónias, havia diferendos entre as várias secções, casos de Newport em relação ao resto da Nova Inglaterra, ou da parte leste de Connecticut

---

<sup>3</sup> Carta endereçada por Franklin a James Parker em 20 de Março de 1750.

face à parte ocidental deste território. Um visitante inglês, ao viajar pelas colônias americanas em 1760, concluiu o seguinte: “were they left to themselves, there would soon be civil war from one end of the continent to the other.” (Morgan, 1992: 6) Apesar da existência destas divisões acentuadas, havia também muito em comum entre os colonos do Novo Mundo. Todos eram de ascendência inglesa, exceptuando os grupos de proveniência escocesa-irlandesa, os alemães vivendo em partes da Pensilvânia, os descendentes de, entre outros, os holandeses e suecos do vale do Hudson e Delaware e, bem entendido, o meio milhão de escravos africanos espalhados pelas diferentes colônias, em especial nas do sul. Note-se que, como refere Frederick Jackson Turner a propósito dos escoceses-irlandeses, a imigração de origem exterior à Inglaterra tinha a sua relevância:

But it was in Pennsylvania that the center of Scotch-Irish power lay. “These bold and indigent strangers, saying as their excuse when challenged for titles that we had solicited for colonists and they had come accordingly,” and asserting that “it was against the laws of God and nature that so much land should be idle while so many Christians wanted it to work on and to raise their bread,” squatted on the vacant lands, especially in the region disputed between Pennsylvania and Maryland, and remained in spite of efforts to drive them off. (Turner, 1996: 104)

Todavia, para a grande maioria dos americanos, que consideravam a Inglaterra ainda a sua *casa*, ser inglês estava associado a um passado histórico rico em liberdade. Essa tradição de liberdade proveio dos anglo-saxões, foi interrompida pela conquista normanda de 1066, e finalmente recuperou a sua totalidade durante a Revolução de 1688, quando o rei James II foi deposto. Todo o período da história inglesa subsequente à fundação das colônias americanas, acabou por ser apropriado

pelos habitantes destas últimas, que se consideravam os guardiães da verdadeira tradição histórica inglesa, uma tradição de liberdade. Porém, esta estrela libertadora tinha começado há muito a empalidecer devido às forças do obscurantismo e da corrupção reinantes em Londres. James Otis, advogado patriota de Massachusetts, viu assim os antecedentes históricos do pensamento constitucional inglês:

Liberty was better understood and more fully enjoyed by our ancestors before the coming in of the first Norman tyrants than ever after, till it was found necessary for the salvation of the kingdom to combat the arbitrary and wicked proceedings of the Stuarts. [...] it is a fact as certain as history can make it that the present civil constitution of England derives its original from those Saxons who...established a form of government in [England] similar to that they had been accustomed to live under in their native country...This government, like that from whence they came, was founded upon principles of the most perfect liberty. The conquered lands were divided among the individuals in proportion to the rank they held in the nation, and every freeman, that is, every freeholder, was a member of their Witan Moot or Parliament...or, which was the same thing in the eye of the constitution, every freeholder had a right to vote at the election of members of Parliament, and therefore might be said, with great propriety, to be present in that assembly either in his own person or by representation. (Otis *apud* Bailyn, 1992: 80-81)

Com a excepção da colónia de Maryland, onde prevaleceu o catolicismo, e alguns luteranos de origem alemã, a religião maioritária dos descendentes dos ingleses era o protestantismo na sua versão calvinista. Um outro denominador comum da maior parte da população americana da época tinha a ver com o facto de ela obter os seus rendimentos a partir da terra. Apesar de existir uma forte actividade comercial nalgumas cidades como Filadélfia, Nova Iorque e Boston, a grande maioria da população vivia da

terra por si cultivada, além de ser proprietária dessa mesma terra. Esta posse da propriedade foi talvez o que melhor distinguiu os americanos de meados do século XVIII que, ao contrário do Velho Mundo, não se encontravam divididos de uma forma dramática entre ricos e pobres. Exceptuando o caso dos escravos africanos, a sociedade americana da época desconhecia os desequilíbrios inerentes ao feudalismo prevalentes ainda nas terras europeias.

A posse da terra possibilitou uma independência económica e também política aos colonos americanos. Em qualquer colónia disposta a juntar-se à Revolução, podia ser encontrada uma assembleia representativa, destinada principalmente a legislar e cobrar impostos, eleita pela maioria da população, uma vez que essa maioria era formada por proprietários. O americano médio gozava também de um privilégio importante, ser membro do Império Britânico, o maior poder jamais visto pela civilização ocidental. E em 1763, esse Império tinha acabado de vencer o seu mais sério rival, a França, na *Guerra dos Sete Anos*. Acima de tudo, os colonos americanos desfrutavam da vantagem de não serem praticamente atormentados pelo Império britânico, e muitos deles passaram uma vida inteira sem darem pela presença de funcionários da Coroa. Os representantes das colónias eram nomeados pela Coroa com directivas específicas, mas nem sempre essas directrizes eram cumpridas.

Os governadores coloniais pareciam deter poderes superiores aos do próprio monarca inglês. A maioria desses governadores era formada por ingleses nativos, muitas vezes desconhecedores dos assuntos do outro lado do Atlântico. Contudo, possuíam uma certa dose de autoridade no que se referia à vida quotidiana da população do novo continente. Como mandatários pessoais do rei, eram responsáveis pela promulgação das normas parlamentares e coloniais, incluindo os já mencionados *Navigation Acts*, reguladores do comércio entre a pátria-mãe e os territórios

ultramarinos. Na qualidade de comandantes chefe da polícia local, os governadores tinham por missão superintender a defesa militar e o recrutamento de tropas. Sendo a sociedade americana oitocentista uma sociedade agrícola, outro poder importante consistiu na doação de terras, mediante aprovação do conselho colonial que, como câmara alta do legislativo, se assemelhava à Câmara dos Lordes britânica. Além desta série de poderes executivos, o governador colonial detinha certas funções legislativas, entre as quais as de convocar ou dissolver a legislatura, marcar novas eleições e recomendar nomeações para o conselho colonial.

Muitos habitantes do Novo Mundo consideraram estes poderes superiores aos exercidos pelo monarca da Grã-Bretanha. Mas seria mesmo assim? Segundo o historiador Edmund Morgan, a prática era bastante diferente da teoria. O representante inglês não dispunha de fundos para dirigir o governo, podia somente contar com o que era cobrado na assembleia legislativa. Também era certo haver grandes conflitos com os membros da assembleia, no caso de serem vetadas leis desejadas por estes últimos. Se os poderes dos governadores coloniais não fossem utilizados moderadamente, a gestão governamental podia ser conduzida a um beco sem saída. (Morgan, 1992: 9)

Além dos governadores nomeados pelo monarca inglês, os únicos agentes imperiais presentes em solo americano eram os que tinham por missão implementar os *Navigation Acts*. Estas leis foram aprovadas pelo Parlamento britânico com o fim de regulamentar o comércio colonial, onde a produção de matérias-primas se destinava exclusivamente à pátria-mãe, ao passo que só esta podia vender os bens manufacturados às colónias. Produtos como tabaco, arroz e peles podiam ser apenas exportados para a Inglaterra ou outras partes do Império. Por outro lado, as colónias americanas só podiam adquirir produtos europeus através da Inglaterra.

As referidas leis destinavam-se a promover a saúde económica do Império em geral, e da metrópole em particular. Estas restrições impostas aos territórios americanos não foram prejudiciais, uma vez que o livre jogo das forças económicas teria produzido o mesmo resultado. No continente americano, os recursos naturais, em particular o solo, eram imensos, o que os tornava baratos, ao mesmo tempo que o trabalho era escasso, por isso caro. Sendo a situação do Velho Continente exactamente o contrário da das colónias americanas, para estas tornou-se vantajoso vender matérias-primas e comprar produtos manufacturados. Quer isto dizer que, algumas décadas antes de 1776, nem os *Navigation Acts*, emanados do Parlamento de Londres, chegaram a perturbar seriamente a paz das colónias, nem os seus habitantes se incomodaram minimamente por não terem nenhum representante na assembleia magna inglesa.

Pelo menos, havia uma virtude no sistema, ou falta de sistema, anteriormente mencionado, e essa virtude consistia na prosperidade geral extensiva à metrópole e às colónias, fruto de algo muito caro ao mundo anglo-saxónico de então, a liberdade. O Império Britânico era ineficiente, mas a prosperidade e a liberdade dos seus membros eram inquestionáveis. Juntamente com os colonos americanos, o povo inglês atribuía à liberdade a virtude fulcral da sua Constituição não escrita. O factor explicativo destes bons resultados foi atribuído à combinação de monarquia, aristocracia e democracia, personificadas respectivamente na Coroa, na Câmara dos Lordes e na Câmara dos Comuns. Desde a fundação da primeira colónia americana em Jamestown, na Virgínia, os termos da referida equação passaram por várias mudanças. Uma das mudanças mais importantes foi, sem dúvida, a Revolução de 1688, quando a autoridade do rei James II deu lugar à do Parlamento inglês, especialmente a Câmara dos Comuns. Durante o século XVIII, foi considerado ponto assente que a liberdade inglesa dependia

da supremacia do poder do Parlamento sobre o da Coroa, e George III estava ciente disso ao aceder ao trono em 1760.

Os colonos do Novo Mundo aplaudiram o reforço do poder legislativo inglês, e uma das razões prendeu-se com o facto de eles próprios se encontrarem envolvidos numa experiência semelhante. Enquanto o Parlamento londrino aumentou o seu poder em detrimento do poder real, as assembleias coloniais ganharam terreno e conseguiram domesticar os governadores ingleses, do mesmo modo que o Parlamento subjogou o monarca britânico. Como exemplo do que acaba de ser dito, as colónias da Nova Inglaterra livraram-se do novo governo imposto pelo rei James, ao mesmo tempo que restauraram as assembleias temporariamente suspensas. No espírito colonial, a supremacia do Parlamento associara-se à supremacia das assembleias americanas, pois ambas instituições representavam a liberdade inglesa, onde as leis eram elaboradas com o consentimento dos governados.

As mudanças de poder na metrópole inglesa não afectaram seriamente as relações com as suas colónias. Isto explicou-se principalmente pelo facto de os colonos americanos se regerem pelas suas próprias leis, com a excepção dos regulamentos comerciais impostos pelo Parlamento. Um aspecto difícil de entender para os habitantes dos territórios americanos prendia-se com o facto das ordens provenientes da Coroa, devido à supremacia do Parlamento, não serem apenas dadas em nome do monarca, mas também do poder legislativo. Enquanto essas directivas fossem dadas através dos governadores, os colonos sabiam como contornar tais dificuldades; o grande problema punha-se a partir do momento em que o Parlamento britânico começasse a legislar directamente para as possessões do Novo Mundo. Neste caso, os americanos teriam de começar a colocar sérias questões quanto à natureza da liberdade de que tinham sido usufrutuários.

Ao terminar a *Guerra dos Sete Anos*, em 1763, os ingleses pensavam estar a pagar demasiados impostos. Embora fossem a nação mais próspera do mundo de então, o fim da guerra, com a aquisição do Canadá e da parte oriental do Vale do Mississipi, aumentou sobremaneira a dívida nacional. Se acrescentarmos a isto o envio de mais dez mil tropas para a defesa dos novos territórios, era fácil constatar a necessidade do lançamento de mais impostos às colónias americanas. No entanto, Sir Robert Walpole, primeiro-ministro inglês de 1721 a 1745, sempre se esquivou astutamente a tal medida, afirmando: “I will leave that for some of my successors, who may have more courage than I have.” (Walpole *apud* Morgan, 1992: 15)

George Grenville, nomeado primeiro-ministro e também secretário das Finanças britânico em 1763, pareceu ter a coragem que faltava a Sir Walpole. Em 1764, o Parlamento aprovou o *Sugar Act*, elaborado à semelhança de outras leis alfandegárias, mas desta vez com o objectivo expresso de gerar dinheiro para a Coroa, uma vez que os constrangimentos anteriores tinham apenas permitido uma arrecadação mínima dos impostos. Benjamin Franklin, numa carta escrita de Filadélfia ao botânico *Quaker* Peter Collinson, datada de Abril de 1764, opôs-se ao *Sugar Act* nos seguintes termos económicos:

I think there is scarce anything you can do that may be hurtful to us, but what will be as much or more to you. This must be our chief security, for interest with you we have but little: the West Indies vastly outweigh us of the Northern Colonies. What we get above a Subsistence, we lay out with you for your Manufactures. Therefore what you get from us in Taxes you must lose in Trade. The Cat can yield but her skin. As you must have the whole Hide, if you first cut Thongs out of it, 'tis at your own Expende. The same in regard to our Trade with the foreign West Indian Islands. If you restrain it in any

degree, you restrain in the same Proportion our Power of making Remittances to you. (Franklin *apud* Wright, 1986: 160-161)<sup>4</sup>

Os colonos cedo se aperceberam da importância da cobrança de impostos, pois tinham testemunhado as lutas entre as suas assembleias e os governadores reais, assim como os combates entre o Parlamento e a Coroa britânicos. Para a população, tanto das colónias como da pátria-mãe inglesa, o corpo legislativo distinguia-se pelo seu poder exclusivo de tributação, ao contrário do monarca, que não detinha essa prerrogativa. David Lovejoy comentou assim o *Sugar Act*, que culminaria na independência americana doze anos depois:

Besides levying a threepence tax on each gallon of molasses imported into the colonies from the foreign West Indies and imposing duties on several other imports, the Sugar Act explicitly directed that forfeitures and penalties imposed by the act and by any of the earlier laws of trade were recoverable at the election of the informer or prosecutor in a court of record or a colonial admiralty court. Any doubt entertained heretofore, owing to the “obscurity, if not inconsistency,” of the 1696 act, that admiralty courts could try violations of the Navigation Acts was now laid to rest. What is more, in order to put admiralty justice clear of the pressure of colonial common-law courts, the Sugar Act authorized, and an Order in Council established, a vice-admiralty court for all America to be located at Halifax, Nova Scotia, with both appellate and original jurisdiction. (Lovejoy, 1959: 465-466)

Outra medida impopular imposta pelo Parlamento consistiu em proibir os colonos americanos de se instalarem para ocidente dos Montes Apalaches, com o argumento de ser território Índio. Mais uma vez, o que havia de mais lucrativo para os

---

<sup>4</sup> Carta escrita por Franklin a Collinson em 30 de Abril de 1764.

americanos, a terra e o comércio, este de peles, era-lhes retirado pelas autoridades britânicas, contribuindo assim para o aumento dos protestos no Novo Mundo.

Os ingleses tinham garantido a segurança para os seus haveres através de uma longa história, onde o Parlamento, na qualidade de representante do povo, detinha o poder exclusivo de lançar impostos. Mas quando essa autoridade foi exercida sobre os colonos americanos, que não estavam representados no Parlamento britânico, tudo mudou de figura, e o poder legislativo, de protector das liberdades públicas, transformou-se numa ameaça à liberdade dos americanos, cujos bens estavam na iminência de serem confiscados.

Perante uma tal ameaça, a resposta dos americanos não foi unânime. Uns defenderam uma recusa imediata à cobrança de impostos pelo Parlamento, outros, mais moderados, foram adeptos de uma simples revogação de tais medidas. Em Massachusetts, por exemplo, a assembleia legislativa afirmou, em sinal de protesto: “that we look upon those Duties as a tax, and which we humbly apprehend ought not to be laid without the Representatives of the People affected by them.” (Morgan, 1992: 18); e denunciou que a população estava a ser privada de direitos usufruídos pelos britânicos. Por outro lado, a Assembleia de Nova Iorque, ao pedir a isenção dos impostos lançados pelo Parlamento inglês, rejeitou que tal fosse visto como um privilégio, mas sim como um direito:

An Exemption from the Burthen of ungranted, involuntary Taxes, must be grand Principle of every free State. – Without such a Right vested in themselves, exclusive of all others, there can be no Liberty, no Happiness, no Security; it is inseparable from the very idea of Property, for who can call that his own, which may be taken away at the Pleasure of another? All Impositions, whether they be internal Taxes, or Duties paid, for what we

consume, equally diminish the Estates upon which they are charged...The whole Wealth of a Country may be as effectually drawn off, by the Exaction of Duties, as by any other Tax upon their Estates. (Apud Morgan, 1992: 18-19)

O primeiro-ministro Grenville não se mostrou minimamente afectado pelas reacções das colónias à implementação do *Sugar Act*. Foi mesmo ao ponto de escrever, através do seu secretário Thomas Whately, que a liberdade inglesa proibia a cobrança de impostos aos sujeitos ingleses sem o seu consentimento. Tal injustiça estava longe de constar no *Sugar Act* ou qualquer outra medida do Parlamento. Apesar dos colonos americanos não estarem representados na Câmara dos Comuns, nem poderem votar por qualquer dos seus membros, a maioria dos ingleses também não podia exercer esse direito. Pelo menos três quartas partes da população masculina britânica estava impedida de votar por razões de diversa índole, como não possuir bens minimamente suficientes, residir em locais de onde fosse impossível enviar membros, etc. Grenville assegurou aos colonos, porém, ser falso que todas estas pessoas não estivessem representadas no Parlamento de Londres. A população britânica sem direito a voto, e os colonos do Novo Mundo, estavam afinal representados *virtualmente*. Isto porque, ainda segundo Whately, que escrevia sob as ordens de Grenville, qualquer deputado do Parlamento estava encarregado de representar todo o Império, e não apenas os poucos eleitores que o tinham escolhido.

Esta argumentação enviesada, embrulhada numa aparência provida de alguma lógica, destinou-se não só a justificar o *Sugar Act*, como aquilo que estava em preparação, o *Stamp Act*, o primeiro imposto directo a ser cobrado aos americanos pelo Parlamento britânico. No entender de Max Beloff, esta lei tributava muito do material impresso:

The Stamp Act of 1765 imposed a series of stamp duties upon a wide range of legal and commercial documents, and on newspapers, almanacs, pamphlets, and playing-cards. In addition to the financial burden on individual traders, these measures would, so it was felt in the colonies, aggravate the colonies' persistent lack of specie and consequent inability to pay for imported goods, since the proceeds of the new taxes would be transferred to Britain in cash and expended there. (Beloff, 1948: 37)

O rendimento gerado por este imposto destinava-se a reduzir a dívida dos gastos bélicos da Grã-Bretanha. Baseadas no raciocínio de que o Parlamento não podia taxar internamente as colónias, houve reacções violentas. Foi por esta altura que se generalizou a famosa frase *no taxation without representation*, cuja autoria mais provável pertenceu ao patriota James Otis de Boston. Além de violar as leis fundamentais das colónias do Novo Mundo, o *Stamp Act* violou os direitos de todos os ingleses livres, pois, segundo a Constituição Britânica, estes apenas podiam pagar impostos mediante o seu próprio consentimento. Bernard Bailyn viu assim o futuro que se deparava aos colonos americanos:

The colonists believed they saw emerging from the welter of events during the decade after the Stamp Act a pattern whose meaning was unmistakable. They saw in the measures taken by the British government and in the actions of officials in the colonies something for which their peculiar inheritance of thought had prepared them only too well, something they had long conceived to be a possibility in view of the known tendencies of history and of the present state of affairs in England. They saw about them, with increasing clarity, not merely mistaken, or even evil, policies violating the principles upon which freedom rested, but what appeared to be evidence of nothing less

than a deliberate assault launched surreptitiously by plotters against liberty both in England and in America. The danger to America, it was believed, was in fact only the small, immediately visible part of the greater whole whose ultimate manifestation would be the destruction of the English constitution, with all the rights and privileges embedded in it. (Bailyn, 1992: 94-95)

Os colonos americanos juntaram-se para revogar esta medida ofensiva dos seus direitos ou, não sendo possível, pelo menos impedir a sua implementação. Já no ano anterior, em 1764, fora despoletado um movimento no sentido de reduzir as importações dos produtos manufacturados ingleses. A ideia dominante era transformar o *Stamp Act* num nado morto. O primeiro-ministro Grenville pensou que, ao nomear apenas funcionários nascidos em solo americano para cumprirem esta legislação, iria enfraquecer a crescente resistência à iniquidade de tal medida. Porém, os resultados foram decepcionantes para a potência colonial, e em Novembro de 1765 nenhum colono se encontrava disposto a distribuir o papel selado, pondo da discórdia entre os dois lados do Atlântico. As revoltas alastraram-se a Boston e a outras localidades americanas, com grupos de cidadãos empenhados em ignorarem a malfadada legislação emanada de Londres.

Os americanos sentiram que estavam a desafiar o governo mais poderoso do século XVIII, sentindo uma grande necessidade de apoio exterior. Quanto à população inglesa, muitos não queriam ouvir falar de uma tal desobediência das colónias, enquanto outros, sendo solidários com a reacção americana, exigiam primeiramente a supressão da revolta antes do respectivo perdão.

Os patriotas do Novo Mundo não tinham ilusões, e sabiam que mais tarde ou mais cedo o Exército e Marinha britânicos reagiriam em força, mas desta vez estavam decididos a lutar até ao fim. Através das treze colónias foram criadas

associações denominadas *Sons of Liberty*, com a finalidade expressa de resistirem às injustiças do *Stamp Act*. Os membros destas associações preferiram arriscar as suas vidas e bens, ao não permitirem a apropriação dos seus rendimentos por um órgão onde nem sequer estavam representados, o Parlamento britânico. Peter Carroll descreveu da seguinte forma os grupos denominados *Sons of Liberty*:

Urban workers, distressed by the disruption of business and long resentful of such royal policies as impressment, organized secret groups known as the Sons of Liberty – a significant filial designation – to harass uncooperative officials and prevent the enforcement of the new legislation. Occasionally, their activities provoked mob violence, as when an irate crowd stormed the house of Massachusetts Governor Thomas Hutchinson, leaving it a shambles. Such protests, destructive though they appeared, possessed an important inner logic. They were not random mobs of drunken workers, as alleged by royal officials. Rather, they were politically alert groups who selected their victims with care and, in their eyes, with justice. (Carroll, 1985: 108)

A firmeza colocada pelos colonos no combate pela revogação do *Stamp Act*, foi reveladora do grau de convicção destes sobre a injustiça das pretensões do Parlamento inglês. Uma série de resoluções condenatórias desta cobrança indevida de impostos percorreu todo o território americano, iniciando-se na *House of Burgesses* da Virgínia, sob o impulso do patriota Patrick Henry, autor da célebre frase *give me liberty or give me death*. Apesar dos colonos estarem raramente de acordo no que respeitava a fronteiras territoriais ou conflitos com os Índios, havia um tema em que demonstraram unanimidade, foi na oposição aos impostos lançados pela Inglaterra. Por iniciativa da colónia de Massachusetts, foi convocado para Nova Iorque, em Outubro de 1765, o Congresso do *Stamp Act*. Norman Risjord avaliou assim este congresso:

An intercolonial congress to draft a protest against the Stamp Act was proposed by the Massachusetts House of Representatives as early as June, 1765. Many of the assemblies were able to nominate delegates in regular session; a few had to resort to ad hoc procedures. On October 27, a total of twenty-seven delegates from nine colonies assembled in New York. The members of the Congress were moderate, on the whole, although most of them were leaders of the “popular” party in each colony. Not content with objecting to the Stamp Act, the delegates ranged over the whole spectrum of grievances, from trade regulations to Admiralty courts. After two weeks of sometimes stormy debate, they approved a “Declaration of Rights and Grievances,” which stated the fundamental constitutional position of the colonists that “no taxation should be imposed on them, but with their own consent, given personally, or by their representatives.” (Risjord, 1973: 87)

Começou assim a resistência declarada dos americanos a actos considerados por eles lesivos dos seus interesses, estando ligada a esta resistência a procura americana dos princípios fundacionais, procura que só terminaria uma vez alcançada a independência em 1776. Mais do que qualquer outro aspecto, os patriotas americanos estavam seguros daquilo que o Parlamento inglês não podia fazer, cobrar impostos a quem não estivesse nele representado. À semelhança do ocorrido no ano anterior, durante os protestos contra o *Sugar Act*, a questão entre impostos internos e externos (ainda) não fora colocada. No entender dos revolucionários americanos, o corpo legislativo inglês não tinha nenhum direito em cobrar impostos à população, pois esse direito era pertença exclusiva das assembleias representativas coloniais. Paul Varg viu esta questão do seguinte modo:

The broader issue of taxation provided the opportunity for the colonists to express the idea that they constituted a separate entity. At the Stamp Act Congress Americans discovered that all held one principle in common: namely, that the power of the purse must reside with the people. Allegiance to this principle provided the unfolding nationalism with a cardinal political dogma. The British probably did not see in whole but they did see in part that the colonists had developed a sense of separate identity which made the controversy over taxes a path to independence. (Varg, 1964: 179)

*A representação virtual*, tão ao gosto, conforme mencionado anteriormente, do primeiro-ministro inglês Grenville e do seu secretário Whately, foi rejeitada na sua totalidade pelos patriotas do Novo Mundo. Os *Virginia Resolves*, deliberações aprovadas pela Assembleia Geral da Virgínia em oposição ao *Stamp Act* de 1765, não deixaram margem para dúvidas quando expressaram o seguinte:

That the Taxation of the People by themselves, or by Persons chosen by themselves to represent them, who can only know what Taxes the People are able to bear, or the easiest Method of raising them, and must themselves be affected by every Tax laid upon the People, is the only Security against a burthensome Taxation, and the Distinguishing Characteristic of British Freedom. (Morgan, 1992: 24)

A Assembleia da Pensilvânia afinou pelo mesmo diapasão, ao afirmar: “the only legal Representatives of the Inhabitants of this Province are the Persons they annually elect to serve as Members of Assembly.” (Morgan, 1992: 25)

Daniel Dulany, advogado patriota de Maryland, demonstrou no seu opúsculo de 1765, *Considerations on the Propriety of Imposing Taxes in the British Colonies*, que a representação virtual poderia apenas ser aplicada na Grã-Bretanha, e em

mais nenhuma outra parte do Império, porque aí os interesses da população que não podia votar eram semelhantes aos daquela que exercia esse direito. Pelo contrário, e no que tocava a questão dos impostos, os interesses dos americanos eram contrários aos dos ingleses, e nunca poderiam ser expressos através de uma representação implícita:

In England a virtual representation may be reasonably supposed, since the interests of the nonelectors, the electors, and the representatives are individually the same, to say nothing of the connection among neighbors, friends, and relations. The security of the nonelectors against oppression is that their oppression will fall also upon the electors and the representatives. The one can't be injured and the other indemnified. (Dulany *apud* Wood, 1972: 176-177)

A grande maioria dos colonos não considerou minimamente a hipótese da expansão do Parlamento inglês, de modo a incluir um número determinado de membros americanos. James Otis de Massachusetts, possível autor da histórica frase *taxation without representation is tyranny*, foi talvez a única exceção. Caso isto acontecesse, a representação americana continuava a ser uma minoria, sem poder decisório numa disputa entre ingleses e americanos, isto é, uma eventual presença americana no Parlamento londrino serviria apenas para justificar a opressão tão temida pelos colonos. A esmagadora maioria da opinião americana ficou bem reflectida nesta conclusão do Congresso do *Stamp Act* realizado em Nova Iorque: “(...)That the People of these Colonies are not, and from their local Circumstances cannot be, Represented in the House of Commons in Great-Britain.”(Morgan, 1992: 25) Ao recusarem tanto a representação virtual como a representação real na Câmara dos Comuns em Londres, os colonos abriram caminho a uma solução menos conservadora, a de que os territórios do

Novo Mundo escapavam ao controlo do Parlamento, sendo o rei George III (ainda) o único traço de união dos dois lados do Atlântico.

Começou assim a ganhar forma uma diferença semântica entre as palavras *taxation* e *legislation*, onde o direito de legislar não era sinónimo do direito de cobrar impostos. Estes eram oferecidos pela população através dos seus representantes, com assento numa assembleia verdadeiramente representativa, enquanto o direito de legislar era independente da composição das assembleias. O Parlamento inglês detinha poderes de legislar e de cobrança de impostos somente para a metrópole, ao passo que para o resto do Império, não representado na Câmara dos Comuns, o poder era apenas legislativo. Apareceu traçada uma linha divisória na autoridade parlamentar de Londres em relação à América, podendo essa autoridade legislar mas não cobrar impostos. A Assembleia de Connecticut foi clara a este respeito:

An act for raising money by duties or taxes differs from other acts of legislation, in that it is always considered as a free gift of the people made by their legal and elected representatives; and that we cannot conceive that the people of Great Britain, or their representatives, have right to dispose of our property. (Morgan, 1992: 27)

O conflito que se avizinhava para os colonos americanos foi adiado, pois em Fevereiro de 1766 a Inglaterra revogou o *Stamp Act*, e por alguns meses viveu-se uma situação que lembrava os pacíficos velhos tempos. Todavia, era importante saber os verdadeiros motivos desta atitude aparentemente apaziguadora por parte do Parlamento britânico. Nesta assembleia havia dois grupos favoráveis à revogação da lei em causa, cada um por motivos diferentes. Uma das facções era dirigida por William Pitt, que gozava de uma enorme popularidade nas colónias e era um defensor da famosa

diferença entre *legislation* e *taxation*. A outra parte era chefiada pelo Marquês de Rockingham, primeiro-ministro de George III após Grenville ter caído em desgraça, e também adepto do fim do *Stamp Act*.

De entre os patriotas americanos, Franklin notabilizou-se pela moderação das suas intervenções junto do poder britânico, desta vez em prol da anulação do *Stamp Act*. Edmund Morgan descreveu assim esta intervenção:

Standing before the House of Commons on February 13, 1766, Franklin gracefully answered the questions put to him, including a large number of carefully planted ones, and succeeded in conveying the impression that the Americans were a parcel of devoted children much oppressed by the Stamp Act and much less radical in their demands than they actually were. Seizing upon the distinction between internal and external taxes which some Englishmen evidently thought valid, Franklin asserted that it was this distinction the Americans were making, that they objected only to internal taxes, not to taxes on trade. Most members of Parliament believed him, though they might have known better had they bothered to read the declarations and petitions sent by the colonial assemblies and the Stamp Act Congress. Franklin's testimony was a dangerous piece of deception with unfortunate aftereffects, but it did help to secure the immediate end in view.

(Morgan: 31)

A abolição da lei em causa foi um presente envenenado às colónias, pois ficou estabelecido que estas apenas objectavam os impostos internos, juntando-se a isto uma declaração do Parlamento que os seus membros interpretaram como sendo o direito de cobrar impostos sem o declarar. Os americanos dedicaram pouca atenção ao *Declaratory Act*, que mereceu a atenção seguinte a Norman Risjord:

On February 22 the Commons voted to repeal the act, and two days later it agreed on a measure declaring the power of parliament to enact laws ‘to bind the colonies and people of America...in all cases whatsoever.’ This Declaratory Act, passed simultaneously with repeal of the Stamp Act on March 4, 1766, was more than a face-saving device – it was notice to the colonists that if parliament were tested again, it would react with strong measures. (Risjord, 1973: 89)

A alegria da revogação de uma lei injusta como o *Stamp Act* não deixou os americanos descortinar o que se preparava com o *Declaratory Act*. De início, era dúbio se o lançamento de impostos estava incluído no poder de legislar do Parlamento, mas a frase final deste decreto, *in all cases whatsoever*, não augurava nada de bom para a população americana. John Adams interrogou-se mesmo se os ingleses não lançariam um imposto na sequência dessa lei, e infelizmente não teve de aguardar muito tempo para saber a resposta.

Outra acha para a fogueira do descontentamento americano foi o *Quartering Act* de 1765. Esta lei, ainda do tempo da administração de Grenville, obrigou as autoridades civis coloniais a contribuírem financeiramente para a manutenção das tropas britânicas em solo americano. Uma das principais consequências desta lei resultou na não concessão de fundos por parte da Assembleia de Nova Iorque, cidade onde estava estacionado o maior contingente de tropas inglesas: “The Quartering Act permitted the seizure of unoccupied buildings for the use of troops on orders of the governors alone even in situations, such as Boston’s, where barracks were available in the vicinity.” (Bailyn, 1992: 119)

Como forma de gerar rendimentos para a Inglaterra, foram lançados em 1767 os *Townshend Acts*, algo que ultrapassou em eficácia o anterior *Stamp Act*. Da autoria do secretário britânico das Finanças, Charles Townshend, esta legislação,

destinada a iludir as colónias, fez-se passar por um imposto externo, imposto que era menos contestado pelos americanos do que os internos. Esta nova tributação incidiu em artigos como o vidro, o papel, o chá, além dos direitos alfandegários. Os colonos, à semelhança do sucedido com leis anteriores, resistiram a esta nova imposição da metrópole através de boicotes aos produtos ingleses. Townshend, odiado pelos americanos, não tinha dúvidas sobre o lançamento de impostos efectuado pelo Parlamento. Estas foram palavras suas: “Will these Americans, children planted by our care, nourished up by our indulgence until they are grown to a degree of strength and opulence, and protected by our arms, will they grudge to contribute their mite to relieve us from the heavy weight of that burden which we lie under?” (Townshend *apud* Brands, 2000: 362) Se os *Townshend Acts* provaram alguma coisa, foi que qualquer cobrança de impostos ordenada pelo Parlamento de Londres era já inaceitável para os americanos. O lema *no taxation without representation* transformou-se simplesmente em *no taxation*.

A resistência aos actos ingleses de arbitrariedade iniciou-se na América em 1765, tanto por meio de sanções económicas como por intermédio do grupo *Sons of Liberty*, mas com resultados que deixaram muito a desejar. Foi no campo da não violência que os colonos elevaram mais alto a sua oposição ao que consideraram ser uma conspiração contra os seus direitos. A convocação em Nova Iorque, nesse mesmo ano, do *Stamp Act Congress*, ao qual aderiram nove colónias, e os artigos de vários patriotas americanos constituíram o ponto alto desta onda de contestação às medidas impostas pela potência inglesa. Entre os escritos surgidos nessa época, mais precisamente em 1768, um dos mais importantes foi a *Massachusetts Circular Letter*, da autoria de Samuel Adams, que não só denunciou os *Townshend Acts*, penalizadores das mercadorias importadas da Inglaterra, como propôs acções unitárias de resistência.

Esse documento foi aprovado por várias colónias, embora os britânicos se tivessem esforçado em dissolver as assembleias coloniais para impedir um tal resultado.

Em 1768, alguns regimentos de tropas inglesas concentraram-se em Boston com o fim de apoiar as autoridades alfandegárias. O ressentimento da população contra os ocupantes era enorme, não sendo assim difícil deflagrar em 1770 uma revolta civil que ficou conhecida como o *Massacre de Boston*, em que houve vários mortos e feridos. Este acontecimento, constituindo um marco acelerador na luta pela independência das colónias, aumentou a inevitabilidade da Revolução Americana.

No mesmo ano de 1770, foram revogados os *Townshend Acts*, com a excepção da parte referente ao chá, que se manteve. A partir daqui, as diferenças políticas sobrepuseram-se às económicas, e transformaram-se no factor preponderante da revolta levada a cabo pelas colónias americanas. As disputas passaram a ser moeda corrente, e em Massachusetts formou-se entretanto um *Comité de Correspondência*, de vinte e um membros, para dar a conhecer ao mundo e às restantes colónias as principais reivindicações dos patriotas da Nova Inglaterra. Alguns anos depois, Jefferson também formou um grupo do mesmo teor na Virgínia:

In the spring of 1773, Jefferson and several other key members of Virginia's House of Burgesses devised a plan to cement ties among the American colonies. They proposed the founding of a "committee of correspondence," a group of politicians who would write letters to like-minded politicians in other colonies to share ideas, spread news, and coordinate political strategy and tactics in resisting British colonial policies. Richard Henry Lee hit on the idea, and Jefferson penned the resolution. Jefferson's boyhood friend, Dabney Carr, made the speech proposing the resolution to the legislature, which passed it after some brisk debate. Carr, Lee, and Jefferson were among the ten men named to the committee. (Bernstein, 2005: 20)

Em 1773, ano em que Franklin publicou duas das suas sátiras mais cáusticas, *Rules by which a Great Empire may be Reduced to a Small One* e *Edict by the King of Prussia* (Crane, 1954: 144), um incidente violento marcou os futuros desenvolvimentos da luta independentista americana. O Parlamento de Londres aprovara o *Tea Act* no ano anterior, e para salvar da falência a *East India Company*, permitiu a esta a venda do chá directamente às colónias, logicamente por um preço menor, o que prejudicou bastante os mercadores americanos. Max Beloff viu assim este momento fulcral da Revolução Americana:

By this time the American scene had darkened. The British Government, in an effort to make the tea duty a reality, and to help the powerful East India Company out of its financial embarrassments, had passed a new Act remitting the entire duty on tea re-exported to America and allowing the Company itself to engage directly in the trade. The loss which this threatened to American merchants, and the probability that the tea would find purchasers despite the tax, since the Dutch smugglers could now be undersold, united smugglers, merchants and radical patriots in a common determination to resist its importation. In Boston, feelings were already high because of the recent publication, by the radicals, of the correspondence of Governor Thomas Hutchinson, which contained expressions capable of being interpreted as a threat to American liberties. And it was Boston which took the lead. On December 16, 1773, three shiploads of the offending tea were seized by gangs of patriots disguised as Red Indians, and thrown into the harbour. The "Boston Tea-Party," which was imitated in other ports, was the most direct challenge, so far, to the authority of the imperial Government. It was a challenge which could not be ignored, and which few in England would have wished the Government to ignore. (Beloff, 1948: 44-45)

A partir deste momento, todos os actos da Coroa pareciam destinados a provocar a revolta das colónias. Na Primavera de 1774, o Parlamento decidiu que o sucedido em Boston era imperdoável, e aprovou os chamados *Intolerable Acts*, com a finalidade de punir Massachusetts e os outros territórios americanos:

For after everything else of the previous decade, they seemed more than the Americans could bear. Even before the last of the laws was enacted, committees of correspondence in the colonies were writing furiously, dispatching messages up and down the Atlantic Coast, calling on the assemblies and people of the separate provinces to join forces against this latest usurpation. The Intolerable Acts fell mostly heavily on Massachusetts, of course, but what Parliament and the Crown could do to Massachusetts, they could do to the other colonies. (Brands, 2000: 480)

A repressão britânica sobre os habitantes das colónias foi aumentando de ritmo, até que no dia 5 de Setembro de 1774 doze das treze colónias americanas convocaram o Primeiro Congresso Continental em Filadélfia, com o fim de tratar de todas as injustiças que afectavam a população americana. O resultado mais importante deste conclave, além de um boicote aos produtos ingleses, consistiu numa declaração dos direitos políticos reivindicados pelos colonos. Essa declaração dividiu-se em três vertentes, a dos direitos naturais da humanidade, a dos direitos constitucionais dos cidadãos ingleses e, finalmente, a dos direitos específicos concedidos pelas antigas cartas coloniais. O principal ponto da discórdia neste Congresso esteve relacionado com a autoridade, ou a negação desta, que o Parlamento inglês detinha em cobrar impostos aos súbditos americanos. Depois de árduas negociações, surgiu uma solução de compromisso, da autoria de John Adams de Massachusetts, e que afirmou o seguinte:

The colonial legislatures should have jurisdiction in all cases of taxation and internal policy [...] from the necessity of the case, and a regard to the mutual interest of both countries, we cheerfully consent to the operation of such acts of the British Parliament as are *bona fide* restrained to the regulation of our external commerce...excluding every idea of taxation, internal or external, for raising a revenue on the subjects in America without their consent. (Donovan, 1968: 15)

Outro aspecto importante deste Primeiro Congresso foi a obrigatoriedade de manter em segredo todos os debates aí realizados, conforme expresso por uma das deliberações desse mesmo Congresso:

That every member of this Congress considers himself under the ties of virtue, honor & love of his country not to divulge directly or indirectly any matter or thing agitated or debated in Congress before the same shall have been determined, without leave of the Congress; nor any matter or thing determined in Congress which a majority of the Congress shall order to be kept secret, and that if any member shall violate this agreement he shall be expelled this Congress & deemed an enemy to the liberties of America & liable to be treated as such & that every member signify his consent to this agreement by signing the same. (Ritz, 1992: 501)

O estatuto legal das colónias perante a pátria-mãe inglesa também foi alvo de acerbas discussões entre os patriotas americanos na reunião de Filadélfia. James Wilson, da Pensilvânia, abordou este tema na obra *Considerations of the Nature and Extent of the Legislative Authority of the British Parliament*, enquanto John Adams enfatizou que o Parlamento não podia exercer qualquer autoridade sobre os territórios

do Novo Mundo. Porém, foi Thomas Jefferson, na obra *Summary View of the Rights of British America*, de 1774, quem levantou mais alto a bandeira do estatuto das colônias, e pela primeira vez esboçou a ideia de uma identidade americana, não sem ter deixado em aberto algum espaço para negociações. Este documento, que antecipou em dois anos as denúncias lançadas ao rei George III na Declaração da Independência de 1776, terminou do seguinte modo:

Americans know, and will therefore say, that Kings are the servants, not the proprietors of the people. Open your breast, Sire, to liberal and expanded thought. Let not the name of George the Third be a blot on the page of history. You are surrounded by British counselors, but remember that they are parties. You have no ministers for American affairs because you have none taken from among us nor amenable to the laws on which they are to give you advice. It behoves you, therefore, to think and to act for yourself and your people. The great principles of right and wrong are legible to every reader; to pursue them requires not the aid of many counselors. The whole art of government consists in the art of being honest. Only aim to do your duty, and mankind will give you credit where you fail. No longer persevere in sacrificing the rights of one part of the empire to the inordinate desires of another, but deal out to all equal and impartial right. Let no act be passed by any one legislature which may infringe on the rights and liberties of another. This is the important post in which fortune has placed you, holding the balance of a great if a well-poised empire. This, Sire, is the advice of your great American council, on the observance of which may perhaps depend your felicity and future fame and the preservation of that harmony which alone can continue, both to Great Britain and America, the reciprocal advantages of their connection. It is neither our wish nor our interest to separate from her. (...)This, Sire, is our last, our determined resolution. And that you will be pleased to interpose, with that efficacy which your earnest endeavors may

insure, to procure redress of these our great grievances, to quiet the minds of your subjects in British America against any apprehensions of future encroachment, to establish fraternal love and harmony through the whole empire, and that these may continue to the latest ages of time is the fervent prayer of all British America. (Jefferson *apud* Dumbauld, 1956: 32)

O Segundo Congresso Continental reuniu-se a 10 de Maio de 1775, igualmente em Filadélfia, futura capital da nação americana, após a tensão latente entre os colonos e o Império ter explodido em Lexington, símbolo do início da luta armada contra os ocupantes ingleses. Esta assembleia não era tão conservadora como a precedente, e isto reflectiu-se através da participação de membros mais liberais, casos de Benjamin Franklin e James Wilson da Pensilvânia, John Hancock do Massachusetts, e o futuro autor da Declaração da Independência, o virginiano Thomas Jefferson. Embora o desenrolar dos combates provasse claramente que os ingleses eram os agressores, o Segundo Congresso Continental não conseguiu ir além da *Olive Branch Petition*, elaborada pelo patriota moderado John Dickinson da Pensilvânia. Esta deliberação, além de confirmar o apego dos americanos ao rei George III, implorava ao monarca o fim das hostilidades presentes e futuras e uma rápida reconciliação entre as duas partes. Foi também nesta assembleia que Jefferson elaborou a *Declaration of the Causes and Necessities of Taking up Arms*, onde, ao mesmo tempo que era rejeitada a independência da Inglaterra, era preferida a morte a uma vida de escravatura:

Lest this declaration should disquiet the minds of our friends and fellow-subjects in any part of the empire, we assure them we mean not to dissolve that Union which has so long and so happily subsisted between us, and, which we sincerely wish to see restored.-Necessity has not yet driven us into that desperate measure, or induced us to excite and other nation to war against

them.-We have not raised armies with ambitious designs of separating from Great Britain, and establishing independent states. We fight not for glory or for conquest. We exhibit to mankind the remarkable spectacle of a people attacked by unprovoked enemies, without any imputation or even suspicion of offence. They boast of their privileges and civilization, and yet proffer no milder conditions than servitude or death. (Jefferson *apud* Hofstadter, 1958: 52)

Aquando da segunda reunião do Segundo Congresso em Setembro do mesmo ano, em vez de uma resposta à *Olive Branch Petition* de Dickinson, o monarca britânico proclamou a existência de um estado de rebelião nas colónias americanas. O fantasma da independência surgiu pela primeira vez no discurso real de George III: “The rebellious war...is manifestly carried on for the purpose of establishing an independent Empire.” (Apud McCullough, 2005: 11) O Parlamento inglês, ao declarar as colónias fora da zona protegida pelo rei, ao proibir todo o comércio com a América, e ao considerar os barcos apresados como propriedade inimiga, acabou por conceder às colónias um estatuto de adversários independentes, ao contrário do de súbditos rebeldes.

Todos estes acontecimentos ocorreram mais ou menos simultaneamente nos inícios do ano de 1776, ano chave da história da independência dos Estados Unidos. A perda de Norfolk para os ingleses e a chegada próxima de 12.000 mercenários alemães para dominarem as colónias constituíram outras notícias preocupantes para a auto-estima dos patriotas americanos.

O Segundo Congresso Continental nomeou George Washington, um homem da Virgínia, para comandar as forças americanas e enquadrá-las num exército regular, forças que tinham estado até então dispersas por várias milícias. O historiador Daniel Boorstin comentou deste modo o estado das forças revolucionárias:

The unreliability and lack of discipline of the American armed citizenry, which had been so hastily gathered into military ranks, haunted brave Revolutionary commanders from Washington down to lieutenants in the field, and made large-scale planning mere wishful thinking. Time after time militia fled the battlefield, spreading defeatism as they went. (Boorstin, 1958: 368-369)

Os colonos ainda não tinham compreendido que o monarca era um cidadão inglês, cujas capacidades pouco ultrapassavam aquelas dos seus ministros e do Parlamento. Os membros deste órgão legislativo tinham demonstrado, ao longo da década precedente, não possuírem capacidades para dirigir um Império, devido principalmente ao seu provincianismo.

A inépcia dos deputados fez com que fosse George III a dominar o xadrez político do Império, através de alianças parlamentares pontuais que tornaram a governação inglesa mais eficaz. Para interpretar o papel desejado pelos colonos americanos, seria necessário ao monarca inglês, munido do seu poder de veto, situar-se acima do Parlamento, função para a qual o rei não estava realmente predestinado. Mesmo na hipótese longínqua de ser essa a vontade da Coroa, os poucos aliados da causa americana no Parlamento de Londres seriam os primeiros a denunciar tal arbitrariedade. Apesar do desejo de preservar as colónias americanas ser inquestionável, também era verdade que a Coroa britânica, ao comprometer-se com a supremacia parlamentar, envidaria todos os esforços para defender esse compromisso dos ataques dos territórios do Novo Mundo.

Os americanos teriam de chegar a um momento em que tinham de optar entre os seus direitos e o monarca inglês, e essa escolha não se afigurava fácil. Enquanto os colonos ganhavam coragem para uma tal opção, apareceu uma voz no

firmamento dos patriotas americanos que foi ao encontro das suas aspirações, e essa voz chamou-se Thomas Paine. Este inglês chegou a Filadélfia, pela mão de Benjamin Franklin, um ano antes da batalha de Bunker Hill, batalha que teve lugar em 17 de Junho de 1775, e onde as tropas britânicas obtiveram uma vitória pírrica, sofrendo milhares de baixas.

Em Janeiro de 1776 foi publicada a obra prima de Paine, *Common Sense*, e lida através de todas as colónias americanas. A mensagem principal da obra em questão consistiu num ataque sem precedentes ao rei inglês, recordando aos americanos algo muito simples. Se estes esperavam obter a almejada liberdade sob a governação de George III, estavam apenas a enganar-se a eles próprios, pois o monarca era tão mau como o governo e Parlamento ingleses se não mesmo pior do que eles.

Mais do que um simples ataque à Casa de Hanover, de onde provinha George III, Paine teve em vista libertar os americanos do próprio conceito de monarquia. Edmund Morgan referiu-se a esta questão nos seguintes termos:

Hitherto the demand for equality had found expression in assertions that equated Americans with Britons. Britons were taxed only by consent; therefore Americans must be. Britons had a right to be represented in their own legislative body; therefore Americans should have such a right and their assemblies be coordinate with Parliament. But Paine made bold to extend the inquiry. Why, he asked, should any man be exalted above others as a king was? "Male and female," he said, "are the distinctions of nature, good and bad the distinctions of Heaven; but how a race of men [hereditary kings] came into the world so exalted above the rest, and distinguished like some new species, is worth inquiring into, and whether they are the means of happiness or of misery to mankind." The result of his inquiry was to show that the only basis for hereditary monarchy is usurpation. "The plain truth," he announced, "is

that the antiquity of English monarchy will not bear looking into,” or for that matter any monarchy. Nothing but misery had come from kings. (Morgan, 1992: 71-72)

Era evidente que a ousadia de Paine não podia ser aceite pelos patriotas americanos mais conservadores, que consideravam o derrube de um governo, por mais nefasto que fosse, causador de ainda mais graves consequências. Para os adeptos da defesa dos direitos legais e constitucionais das colónias, Paine saiu dos limites da lei e da constituição e enveredou pelo caminho mais perigoso dos *direitos naturais*.<sup>5</sup> Perante esta situação, os patriotas americanos mais moderados, casos de James Otis e de John Dickinson, remeteram-se ao que a Coroa e o Parlamento decidissem oferecer às colónias do Novo Mundo, o que de certeza não era a independência. Estas são palavras de Gordon Wood (1972: 45): “Good Whigs like John Dickinson agonizingly hesitated out of the fear that America was cutting itself off from the source of its own life-blood of liberty.” Contudo, as feridas causadas pela metrópole inglesa nas colónias do Novo Mundo foram demasiado profundas, para que pudesse haver uma marcha-atrás no tempo, e o desenlace só pôde ser o ocorrido em Filadélfia no ano de 1776, ou seja, a Declaração da Independência Americana.

A ideologia subjacente à independência americana foi o Iluminismo, que englobou todo o século XVIII, e apresentou matizes diferentes nos vários países que receberam a sua influência. À semelhança de outras ideias da época, o Iluminismo americano bebeu as suas fontes na Europa, principalmente em países como Inglaterra e França. Este movimento proveio da assimilação cultural da revolução científica iniciada por Nicolau Copérnico, autor da teoria heliocêntrica do sistema solar, que alcançou o auge em 1687, juntamente com a obra do físico inglês Isaac Newton, chamada

---

<sup>5</sup> A posição de Thomas Paine será analisada em maior detalhe no terceiro capítulo da tese, na parte dedicada à Declaração da Independência.

*Principia*. Os resultados surpreendentes obtidos no estudo da natureza através do método científico de raciocínio, fez com que muitos pensadores da época quisessem aplicar esse modo experimental a outros domínios de interesse imediato, como o espírito humano, a sociedade, a religião, etc. Esta expansão do domínio da ciência afectou todos os alicerces da sociedade ocidental e o sistema de autoridade secular e religiosa que lhe estava subjacente. Acontecimentos importantes, tais como a Reforma Protestante e a generalização de uma consciência de classe média, tinham feito evoluir o mundo ocidental desde as comunidades tradicionalistas da Idade Média até à sociedade dinâmica e progressiva dos tempos modernos. Benjamin Franklin foi o maior representante do espírito das Luzes em terras americanas. Rod Horton descreveu assim o pensar frankliniano:

The most important figure among the anti-mystics was Benjamin Franklin who, more than any other man, represents the spirit of the Enlightenment in America. Though born in Boston of Puritan parents Franklin, while retaining all of his Puritan faith in the standard virtues, nevertheless had no patience with the Calvinist attitude that the earth was a vale of tears and suffering, so constituted to try men's spirits for the wrath to come. Rather he believed that this life should be dedicated to the pursuit of human happiness, which is attained only through a constant cultivation of the art of getting along with one's fellow man. For Franklin, the act of worship was carried out most sincerely when it was directed toward the betterment of man in his practical, everyday human relationships. Accordingly, Franklin borrowed from Puritan teachings his famous Thirteen Virtues (temperance, silence, order, resolution, frugality, industry, sincerity, justice, moderation, cleanliness, tranquillity, chastity, and humility) and exhorted others to practice them, not for their Calvinistic value of "justifying the ways of God to man" but rather for their practical usefulness in what Franklin recognized and approved as the

fundamental motive of existence – the desire to Get On. In a sense, Franklin’s attitude was simply a modernization of the Puritan concept of fruitful industry. But whereas the Calvinist regarded prosperity as a mark of God’s favour and a possible sign of heavenly reward, Franklin looked upon it as a means of establishing the earthly happiness of mankind. (Horton, 1974: 62-63)

Para todos os efeitos, o movimento iluminista foi um fenómeno social, político e, principalmente, cultural. Atendendo ao processo de mutação do meio social, a interpretação experimental dos fenómenos sociais, morais e religiosos encontrou pela frente uma oposição formidável. Em França, por exemplo, os enciclopedistas sentiram na pele a incompreensão da sociedade tradicional, o que por seu turno originou uma radicalização, sem paralelo na Europa, do Iluminismo francês. D. H. Meyer analisou assim este fenómeno:

The drama of the Enlightenment may be read in its philosophy. Its lively melodrama is reflected in its moral rhetoric, its partisan militancy, its aggressive style. Although Hume was cautious and disciplined when he quietly cut away all ontological certainties, many of his contemporaries – especially in France – used reason more as a weapon than as a tool in their fight to free the western mind from the bonds of ignorance, mystery, and arbitrary authority. They fought against injustice and oppression as well as deceit. They condemned such barbarities as torture and, although it sounds strange to say it, showed the western world that suffering is evil. They sought to scrape and cleanse European civilization of “prejudice,” “bigotry,” and “superstition” – favourite enemies of the Enlightenment – using the press to educate an already emerging reading public with their moral rhetoric. (Meyer, 1976: 169)

Se na Europa o Iluminismo lutou contra os interesses instalados, na América este movimento fez parte dos novos interesses, apostados que estavam na emergência de um credo nacional, onde todos os homens eram criados em pé de igualdade, desfrutando de direitos como os que surgiriam na Declaração da Independência, *life, liberty e pursuit of happiness*. O optimismo reinante estendeu-se a estrangeiros de visita à nova nação, que chegaram a afirmar que a América do Norte era um país onde a razão e a humanidade teriam um desenvolvimento como em nenhuma outra parte do mundo, isto é, os ideais humanitários e liberais do Iluminismo tinham-se instalado definitivamente em território americano. Sobre o Iluminismo americano, Rod Horton comentou:

The spirit of the Enlightenment came rather late to the American colonies partly because of the natural cultural lag between dependencies and a mother country, partly because of the predominantly religious nature of the colonies, and partly because the almost completely agrarian economy in America was less concerned with scientific and mechanical development than was industrialized England. Nevertheless, by the latter half of the eighteenth century, the eastern seaboard cities had become centers of rationalistic thought. Nearly all the leaders of the Revolution were children of the Enlightenment, rarely attended public worship, and were deeply interested in the newly developing scientific and sociological ideas. It is at first puzzling to contemplate a society whose spiritual foundations were largely Calvinistic turning against mysticism toward rational practicality as the basis for its morality. But, as we have seen, New England Calvinism almost from the first had been weakened by strong currents of dissent, most of which had attacked the authority of the clergy and had stressed the need for individual practicality and self-reliance. (Horton, 1974: 61)

O dealbar do movimento das luzes do Novo Mundo ficou assinalado pela lenta inclusão das ideias inglesas logo no início do século XVIII. O apogeu deste movimento foi alcançado pouco depois de 1776, ano da Independência Americana, quando se tornou moda para os americanos mais esclarecidos ler os pensadores franceses denominados de *philosophes*. No entanto, devido aos excessos da Revolução Francesa, os americanos procuraram uma acomodação entre o pensamento iluminista e os valores tradicionais morais e religiosos, no sentido de moderar o Iluminismo. Alguns aspectos do clima social e cultural americano tiveram uma importância decisiva no comportamento do Iluminismo, e foram determinantes na recepção das novas ideias de além-Atlântico. De entre outros aspectos, cabe destacar o provincianismo cultural, a democracia e o nacionalismo.

A América do século XVIII era ainda, apesar de tudo, uma província cultural da Europa, mais propriamente da Inglaterra. Para os habitantes do novo continente, que só na segunda metade do século se designariam americanos, o centro da civilização encontrava-se a 3.000 milhas marítimas na direcção leste. Embora cidades como Filadélfia mostrassem um desenvolvimento cultural impressionante, prevalecia um sentimento de inferioridade no campo das belas-artes e das ciências. Jefferson, um dos maiores iluministas do Novo Mundo, pleno de curiosidade intelectual, não era porém capaz de absorver todo o caudal de informação que o pudesse pôr a par da actualidade cultural europeia. Já Franklin tirou partido desta situação, apresentando-se como o americano simples, desprovido do artificialismo e luxos europeus. O *primeiro embaixador americano* teve mais sucesso em Paris do que em Londres na representação desse papel. Stuart Sherman pronunciou-se assim sobre Franklin:

The man whom Voltaire salutes with a fraternal kiss is a statesman, a philosopher, a friend of mankind, and a favorite son of the eighteenth century. With no softening of his patriotic fibre or loss of his Yankee tang, he has acquired all the common culture and most of the master characteristics of the Age of Enlightenment, up to the point where the French Revolution injected into it a drop of madness: its emancipation from unscrutinized tradition and authority, its regard for reason and nature, its social consciousness, its progressiveness, its tolerance, its cosmopolitanism, and its bland philanthropy. (Sherman *apud* Sanford, 1967: 75)

O provincianismo cultural americano afectou o trânsito das ideias, como se pôde observar aquando da recepção da nova física newtoniana. Era evidente que os americanos estavam afastados do campo de batalha intelectual onde o cientista inglês tinha obtido tantas e tão importantes vitórias. Esses êxitos foram mais tarde decisivos para o avanço da ideologia dos direitos naturais, um dos baluartes do movimento independentista de 1776, mas, facto importante, esses direitos naturais tinham deixado de estar em voga na Europa da altura. As ideias provenientes da Europa popularizaram-se no continente americano com um certo atraso, devido à distância entre as duas margens. Esta espécie de pensamento anti-teórico da parte dos colonos teve as suas vantagens, pois viria a originar o celebrado pragmatismo americano:

O segundo factor que facilitou a recepção do movimento iluminista nas terras do Novo Mundo foi o carácter democrático da sociedade americana. Apesar das diferenças inter-coloniais, a sociedade americana oitocentista era menos aristocrática, mais fluida e mais de classe média do que as suas congéneres europeias. Estas são palavras do historiador americano Richard Hofstadter (1973a: 131): “The middle class can be defined only as a stratum of propertied people who were neither conspicuously rich nor distressingly poor.” Com a excepção da escravatura, e em parte devido a isso, a

América não conheceu os extremos da pobreza e do sofrimento tão comuns na Europa desse tempo.

A democracia, que, segundo Tocqueville, consistia numa igualdade geral de condições, era um fenómeno cultural, social e político. Na América, por não haver uma classe aristocrática, os intelectuais podiam apenas dedicar-se ao seu trabalho em tempo parcial. A actividade no cultivo da terra, nos negócios ou na igreja tinha prioridade sobre a vida intelectual, como foi o caso de Jefferson, Franklin e, anteriormente, Jonathan Edwards. Quanto a este último, Robert Spiller expressou-se nos seguintes termos: “It was more than a century before the colonies produced in Jonathan Edwards a philosopher who is worthy to take rang among original and systematic thinkers.” (Spiller *apud* Lokken, 1981: 159) O intelectual americano encontrava-se mais comprometido com a comunidade e mais ciente da sua influência do que acontecia tradicionalmente. Esta aproximação à vida comum contribuiu para um maior pragmatismo da parte dos intelectuais do Novo Mundo quando comparados com os pensadores europeus. Franklin, um outro representante, a par de Jefferson, do Iluminismo em terras americanas, foi um dos maiores adeptos da influência dos escritores e intelectuais sobre um público cada vez menos iletrado. Numa carta de 1782 dirigida a Richard Price, Franklin reiterou a sua crença na acção dos jornais e livros na divulgação da verdade:

Now by the press we can speak to nations; and good books and well written pamphlets have great and general influence. The facility, with which the same truths may be repeatedly enforced by placing them daily in different lights in newspapers, which are everywhere read, gives a great chance of establishing them.” (Franklin *apud* Meyer, 1976: 176)

Os esforços dos pensadores americanos centraram-se no alargamento dos horizontes mentais da nova nação, tornando o conceito de *público informado* uma parte integral da democracia americana. As ideias serviram para mobilizar opiniões e exercer alguma forma de controlo social. O tipógrafo nascido em Boston, mais uma vez, serviu de exemplo no caso da sua obra *Poor Richard's Almanack*, ao aconselhar os americanos a adoptar princípios morais justos como via para alcançar uma vida feliz, afirmando por exemplo: “Virtue and Happiness are Mother and Daughter.” Estava-se perante uma democratização da filosofia moral, com Franklin a transformar a ética numa preocupação popular, e não num objecto de estudo esotérico de um qualquer senhor feudal.

O nacionalismo foi considerado o terceiro aspecto facilitador da entrada das ideias iluministas no Novo Mundo. Este termo referiu-se à existência de uma consciência emergente nas treze colónias, especialmente após a sua independência política. Com o fim da Guerra dos Sete Anos, em 1763, e face à política colonial britânica, os habitantes do Novo Mundo começaram a aperceber-se de diferenças insanáveis relativamente à pátria-mãe. E por força da efectividade de uma imprensa emergente, os colonos consideraram-se cada vez mais americanos e menos súbditos ingleses. A ruptura com a potência colonial no último quartel do século XVIII fez com que o nacionalismo americano se tornasse, não numa realidade, mas numa necessidade.

A diversidade da nova nação americana ficou patente em vários domínios, sendo o religioso um dos mais pluralistas, apesar da prevalência do Protestantismo Evangélico. A busca de uma identidade comum tornou-se preocupação geral dos americanos, tanto antes como após a Independência. As fontes para a obtenção da identidade nacional foram variadas, destacando-se, entre outras, a história colonial, os modelos clássicos, as tradições nativo-americanas, o cristianismo protestante, e, talvez

mais do que tudo, o pensamento iluminista. Assim, Bernard Bailyn, embora reconheça que há quem defenda que as ideias do século das Luzes não foram determinantes na formação de uma ideologia revolucionária, sublinha a sua enorme importância:

More directly influential in shaping the thought of the Revolutionary generation were the ideas and attitudes associated with the writings of Enlightenment rationalism – writings that expressed not simply the rationalism of liberal reform but that of enlightened conservatism as well. Despite the efforts that have been made to discount the influence of the “glittering generalities” of the European Enlightenment on eighteenth-century Americans, their influence remains, and is profoundly illustrated in the political literature. It is not simply that the great *virtuosi* of the American Enlightenment – Franklin, Adams, Jefferson – cited the classic Enlightenment texts and fought for the legal recognition of natural rights and for the elimination of institutions and practices associated with the *ancien régime*. They did so; but they were not alone. The ideas and writings of the leading secular thinkers of the European Enlightenment – reformers and social critics like Voltaire, Rousseau, and Beccaria as well as conservative analysts like Montesquieu – were quoted everywhere in the colonies, by everyone who claimed a broad awareness. In pamphlet after pamphlet the American writers cited Locke on natural rights and on the social and governmental contract, Montesquieu and later Delolme on the character of British liberty and on the institutional requirements for its attainment, Voltaire on the evils of clerical oppression, Beccaria on the reform of criminal law, Grotius, Pufendorf, Burlamaqui, and Vattel on the laws of nature and of nations, and on the principles of civil government. (Bailyn, 1992: 26-27)

A retórica moral e política do Iluminismo, juntamente com o seu espírito de crítica, formaram aquilo a que Gordon Wood chamou a ideologia republicana da

América. Esta ideologia consistiu numa constelação de ideias que serviram os americanos do mesmo modo que as tradições e os hábitos instalados serviram outras nações, sempre com um fim em vista, a unidade nacional. Os americanos adoptaram os princípios do Iluminismo e da revolução democrática, exaltando-os em monumentos, documentos e tudo que estivesse relacionado com a cultura. Os direitos naturais, a liberdade de expressão e de pensamento, a justiça para todos, tornaram-se o lema da dissidência revolucionária, e, mais do que isso, dos princípios básicos da cidadania americana.

A Independência americana foi alcançada através de uma Revolução, que se prolongou para além do dia 4 de Julho de 1776, data da Declaração da Independência, até 1783. Como era possível escrever a história de uma tal Revolução, se os principais documentos, como as deliberações do Congresso de 1774 a 1783, foram perdidos para sempre? A esta pergunta feita por John Adams, Jefferson respondeu: “Who can write it? And who ever will be able to write it? Nobody; except merely its external facts.” Perante tais dificuldades, o mesmo Adams, em forma de desabafo, expressou o seguinte: “The history of our Revolution will be that Dr. Franklin electric rod smote the earth and out sprung General Washington. That Franklin electrised him with his rod, and thence forward these two conducted all the policy, negotiations, legislatures, and war.”(Adams *apud* Bercovitch, 1995: 348)

O pessimismo de Adams foi temperado por algo importante, o facto da geração revolucionária americana ler avidamente, e os seus dirigentes escreverem com relativa facilidade. E isto aconteceu numa sociedade ainda na fronteira entre as formas orais e escritas de transmissão literária. Os exemplos foram férteis. O jovem Thomas Jefferson alcançou a notoriedade literária em 1774, com o seu ensaio *A Summary View*

*of the Rights of British America*, dois anos antes de compor a *Declaração da Independência Americana*. John Zvesper expressou-se assim a este respeito:

Although the Declaration of Independence is Jefferson's most famous statement both of natural rights and of the justification of revolution, it is also worth studying the arguments of his somewhat earlier statement *A Summary View of the Rights of British America* (1774). This was Jefferson's suggested draft of instructions for the Virginia delegates to the First Continental Congress. Although it was thought to be too radical to be adopted by the Virginia delegates, it was published (attributed to "a native of Virginia") as a pamphlet in Williamsburg and reprinted in Philadelphia and London. The *Summary View* proposed to give George III one last chance to heed the complaints of British Americans. (Zvesper *apud* McDowell, 1997: 18)

Antes, Benjamin Franklin ficara célebre pelas suas qualidades de tipógrafo e de escritor, o que se concretizará principalmente na sua *Autobiografia*, obra que será analisada no próximo capítulo. Alexander Hamilton, James Madison e John Adams notabilizaram-se através de trabalhos sobre a governação e o texto constitucional de 1787. Outros patriotas, casos de Patrick Henry e de John Hancock, não deixaram um legado escrito tão variado, mas ficaram registados na história literária da Revolução Americana. George Washington, com a comunicação da saída do exército em 1783, e a despedida presidencial de 1796, deixou uma marca indelével na literatura independentista.

A importância dedicada à escrita pôde ser avaliada também por aquilo que as duas maiores figuras americanas do Iluminismo quiseram legar à posteridade. O epitáfio de Franklin apresentou-se do seguinte modo: "The body of B. Franklin, Printer, Lies Here, Food for Worms. But the Work shall not be Lost; For it will Appear once

More in a New and more Elegant Edition Revised and Corrected by the Author.” A autobiografia de Franklin assumiu todo um elogio à posteridade<sup>6</sup>, e revelou o poder da palavra, não já em termos bíblicos mas como característica do Iluminismo. A inscrição na lápide de Jefferson, expressando bem o sentido de criatividade do seu autor, apresentou apenas três feitos pelos quais ele quis ser recordado: “As the Father of the University of Virginia, as the author of the Declaration of Independence and the Virginia Statute for Religious Freedom.” (Lewis *apud* Onuf, 1993: 109)

Os patriotas americanos, ao mesmo tempo que deram largas à sua fé na escrita, estavam conscientemente a tentar estabilizar um mundo dividido e incerto. Um caso em apreço, teve a ver com o debate levado a cabo no Congresso Continental sobre o uso retórico da escravatura na Declaração da Independência. A alternativa que se colocou era incluir a palavra *escravatura* na Declaração e fazer dela uma das principais denúncias ao rei George III, ou então, e foi o que realmente aconteceu, eliminar esse vocábulo do documento fundador americano, para assim não ferir as susceptibilidades das colónias sulistas. Outro exemplo da divisão reinante no mundo do século XVIII, foi dado por Franklin, numa carta escrita a Joseph Priestley: “Men are generally more easily provok’d then reconcil’d, more disposed to do Mischief to each other than to make Reparation, much more easily deceived than undeceived, and having more Pride and even Pleasure in killing than in begetting one another. (Franklin, 1998: 309)

A irritação americana com a política britânica foi algo que evoluiu gradualmente, desde protestos quase em surdina até explosões de fúria, causadoras mais tarde da inevitável ruptura. A ira dos colonos iniciou-se com a política fiscal do Parlamento britânico em 1764. No entanto, uma longa tradição de rebeldia por parte das assembleias coloniais e dos governadores nomeados pela Coroa não foi estranha às

---

<sup>6</sup> A obra *A Autobiografia de Benjamin Franklin* será tratada em detalhe no próximo capítulo.

relações anglo-americanas. Jonathan Mayhew, clérigo de Massachusetts, foi um dos precursores da época revolucionária, ao escrever em 1750, *A Discourse Concerning Unlimited Submission and Non-Resistance to the Higher Powers*, desempenhando um papel de relevo no despertar da consciência colonial americana. Apesar de Mayhew ter falecido em 1766, muito antes de eclodir a guerra contra a metrópole britânica, o sermão acima mencionado ganhou notoriedade na América colonial de então:

To say that subjects in general are not proper judges when their governors oppress them and play the tyrant and when protector and guardian. Nor would they have any reason to mourn if some Hercules should appear to dispatch him. For a nation thus abused to arise unanimously, and to resist their prince, even to the dethroning him, is not criminal, but a reasonable way of vindicating their liberties and just rights; it is making use of the means, and the only means, which God has put into their power, for mutual and self-defense. And it would be highly criminal in them not to make use of this means. It would be stupid tameness and unaccountable folly for whole nations to suffer one unreasonable, ambitious and cruel man to wanton and riot in their misery. And in such a case it would, of the two, be more rational to suppose that they that did not resist, than that they who did, would receive to themselves damnation. (Mayhew *apud* Miller, 1982: 141-142)

O Iluminismo na América, ao advogar o direito político à auto-determinação, foi o movimento que mais contribuiu para a emergência do novo país. Isto era evidente pelo facto da auto-determinação, enquanto princípio filosófico, englobar as regras principais do pensamento iluminista do século XVIII, como o primado da razão, a liberdade individual, o progresso, a educação, ao mesmo tempo que nutriu um desdém para com a autoridade e a tradição. O historiador Robert Ferguson viu assim esta problemática:

Not coincidentally, the Enlightenment has been a partisan concept in American historiography, one in which subsidiary notions of liberalism, progress, and rationality have shaped the character of historical reconstructions. Because the idea of an American Enlightenment coincides with national formation and a developmental sense of country, its proponents tend to dwell on the emerging prospect. They see and make use of the original aspiration of human freedom but lose all sense of the Enlightenment as a historical process with its own patterns of constraint. The result is a peculiar one-sidedness or intellectual vulnerability in critical enquiries about the subject. (Ferguson *apud* Bercovitch, 1995: 368)

O Iluminismo, que para o filósofo alemão Immanuel Kant foi um processo e não um resultado, assumiu um significado especial no confronto entre a Inglaterra e o Novo Mundo. Nascida neste movimento que abarcou todo o século XVIII, a nova república americana evoluiu a partir da situação de colônia do Império Anglo-Americano. A ideia de processo teve aqui o seu relevo, pois uma Revolução como a Americana, plena de agonia e de confusão, jamais podia ter tido uma progressão linear. O Iluminismo Americano foi ele próprio exemplo de um conflito prolongado, ao ganhar contornos específicos com o decorrer do tempo. Os habitantes do novo continente receberam ideias europeias, mas utilizaram-nas em seu proveito durante a crise revolucionária que conduziu à nova nação.

Benjamin Franklin, símbolo por excelência das Luzes americanas, contribuiu enormemente para a compreensão de um mundo em conflito, através da fusão da ciência, da política e da luz. No seu ensaio de 1785, *The Internal State of America*, por exemplo, aquele a quem chamaram o *primeiro americano* afirmou que “by the Collision of different Sentiments, sparks of Truth are struck out, and political

Light is obtained.” As metáforas relativas à luz deram respostas prontas aos problemas republicanos de percepção. Numa época em que os intelectuais americanos se encontravam obcecados com o parcialmente visível, a luz foi a solução ideal para resolver esta questão.

De acordo com o pensamento do século XVIII, ver era conhecer. A obra de John Locke, *An Essay Concerning Human Understanding*, de 1690, acabou por ser a obra mais notável quanto à supremacia da organização visual do conhecimento sobre os outros sentidos. A influência do filósofo inglês em termos gerais surge defendida por Basil Willey nos seguintes termos:

The Newtonian world-picture, and Locke's picture of the mind, came to be, in the eighteenth century, the normal possession of the educated and enlightened of Europe. Locke, in particular, has been described as “the writer whose influence pervades the eighteenth century with an almost scriptural authority”. This remark is doubtless truer of Locke's political writings than of his philosophy, for as a recent editor of the *Essay Concerning Human Understanding* has said, “the subsequent course of European philosophy consists largely of a series of attempts to clear up the ambiguities of Locke's terminology and to surmount the difficulties created for him by his presuppositions”. Nevertheless it was Locke who determined the direction of this “subsequent course”, and he may truly be called, after Descartes, the founder of modern philosophy. For Addison, and the men of letters in general, he was “the philosopher”, somewhat as Aristotle had been for the schoolmen. The supremacy which Milton held in heroic poetry, and Newton in physics, belonged in philosophy to Locke. Moreover, his authority was not confined to this one sphere; indeed, the prestige of his philosophical work was itself ascribable to the wide acceptance of his views on political liberty and religious toleration. As the philosophic vindicator of the Glorious Revolution

he was, unlike Hobbes, in the position to supply his generation with precisely the doctrine most congenial to them. In celebrating the final triumph of Whig principles over the Stuarts, Locke founded the “liberal” tradition of political thought which was vigorous in the eighteenth century, and inspired both the American and the French Revolutions. Locke’s authority was behind the eighteenth century belief in the inalienable rights of the human individual as such, and in the “natural” and “original” liberties of man. (Willey, 1953: 264-265)

Na América dos tempos da revolução, a luz iluminou a escuridão prevalecente, luz que ou iria revelar uma ordem desconhecida até então, ou iria ela própria criar uma nova ordem a partir da *wilderness*. Thomas Jefferson, um grande representante do Iluminismo americano, ao referir-se às vantagens da educação, declarou: “he who lights his taper at mine, receives light without darkening mine.” John Adams, pelo contrário, não comungou do mesmo optimismo de Jefferson, pois não se eximiu de perguntar se o século XIX não iria apagar as luzes acesas pela centúria anterior.

Franklin, desta vez ao contrário de Jefferson, assimilou bem a importância da exposição de um dado ponto de vista, capaz de gerar interesse. Na maior parte das obras que denominou de *bagatelles*, casos de *An Edict by the King of Prussia* (1773), *Rules by Which a Great Empire May be Reduced to a Small One* (1773), *The Sale of the Hessians* (1777), *The Ephemera* (1778) e *A Petition of the Left Hand* (1785), o primeiro embaixador americano em Paris realçou sempre o papel do ponto de vista num contexto adverso.

As ideias tiveram uma importância desmedida no desenrolar do movimento das Luzes americanas, pois foram elas que deram resposta aos mistérios do desconhecido. No texto literário iluminista, honrando a sua missão de propagador de

ideias, Franklin associou o país, qualquer que ele fosse, aos direitos do homem. O verdadeiro filósofo, ao identificar-se menos com as nações do que com a república das letras, pensava em termos de uma linguagem universal. Os revolucionários americanos aceitaram facilmente, na sua qualidade de republicanos, a república das letras. Como cidadãos do Novo Mundo, estavam interessados na aplicação das ideias e não nos detalhes dos sistemas de pensamento, prática levada a cabo na Europa. Acima de tudo, como pensadores do Iluminismo, estavam interessados na propagação do republicanismo através de todo o mundo.

Por sua vez, Jefferson conservou sempre a ideia de progresso humano. Em 21 de Março de 1801, numa carta endereçada ao clérigo inglês Joseph Priestley, ao reportar-se às eleições tumultuosas de 1800, em que viria a ser eleito o terceiro presidente americano, Jefferson fez, entre outras, as seguintes considerações:

The barbarians really flattered themselves they should be able to bring back the times of Vandalism, when ignorance put everything into the hands of power and priestcraft. All advances in sciences were proscribed as innovations. [...] As the storm is now subsiding, and the horizon becoming serene, it is pleasant to consider the phenomenon with attention. We can no longer say there is nothing under the sun. The great extent of our republic is new. Its sparse habitation is new. (Jefferson *apud* Koch, 1944: 562)

Uma dúvida nunca resolvida pelos historiadores consistiu em saber se Jefferson baseou a Declaração da Independência Americana nas suas leituras de John Locke, em filósofos continentais tais como Jean-Jacques Burlamaqui, ou no Iluminismo escocês. Se se pensar no Iluminismo americano como uma progressão do Iluminismo inglês na direcção dos *philosophes* radicais franceses, por sua vez contrariados pela reacção escocesa, estas polaridades podem encontrar uma melhor explicação.

Jefferson, Franklin e Adams esforçaram-se por escolher certos modelos de referência europeus, sempre conscientes das suas limitações. Ao pedirem emprestadas à Europa as ideias que consideraram mais importantes, estes patriotas americanos não as aceitaram nem as rejeitaram totalmente. Exceptuando o tempo dos primeiros puritanos chegados ao Novo Mundo, nenhuma outra geração de intelectuais americanos se sentiu num plano tão paritário com os pensadores europeus. Robert Ferguson foi assertivo a este respeito:

Just how wisely and loosely eighteenth-century Americans select their ideas can be seen in the actual patterns that they borrow from the European Enlightenment. From the French Enlightenment of Voltaire, Montesquieu, and Buffon, they take the philosophe as international hero, a love of system, literary style within system, the uses of a philosophy of history in political science, a fascination with technology, a belief in a natural order, and a distrust of organized religion. From England comes empirical investigation in general, Newtonian science and Lockean psychology, the Whig theory of history, political oratory, and the rights of English subjects. The Continental legal philosophers (Grotius, von Pufendorf, Burlamaqui, Beccaria) contribute the primacy of natural law, the notion of a government formed in compact under law, and the essential analogy between a rule of law and the life of reason. The Scottish Enlightenment, in turn, furnishes a secular vocabulary that nevertheless keeps providence safely in mind. It also encourages the primacy of public learning and educational institutions, the relation of economic growth to political freedom, and, not least, the justification for a colony's right of revolution. (Ferguson *apud* Bercovitch, 1995: 381-382)

A junção destas diferentes influências em solo americano foi o fermento mobilizador do Iluminismo. Quando James Madison, um dos artífices da Constituição de 1787, apelidou o seu amigo Jefferson de *biblioteca ambulante*, referiu-se com

certeza à capacidade de combinar ideias no panorama americano. Quanto a Franklin, representante da união entre a ciência e a política, não foi por acaso que Turgot, o maior economista francês do século XVIII, mencionou o tipógrafo de Filadélfia como tendo *agarrado o relâmpago do céu e o ceptro dos tiranos*.

A importância do factor religioso na Revolução Americana fez-se sentir desde os primórdios da fundação das colónias no Novo Mundo. Até 1765, as publicações religiosas excederam em número todos os outros escritos intelectuais americanos, e continuaram a ser, mesmo durante a época revolucionária, a categoria mais numerosa de panfletos impressos. Em 1775, Edmund Burke, político conservador inglês apoiante da causa americana, declarou perante o Parlamento: “Religion in America is a refinement on the principle of resistance, of that kind which is most adverse to all implicit submission of mind and opinion.” (Burke *apud* Bercovitch, 1995: 391) O historiador americano Peter Oliver, *loyalist* apoiante da Inglaterra, continuou a crer, muito depois de 1776, que os clérigos dissidentes tinham sido o *black regiment* da revolta americana.

As origens da tradição dissidente americana podiam ser encontradas no Puritanismo, o legado Presbiterianista-Congregacionista anglo-americano do século XVII. Edmund Morgan teceu o seguinte comentário sobre este aspecto:

In England the focal point of Puritan irritation had always been the church, and in Massachusetts the most important requirement of the colony’s special commission, everyone agreed, was the establishment of churches organized precisely as God commanded. English Puritans had considered this crucial matter for three generations but had never been able to agree on what precisely God did command. They all knew there must be an end to bishops and archbishops, an end to the idolatrous ritual and trappings that exalted the clergy instead of God in the divine service, but they disagreed about two

important matters. One group, known as Presbyterians, insisted that the bishops be replaced by another organization, with churches and clergy arranged in a pyramidal structure: groups of churches would be formed into presbyteries, presbyteries into synods, and these collective bodies would exercise a supervisory control over their members. The other Puritans, who ultimately took the name of Congregationalists, had a simpler plan: destroy the bishops and then let each individual church, each congregation, be sufficient to itself. There was, they said, no church larger than a congregation. (Morgan, 1958: 76-77)

A resistência à autoridade constituiu o traço principal da expressão religiosa colonial. Apesar da maioria das colônias americanas terem seguido o modelo europeu de uma igreja oficial, a pressão contra a uniformidade religiosa fez-se sentir fortemente na maioria desses territórios. A concorrência surgida entre as várias denominações e uma participação dos leigos na governação das igrejas diferenciou o panorama religioso americano das suas origens europeias, ao mesmo tempo que promoveu uma resistência em relação à hierarquia estabelecida. Mesmo na Virgínia, terra natal de Thomas Jefferson, onde o poder da Igreja Anglicana era avassalador, focos dispersos de resistência renunciaram o famoso lema mais tarde conhecido como *no taxation without representation*, um dos factores contribuintes para a independência da nação americana.

Para muitos patriotas adeptos da independência, a resposta encontrava-se na presença de Deus na política colonial, onde uma autoridade celestial se sobrepunha à de um monarca terreno. A frase *rebellion to tyrants is obedience to God*, oriunda do Puritanismo inglês e geralmente atribuída a Franklin, expressou bem o poder da fé e dos limites da razão no movimento revolucionário americano.

O ressurgimento religioso intimamente ligado à Revolução Americana ficou conhecido pelo nome de *Great Awakening*, ou *Grande Despertar*, e ocorreu aproximadamente entre 1734 e 1750. Este movimento, destinado a ressuscitar os valores cristãos, teve em Jonathan Edwards da Nova Inglaterra, Gilbert Tennent da Pensilvânia, Samuel Davies da Virgínia e, acima de tudo, no metodista inglês George Whitefield, os seus pregadores mais relevantes. Harvey Wish descreveu um dos sermões de Whitefield na Nova Inglaterra:

Gifted with a magnetic personality, a powerful voice, and a flair for telling human-interest stories, he thrilled his hearers for hours at a time, laughing, weeping, singing. Thousands in the cities as well as in the rural areas flocked to him, contributing funds for his proposed orphan home. Even the skeptical Franklin, who listened to him near Philadelphia, confessed himself deeply affected and felt compelled to empty his pockets for Whitefield's cause. Boston – save for Harvard – gave him a prolonged ovation. In Northampton, where he spent some time with Edwards, the latter wept to hear him. Wholesale conversions swept New England, emptying taverns and dancing schools, and spreading an unwonted atmosphere of holiness in his wake. (Wish, 1962: 158)

O denominador comum deste renascimento religioso pré-revolucionário baseou-se numa palavra, a crise. A invasão a partir da floresta sinónimo de deserto espiritual, a partir do desconhecido, foi uma das ideias constantes do *Grande Despertar*, e Jonathan Edwards, na sua obra mais divulgada, *Sinners in the Hands of an Angry God* (1741), avisou constantemente que “the arrows of death fly unseen at noon-day.” (Edwards *apud* Bercovitch, 1995: 396) Os meados do século XVIII foram também uma época de grandes mudanças demográficas, assim como de uma recessão

económica, tudo isto desbravando o terreno para uma mais fácil intervenção dos pregadores do Grande Despertar no território americano. Leonard Levy viu assim este fenómeno religioso:

Before the Great Awakening most of the country was religiously parched. Science, reason, and nature – the trinity of the oncoming Enlightenment – with an assist from prosperity and a natural hardening of the religious arteries, had banked the seventeenth century’s intense fires of religious emotion, leaving religion with an unsatisfying sobriety, a cold formalism, and a dull, theological pedantry. The time was right, in the 1730’s, for a reformation, not in doctrine but in the style of worship. George Whitefield, whom Franklin had heard, Gilbert Tennent, Jonathan Edwards, and a host of others seized and shook their audiences, giving them such an intimate sense of personal sin and an overpowering stimulus to be saved that men and women wept, shrieked, and ecstatically sensed the cleansing experience of conversion. This extraordinary phenomenon of “mass hysteria,” this great crescendo of zeal, this revivalistic movement, was the Great Awakening. It convulsed the human spirit and society too, producing paradoxical and lasting results. (Levy *apud* Miller, 1967: v)

Os colonos desta era pré-revolucionária aceitaram a crise como um facto incontroverso, e psicologicamente estavam prontos a aderir à conversão, que separou nitidamente o pecado da virtude. O cristão, ao optar pela pureza num momento de extremos, não se livraria de consequências sociais e políticas subsequentes. A escolha entre o céu e o inferno, ao contrário de exortações cristãs anteriores, era um acto colectivo, um ímpeto conversor dirigido à multidão por parte do clérigo pregador. Jonathan Edwards, noutra obra muito conhecida, *Some Thoughts Concerning the Present Revival of Religion in New England* (1742), tirou partido do sentimento de

crise prevalecente na população, ao mencionar: “The innumerable difficulties that bring God’s dear children into great distress. The presence of distress gives more abundant reason to hope that what is now seen in America, and especially in New England, may prove the dawn of that glorious day.” (Edwards *apud* Bercovitch, 1995: 397)

Joseph Bellamy, o discípulo mais importante de Edwards, referiu-se ao fim da discrepância entre os eleitos de Deus e as restantes almas, uma preocupação central na vida comunitária protestante. No seu sermão *The Millenium* de 1758, Bellamy chamou a atenção para o facto da chegada desse dia glorioso, fazendo com que a própria história tivesse começado a mudar. Esta convicção numa metamorfose histórica teve paralelismos com aquilo em que Thomas Jefferson acreditava, como, por exemplo, o optimismo numa mudança revolucionária, o milagre da nacionalidade, e a crença na união.

O vigor dos sermões revivalistas dividiu as congregações, e originou uma reacção conservadora denominada *Old Lights*, em oposição às *New Lights*, originando cisões que iriam ter consequências duradouras na história religiosa americana. O conflito gerado por esta renovação religiosa da América do século XVIII, teve um resultado que não deixou de ser paradoxal na história das ideias. Ao mesmo tempo que se consolidou o factor religioso no pensamento americano, despontou um humanismo que aliou o Iluminismo à teologia. A liberdade religiosa, em conjunto com os direitos naturais, contribuiu para um movimento imparável na direcção da independência das colónias do Novo Mundo. Richard Hofstadter expôs as seguintes conclusões sobre o tema:

Some historians, finding in the Great Awakening the seeds of the American Revolution, have drawn, so to speak, a straight line from George Whitefield to George Washington. If their case is made to rest too narrowly upon doctrinal

continuity, it can easily be overstated. There were several paths to the Revolution: the liberal theologians and the orthodox, the Puritan, the Anglican, and the Baptist, the religious man and the secular man, each found his own. Since social position, economic interest, personal temperament, and the accident of geography also affected men's attitudes toward resistance to England, it is artificial, even in considering New England, to put too much weight on religious affiliations or creeds. But it is true that only a small liberal elite could experience the moral and emotional meaning of the conflict with England in purely secular terms. Many Americans who took part in the Revolution did so *as Christians* for whom it was intellectually necessary that the Revolution appear as an incident in some providential scheme; their moral energies could best be enlisted through the familiar Protestant methods of self-examination, self-accusation, discipline, and purgation. (Hofstadter, 1973a: 292-293)

Após a independência de 1776, o clero americano ganhou o hábito de se expressar em termos iluministas. O processo de secularização da República enfraqueceu o paralelismo entre a liberdade civil e a religiosa, entre a corrupção cívica e o pecado. Por outras palavras, a Revolução obrigou a que se prestasse uma maior atenção a este mundo do que ao próximo. A América pós-independentista foi testemunha, entre 1776 e 1796, de sete constituições estaduais proibirem aos respectivos clérigos o exercício de cargos públicos.

Os dirigentes laicos revolucionários americanos não encararam o clero como inimigo, mas sim o poder político saído do ressurgimento religioso. Jefferson, numa carta a Thomas Cooper datada de 1822, percebeu o perigo, ao afirmar: “The atmosphere of our country is unquestionably charged with a threatening cloud of fanaticism, lighter in some parts, denser in others, but too heavy in all.”(Jefferson *apud*

Bercovitch, 1995: 420) Merrill Peterson justifica do seguinte modo a ideologia religiosa de Jefferson:

Unlike Adams, for whom the New England church was an ally, Jefferson came to the Revolution as a man alienated from the traditional religious culture of his community. Taking his moral and political directives from the modern philosophy of the Enlightenment, Jefferson felt no need to maintain the centrality of religion in human affairs. Indeed it was one of the missions of the Enlightenment to retire God to the wings and place man at the center of the stage. Destiny was no longer controlled by Providence but by Nature. Man was inherently good, seeking his own happiness through the happiness of others, and with the progress of knowledge Nature would answer all his purposes. Civil education was required, but not churchly discipline. Religious restraints, even the hope of Heaven and the fear of hell, were unnecessary: in so far as they were supported by civil government they were unjust. Just as morality had no certain dependence on religion, religion was of no concern to the state. As Jefferson would write in the Virginia Statute for Religious Freedom, "our civil rights have no dependence on our religious opinions, more than our opinions in physics or geometry." (Peterson, 1976: 6-7)

Por seu lado, as atitudes religiosas de Franklin, sempre contrárias a um dogma estabelecido, foram vistas assim por Gordon Wood:

Although Franklin had been "religiously educated as a Presbyterian," he never accepted the Calvinist conviction that faith alone was the source of salvation; indeed, he became convinced that "the most acceptable Service of God was the doing Good to Man." His respect for the various religions in eighteenth-century America came to depend solely on their contributions to virtue or morality. After concluding in a 1735 newspaper polemic that "a

virtuous Heretick shall be saved before a wicked Christian,” Franklin thereafter decided that religion was not a subject worth disputing in public. Although he continued to make contributions to many churches, he never belonged to any of them – a problem for his reputation in the early nineteenth century. (Wood, 2004: 30)

Tornou-se comum associar o Iluminismo à Revolução Americana, mais propriamente aos pais fundadores, e aos documentos que mais impacto tiveram na gesta independentista, a Declaração da Independência de 1776 e a Constituição de 1787. No século XX, o movimento das Luzes chegou a ser definido por alguns especialistas como um fenómeno situado entre dois mundos, o medieval e o moderno. Carl Becker, uma autoridade em matéria de Declaração da Independência dos Estados Unidos, insistiu em que os intelectuais do Iluminismo, enquanto denunciadores do Cristianismo, estavam porém mais ligados a esta doutrina do que pensavam: “They had put off the fear of God, but maintained a respectful attitude toward the Deity. They ridiculed the idea that the universe had been created in six days, but still believed it to be a beautifully articulated machine designed by the Supreme Being...” (Becker, 1960: 30) Para este autor, os *philosophes* representantes do Iluminismo eram possuidores dos mesmos preconceitos dos europeus da Idade Média, mas agora sob a roupagem de uma linguagem moderna.

Daniel Boorstin, historiador americano recentemente desaparecido, teve uma opinião semelhante à de Becker, e relacionou o Iluminismo Americano com o *Jeffersonian world of ideas*, onde existia uma relação primordial entre Deus, o homem e a natureza. Este mundo incluiu Thomas Jefferson, Benjamin Franklin, Joseph Priestley e Thomas Paine, entre outros patriotas e cientistas dos dois lados do Atlântico. Uma vez compreendido o cosmos jeffersoniano, tornou-se mais fácil a percepção da

ciência e da política do Iluminismo, movimento que estava inserido num mundo ainda governado por Deus.

Houve outros autores, contudo, que interpretaram o mesmo fenómeno a partir de uma vertente mais laica, mais moderna. Para Henry Steele Commager, o movimento das Luzes fez com que a religião desse lugar ao pragmatismo e ao racionalismo do mundo moderno, ou seja, o mundo das descobertas:

It was the age of science, it was the age of philosophy, it was the age of enlightenment. Everywhere the scientists were philosophers, and most of the philosophers scientists, while all were enlightened. They had emancipated themselves from all but the classical past (which was not really past at all, but viewed as contemporary) – the past of ignorance, credulity, and superstition – and now with tireless curiosity and feverish impatience they hurled themselves upon a new world and a new universe. They were not interested in the next world; they were interested in the world about them, the world of Nature, society, politics, and law; they were interested in Man, and their most representative literary production was an Essay on Man. They sailed the seven seas and others that no one had charted before; they mapped unknown islands and unveiled hidden continents. [...] They discovered new worlds of flora and fauna, and fitted them all into the great chain of nature and of being. They probed deep into the earth, and the waters; [...] they found new races of men, new marvels and wonders, and what they did not find they imagined, for their imaginations teemed with Utopias. (Commager, 1977: 1)

Henry May, na sua obra *The Enlightenment in America*, foi talvez quem dissecou mais aprofundadamente as ideias dominantes no século XVIII, nunca se distanciando dos autores que consideraram o Iluminismo e a religião como duas

tradições separadas. Para este autor, o protestantismo é essencial para entender o movimento das Luzes, mas é este que se torna, ele mesmo, religião:

My book, then, does not deal equally with the two main clusters of ideas influential in early America: the Enlightenment and Protestantism, but rather about the Enlightenment, with Protestantism always in the background as matrix, rival, ally, and enemy. It is not about the Enlightenment *and* religion, but rather about the Enlightenment *as* religion. (May, 1976: xiii)

## **2 – A AUTOBIOGRAFIA**

## 2.1 – Introdução

A autobiografia pode ser descrita como o registo da vida (ilusória) de um ser humano. Uma série de factores podem contribuir para o fascínio de alguém, o leitor, se imiscuir na vida de outro alguém, o escritor: conhecer os pormenores das suas vidas privada e social, paixões e preconceitos, crenças e convicções, quase tudo património do foro íntimo de um ser humano.

Poucos foram os escritos autobiográficos desprovidos de alguma forma de interesse, chegando muitos a ser considerados verdadeiras obras de arte. Para serem distinguidas como tal, não estava em causa assinalar a forma ou o conteúdo dessas obras autobiográficas. O importante era conhecer em que princípios se organizava a história de uma vida descrita neste género chamado autobiografia.

A partir do século XVIII, a palavra autobiografia fez a sua entrada na literatura mundial, mais especificamente na literatura europeia. Foi na época pós-clássica que a autobiografia assumiu o seu verdadeiro nome, uma vez que narrações de cariz autobiográfico existiam já desde a Grécia Antiga, mas sem a denominação de autobiografia. Há como que uma interdependência entre as origens históricas e psicológicas deste género literário e a história cultural do Ocidente.

O trabalho autobiográfico consistiu apenas numa de entre várias formas onde o escritor se referia a ele próprio e à sua experiência pessoal. A poesia lírica e a reflexão filosófica constituíram, por exemplo, outras das vias indicadas para o autor narrar experiências da sua vida pessoal. Paul de Man, não sem algumas reservas, pronunciou-se sobre a autonomia do género autobiográfico, que não deixa de considerar menor:

By making autobiography into a genre, one elevates it above the literary status of mere reportage, chronicle, or memoir and gives it a place, albeit a modest one, among the canonical hierarchies of the major literary genres. This does not go without some embarrassment, since compared to tragedy, or epic, or lyric poetry, autobiography always looks slightly disreputable and self-indulgent in a way that may be symptomatic of its incompatibility with the monumental dignity of aesthetic values. (Man, 1984: 67-68)

Primeiro que tudo tornou-se necessário separar a autobiografia das restantes formas literárias imbuídas, pouco ou muito, de um cariz autobiográfico. Cocteau, poeta e actor francês de princípios do século XX, escreveu: “Toda a linha que escrevemos traça o nosso auto-retrato e denuncia-nos.” (Cocteau *apud* Pascal, 1960: 3) Embora este seja um exemplo extremo, há uma relativa facilidade em confundir a autobiografia com outras formas literárias aparentadas, ou seja, memórias, reminiscências, cartas ou diários. Karl Weintraub viu a diferença entre memória e autobiografia do seguinte modo:

The essential subject matter of all autobiographic writing is concretely *experienced* reality and not the realm of brute external fact. External reality is embedded in experience, but it is viewed from within the modification of inward life forming our experience; external fact attains a degree of symptomatic value derived from inward absorption and reflection. [...] Autobiography presupposes a writer intent upon reflection on this inward realm of experience, someone for whom this inner world of experience is important. In memoir external fact is, indeed, translated into conscious experience, but the eye of the writer is focused less on the inner experience than on the external realm of fact. The interest of the memoirist is on the

world of events, he records the memories of significant happenings; ideally he aspires to God's all-seeing eye. (Weintraub, 1975: 822-23)

A linha separadora entre a autobiografia e a memória, ou a reminiscência, é bastante ténue, sendo que, por vezes, não existe linha divisória nenhuma. Toda a autobiografia se funda na memória, assim como todas as memórias contêm alguma informação autobiográfica, estando ambas baseadas em experiências pessoais, de ordem cronológica e reflexiva. Contudo, na autobiografia, a atenção do autor dirige-se para o seu *Eu*, ao passo que na memória ou na reminiscência essa atenção é direccionada para outros. Por conseguinte, as autobiografias de políticos e de figuras públicas, como Thomas Jefferson, autor da Declaração da Independência dos Estados Unidos, e John Adams, segundo presidente americano, são quase sempre memórias. De início, essas obras incluíram material verdadeiramente autobiográfico acerca da infância e da juventude do autor. Mas uma vez dentro do complexo mundo da política, o escritor aparece somente como um pequeno elemento no meio de personalidades e forças mais poderosas. O seu papel é o de um observador, tentando unir as suas experiências, e nunca o de um actor. Acresce que na vida política, existiu sempre uma grande tendência para escrever uma autobiografia destinada a persuadir.

Há também casos frequentes de memórias não pertencentes à esfera política. Por exemplo, Logan Pearsall Smith, ensaísta americano autor da obra *Unforgotten Years*, publicada em 1939, e por si chamada de reminiscências, referiu-se assim aos seus anos de infância: "I detect in myself a tendency to sentimentalise over these early years of my existence. It is not that I wish to recall my youth. It is rather that I feel a kind of impatient pity for that half-baked young fool of an American boy about whom I have been writing." (Smith *apud* Pascal, 1960: 7) Havia alguma dificuldade em o autor poder utilizar termos como *existence*, *impatient* e *half-baked* numa autobiografia. Além

disso, ele empenhou-se em evitar que os lugares e as pessoas que mais apreciava fossem completamente esquecidos, não por qualquer influência exercida sobre ele, mas sim pela amabilidade da parte delas.

Consideremos agora a diferença entre o diário e a autobiografia. Enquanto esta última constitui a revisão de um determinado período de uma vida, o diário, apesar de reflexivo, avança através de uma série de momentos no tempo. Na autobiografia há a necessidade de um moldar coerente do passado, e no caso de haver citações de diários ou de cartas, torna-se obrigatória uma explicação por parte do autor. O diarista tem o hábito de registrar aquilo que lhe parece importante na altura, e não se preocupar com o significado a longo prazo. Autores há que atribuem aos diários a possibilidade de uma maior valorização com o decorrer do tempo:

Even diaries written mechanically and privately without any consciousness of an audience can be gilded by the process of time, each tiny event being given an adventitious value as a survivor from things, people and events long forgotten. Instance after instance can be given of this accretion to some pedestrian record which lifts it up to the status of literature; probably historical literature rather than imaginative, but nevertheless of a value which it had not possessed when it was written, and beyond the range of its author's aspiration. (Church, 1960: 470)

Há ainda a ter em conta outros géneros diferentes da autobiografia, como as reflexões filosóficas sobre o *eu*, caso das *Meditações* de Marco Aurélio, e do autorretrato de Nietzsche. Por outro lado, muitos diários e periódicos dos pietistas<sup>7</sup>, narrando as suas confissões sob tortura, também não podem ser confundidos com autobiografia.

---

<sup>7</sup> O movimento pietista surgiu no final do século XVII, e combinou o Luteranismo com o Puritanismo, dando ênfase à piedade individual e a uma vida cristã vigorosa.

O factor comum a todos estes registos prende-se com a representação estática da personalidade feita através da introspecção. A autobiografia, pelo contrário, trata da representação do *eu* individual no seu relacionamento com o mundo exterior, isto baseado num método histórico. Há como que uma realização desse *eu* através do inter-relacionamento com a sociedade que o rodeia. Assim, pode ser afirmado que as autobiografias contêm já os germens da descrição dos usos e costumes da época em que são produzidas, como no caso das *Confissões* de Santo Agostinho, autor que será posteriormente tratado mais em detalhe. As autobiografias dedicadas maioritariamente à vida interior, secundarizando o mundo exterior, como aconteceu às obras dos místicos medievais, não concretizaram todas as potencialidades do respectivo género literário.

Para Barrett John Mandel, a autobiografia define-se como: “a retrospective account of a man’s whole life (or a significant part of a life) written as avowed truth and for a specific purpose by the man who lived the life.” (Mandel, 1968: 217)<sup>8</sup> O que foi anteriormente mencionado ajuda-nos a equacionar uma melhor definição de autobiografia, obrigatoriamente ligada à reconstrução de uma vida, ou parte dela. O principal centro de interesse deve residir permanentemente no *Eu* interior, e não no mundo exterior, embora seja esta dialéctica entre as duas partes que dá uma maior substância à personalidade do autor em causa. Todavia, reconstruir uma vida será sempre tarefa impossível, pois não se pode reviver ou “desviver” aquilo que foi vivido. Mais lógico será admitir que a autobiografia consiste numa moldagem do passado do escritor, cuja história coerente resulta de um conjunto de várias etapas da sua vida individual, e das ligações entre si, finalizando na inter-relação (ou falta dela) entre o *Eu* do indivíduo e o mundo envolvente. O ponto de vista do autor autobiográfico ganha assim uma grande importância, visto ser o que vai conferir unidade ao olhar

---

<sup>8</sup> De assinalar que Mandel utiliza “man” em vez de “person”, o que data este estudo de forma evidente.

retrospectivo sobre a sua vida, a sua *história filosófica*. Por exemplo, Goethe, ao apelidar a sua autobiografia de *Poesia e Verdade*, quis destringer os factos juvenis da visão interpretativa efectuada por um escritor no ocaso da sua vida. Por conseguinte, a condição necessária da autobiografia, a emergência de alguém a partir das sombras vivenciais na direcção da luz do dia materializada num relato, inviabiliza quase por completo a existência de autobiografias por parte de autores jovens.

A autobiografia é, pois, um conluio entre o passado e o presente, em que, como refere Jerome Buckley, frequentemente se dá relevo aos anos da infância:

In the recovery of the past, the autobiographer typically recognizes the dependence of the child on places and persons, the physical setting, and the family circle. He recalls, often in precise detail, the early house and his room in it as places of security and supports for his once amorphous, diffident, inquiring child-self. And he remembers the parents who hovered like protective or menacing deities above him. Autobiography indeed frequently represents the writer's effort to come to terms belatedly with his father or mother, to understand, as only the adult can, the vitality of his parents' being and the meaning of the relationship out of which he was born. If the father or mother has been stiflingly coercive or possessive, the writer may describe the course of his liberation or else the lingering power of obedience from which respect or love or fear has allowed no ultimate escape. In whatever guise, parents and guardians loom large as an autobiographical convention. (Buckley, 1984: 47)

Existem trabalhos de índole autobiográfica que se limitam a uma ou várias experiências com especial incidência sobre a personalidade do autor, como no caso do escritor francês Saint-Exupéry. Muitos livros de viagens ou de guerra estão incluídos nesta categoria, e talvez a melhor designação para tais obras seja a de *escritos*

*autobiográficos*. A autobiografia, por outro lado, deve reportar-se a toda uma vida desde a infância do autor e não apenas ao que possa ser considerado uma quinta-essência. Mas o problema central da autobiografia, e talvez o mais complicado, prende-se não com a narração de factos, mas sim de experiências contendo a sua dose de significado, seja ele de ordem emotiva, comportamental ou qualquer outra. Como referiu Karl Weintraub, o sentido adquirido por um acontecimento da vida passada, quando visto na perspectiva geral dessa vida, marca a diferença da autobiografia:

The genuine autobiographic effort is guided by a desire to discern and to assign meaning to a life. This effort is usually dominated by the writer's "point of view", in the most literal sense of the coordinate point in space and time at which the autobiographer stands to view his life. The essential issue is that such a point in time is located on the lifeline of the writer somewhere beyond a moment of crisis or beyond an experience, or a cumulative set of experiences which can play the same function as a crisis. [...] At such crisis points lives undergo a wrenching; personal matter in diffused suspension is catalyzed to take on clarified form; the personality gels like the crystal on its lattices. It is as if scales fall off the eyes which now begin to see purposes only seen confusedly before. The course of life is seen to have connecting lines previously hidden, converging now to a direction where uncoordinated drift and wandering prevailed before. (Weintraub, 1975: 824)

A obra autobiográfica fornece uma visão interna, o que Rousseau apelidou de *cadeia de sentimentos*, criada única e exclusivamente pelo autor autobiográfico. Este, porém, conserva uma imagem desfocada, em contraste com as imagens nítidas das pessoas e coisas descritas na sua obra. Ao escrever as *Confissões*, a sua obra autobiográfica, Rousseau quis mostrar a história trágica de um homem, repleto de amor pela humanidade e desejoso de ensinar os seres humanos a viverem com os seus *Eus*

incorrutíveis. Isto pela razão do autor se ter tornado num foragido de uma sociedade considerada incorrigível, sociedade e civilização que eram o problema, e não a solução. Só uma completa manipulação das circunstâncias sociais faria com que o indivíduo vivesse em harmonia com o mundo exterior. O processo necessário ao desenvolvimento histórico, isto é, a interrelação entre o *Eu* do escritor e o mundo envolvente, estava aqui longe de se realizar.

Os retratos do autor em muitas autobiografias chocam o leitor não tanto por contradizerem ideias pré-concebidas sobre as suas parecenças com a ideia que sobre o autor se tem, mas pelo facto de ninguém possuir uma ideia concreta acerca desse autor. Ele existe para si próprio como algo incompleto, pleno de virtualidades, sendo o mais importante dessa indeterminação comunicada aos leitores. O biógrafo, pelo contrário, actua a partir de uma personalidade definida anteriormente, e o importante para ele é a compreensão do comportamento da personagem em causa, e não as suas potencialidades.

Existe outra diferença importante entre a autobiografia e a biografia. A *cadeia de sentimentos* acima referida é um produto da memória do autobiógrafo, ao passo que o biógrafo depende de informação previamente registada, sendo obrigado a confirmar e rectificar muitas dessas reminiscências. A falta de objectividade não representa um problema para os autores autobiográficos. Stendhal, por exemplo, afirmou que, longe de pretender escrever uma história, apenas registou as suas memórias para saber que espécie de indivíduo tinha sido. Sobre a relação essencial da autobiografia com a memória, Mary Grizans escreve: “The autobiographical text is a generator of memory...Transference suggests that unmastered materials are resuscitated, revived, resurrected and relived until they are mastered as memory. In other words, one either possesses or one is possessed.” (Grizans, 1991: 307)

Gudmundsdóttir deu também a devida importância ao factor memória na autobiografia:

One could say that memory is what is crucial to autobiography and must, therefore, help define the border between autobiography and fiction. The statement 'I remember' has an unimpeachable status, others can challenge facts, not 'memories'. It is also what makes autobiography a unique genre. It is not only the memories themselves that are the autobiographer's subject, but also *memory* itself and the process of remembering is engaged with in all of the texts examined here. That process becomes visible in the way the autobiographers display a willingness or unwillingness to remember, as in some cases they voice a need, either to forget or to remember. The writing process reveals a need to confirm or deny memories, and the memories themselves are embellished, interrogated or conjured up. (Gudmundsdóttir, 2003: 12)

O valor de uma autobiografia depende da qualidade do espírito do seu autor. Muitas obras deste género literário são conhecidas pela sua trivialidade, ou falta da personalidade. Todavia, desde Santo Agostinho e até aos tempos actuais, a autobiografia passou a ser considerada uma forma de arte literária, sendo dado relevo aos recursos retóricos nela usados e aos temas por ela desenvolvidos. O valor da tradição autobiográfica, assim como a sua importância nas nossas vidas, é vista como residindo na capacidade de nos fornecer modelos para que aceitemos e transformemos as nossas vivências individuais no drama dialéctico da evolução histórica.

À semelhança de outros géneros literários, a autobiografia, embora sob outras denominações, teve o seu percurso através dos séculos. Não havendo uma unanimidade de opiniões quanto aos seus primórdios, o certo é que desde a Antiguidade

Clássica, e passando pela Idade Média até aos tempos modernos, esta forma literária esteve, de algum modo, sempre presente. A maioria dos críticos literários atribuiu a criação da autobiografia à civilização europeia, na pessoa do religioso Santo Agostinho. Embora épocas anteriores tivessem sido férteis em registos autobiográficos, como nos casos da literatura grega e romana, nunca a expressão da história pessoal, nos seus aspectos privado e público, revelou tanta acuidade antes do aparecimento de Santo Agostinho e da sua obra-prima, *Confissões*, verdadeiro marco referencial do género em causa. As fontes agostinianas, não sendo totalmente claras, estavam relacionadas com a preocupação cristã com a alma e com os hábitos confessionários, e também com a auto-afirmação de uma forte personalidade, característica das literaturas grega e romana. Apesar de um elevado grau de retórica, as *Confissões* revelaram um sentimento de vida muito diferente daquele que caracterizou a Antiguidade Clássica, pois deram azo à percepção de um movimento no tempo e na história, de um conjunto de forças que valorizaram uma série de incidentes que, de outro modo, não passariam da trivialidade.

O objectivo central de Santo Agostinho consistiu na escrita de um testemunho dirigido a Deus, transformando-se num manual de devoção. As leituras efectuadas pelo autor tiveram uma grande importância na sua obra, e iam até à literatura clássica, a filosofia e a retórica. O teatro era outra área de interesse de Santo Agostinho, que se admirava do paradoxo de uma assistência poder maravilhar-se perante um espectáculo triste ou mesmo de carácter trágico. O facto de ser professor de retórica e de criação literária contribuiu em grande medida para o processo de conversão do autor. (cf. Bedford, 2009: 105)

Embora a obra de Santo Agostinho seja de inegável interesse e influência, houve vozes que expressaram algumas reservas, entre elas quanto ao modo como se tem

olhado para o uso do termo confissão. Veja-se, por exemplo, a advertência apresentada por Georges May:

Il convient toutefois de manier avec prudence la notion et parfois le mot même de confession. Si, en effet, Rousseau et après lui bien d'autres, comme Verlaine, par exemple, empruntent à saint Augustin le titre de *Confessions*, le mot change de sens sous leurs plumes. Tout d'abord, se confesser à Dieu et se confesser aux hommes sont des attitudes qui, malgré l'usage du même mot, n'ont pour ainsi dire rien de commun. Et aussi, il ne faut pas oublier qu'en latin d'église le mot *confessio* ne veut pas seulement dire aveu : il veut aussi dire louange. De plus, il existe au moins un fait historique tendant à nous mettre en garde contre la tentation d'exagérer l'influence possible de la confession sur la vocation autobiographique. On observe, en effet, que les premières grandes autobiographies – celles de Bunyan, de Rousseau, de Franklin, de Gibbon, de Goethe – tendent être en majorité les oeuvres d'écrivains de culture protestante. (May, 1984: 25)

Desfrutando de uma enorme difusão na Idade Média, o trabalho de Santo Agostinho não teve seguidores à altura durante o milénio seguinte, não obstante autores como Pedro Abelardo e Henri Suso, respectivamente nos séculos XII e XIV, terem desfrutado de uma certa notoriedade durante essa época. Porém, um dos aspectos mais importantes da autobiografia tinha a ver com a consonância entre a experiência e os valores pessoais, o que era algo dificilmente realizável nos tempos imprevisíveis da Idade Média.

O século XVI, em pleno Renascimento, testemunhou o aparecimento de três obras de carácter autobiográfico de uma qualidade elevada para a época. Cellini, Cardano e Santa Teresa de Ávila foram portadores de uma nova atitude, não já

prisioneiros totais de uma mentalidade religiosa, mas preocupados com a sua personalidade individual e o mundo que os rodeava. Benvenuto Cellini, ao perfazer 56 anos, resolveu narrar os incidentes da sua vida, com a imaginação e o orgulho comparáveis aos de um qualquer autor contemporâneo. A sua candidez não obrigou o leitor a partilhar as suas conclusões, fossem elas fantasiosas ou verdadeiras. Prova da sua transparência foi Stendhal ter acentuado o carácter verdadeiro de Cellini, tanto do homem como do escritor. Isto significou, segundo Pascal, o seguinte: “Cellini’s life as well as his account comes from the heart, [...] it has the consistency of a warm and imaginative personality.” (Pascal, 1960: 28)

A obra autobiográfica de Girolano Cardano, *Livro da minha Vida*, foi, em certo sentido, mais moderna do que a de Cellini. A verdade procurada não foi tanto a verdade histórica, de acções e acontecimentos, mas a verdade da sua personalidade, dos sentimentos e das ideias. Em vez de dizer o que devia ser, o autor narrou o que era na realidade, não sendo mais que uma teia de paradoxos. Se para ele a procura da fama era ridícula, ele admitia de qualquer modo que a perseguia. Ao desprezar a opinião pública, orgulhava-se mesmo assim das honras que lhe eram atribuídas. Imbuído destas contradições, resultou um homem complexo, difícil de ser enquadrado em qualquer dos tipos habituais.

A *Vida* de Santa Teresa, a terceira das grandes autobiografias do século XVI, apesar do seu carácter confessional, afastou-se das minudências religiosas de obras como as *Confissões* de Santo Agostinho. A autora associou as descrições da sua vida mística interior aos seus breves encontros com o mundo exterior, tendo este trabalho resultado numa reforma da vida conventual.

De acordo com a bibliografia consultada, o século XVII não assistiu a nada comparável às três obras autobiográficas do século anterior. Exceptuando as

autobiografias religiosas, foram os memorialistas e os diaristas que tiveram a primazia nessa época pouco dada ao género autobiográfico. As obras religiosas, principalmente dos pietistas, realçavam já os detalhes da vida pessoal, tendência essa que se viria a generalizar nas autobiografias seculares posteriores.

A partir do século XVIII, e ao contrário das épocas anteriores, houve um eclodir de interesse na autobiografia, isto é, na escrita da história de uma vida passada. O Renascimento começara a dedicar uma maior atenção ao espírito e ao comportamento individuais, factores que, mais tarde ou mais cedo, iriam reflectir-se no desenvolvimento da autobiografia. Benjamin Franklin, cuja *Autobiografia* será tratada em detalhe em capítulo posterior, e o historiador inglês do século XVIII Edward Gibbon, com as suas *Memórias*, constituíram dois dos maiores contributos para esta época de ouro da literatura autobiográfica.

O autor americano idealizou a sua obra como um guia moral, de intenções didácticas, dedicado em primeiro lugar ao seu filho. O homem de estado, tipógrafo, reformador social, cientista e inventor, narrou as suas múltiplas funções e competências nessa mesma obra, nunca perdendo um sentido de humor que lhe era peculiar, conforme reconhece Pascal:

What holds his narrative together is his need and desire to give an example of how one can make a success of things, so that his didactic intention is the most important structural element of his story. Of his childhood and youth, for instance, he recalls only those incidents which illustrate some useful problem of personal relationships and give a lesson on how to get on with or manage others. Yet his didacticism is not oppressive, and we need not choose between accepting him as an admired model or rejecting him for the base cunning of his commonsense, as D. H. Lawrence did with indignation. His narrative is always tolerant and humorous, and indeed his whole attitude to

himself is the same; eminently practical and “sane”, he tells of his errors and faults with the same simplicity and ironical equanimity as he does of his achievements and wisdom. (Pascal, 1960: 37)

Por seu turno, Gibbon compôs uma verdadeira autobiografia de autor, ao descrever os seus estudos literários e históricos. O valor desta obra residiu na ênfase colocada pelo autor nas inúmeras experiências conducentes ao seu desenvolvimento como historiador. Estas experiências, que consistiram num percurso escolar sinuoso, numa breve conversão ao catolicismo, numa saúde débil, e no insucesso em Oxford, afastaram aquele que foi chamado o gigante inglês do Iluminismo, do pensamento convencional inglês do século XVIII.

Ao denominarem ambas as suas obras de memórias, Benjamin Franklin e Gibbon escreveram na realidade duas autobiografias, pois além de se centrarem numa história pessoal, também delinearão o modo como o indivíduo organizava o mundo à sua volta relativamente à sua personalidade e às tarefas que se lhe deparavam:

Franklin and Gibbon are outstanding in that, with a secure confidence that before them had belonged almost exclusively to religious autobiographers, they recognise in themselves a dynamic inborn quality, their innermost personality, and see their story as its unfolding through encounters with the outer world. Both without further probing, almost complacently, accept their achievement as a worthy standard by which their lives may be evaluated and their narrative made coherent. (Pascal, 1960: 39)

Rousseau, nas *Confissões*, acrescenta algo de novo ao género autobiográfico. Esse algo encontrava-se ligado a perguntas sem resposta sobre a personalidade, como que uma compulsão metafísica (algumas semelhanças com Santo

Agostinho) obrigando o autor a ser verdadeiro para com a sua natureza mais íntima. Além de ser uma narração do que foi feito e uma exposição da personalidade, a autobiografia, com Rousseau, tornou-se na procura do verdadeiro *Eu*. Esta ideia da verdade atribuída ao *Eu*, juntamente com o reconhecimento de isso não ser mais do que uma ilusão, tanto na vida do presente como no passado, consistiu no tema principal das *Confissões* rousseauianas. Para se conhecer Rousseau numa idade mais avançada, tornava-se necessário conhecê-lo nos anos da sua juventude. Este perscrutar do íntimo da personalidade individual fez com que esta obra abrisse uma nova era na história da autobiografia.

A obra de Goethe, *Poesia e Verdade*, foi outro marco importante deste género literário do século XVIII. Para o escritor alemão o *ser* é dinâmico, sempre resultado de um processo. Através do impacto com o mundo exterior, o que esteve escondido torna-se visível, sujeito a mudanças posteriores, que incluem o autor e o herói da autobiografia. O sujeito estático não existe para Goethe, há um constante movimento consigo próprio e com o mundo exterior. A singularidade de uma vida é definida pela inter-dependência entre as características inatas e as aquisições sociais, das quais o *Eu* em constante mutação é uma parte indissociável. O autor de *Poesia e Verdade* recusou as brigas com as circunstâncias e as auto-acusações que pontificaram na obra de Rousseau, e deu todo o realce à fusão entre o *Eu* e o mundo exterior.

O período que mediou entre a publicação das obras acima referidas de Rousseau (1782) e de Goethe (1811), foi decisivo quanto à evolução da autobiografia europeia. A preocupação com a intimidade do *Eu* dos autores autobiográficos era complementada pela singularidade das circunstâncias em que viviam, resultando daí uma importância acrescida das suas experiências. Através da sua escrita, buscaram os elementos constituintes, não só deles próprios, mas do ser humano na sua totalidade. A

autobiografia tornou-se num género consciente, num instrumento para a compreensão da vida, onde cada autor passava por uma auto-descoberta e uma reconciliação consigo próprio.

A este desbravar de novos caminhos, efectuado pela autobiografia no século XVIII, não foi estranho o processo de auto-afirmação por que passava a classe média europeia, ao libertar-se das grilhetas de uma cultura aristocrática. A razão de ser do *Eu* interior das autobiografias religiosas precedentes residira numa crença religiosa predominante. O valor do *Eu* oitocentista, com as suas qualidades intrínsecas, deveu-se aos seus próprios méritos, sem apoios de ordem transcendental. No entanto, por paradoxal que pudesse parecer, havia ainda algo de religioso nas grandes autobiografias do século XVIII. O *Eu* pretendido, expressão de uma realidade, pertencia ao domínio da vida, da Providência ou, porque não dizê-lo, de Deus.

Sem as convenções literárias presentes em tempos anteriores, as descobertas da autobiografia neste período foram de um valor incalculável. A maior de todas teve a ver com o dinamismo da condição humana, pois longe de ser algo estático, o homem reconhecia-se como processo, ser em desenvolvimento, conhecido apenas através da história da sua vida. Outra descoberta importante deste género literário relacionou-se com a crescente consciência da complexidade da mente humana, especialmente a relação entre o *Eu* e as circunstâncias envolventes.

Foram várias as novas tendências apresentadas pela autobiografia. A compreensão teórica do mundo pelo seu autor teve adeptos em Benjamin Franklin e, mais tarde, em Henry Adams, ao passo que a autobiografia sob forma de ensaio foi praticada por autores como Stephen Zweig e Somerset Maugham.

A era moderna considerou o género autobiográfico como uma das formas mais simples e comuns, além de ser a espécie de escrita menos *literária* possível,

produzida por seres humanos por vezes incapazes de admitir a sua condição de escritores. James Olney afirmou o seguinte a este propósito:

Although it is widely practised by self-proclaimed nonscribblers, autobiography exercises something very like a fatal attraction for nearly all men and women who would call themselves “writers.” The daring venture of writing their own lives directly as well as indirectly seems to have an overwhelming appeal for all such. (Olney, 1980: 4)

Mas críticos contemporâneos, por mais paradoxal que isso possa parecer, também admitiram ser a autobiografia a *performance* literária mais auto-consciente possível. A auto-afirmação e o valor literário de Santo Agostinho, assim como de Montaigne e de Rousseau foram indiscutíveis, embora o *Eu* hiperconsciente mais recente ainda não existisse durante a vida destes escritores.

A dificuldade em encontrar uma data precisa para início da actividade autobiográfica é algo que tem ocupado os críticos literários. Além da obra agostiniana, os *Ensaio*s de Montaigne (1595) ou as *Confissões* de Rousseau (1760), ou até a muito anterior *Sétima Epístola* de Platão (século IV A.C.), constituíram possíveis pontos de referência para uma resposta adequada quanto aos começos da autobiografia.

Lejeune, na sua obra *Le Pacte Autobiographique*, texto crítico fundamental ainda que já um tanto ultrapassado, definiu a autobiografia da seguinte maneira: “Un récit rétrospectif en prose qu’une personne réelle fait de sa propre existence, lorsqu’elle met l’accent sur sa vie individuelle, en particulier sur l’histoire de sa personnalité.” (Lejeune, 1975: 14) No entanto, na parte final do seu trabalho, Lejeune fugiu à rigidez de definições impostas, e asseverou que, na vez de um género literário isolado, devia ser considerado um sistema orgânico de géneros em permanente transformação.

As origens do vocábulo *autobiografia* advieram da junção dos termos gregos *auto* (*Eu*), *bio* (vida) e *grafia* (escrita), querendo assim significar a escrita da vida de si próprio. Muita da análise do modo autobiográfico começou por ser dirigida ao *auto* – como o acto autobiográfico era, ao mesmo tempo, uma descoberta, uma criação e uma imitação do *Eu*. Os críticos que aceitaram o *auto* como primeiro objecto de análise tornaram-se bastante liberais na compreensão do *bio*, fruto das mais diversas interpretações: a vida do autor até ao momento da escrita da obra, a configuração psíquica do indivíduo no momento fulcral da escrita, ou a história de um povo a viver neste autor autobiográfico. A mudança de foco efectuada de *bio* para *auto*, ou seja, da vida para o *Eu*, foi determinante na abertura de novas direcções filosóficas, psicológicas e literárias.

Não deixa de ser interessante que, nos estudos literários, a biografia tenha tido uma aceitação mais precoce do que a autobiografia, quando a primeira é, paradoxo espantoso, uma interferência de alguém na vida de outro alguém. No entender de Paul John Eakin, há mesmo uma relação entre a biografia e a autobiografia a nível da dialéctica entre passado e presente:

The relation between past and present, whether considered as a biographical content or as an aspect of the autobiographical act, would, then, be dialectical: each determining and determined by the other. If in this matter of the self and its past I am prepared to grant so large a place to process, to change, what becomes of the concept of identity that it is the project of any autobiography both to negotiate and to deliver? How can we be said to have any connection with what we were, how can we even share the identical proper name, if our knowledge of what we were – the necessary reference of that name in our discourse – is an inherently unstable category? My answer is, paradoxically, that the alteration Barrett Mandel so shrewdly observes in the content of

remembered fact and self (in each of its subsequent rememberings) may be in effect what permits the possibility of identity, of our seeming to ourselves to be *in some sense* recognizably the same individual surviving, acting, and feeling over the years. The alteration in our memories of who we were helps to keep the history of that earlier self or selves in sync with the self we have become. (Eakin, 1992: 66)

É também interessante verificar como os problemas associados com a classificação do texto autobiográfico se têm resolvido por vezes por via do entendimento de que estão ligados ao autobiográfico e, desse modo, ao histórico:

Prior to the refocusing from *bios* to *autos* there had been a rather naïve threefold assumption about the writing of an autobiography: first, that the *bios* of autobiography could only signify “the course of a lifetime” or at least a significant portion of a lifetime; second, that the autobiographer could narrate his life in a manner at least approaching an objective historical account and make of that internal subject a text existing in the external world; and third, that there was nothing problematical about the *autos*, no agonizing questions of identity, self-definition, self-existence, or self-deception – at least none the reader need attend to – and therefore the fact that the individual was himself narrating the story of himself had no troubling philosophical, psychological, literary, or historical implications. In other words, the *autos* was taken to be perfectly neutral and adding it to “biography” changed nothing (which is why librarians and bibliographers, being good, simple souls and devoted to systems of classification that go back far beyond the time when the study of autobiography came into vogue, like to view autobiography as nothing other than a subdivision of biography – which is itself classified as a variety of history. (Olney, 1980: 20)

A questão da veracidade do autor estava associada à suposta neutralidade do *auto*, que apenas existia na aparência. Assim, importa referir que Gusdorf enfatizou que o *auto*, longe de ser neutro, tinha as suas razões e a sua verdade, totalmente desligadas da razão e da visão histórica do *bio*. (cf. Gusdorf, 1956)

Esta viragem na direcção do *auto*, o *Eu* que vai moldar e determinar a natureza da autobiografia, teve uma importância enorme na inclusão da autobiografia nas discussões literárias. Isto devido ao facto de por detrás de qualquer obra literária existir sempre um *Eu*, explícito ou implícito, com uma presença determinante. Sem a existência desse *Eu*, a obra ver-se-ia reduzida a uma mera insignificância. James Cox mencionou este tema quando, ao analisar as *Memórias* de Thomas Jefferson, intitulou um dos seus artigos “Recovering Literature’s Lost Ground Through Autobiography.”<sup>9</sup>

Em coerência com o afirmado anteriormente, o *bio* de uma autobiografia será aquilo que o *auto* quiser que seja. Mas, no que respeita ao trabalho concluído, nem o *auto* nem o *bio* constituem uma entidade completa. Aqui a *grafia* (acto da escrita), o terceiro elemento desta tríade, assume toda a sua importância, pois é através da escrita que o *Eu* e a vida ganham forma e se reflectem mutuamente como dois espelhos. Numa situação extrema, pode ser dito que o texto escrito adquire vida própria, libertando-se das ficções do *Eu* (auto) e da vida (bio).

Houve algumas razões para a autobiografia ser alvo de um reconhecimento tardio pelos críticos literários. Uma delas consistiu no autor autobiográfico nunca poder contar o fim da sua história, ou seja, no facto do *bio* dever ficar sempre incompleto, só podendo completar-se com a morte do escritor. Assim, a obra como que perderia em integridade e harmonia de conjunto. O *Eu*, pela sua natureza, também denota uma incompletude, pois encontra-se sempre em processo, ou, mais exactamente, é ele

---

<sup>9</sup> Artigo incluído na obra editada por James Olney, 1980, *Autobiography: Essays Theoretical and Critical*.

próprio um processo. Outra das razões para a menor existência de uma literatura crítica sobre autobiografia prende-se com o facto deste género ser um acto auto-reflexivo e auto-crítico, o que fez com que a crítica autobiográfica estivesse incluída *dentro* da própria autobiografia. Autores como Santo Agostinho, Montaigne e Rousseau discutiram e analisaram o acto autobiográfico em pleno acto de criação, isto é, falaram sobre o que faziam ao mesmo tempo que o faziam. Outros autores, como Paul de Man, vão ao ponto de afirmar o seguinte: “Autobiography is not a genre or a mode, but a figure of reading or of understanding that occurs, to some degree, in all texts.” (Man, 1984: 70)

A verdade autobiográfica não é simplesmente a fidelidade aos factos, ao modo como o autor é olhado pelos outros, mas também um narrar de sucessivas auto-imagens, e a aceitação (ou distorção) dessas imagens pelo mundo. Além de uma questão de identidade, assiste-se a uma tensão permanente entre a auto-imagem do autor e o reconhecimento social que lhe é devido. Psicologicamente, a autobiografia pode ser vista como uma derradeira tentativa de persuadir o mundo a observar o *Eu* do autor através dos seus próprios olhos, ou seja, reconhecer finalmente o que é invisível. O valor da autobiografia consiste em mostrar o significado de uma vida, em apresentar acontecimentos símbolos de uma personalidade em desenvolvimento, não apenas de acordo com as próprias leis do autor autobiográfico, mas também em resposta ao mundo à sua volta.

O objectivo de todos os autores autobiográficos, desde os primórdios deste género literário, foi contar a verdade acerca de si próprios. Para as autobiografias religiosas a verdade estava inserida na própria crença, ao passo que para outros autores a verdade podia ser considerada um simples êxito profissional. Deparam-se, no entanto, três obstáculos principais a qualquer escritor interessado na transformação das

memórias da sua vida em documento literário, que tinham a ver com a natureza do conteúdo a ser tratado, o seu carácter retrospectivo e a veracidade do que era narrado.

Em primeiro lugar, todo o material constante da obra autobiográfica deve tratar especificamente os factos relacionados com a vida do seu autor. O romancista, ao criar um mundo de ficção, vai beber as suas fontes às experiências da sua vida, mas não está obrigado, como o autor autobiográfico, a reportar-se somente aos acontecimentos principais da sua história pessoal. Por conseguinte, o género autobiográfico difere bastante de outros textos como, por exemplo, o romance epistolar ou o do poema épico.

O autor da autobiografia cinge-se sempre a um registo com carácter retrospectivo. Contrariamente a um escritor de ficção, que pode criar mundos totalmente inexistentes, o escritor autobiográfico deve debruçar-se sobre segmentos verdadeiros do seu passado. Ele não pode evitar a criação do seu mundo autobiográfico como uma imitação do passado vivido, embora não tenha de respeitar a ordem cronológica.

No que diz respeito ao terceiro aspecto limitativo da composição autobiográfica, a fidelidade ao âmbito do verídico, surge um problema delicado. Através da história, houve inúmeras autobiografias, casos de Cellini e de Rousseau, férteis em inverdades, isto além do século XX ter mudado radicalmente o conceito de verdade. É evidente que qualquer autor autobiográfico afirma, explícita ou implicitamente, dizer só a verdade, pelo menos daquilo que seleccionou para ser publicado, tal como expresso por Mandel: “The reader turns to autobiography to learn the truth about the author – to learn, at least, what the autobiographer wishes to be taken as true about his life.” (Mandel, 1968: 220) Mas isso não quer dizer que a questão do que é narrar a verdade esteja resolvida.

Estes três limites típicos do género autobiográfico, ajudam a distingui-lo da ficção. O romance e a *short story* não estão restritos à descrição verdadeira da vida do

respectivo autor. O mundo autobiográfico depende em grande parte do verdadeiro mundo do seu autor, e o escritor que crie um mundo auto-suficiente, sem sinais retóricos reveladores de uma imitação da vida verdadeira, atravessa a fronteira criadora da ficção.

A autobiografia, à semelhança de qualquer outra actividade humana racional, tem sempre um objectivo a alcançar. É esta motivação, consciente ou não, que impele o escritor autobiográfico a definir a sua auto-visão emergente. O autor pode querer justificar acções do passado, caso de Cellini, ajudando assim ao aparecimento de critérios orientadores, ou, como fez Rousseau, confessar uma vida culposa, e aqui são apenas seleccionados os aspectos da vida típicos de uma história a necessitar de confissão. Num âmbito mais lato, o autor pode preferir ver a sua obra como um objecto estético, um fim em si mesmo. Também pode eleger a sua vida como um meio para alcançar um fim, casos de Jonathan Edwards e de John Bunyan, que pretenderam atingir objectivos retóricos, ou seja, dar uma lição.

A autobiografia foi um género literário que conseguiu reunir uma cultura europeia comum. Produto da civilização ocidental, só nos tempos modernos se assistiu a uma expansão da obra autobiográfica para outras latitudes. Ela estabelece, nos seus melhores exemplos, um equilíbrio entre o *Eu* interior e o mundo exterior, entre o subjectivo e o objectivo. Ao analisar a originalidade do *Eu*, que escapa a toda e qualquer definição, o autor autobiográfico tenta delinear a sua identidade histórica, não através de actos contemplativos, mas de encontros com o mundo exterior.

Consciente ou inconscientemente, a tarefa do autor de uma autobiografia vai no sentido de revelar a dinâmica do crescimento da personalidade por meio da interacção entre influências internas e externas. Mas, longe de serem apenas uma

questão de ajuste, as relações entre o *Eu* e o mundo podem assumir, na autobiografia, um sentido de descoberta ou mesmo de transformação:

Autobiography sometimes, as in the cases of Freud, Darwin, and Trotsky, testifies to the power of one man to remake or discover the world. This feeling that some autobiographers have – the feeling that man must and can do something to change his world – brings autobiography much closer to the world of action, and sometimes propaganda, than some critics might feel is happy for the aesthetic function of literature. But a sword or shield can be beautiful, and literature can include among its several functions that of more or less directly moving men to action. St. Augustine's *Confessions* is, among other things, an impassioned and joyous hymn of faith and a living advertisement for conversion to the Christian way of life. It has changed the lives of many men. (Shapiro, 1968: 429)

A vida é representada na autobiografia não como algo estabelecido, mas sim como um processo, onde conta tanto a descrição da viagem como a própria viagem. Está aqui implícito um sentido de descoberta, e quando a autobiografia se apresenta como uma exposição conhecida desde o princípio, prevalece um sentimento de insucesso. O recordar é, em si mesmo, um acto criativo e, mais ainda, a avaliação dessas memórias. Sendo a vida uma expedição no desconhecido, o acto de escrita autobiográfica constitui sempre uma novidade humana, e como qualquer acto novo de alguma importância, nunca é indiferente:

Inasmuch as autobiography proper is that literary form in which a self retraces its life, the form is, obviously, conditioned by the prevailing conception of "life". The hallmark of life is that it is process, and that, as Georg Simmel said, life wants more life. If life is process, it should be understood as process;

autobiography, by virtue of its inward experiential marks, may indeed have a special function in helping us to understand life as process. (Weintraub, 1975: 828)

O auto-conhecimento tornou-se numa das causas primeiras do género autobiográfico. Consciente ou inconscientemente, a maioria das autobiografias descreve os modos peculiares do coração e do espírito, relativos ao duplo aspecto das nossas vidas consistindo na lei e na liberdade. Mas coloca-se sempre a pergunta sobre se essas obras são valorizadas de acordo com a profundidade psicológica nelas contida. Obras como as de Santo Agostinho e de Rousseau, já referidas anteriormente, onde foram descobertos processos psicológicos ignorados até então, constituíram pontos-chave na história da compreensão psicológica. Essas descobertas só foram possíveis através do género autobiográfico, género que libertou o pensamento psicológico das grilhetas convencionais. No entanto, todas as autobiografias, mesmo as de maior carga psicológica, contêm uma zona cinzenta no seu âmago. Santo Agostinho, por exemplo, não descobriu nada de novo relativamente à natureza do relacionamento com a mãe, os amigos e, principalmente, a religião. Rousseau, apesar da sua brilhante perspicácia, detinha um enorme grau de ingenuidade em relação a si próprio.

A obra autobiográfica é a história de uma vida terrena. Os inúmeros impulsos pessoais são reduzidos no sentido de uma corrente principal, capaz de uma ulterior elaboração. A narrativa inclui então o registo das experiências, dos eventos, e dos pensamentos que despoletaram diferentes acções e decisões. O resultado acaba por ser uma interpenetração da vida interior com a exterior, do autor para com a sociedade. A proeza principal da arte autobiográfica revela-se aqui em toda a sua extensão, pois os acontecimentos descritos são símbolos da personalidade do autor, personalidade que evoluiu não só de acordo com as suas leis, mas também em reacção ao mundo

circundante. É através destes eventos que os escritores autobiográficos e os leitores tomam conhecimento da vida, conhecimento adquirido por via da imaginação.

No caso do autor autobiográfico denotar falta de seriedade, ou de carácter, a obra não poderá chegar a bom porto. O mesmo acontece quando não é alcançado o ponto de equilíbrio entre o indivíduo e o ambiente que o rodeia. O sucesso da obra de Santa Teresa de Ávila, por exemplo, deveu-se à sua personalidade, capaz de unir as experiências exteriores com o mundo interior da escritora.

Toda e qualquer autobiografia deve conter, à partida, uma estrutura definida relativamente à história a ser contada. Contudo, seria errado pensar que isto pudesse limitar o grau da veracidade autobiográfica. À semelhança do que acontece no romance, todas as estruturas narradoras da história individual são de carácter cumulativo, não havendo a necessidade de serem trazidas à colação permanentemente. Os sucessivos acontecimentos vão-se baseando em factos anteriores, tudo numa progressiva construção da personalidade autobiográfica:

What is decisive for the art of autobiography is the relationship of the parts, the mutual reflection of all elements in their evolution, the intimate and dynamic identity of experiences and events with the writer, with the writer as object of the book and as author. One should speak of autobiography in terms of a type of “Gestalt” theory. Its truth lies in the building up of a personality through the images it makes of itself, that embody its mode of absorbing and reacting to the outer world, and that are profoundly related to one another at each moment and in the succession from past to present. The value and truth of autobiography – and its value is always linked with its truth – are not dependent on the degree of conscious psychological penetration, on separate flashes of insight; they arise out of the monolithic impact of a personality that out of its own and the world’s infinitude forms round itself, through

composition and style, a homogeneous entity, both in the sense that it operates consistently on the world and in the sense that it creates a consistent series of mental images out of its encounters with the world. (Pascal, 1960: 188)

Uma questão sempre presente é a da própria natureza da autobiografia, que teve o seu maior desenvolvimento após as revoluções americana e francesa. O sub-género autobiográfico difere da poesia, da ficção e do drama, sendo denominado muitas vezes de prosa não ficcional. No entanto, de todos os géneros e sub-géneros literários, a autobiografia e a biografia são provavelmente os que se apresentam com uma maior clareza para o leitor. Consistindo a autobiografia na narração da história de uma pessoa escrita por ela própria, essa mesma narrativa pode basear-se em factos verídicos ou em invenções, naquilo que aconteceu ou no que não aconteceu. No entanto, os limites temporais de cada relato histórico, tal como numa obra de ficção, têm de ter uma justificação própria, como reconhece James Cox:

In historical narrative the beginning and the ending are by necessity arbitrary and unreal (perhaps untrue would be the better term), for history has no beginning and no end. Thus the historian has to set up a principle of organization which will justify a beginning and an ending, concealing his intrusion into the irreversible historical stream. He therefore writes of the history of nations, of wars, of movements, of ideas, of governments, of decades, of explorations, always segmenting the continuous narrative line of history. His exit and entrance are the two sure fictive aspects of his form, and though he may achieve freedom of interpretation along the way, he is bound to the fact and the sequence of past events. The writer of fiction, on the other hand, has to begin and he has to end, for fiction is all invention, and its sure truths are that it does begin and does end. That is the inescapable necessity for

the novelist and his whole effort is to realize that truth – to make the beginning and the ending as fatal and as final as they truly are. (Cox, 1971: 254-255)

A narrativa autobiográfica situa-se entre a narrativa histórica e a de ficção. É nitidamente histórica, na medida em que possui um início historicamente situado ainda que estabelecido arbitrariamente pelo seu autor, mas, por outro lado, o escritor não pode escolher como fim a sua própria morte, sem a autobiografia se aproximar mais da ficção, ou da escrita biográfica.

Desde a Antiguidade Grega o homem exerceu uma procura constante de si próprio, das condições da sua existência. Sócrates chegou a afirmar que uma vida sem o exame de si próprio não é digna de ser vivida, premissa básica do autor autobiográfico. Para poder explicar uma vida, o escritor examina os contextos sociais, históricos e individuais vividos por essa vida, preservando o diálogo entre o *Eu* e o mundo exterior. Segundo Weintraub, a história da autobiografia é a história de auto-conceitos que são construídos de acordo com as imagens culturalmente aceites do *Eu*:

If we place the premium instead on the view that Man is a Proteus, that he, like the servant of Poseidon, can take on many varied forms of being, that he expresses his Protean nature in many varied actualizations of the vastly variable human potential, then the history of autobiography becomes the story of men's ever-changing self-conceptions. And insofar as men reflect in their self-conceptions also the culture in which they live, the culture which helped shape them and which they, in turn, will shape, the history of self-conceptions can also be one sort of barometer of different culture configurations. (Weintraub, 1975: 834)

A autobiografia tornou-se um gênero devesas importante na América, tendo Spengemann referido o seguinte: "This notion of individual identity, in fact, may well be the central belief of our culture. With all its ramifications - personal responsibility, individual destiny, dissent, vocation and so forth - it forms the core of our being and the fabric of our history". (Spengemann, 1965: 516) Uma vez que o escritor autobiográfico americano revelou a sua identidade em termos de auto-conceitos culturalmente aceites, ele apresentou ao historiador uma enorme quantidade de história cultural e social. Ao revelar um auto-conceito predominante, o autor do gênero em questão demonstrou uma complementaridade da história da vida e do contexto histórico. Para Philippe Lejeune a autobiografia é algo relativamente recente:

Sur un point, dtout le monde est à peu près d'accord : il existe une corrélation entre le développement de la littérature autobiographique et la montée d'une nouvelle classe dominante, la bourgeoisie, de la même manière que le genre littéraire des mémoires a été intimement lié à l'évolution du système féodal. A travers la littérature autobiographique se maifestent la conception de la personne et l'individualisme propres à nos sociétés: on ne trouverait rien de semblable ni dans les sociétés anciennes, ni dans les sociétés dites « primitives », ni même dans d'autres sociétés contemporaines des nôtres, comme la société chinoise communiste, où l'on cherche justement à éviter que l'individu n'envisage sa vie personnelle comme une propriété privée susceptible de devenir valeur d'échange. (Lejeune, 1975: 340)

Muitas obras de carácter autobiográfico precederam o nascimento da nação americana, como demonstram as referências neste trabalho a autores como Santo Agostinho, Cellini, Montaigne e Casanova. No entanto, a história do termo *autobiografia* é mais breve do que a história do impulso autobiográfico, o que indica

que este género literário pertence a uma época relativamente recente. Apesar da palavra *biografia* ter aparecido pela primeira vez em 1688, pela mão do poeta e dramaturgo inglês John Dryden, a forma composta *autobiografia* apenas surgiu em 1809, quando o poeta romântico Robert Southey a utilizou num artigo sobre literatura portuguesa, no primeiro volume da revista *Quarterly Review*. O *Universal, Etymological, Technical and Pronouncing Dictionary* de John Craig utilizou a nova denominação em 1849, embora esta só aparecesse no mais conhecido *Webster Dictionary* em 1864. A aceitação gradual do novo termo reflectiu a emergência de uma nova personalidade, a individual.

A definição de autobiografia existente nos dicionários referiu-se apenas a: “a story of a person’s life written by himself”. Contudo, esta aparente simplificação definidora esconde um género literário deveras complicado. Stephen Spender foi da seguinte opinião:

Unless one is to oneself entirely public, it seems that the problem of an autobiographer, when he considers the material of his own past, is that he is confronted not by one life – which he sees from the outside – but by two. One of these lives is himself as others see him – his social or historic personality – the sum of his achievements, his appearances, his personal relationships. All these are real to him as, say, his own image in a mirror. But there is also himself as known only to himself, himself seen from the inside of his own existence. This inside self has a history which may have no significance in any objective ‘history of his time’. It is the history of himself observing the observer, and not as the observed of others. (Spender, 1955: 64)

A história deste género literário tem girado à volta da dicotomia que, apesar de não ser perfeita, existe entre o *Eu* privado e o *Euf* público. Etimologicamente, a autobiografia deve incluir experiências públicas e privadas, uma combinação de

*memórias*, o registo público do seu autor, e de *confissões*, o registo das suas experiências privadas. Enquanto o primeiro termo se refere a acontecimentos e indivíduos conhecidos do escritor, o segundo refere-se às alegrias, tristezas e confusões privadas. Os autores autobiográficos procuram o auto-conhecimento, mas conhecer-se a si próprio nunca foi algo fácil de concretizar, e a verdade não está garantida nesse auto-conhecimento. O esforço autobiográfico, um dos modos de se conhecer a si próprio, é tão complicado como a diferença entre a verdade e a ficção. James Olney, na sua obra *Metaphors of Self*, asseverou o seguinte:

The self, being as distinct as religion holds the soul to be (or more distinct, since soul is an aspect of self), is infinitely difficult to get at, to encompass, to know how to deal with: it bears no definition; it squirts like mercury away from observation; it is not known except privately and intuitively; it is, for each of us, only itself, unlike anything else experienced or experienceable. And yet, the man who commits himself to the whole task of the autobiographer intends to make this self the subject of his book and to impart some sense of it to the reader. (Olney, 1972: 23)

Devido a esta dificuldade na descrição do *Eu*, os autores autobiográficos, nos seus conceitos de *Eu*, sintetizaram o público e o privado de acordo com as ideias prevalentes na época e na cultura que representavam.

Por seu turno, os críticos autobiográficos, ao procurarem uma definição adequada deste género, debateram-se com a mesma dicotomia entre o *Eu* público e o *Eu* privado tão cara aos autores autobiográficos. Albert Stone sintetizou assim as várias definições de autobiografia:

Autobiography, as roughly distinguished from journal, diary or reminiscence, is the retrospective account of an individual's life, or a significant part thereof, written by that person with the avowed intent of telling the truthful story of his or her public and private experience. Autobiography thus describes a content not a form. (Stone, 1972: 24)

A definição fornecida por Stone está consentânea com a da maioria dos especialistas em autobiografia. Primeiramente concluem aquilo que a autobiografia não é, nem diário, nem periódico, nem reminiscência, para depois assinalarem que a obra autobiográfica é escrita simplesmente para contar a verdade de uma parte do passado do seu autor.

Muitos peritos deste género literário analisam-no pelo que não é, quer seja no caso da expressão da verdade, quer no do registo das experiências públicas e privadas. O campo da autobiografia encontra-se dividido entre teóricos e historiadores. Os teóricos como Anna Robenson Burr, Roy Pascal, James Olney, Francis R. Hart, Warner Berthoff e Northrop Frye, entre outros, estão essencialmente interessados nos aspectos intrínsecos da forma autobiográfica (organização, estrutura, símbolo, metáfora), e como estes exprimem a verdade individual e universal. Quanto aos historiadores, como Robert Sayre, James Cox, Daniel Shea, E. Fendelman, Stephen Butterfield, William C. Spengemann e L. R. Lundquist, Karl J. Weintraub e Elizabeth W. Bruss, enfatizam o conteúdo mutável da autobiografia, reflectindo o contexto sócio-histórico vivido pelos seus autores. Esta divisão entre teóricos e historiadores reflecte outra diferença, a existente entre a crítica literária autotélica e a crítica literária mimética, assim como a diferença entre o *Eu* privado e o *Eu* público sentida pelo escritor autobiográfico.

O contributo mais importante dos teóricos autobiográficos consistiu na sua descrição da forma autobiográfica. A explicação avançada por Roy Pascal foi especialmente útil, uma vez que forneceu pistas para uma análise autobiográfica:

It is necessary first to discriminate between autobiography proper and other literary forms that have autobiographical content. [...] The formal difference between diary and autobiography is obvious. The latter is a review of a life from a particular moment in time, while the diary, however reflective it may be, moves through a series of moments in time. (Pascal, 1960: 3)

Apesar de parecer difícil a diferença entre autobiografia e memórias, a distinção pode ser efectuada de acordo com a sua ênfase: a autobiografia privilegia o *Eu* individual, ao passo que as memórias incidem sobre as recordações e reminiscências de outras pessoas. Além disso, o método histórico autobiográfico é distinto da reflexão filosófica do *Eu*. Quando devidamente concretizada, a autobiografia demonstra que o *Eu* é produto da interacção com o mundo envolvente. James Olney tem uma opinião diversa sobre este tema:

What the autobiographer knows, of course, or what he experiences, is all from within: a feeling of his own consciousness and the appearance of others surrounding him and relating to him more or less, in this way or that. An autobiography, if one places it in relation to the life from which it comes, is more than a history of the past and more than a book currently circulating in the world; it is also, intentionally or not, a monument of the self as it is becoming, a metaphor of the self at the summary moment of composition. Because of this, one discovers from certain autobiographies, it comes in the end to the same thing to deny the internal world of the self as to deny the external world of objects. (Olney, 1972: 35)

Olney descreveu os modelos apresentados pelos autores de autobiografias como metáforas do *Eu*. As metáforas, na sua opinião, “are simply a way of knowing.” (Olney, 1972: 31) Estas figuras literárias produzem ordens universais dentro das quais o *Eu* é explicável e das quais emerge uma forma e um significado. O escritor que escreve sobre si mesmo e todos ao mesmo tempo, modelando-se de acordo com uma forma universal, tem necessariamente de se apoiar numa metáfora para moldar a sua vida: “He must rather shape his metaphor to his subjective experience, to what we may call his vision of himself, and make external events fit that significant pattern.” (Olney, 1972: 268) A metáfora medeia entre o público e o privado, o subjectivo e o objectivo, os *Eus* passados e presentes do autor e dos seus leitores.

Como os escritores autobiográficos se retratam de uma forma indirecta, através de modelos ou de metáforas, a verdade torna-se problemática. Northrop Frye refere-se assim às autobiografias: “Most autobiographies are inspired by a creative, therefore fictional, impulse to select only those events and experiences in a writer’s life which go to make up an integrated pattern.” (Frye, 1973: 307) Quer o autor se identifique com algo maior que ele próprio, quer apresente um conjunto de valores e atitudes unificadores do seu trabalho, o certo é que há uma causa final no presente que ordena os acontecimentos no passado. Portanto, o ponto de vista do autor autobiográfico falseia a verdade, porque o que *aconteceu* no passado é explicado e justificado em termos daquilo que *existe* no presente. Frye recorre a algo maior que o *Eu*, de modo a preparar a existência e a história: Deus e os seus desígnios, a filosofia, ou uma ontologia histórica, tudo isto pode servir de esquema organizador de uma autobiografia. O resultado será sempre uma apresentação uniforme da vida, denotando uma finalidade, uma ordem e um significado.

Os teóricos concluíram que a autobiografia era uma forma de organizar acontecimentos pretéritos, tentando criar uma harmonia entre o passado e o presente. Os históricos, por sua vez, contribuíram para uma perspectiva relacionada com um determinado modelo autobiográfico. Em oposição ao argumento de Northrop Frye de que um ponto de vista autobiográfico altera a realidade, Karl J. Weintraub escreveu: “The dominant autobiographical truth is [...] the vision of the pattern and meaning of life which the autobiographer has at the moment of writing his autobiography.” (Weintraub, 1975: 824) Por outras palavras, podemos dizer que o modo como o autor vê a sua vida quando escreve sobre si próprio é a verdade contida numa autobiografia.

## 2.2 – Autobiografia Americana do Século XVIII

A autobiografia americana do século XVII distinguiu-se pelo seu carácter religioso e espiritual. Muitas das narrativas dos primórdios da exploração do continente

norte-americano continham elementos autobiográficos. Por exemplo, as crónicas coloniais dos fundadores puritanos de Plymouth, William Bradford, e da Baía de Massachusetts, John Winthrop, intituladas respectivamente *Of Plymouth Plantation*, e *Journal*, ficaram na história como autobiografias de cunho pessoal. Na linha de uma tradição puritana, figuras públicas de épocas posteriores tais como Thomas Shepard, Increase Mother, Jonathan Edwards, e Benjamin Franklin, além de uma tradição *quaker* como John Woolman, produziram obras autobiográficas, em que pontificou uma vontade de conciliar experiência pessoal com aspectos iluministas da tradição europeia. Será aqui de referir a breve resenha da escrita crítica sobre a literatura autobiográfica da época puritana oferecida por Robert Sayre:

The Puritans also had a sense of their lives unfolding within a grand cosmic drama, and this has long made the study of autobiographies one of the most rewarding approaches to them. Perry Miller's books and essays on the New England mind are, in a way, an extended treatment of Puritan self-history. Sacvan Bercovitch's *Puritan Origins of the American Self*, which moves beyond Miller's intellectual history to a complex study of Puritan typology, promises to be a successor to Miller's work in both its density and, unfortunately, its obscurity. The chapters on personal narrative in Kenneth Murdock's *Literature and Theology in Colonial New England* are still a more available and pleasing introduction. Daniel Shea criticizes both Miller and Murdock, however, for limiting their studies of autobiography to conversion narratives and the not very typical autobiography of Thomas Shepard. The conversion narrative, Shea shows, was such a fixed form that one reads pretty much like another. [...] Shea's comprehensive reading of both the conventional and the unconventional early American spiritual autobiographies makes his book currently the best. It has excellent chapters on the Quakers

and John Woolman, on the Mathers, and on Jonathan Edwards. (Sayre, 1977: 249)

No século XVIII, antes mesmo do aparecimento de narrativas e de peças teatrais, houve escritores americanos que se dedicaram à escrita de diários e de textos autobiográficos, como é o caso da *Personal Narrative* de Jonathan Edwards, do *Journal* de John Woolman e das *Letters from an American Farmer* de Crèvecoeur. De realçar que este género de *literatura pessoal*, puritana e colonial, é mais valorizada nos dias de hoje do que os sermões, panfletos e escritos políticos tão frequentes na época revolucionária americana. A *Autobiografia* de Franklin, *Walden* de Thoreau e *The Education of Henry Adams* do mesmo Henry Adams, podem ser consideradas obras-primas da expressão autobiográfica americana. Houve como que uma simbiose permanente entre a América e a autobiografia desde os tempos formativos do novo país.

John Adams, um dos pais fundadores de 1776, contribuiu a seu modo para a difusão do interesse autobiográfico, através da obra *Discourses on Davila*, relegada injustamente para um segundo plano. O instinto emulativo, superado apenas pelo da auto-preservação, sempre presente no espírito do segundo presidente da nova nação americana, teve alguma aplicação nos campos político e educativo. No entanto, os ataques classificando Adams como defensor da monarquia impediram que *Discourses on Davila*, uma crítica da Revolução Francesa de 1789, fossem conhecidos para além de um círculo restrito de estudiosos desta matéria. A relevância da obra em questão prendia-se com um facto simples. Adams acreditava que o abandono revolucionário dos títulos aristocráticos obrigaria todos os habitantes a procurarem na competição, na maneira de serem olhados pelos outros, a estima e a consideração devidas.

A maior parte dos estudos sobre autobiografia americana descrevem as relações entre o conteúdo autobiográfico e o contexto histórico, deixando muito a

desejar para os teóricos deste género literário. No entanto, estas duas abordagens não são necessariamente incompatíveis. À semelhança dos teóricos, os historiadores da autobiografia estudam os modelos desenvolvidos pelos autobiógrafos para explicar as suas vidas. Mas vão além do texto e do seu autor para investigarem o significado e a origem de um modelo. Na vez de se ocuparem em explicações universais sobre este género (a expressão da verdade ou metáforas do *Eu*), os historiadores tratam da evolução das características deste género através dos tempos e tendo como pano de fundo o contexto epocal. Eles traçam a esfera do significado da autobiografia dentro do contexto narrativo, mas examinam o autor autobiográfico e os marcos históricos com ele relacionados para compreender as fontes e as implicações do seu significado. A história da autobiografia transforma-se na história dos auto-conceitos humanos, sempre em constante mudança. (Weintraub, 1975: 834)

A história da autobiografia americana demonstra que os auto-conceitos em mudança são capazes de alterar a forma autobiográfica. Os autores autobiógrafos criaram modelos explicativos das suas vidas de acordo com as ideias dominantes do seu tempo. Consequentemente, para se compreender o *Eu* autobiográfico americano, é necessário ter presente o seguinte: “Autobiography cannot be read in a truthful manner if the reader cannot, or will not, recapture the standpoint, the point of view of the autobiographer as autobiographer.” (Weintraub, 1975: 827)

Combinando a definição de autobiografia fornecida pelos teóricos autobiográficos juntamente com a visão histórica anteriormente mencionada, chegou-se a um conceito de autobiográfico muito presente no século XVIII americano, que foi representado da melhor maneira pelas autobiografias de John Woolman, John Adams, Thomas Jefferson e Benjamin Franklin. Este conceito, apelidado de *exemplary self*, fundiu a história pública e privada e foi determinante nos modelos escolhidos pelos

autores autobiógrafos para a explicação das suas vidas, ou parte delas. O escritor autobiográfico americano tentou, assim, ultrapassar as contradições existentes entre o *Eu* público e o *Eu* privado. Uma unidade mística entre o *Eu* e a América conduziu muitos dos esforços autobiográficos, no entender de Sacvan Bercovitch. Num determinado contexto, o autor escolhe, de entre vários elementos disponíveis, aqueles mais coerentes de modo a produzir uma história o mais coesa possível.

Embora os quatro autores em questão não denominassem as suas obras de *autobiografia*, foi desse género que se tratou devido à sua forma inclusiva, tal comodescrita por Ruth Banes:

Etymologically, “autobiography” is said to include public as well as private experiences, a combination of “memoir”, an individual’s public record, and “confession”, a private record of private experiences. The memoir records events and famous individuals; a confession records private sorrows, joys and confusions. (Banes, 1982: 226)

O *Eu* exemplar americano, no género autobiográfico, reflectiu as suas origens espirituais. Ao admitirem o poder de Deus sobre as suas vidas, os primeiros autores de autobiografias americanas empreenderam a delicada tarefa de se diminuírem a eles próprios no acto de escreverem sobre si. Os três principais aspectos, constantes na escrita dos autores autobiográficos espirituais, consistiram nas introduções apologéticas, insistindo nas parábolas e nos intentos da Providência divina, que explicavam, demonstravam e justificavam a importância de se escrever acerca de si próprio. Na senda de uma tradição inaugurada pelos seus antecessores espirituais, os escritores seculares autobiográficos John Adams, Thomas Jefferson e Benjamin Franklin

utilizaram os três expedientes acima referidos para justificarem o acto de escreverem sobre si, dirigidos a um público que não tinha ainda aceite as virtudes da autobiografia:

By presenting themselves as exemplary, Woolman, Adams, Jefferson, and Franklin fit their individual histories into a preconceived pattern: religious, political, or mythical. [...] By continuing a tradition which seventeenth-century spiritual autobiographers had established, eighteenth-century autobiographers were able to justify the act of writing of oneself to an audience which was not yet familiar with the distinct and identifiable form, known today as autobiography. While the eighteenth-century religious autobiography reaffirmed a universe of verities, the secular autobiographer served his public by clarifying and expounding upon important aspects of American history. The spiritual autobiographer located values through introspection and intuition; the secular autobiographer defined his values by observing the results of his actions. (Banes, 1982: 227)

A história do *Eu* exemplar teve origem na Inglaterra do século XVII, em que era patente “the self, that part of an individual which is really and intrinsically he.” Os ingleses tinham orgulho na sua sinceridade, e ao serem verdadeiros para com eles próprios sentiam que não podiam ser falsos para ninguém. A crença de que a verdade da experiência pessoal justificava falar publicamente deu origem ao surgimento de uma nova forma literária, a autobiografia. Os autores autobiográficos concluíram que conhecendo-se a eles próprios, podiam falar para outros. Ao contarem as suas histórias publicamente, contribuía também para o seu auto-conhecimento. Para o seu autor, o tema de uma autobiografia devia ter estes requisitos: “It was bent on revealing himself in all his truth, on demonstrating his sincerity [...] to demonstrate that [...] which is to be admired and trusted.” (Trilling, 1974: 25)

No entender de Paul Delany, o desenvolvimento da autobiografia estava dependente de três factores, a saber: a dissolução de laços comunitários existentes em comunidades primitivas; o aparecimento de um sentido de história; e, por último, a capacidade de se imaginar a si próprio em mais de um papel. (cf. Delany, 1969)

Na Inglaterra do século XVII, o protestantismo emergiu através das ruínas do estado feudal, simbolizando a destruição dos laços comunais. Os indivíduos passaram a comunicar directamente com Deus sem intermediários. Surgiu um interesse na genealogia, ao fazer com que os habitantes se definissem em termos de unidades familiares, possuindo histórias próprias. Com a desagregação do estado feudal, os distúrbios políticos também contribuíram para o reconhecimento e a acção individuais. Os autores de autobiografias podiam utilizar a linhagem familiar ou a situação política como contexto para enfatizar o seu individualismo. Em tempos de mudanças sociais, os autores de autobiografias eram capazes de se imaginarem em mais de um papel. Além dos factores acima mencionados, uma mobilidade social sem precedentes, tanto horizontal como vertical, facilitou o aparecimento de um ambiente favorável a rápidas mudanças sociais e individuais. Foi neste contexto de fluxo social e de instabilidade que emergiu a obra autobiográfica.

A América do século XVII era muito diferente da Inglaterra dessa mesma época. Até 1684, o individualismo intrínseco da teologia protestante foi incapaz de mostrar a sua face. Na colónia da Baía de Massachusetts, exemplo acabado do domínio religioso, uma severa autocracia espiritual impedia toda e qualquer tendência separatista por parte dos seus habitantes. As acções e as dependências individuais eram definidas em termos das expectativas de uma teocracia estática. Embora houvesse muitos escritores de diários individuais e de *journals*, os poucos autores autobiográficos existentes nessa época eram magistrados, religiosos e funcionários públicos:

In this function the ruler stands above the body politic, absolute and immutable, a God-man impervious to the vicissitudes of secular time. Thus his very right to govern distinguishes the ruler individually from himself (in the Puritan sense of “self”), and historically from the community he governs. His magisterial office makes him a part of the history of salvation; their role as subjects keeps the members of the community within providential history. (Bercovitch, 1975: 47)

Apesar de haver grande quantidade de autobiografias laicas na Inglaterra do século XVII, a autobiografia americana desse século limitava-se a ser religiosa ou espiritual. Só figuras religiosas como os Mathers e John Winthrop podiam escrever sobre eles próprios para um público, estando-lhes porém vedada qualquer opinião de cariz estreitamente pessoal. Bercovitch afirmou o seguinte: “Selfhood appears as a state to be overcome, obliterated; and identity is asserted through an act of submission to a transcendent absolute. (Bercovitch, 1975: 13) Na colônia da Pensilvânia, os autores *quakers*<sup>10</sup>, não sendo obrigatoriamente dirigentes da sua comunidade, seguiam uma linha pré-determinada, em analogia com os seus congéneres protestantes. Enquanto as autobiografias inglesas se distinguiam pela sua variedade, as autobiografias americanas espirituais limitavam-se a um género convencional. Ao mesmo tempo que a sociedade britânica vivia uma certa instabilidade devido à fragmentação do regime feudal, os americanos, por seu turno, esforçavam-se por suprimir e camuflar as consequências democráticas resultantes das suas opiniões religiosas. A sociedade americana do século XVII continuava a ser um mundo estático governado por uma aristocracia espiritual, tornando muito difícil a emergência do género autobiográfico. Os casos de Roger

---

<sup>10</sup> Grupo religioso protestante, fundado na Inglaterra em 1652, contra os abusos da Igreja Anglicana. Sendo constantemente perseguidos, os seus membros emigraram em massa para a América e fundaram, em 1681, sob a égide de William Penn a colônia da Pensilvânia.

Williams e de Anne Hutchinson foram exemplos paradigmáticos da ameaça individualista ao ambiente de absolutismo religioso ainda prevalecente na colônia de Massachusetts:

The minister at Salem, a determined Christian named Roger Williams, questioned whether any mortal could determine the spiritual purity of other people's souls. Concerned that hypocrisy would sneak into God's churches, he advocated a rigid separation of saints from sinners, of church and state – a logical idea, given Puritan theories about perfectibility, but one totally impractical in a society seeking religious uniformity. For his troubles, Williams was banished by the Massachusetts authorities. He fled to Rhode Island in 1635 and established another colony committed to the principles of religious toleration. [...] While Puritan theology denied that good works could bring salvation, the New England orthodoxy could not allow moral standards to lapse even in affairs of this world. Thus when Anne Hutchinson, a member of the Boston congregation, challenged the ministers' emphasis on moral behaviour over spiritual purity, the Massachusetts establishment moved to suppress her beliefs. As in Williams' case, however, Hutchinson's position – known as "Antinomianism" – was difficult to denounce because it simply represented a logical extension of widely held Puritan ideas. Such theological consistency did not protect this woman, however; after a lengthy trial, she was expelled from the church and banished from the colony in 1638. (Carroll, 1985: 63-64)

As primeiras autobiografias americanas foram escritas por autores ingleses que adaptaram o gênero aos seus costumes vernáculos. Os periódicos espirituais e os diários de *quakers* e de puritanos constituíram os antepassados literários da autobiografia americana. Para Daniel Shea, as primeiras autobiografias *quakers* e puritanas não continham elementos iluministas: "They share a staple subject matter in

the experience of conversion, recall providential events gratefully, and [...] obey the didactic evangelizing impulse that makes a communal responsibility of autobiography.” (Shea, 1968: 249) O convencionalismo das autobiografias americanas tinha a ver com a partilha de experiências pessoais, a crença de que as ocorrências diárias representavam verdades universais, e uma ênfase tanto na responsabilidade comunitária como na diminuição do valor individual. Estas características formaram a base da autobiografia americana do século XVIII e do século XIX, que teve a sua origem em escritos religiosos, mais do que em obras revolucionárias. Apesar destes escritos não se denominarem ainda de *autobiografia*, eles reflectiram o esforço do narrador em construir argumentos derivados das suas experiências públicas e privadas. Assistiu-se à formação, por parte dos seus autores, de um modelo evidenciando um certo método de vida, razão pela qual ficaram conhecidos por *autobiographers in retrospect*. (Shea: x)

Antes do aparecimento das obras autobiográficas de Franklin e de Jefferson, este género literário teve pois uma certa repercussão em solo americano. Autores como Thomas Shepard, os membros da família Mather, Jonathan Edwards e John Wolman deram um enorme contributo ao desenvolvimento da autobiografia americana nos seus primórdios. Inserido num contexto sócio-político fortemente dominado pelos ideais puritanos da época, este género foi denominado de autobiografia profética por autores como Thomas Couser:

Without necessarily claiming divine inspiration, the prophetic autobiographer, like the Old Testament prophet, interprets the history of his community in the light of God's will; he speaks, then, for God to his community. But by virtue of this fact, he also functions as a representative of his community – as a reformer of its ethos, articulator of its highest ideals, interpreter of its history, and activist in the service of its best interests. Typically, his stance is one of

opposition to the status quo or the apparent flow of history, but he is a critic rather than a schismatic; his ultimate loyalty is to a divine principle, but his immediate concern is with the community's destiny. (Couser, 1979: 2)

A autobiografia profética surge especialmente nos tempos de crise, quando os valores comunitários se vêem ameaçados por alguma mudança. O autor literário sente-se envolvido neste ambiente de crise e munido de uma teologia capaz de compreender esse mesmo ambiente. A tradição autobiográfica dos primeiros tempos das colônias do Novo Mundo está ligada, como afirmado anteriormente, à literatura puritana, havendo também uma associação estreita com os modelos do Velho Testamento. As fontes das estratégias literárias dos autores autobiográficos podem ser encontradas nas atitudes puritanas para com eles próprios e para com a sua história. A mensagem puritana constitui, nas palavras de Bercovitch, uma tentativa de actualização das metáforas de santidade (para o indivíduo) e de eleição nacional (para a comunidade). (Bercovitch, 1975: 89-90)

Por conseguinte, o espírito puritano tende a acabar com a distinção entre história secular e história eclesiástica, entre a exortação política e a espiritual, entre história e alegoria. Através de uma série de contratos de união com Deus, o indivíduo, a igreja e a colónia assumem um papel especial no processo de redenção. A imaginação puritana tem como objectivo criar “uma colónia à imagem de um santo”, e vice-versa. Os aspectos universais da experiência individual são enfatizados em detrimento da dimensão privada do indivíduo. Assim, deparamo-nos com duas tendências relacionadas entre si: uma vê a nação americana como única e a outra o indivíduo americano como típico. A fusão da história individual com a comunitária deriva de uma noção dominante, a de que a história americana está imbuída de um significado libertador. (Bercovitch, 1975: 42-43, 114)

O estilo profético autobiográfico está relacionado com o legado do puritanismo ortodoxo, com o centro dominante localizado na Nova Inglaterra do século XVII. Na Inglaterra setecentista, uma sociedade em que proliferavam variadas facções religiosas, havia uma larga gama de possibilidades para a expressão autobiográfica, desde a mais ingênua até à mais sofisticada. Na Nova Inglaterra, pelo contrário, o puritanismo eliminou os seus adversários mais próximos, tendo a autobiografia espiritual puritana fundado as bases do seu auto-exame. Apesar dos puritanos da América possuírem uma prática de meditação, na literatura americana não há vestígios da existência do modo contemplativo de auto-exame, tão característico da Inglaterra dessa época. Assim, o modo básico da literatura pessoal da América do século XVII define-se como narrativo e não meditativo, utilitário e não estético, alegórico e não metafísico. Isto teve importantes consequências para a tradição autobiográfica americana.

O papel exercido pela cultura puritana é de uma importância fulcral para se poder entender a evolução da autobiografia americana. A ideia de missão, comunitária no início e nacional posteriormente, encontra-se associada à obra autobiográfica americana. Talvez seja já possível descortinar aqui as sementes do excepcionalismo americano que mais tarde deram origem ao conceito de *Destino Manifesto*:

American autobiography surely derives many of its distinctive qualities from the way our earliest autobiographies were shaped by the Puritan culture, which both strongly encouraged personal literature in theory and limited the freedom of the autobiographer in practice. Required to serve community goals, all Puritan literature tended to be theological in content, didactic in purpose, plain in style, and allegorical in technique. The theological content was a result of the conscious function of literature – to define and articulate cultural values and to urge them upon the community. The didacticism and the

plain style derived from the wish to communicate without distraction the urgency of the Puritan mission to America. The allegorical method resulted from the tendency to see their history as part of a divinely ordained plan and to associate it with biblical precedents; for the Puritans, allegory could be an objective mode of narration because, in their eyes, history was literally, not figuratively, ordained by God. (Couser, 1979: 10)

A eliminação protestante de intermediários entre Deus e o indivíduo, além da ênfase do calvinismo na predestinação dos eleitos, foram factores determinantes no sentido de um auto-exame meticuloso. Aqui surge a importância relativa do diário como forma literária puritana. Todavia, o diário caracteriza-se principalmente por ser um meio de confissão ou de fervor religioso, com todos os elementos intrínsecos que o acompanham: introspecção rigorosa, concentração na dúvida pessoal, depressão, um *Eu* isolado da comunidade envolvente e, por último, um método não narrativo. O *Euf* puritano e a comunidade podem ser definidos publicamente apenas por métodos narrativos, e daí a importância da interacção existente entre o indivíduo e Deus. Tanto a biografia como a história apresentam a vida do santo como algo exemplar. Estas duas formas literárias associam a história pessoal à história da comunidade, traçando paralelos entre a progressão interior pessoal e o progresso externo da experiência puritana.

A autobiografia puritana contém alguns elementos de privacidade do diário auto-didacta, mas também partilha de elementos associados ao carácter público da biografia. E, pelo facto de não se destinar exclusivamente ao *Eu* individual, a autobiografia puritana parece ter mais aspectos em comum com a biografia e a história do que com o diário.

A experiência religiosa mais importante da doutrina puritana foi a conversão, havendo assim um grande número de narrativas sobre este tema. Mas, ao ser

necessário convencer o público leitor da autenticidade da conversão do candidato a futuro membro da igreja, estas narrativas enfermavam de uma particularidade, a de obedecerem a modelos pré-estabelecidos de conversão. O carácter impessoal e convencional destas narrativas revelou os limites impostos ao autor puritano autobiográfico, e muitas das narrativas de conversão não podiam ser consideradas sequer autobiografia.

Uma forma mais ampla de narrativa puritana foi a *full-life narrative*, que tratava da experiência religiosa do autor ao longo da sua vida. Através de obras deste tipo perpassava a tendência dos puritanos americanos em domesticarem o seu Deus, tornando-se assim numa seita religiosa exclusiva, não evangélica. Esta forma literária, dirigida à posteridade próxima do seu autor, funcionava mais na forma de um complemento da educação doméstica, e também como exemplo paterno para a imortalização dos valores puritanos. Havia a necessidade de uma geração garantir lealdade religiosa à próxima geração, para que houvesse uma continuação lógica do plano divino.

Em oposição ao diário, a narrativa completa de uma vida, ou *full-life narrative*, tinha um carácter didáctico e exortatório, ocupando-se assim de outra faceta do *Eu* puritano. Se o autor do diário se revia numa personalidade atormentada, vivendo isolado num meio hostil, já o autor autobiográfico sentia-se devidamente integrado num contexto social, e pronto a gerar piedade puritana no seu público. Paul Delany referiu-se assim à ligação autor-leitor na literatura puritana:

The godly man recounts his experiences for the encouragement and edification of his fellow-seekers after holiness. In narrating his spiritual history, he adds two new dimensions to the basic mode of *res gestae*: first, spiritual experiences are no longer simple, objective events, but moments of

intense emotional contact between God and the individual soul; second, the bond between the autobiographer and his reader (provided he seeks salvation) becomes vitally important – the reader’s own eternal life may be at stake, and as he reads he becomes, potentially at least, a member of the communion of saints. (Delany, 1969: 56)

O autor de autobiografias puritanas funcionava como patriarca e profeta, capaz de interpretar a história da comunidade e também a missão divina que lhe fora atribuída. A identificação com os profetas do Velho Testamento era algo natural para o clero puritano, mas o certo é que o modo profético da autobiografia americana parece ter tido as suas origens na cultura puritana. Para uma melhor ilustração do que foi afirmado, deter-nos-emos na análise das autobiografias de três figuras puritanas pertencentes a três gerações sucessivas do período pré-independente americano – Thomas Shepard, Increase Mather e Jonathan Edwards.

Thomas Shepard<sup>11</sup> viveu na primeira metade do século XVII, e escreveu entre 1646 e 1649 uma obra denominada *My Birth and Life*, considerada por alguns a primeira autobiografia puritana escrita na América. O argumento teológico desta obra, composta na época fundacional das colónias puritanas, tem elementos comuns a todas as outras autobiografias coevas, isto é, reúne provas de favoritismo divino em relação ao seu autor. Shepard, ao explorar o significado da sua própria vida, tenta adaptá-la a um mito capaz de interpretar toda a sua geração.

Ao dedicar esta *full-life narrative* ao seu filho<sup>12</sup>, o autor pensa assegurar a sua imortalidade, pelo menos na qualidade de pai. No prefácio da obra, Shepard tenta convencer o seu filho da dependência deste perante Deus, acrescida dos direitos e deveres que acompanham tal contrato divino. Em consonância com os dogmas

---

<sup>11</sup> Clérigo puritano bastante influente nos primeiros tempos da colónia da Nova Inglaterra.

<sup>12</sup> Há aqui alguma semelhança com a *Autobiografia* de Benjamin Franklin, também dedicada a um filho seu, William Temple.

calvinistas de predestinação, de soberania divina e de passividade do indivíduo, é óbvio que o jovem Shepard terá de continuar a viver de um modo previamente estabelecido, independentemente da sua vontade.

O desenvolvimento da narrativa consiste na história da vida de Shepard que, ao gerar um filho na Inglaterra, pensa gerar um santo na América. Está-se perante uma conversão do jovem Shepard, mas não lhe é suficiente emular o comportamento do pai, será necessária uma intervenção divina. Estas são palavras de Robert Sayre sobre a conversão na época puritana:

Several tenets of Puritan belief also made autobiographical writing extremely important to commoner people. One such tenet was its radical Protestant emphasis on individual salvation and the need of the individual to experience divine blessing for himself or herself, without the intercession of priests or a church hierarchy. The greatest certainty of this salvation was the experience of conversion, coming after the recognition of sin and a sense of God's favor. It could come to any man or woman, and writing down the stages of the experience was both beneficial to the individual and instructive to friends, children, and other church members. *The Autobiography of Thomas Shepard* is one of the most famous illustrations of such a text. Shepard was an important early minister and therefore not a typical Puritan, and yet as a minister his influence was great, and he often served "as stenographer of his congregation's confessions. (Sayre, 1994: 22)

Por analogia, a atitude do autor para com o filho é a mesma assumida relativamente à geração posterior. Como com outros géneros de índole puritana, através da autobiografia uma geração pode modelar a seguinte à sua imagem. Quando se efectua a transição do nível familiar para o da comunidade, há um aspecto que sobressai na obra de Shepard, o da emigração. Ao tratar do êxodo da sua família para a Nova

Inglaterra, o autor transforma este fenómeno num arquétipo extensivo a toda uma geração.

Ocupando um lugar central na narrativa, a emigração é tratada de maneiras distintas pelo autor, consoante este se encontre no seu país natal ou na América. Na secção inglesa, Shepard descreve-se como alguém perseguido e isolado, sempre em oposição à igreja e ao estado, incapaz de uma união com Deus. Esta constante peregrinação através de um mundo hostil só termina com a emigração de Shepard para o Novo Mundo. A parte americana, completamente diferente, caracteriza-se pela absorção do *Euf* individual pela comunidade. Shepard retrata-se como alguém empenhado na sociedade, pronto a submeter-se comunitariamente à vontade divina. (cf. Shepard, 1972)

O processo migratório assumiu uma tal importância na narrativa autobiográfica, que foi através dele que se tornou possível a missão puritana. Ao referir as razões para emigrar, como a vontade de mostrar o seu talento publicamente na Nova Inglaterra, Shepard estava também a expor a sua consciência puritana, em que motivos altruístas levaram a melhor sobre o egoísmo, e objectivos sagrados se sobrepuseram a interesses pessoais. A emigração pessoal do autor, generalizada a toda uma geração, era equivalente a uma ressurreição: “According to Shepard, emigration enabled the Puritan saint to become a more efficient, because unopposed, agent of God. Emigration was itself an exemplary act, and it could be likened to a kind of resurrection.” (Couser, 1969: 16)

O paralelismo estabelecido entre a crise pessoal de conversão e o processo comunal de emigração perpassa toda a obra de Shepard. Nesta narrativa autobiográfica, além de um pai a dirigir-se ao seu filho, há também uma geração que comunica com a seguinte, um profeta que fala para os seus pares e para a eternidade.

A geração de Increase Mather<sup>13</sup> (1639-1723) subsequente a Thomas Shepard preocupou-se em proteger os valores puritanos originais contra ameaças que entretanto tinham surgido, casos do racionalismo científico e da tolerância religiosa. Este clérigo, que dirigiu o Harvard College e esteve ligado aos famosos *Salem witch trials*, viu-se obrigado a colmatar um fosso crescente entre o sonho original e a realidade do puritanismo da Nova Inglaterra. Foi essa a intenção principal que presidiu à composição da sua *Autobiography*. Alguns dos temas tratados nesta obra foram também objecto de análise por parte de Shepard: a continuidade geracional, a interpretação da influência divina na vida do autor, e o interesse na imortalidade do seu público leitor.

A primeira parte da narrativa autobiográfica de Increase Mather apresenta-se na forma de notas do seu diário, traduzindo todo o espectro da experiência puritana. A parte seguinte, ao narrar as missões de Mather na Inglaterra, desenvolve o *Eu* público do autor, enquanto a terceira e última parte se concentra no seu *Eu* privado. Ao longo de toda a obra está presente, por parte do seu autor, o conflito entre o desejo de submissão a um Deus todo poderoso e o sentimento de orgulho nas realizações pessoais.

O autor tentou como pai mediar entre Deus e os seus filhos, ao passo que como profeta se sentiu colocado entre Deus e a colónia da Nova Inglaterra. Há uma interligação entre ambos os papéis, pois a crença nas obrigações de Deus para com a sua família vai afectar a função profética por ele desempenhada. Mather identificou-se mais profundamente com os profetas do Velho Testamento e ambicionou ele próprio prever o futuro. Um excerto da sua *Autobiografia* é elucidativo a este respeito: “Considering the sins of the Countrey, and the symptoms of divine displeasure, I could

---

<sup>13</sup> Filho de Richard Mather e pai de Cotton Mather, família de clérigos influentes nos primeiros tempos da fundação da colónia da Baía de Massachusetts.

not rest in my spirit without giving Publick solemn warning of judgment near at hand.” (Mather, 1961: 301) Acontecimentos posteriores como a *King Philip's War*<sup>14</sup> e uma epidemia de sarampo deram razão às profecias do reverendo Increase Mather.

Em teoria o profeta assume-se como mero agente de Deus e um representante da comunidade, mas isto não deixa de conter alguns perigos. O papel desempenhado ou eleva o seu autor a um estatuto de glória, ou então a uma indiferença colectiva de cariz ofensivo. Não será demais afirmar que o clérigo profeta poderia em breve vir a sentir-se alienado da sociedade. E foi isto precisamente o que aconteceu a Increase Mather, pois ao tentar apresentar-se como um verdadeiro representante de Deus, e um fiel servidor da sua Nova Inglaterra, foi-se isolando da comunidade envolvente. Não estão aqui os primeiros sinais da tendência posterior de secularização da sociedade americana, que o movimento *Great Awakening* apenas retardou em algumas décadas?

Na qualidade de servidor público, Mather sempre se esforçou por manter lealdade a Deus em última instância. Contudo, na *Autobiography* muitas vezes Mather inflaciona a sua auto-importância de tal modo que ensombra toda uma possível utilidade comunitária: “Doubtless, there is not a government in the world that has been layd under greater obligation by a particular man than this government has bin by me...Let not my children put too much confidence in men.” (Mather, 1961: 352) Mather revela sempre a preocupação de se apresentar como um combatente indispensável à colónia da Nova Inglaterra.

A parte final desta obra autobiográfica caracteriza-se por um sentimento de resignação, chegando ao ponto de o autor preferir a morte caso deixe de ser útil a Deus e à sociedade. A obra de Mather, ao referir-se não apenas às suas actividades políticas,

---

<sup>14</sup> Conflito que decorreu na parte sul da Nova Inglaterra entre os Índios americanos e os colonos ingleses, em 1675-1676.

mas também à dramatização de profeta auto-proclamado (entrando em conflito com os preceitos calvinistas de então), antecipa em certa medida a narrativa deísta de Benjamin Franklin<sup>15</sup>, cuja *Autobiography* virá a ser escrita algumas décadas mais tarde e assumirá uma importância capital na construção da nova nação americana.

A obra autobiográfica de Jonathan Edwards (1703-1757), *Personal Narrative*, é considerada a expressão clássica da literatura pessoal dos puritanos da América. As principais diferenças em relação às obras anteriores de Shepard e de Mather podem ser atribuídas a uma combinação de factores históricos e pessoais. Enquanto a emigração (para a Nova Inglaterra) do tempo de Shepard marcou a sua autobiografia, já a decadência da geração que se lhe seguiu, a de Increase Mather, condicionou fortemente a autobiografia deste último. A narrativa de Edwards surgiu numa época conturbada das colónias americanas, o período do *Great Awakening* já anteriormente referido, que constituiu a principal influência histórica da *Personal Narrative*. Pode afirmar-se que Shepard, Mather e Edwards estão interessados, respectivamente, na fundação, na preservação e no ressurgimento da missão puritana na América.

Edwards compôs a sua narrativa entre 1739 e 1746, período durante o qual o autor se debateu com o significado do movimento *Great Awakening*. *Personal Narrative* é uma obra mais instrutiva do que exortatória. Ao mesmo tempo que o autor faz a distinção entre afeições religiosas falsas e verdadeiras, mostra-se crítico quanto à existência de diferentes fases da conversão religiosa. Ao não insistir num modelo concreto, Edwards contenta-se com a existência de sinais anunciadores do processo de conversão. Por conseguinte, o autor autobiográfico, longe de fazer apelos imediatos aos seus leitores, revela simplesmente a disponibilidade da sua experiência. Estamos

---

<sup>15</sup> A *Autobiografia* de Benjamin Franklin é objecto de um tratamento aprofundado no capítulo seguinte da tese.

perante mais uma diferença acentuada em relação aos antecessores Thomas Shepard e Increase Mather.

A conversão assinalava o início de um processo em que o convertido se aproximava gradualmente de Deus. Este fenómeno causava mudanças profundas na relação do indivíduo com a sociedade e no próprio auto-conceito individual. O recém convertido não era já um activo servidor de Deus, como anteriormente, mas alguém que transitava passivamente do mundo terreno para o mundo sagrado. De notar que Edwards dá um contributo autobiográfico original à versão calvinista da relação entre Deus e o homem. (cf. Edwards, 1962)

O novo sentimento do convertido era maioritariamente dirigido a Deus e não a si próprio. No que respeita ao novo sentido de *Eu* gerado pela conversão, existia aqui um paradoxo causador de instabilidade na vida emocional do indivíduo. Apesar do *Eu* poder ser completado em Deus, não deixava de ser corrupto e insignificante. Organizando a sua narrativa no sentido de uma completa santificação, Edwards apontava para a resolução dos paradoxos inerentes, mas era uma resolução que surgiria só após a morte, fora dos domínios da autobiografia. Robert Sayre viu assim este problema:

As a leader of the Great Awakening, Edwards seems to have written the “Personal Narrative” as a way of studying in himself the religious affections which were exerting such a powerful influence in the members of his Northampton church. Many of them, by the late 1730s and early ‘40s, had told him the stories of their conversions – so many that he had come to question his own conversion and perhaps question the sincerity of theirs. He writes towards the end: “That my sins appear to me so great, don’t seem to me to be, because I have so much more conviction of sin than other Christians, but because I am so much worse, and have so much more wickedness to be

convinced of.” The sentence urgently reflects the sense of sin that was so powerful in driving the revival and urging people to repent. Yet it also reflects the paradox that being convinced of one’s “wickedness” was therefore beneficial. Caught in this paradox, Edwards alternated between confessions of his wickedness and confessions of his “dependence on God’s grace”, between weeping and rejoicing, and the “Narrative” breaks off unresolved. It has no true ending, and, without a resolution, none is possible. (Sayre, 1994: 71)

Como qualquer autobiografia, *Personal Narrative* tem um ponto de vista retrospectivo, mas utiliza a experiência do passado para sugerir uma prática que pode ser apenas antecipada. Tanto na forma como no conteúdo, esta narrativa enfatiza o modo como a autobiografia puritana se destina a objetivos inalcançáveis na vida terrena. Seria lógico o leitor moderno procurar nesta obra os meandros do *Great Awakening*, mas Edwards optou por uma narrativa que ignorou a individualidade e a história. Ao mesmo tempo que expõe os limites da autobiografia puritana, o autor revela também as dinâmicas mais íntimas da fé puritana. O historiador Stow Persons resume nestas palavras a visão de Edwards:

Human history was conceived to be, in Jonathan Edwards’ phrase, the work of redemption, a work which would be completed with the second coming of Christ and the establishment of his millennial kingdom. Many were convinced that the wholesale conversions accomplished by the revival entailed that purification of spirit and morals presumably characteristic of the “latter day” foretold by the prophets. Edwards himself believed that the new world had been reserved for recent discovery and the conversion of the heathen aborigines, in order that a seat might be prepared for the imminent establishment of Christ’s kingdom. Night after night expectant revivalists

“flew as doves to their windows” to witness the coming of the Lord in clouds of glory. (Persons, 1954: 148-149)

As tendências místicas que já tinham aflorado em autores anteriores (Shepard e Mather) tornaram-se no elemento predominante da narrativa de Edwards. Numa sociedade colonial cada vez mais racionalista e secular, o autor de *Personal Narrative* tentou um regresso às origens da doutrina puritana. Não seria este espírito revivalista um remar contra a maré face ao inexorável evoluir da sociedade americana? As décadas seguintes encarregaram-se de responder a esta questão candente.

Embora a Revolução Americana não tivesse dado origem a este género, é certo que o século XVIII americano testemunhou uma maior variedade de autobiografias do que o século precedente. Por essa altura, iniciou-se o irreversível declínio da teocracia puritana de Massachusetts, no meio do dinamismo da política interna americana da época. Os laços comunitários iam perdendo o seu vigor inicial, ao mesmo tempo que se afirmava a psicologia do individualismo democrático. Os *Whigs*<sup>16</sup> e os *Tories*<sup>17</sup> contribuíram para o alargamento das avenidas da acção individual. A escolha feita por cada um ganhou enorme importância, e a autobiografia constituiu uma das vias expressivas da tomada de uma posição. Durante este período emergiu a autobiografia laica, que apresentava semelhanças formais com as autobiografias espirituais dos primeiros tempos das colónias americanas. Larry Sisson estabeleceu assim a diferença entre estes dois tipos de autobiografia: “Whereas autobiography generally has tried to be a “mirror of the self,” spiritual autobiography tries to turn the self into a mirror of something else: a record of reference to the Bible or Providence.” (Sisson *apud* Couser, 1998: 99)

<sup>16</sup> Nome atribuído aos patriotas americanos durante a época da Revolução Americana.

<sup>17</sup> Termo designativo dos colonos americanos que continuaram fiéis à Inglaterra durante a Revolução Americana.

Paralelamente com os seus antecessores *quakers* e puritanos, os escritores autobiográficos seculares do século XVIII identificaram as histórias de vida com os valores e a missão da sua comunidade. Eles referiram-se deste modo à autobiografia americana: “The celebration of the representative self as America, and of the American self as the embodiment of a prophetic universal design.” (Bercovitch, 1975: 136) Robert Sayre, autor do ensaio *Autobiography and the Making of America*, sublinha a relação entre a autobiografia e a América:

Autobiography may be the preeminent kind of American expression. Commencing before the Revolution and continuing into our own time, America and autobiography have been peculiarly linked [...] the reason is the very identification of autobiography *in America with America*. An American seems to have needed to be an American first and then an autobiographer. (Sayre *apud* Olney, 1980: 147)

Os autores autobiográficos do século XVIII que não se identificavam exclusivamente com a religião, ainda não tinham conseguido uma forma única de autobiografia secular. Assim, Adams, Jefferson e Franklin, ao emularem a autobiografia espiritual, enfatizaram a universalidade dos seus princípios e diminuíram a importância individual dentro do contexto social da história americana. John Woolman fez corresponder a sua história pessoal a crenças e práticas *quakers*. Adams, Jefferson e Franklin fizeram a ligação entre a história pessoal e a história nacional e, através de prelúdios apoloéticos, parábolas e divina providência, explicaram e justificaram o acto de escreverem sobre si próprios. Os indivíduos que marcaram o século independentista americano tinham a obrigação de deixar para a posteridade um registo público das suas actividades. Franklin, o primeiro diplomata, e Adams e Jefferson, importantes figuras

políticas do período revolucionário americano, viveram durante uma época de mudanças sociais, em que as ideias e as acções individuais assumiram novas formas desconhecidas até então. Todos estes factores, acrescidos de um interesse crescente na identidade nacional, ajudaram a compreender a importância das autobiografias de John Adams, Thomas Jefferson e de Benjamin Franklin.

James Cox foi da opinião de que a autobiografia apareceu durante as revoluções americana e francesa, quando Franklin e Rousseau escreveram respectivamente as *Memórias* e as *Confissões*. Ao mesmo tempo que os seus países respectivos, Estados Unidos e França, estavam a ser libertados, os dois autores auto-libertavam-se eles próprios. Enquanto o primeiro trabalho consistiu de factos públicos, o segundo tratou de pensamentos privados, e ambos se diferenciaram de obras anteriores. Esta divergência indicava a necessidade de um novo termo para indicar um novo género. As diferenças entre os *Eus* de Franklin e de Rousseau são, com efeito, assinaláveis:

Franklin, in concentrating on the externality of his past, had shown largely by implication in his style and structure the conversion of his inner self into a social and political self. Thus his “success” is an exemplary narrative implicitly depicting the sublimation of private energies into social action. Rousseau’s experiential narration is almost the inverse of Franklin’s. He discloses his progressive alienation from society – the long process by which he withdrew by stages from society to his island in a lake. His island is a perfect equivalent of the embattled, moated, insular, present consciousness which at once generates and releases the past which has grown inside him. (Cox, 1971: 264)

Jefferson, Adams e Franklin, ao darem início às suas histórias, informaram os leitores das suas motivações. Em 1821, Jefferson iniciou a sua curta autobiografia com uma breve justificação: “At the age of 77, I begin to make some memoranda, and state some recollections of dates and facts concerning myself, for my own ready reference, and for the information of my family.”(Jefferson, 1984: 3)<sup>18</sup>

A razão principal para Adams redigir a sua obra autobiográfica prendia-se com uma vontade de repor o seu carácter, tinha a ver com moral e princípios que lhe eram caros. Franklin, à semelhança de Jefferson, explicou que os seus principais motivos eram altruístas. Começou a sua autobiografia (de início denominada de *memória*) em 1771, na forma de correspondência com o seu filho bastardo William Franklin, Governador de Nova Jérсия:

Imagining it may be equally agreeable to you to know of the circumstances of my life, many of which you are yet unacquainted with, and expecting a week's uninterrupted leisure in my present country retirement, I sit down to write them for you. (Franklin, 1952: 3)<sup>19</sup>

Ao justificarem os seus objectivos logo no início, John Woolman, John Adams, Thomas Jefferson e Benjamin Franklin enfatizaram a responsabilidade comunitária em detrimento da importância individual, pois todos tentaram diminuir o seu envolvimento na composição de uma autobiografia. Quer fosse por motivos familiares, quer porque o seu relevo público justificasse um registo escrito, o certo é que estes quatro autores sentiram que a sua vida continha detalhes dos quais outros

---

<sup>18</sup> A partir deste momento, todas as citações da *Autobiografia* de Thomas Jefferson dirão respeito à edição de Merrill D. Peterson, 1984, *Thomas Jefferson: Writings*.

<sup>19</sup> De ora em diante, todas as citações da *Autobiografia* de Benjamin Franklin dirão respeito à edição de Herbert W. Schneider, 1952, *Benjamin Franklin: The Autobiography and Selections from His Other Writings*.

poderiam beneficiar. Os princípios morais extravasavam o *Eu* de cada um deles, e as suas obras, de carácter secular ou espiritual, estavam longe de poderem ser apontadas como produtos de vaidade pessoal. Woolman, com as suas preocupações espirituais, e Adams, Jefferson e Franklin, com uma orientação mais laica, sentiram necessidade de expressar as razões subjacentes à escrita das suas histórias pessoais, isto sob pena de serem acusados de orgulho excessivo. Se as razões do primeiro se prenderam com objectivos religiosos, os três últimos justificaram-se tentando ligar as suas histórias pessoais à história nacional americana.

Após os prelúdios apologéticos, a forma parabólica foi a segunda figura estilística utilizada por estes quatro expoentes da autobiografia americana oitocentista. Mesmo sendo a personagem principal de uma parábola o autor autobiográfico, imbuído de fins moralistas, pode fazer regredir a sua auto-importância. A moral de uma narrativa, mais do que o seu protagonista, pode contribuir para o objectivo último do seu autor, a edificação do seu público leitor.

Woolman insurgiu-se contra a injustiça da escravatura e a incompatibilidade desta com a religião *quaker*. A posição adoptada pelas igrejas sulistas, apoiando-se em passagens bíblicas, foi motivo de grande decepção para este autor, que antecipou em muitos aspectos as futuras *slave narratives*. Woolman sempre norteou a sua vida por uma harmonização da prática com os princípios. Além da luta contra a escravatura, manteve uma abstinência de álcool, recusou-se a pagar impostos para manter guerras, e viveu entre os Índios para provar a existência do amor divino.

O segundo parágrafo da obra autobiográfica de Franklin incluiu a parábola relativa aos seus *unlikely beginnings*. O autor pretendeu que o leitor, lembrando-se do retrato literário das origens humildes de Franklin, fizesse uma comparação com a sua aparência posterior: “I was better dressed [...] having a genteel new suit from head to

foot, a watch and my pockets lined with five pounds of silver.” (30) Apesar de Franklin ser o protagonista da sua parábola, a narrativa continha um tema mais importante do que o seu protagonista, que julgou as acções através da observação dos seus resultados. Mais uma vez se conclui que o autor autobiográfico preferiu a forma parabólica, privilegiando o conteúdo em relação aos protagonistas, isto para efeitos de realçar as suas virtudes, retirando valor à sua auto-importância.

Também no caso de John Adams, o evento era mais importante do que os actores. Aqui a parábola relacionava-se com possíveis problemas nas premissas do governo democrático. A crença principal de Adams era que as massas humanas não podiam ter credibilidade. O autor, no fim, transferiu as suas reservas acerca da democracia, governo conduzido de acordo com os ditames do homem comum, para o seu público leitor.

Além do emprego de formas parabólicas, os autores autobiográficos do século XVIII, emulando os seus antecessores do século anterior, recorreram muitas vezes ao papel desempenhado pela Providência nas suas vidas interiores. Para Sacvan Bercovitch, os cristãos do século XVII distinguiram os *acts of common providence* em que Deus tratava todos por igual, os *acts of special privilage* para os eleitos, e os *acts of wonder* que, ao contrário dos outros, determinavam o progresso da alma (Bercovitch, 1975: 40). Pela mesma ordem de ideias, dentro do texto autobiográfico, os acontecimentos diários eram muitas vezes considerados evidência do progresso individual em termos religiosos.

Para o autor *quaker* John Woolman, a veneração da Providência resultou numa harmonia entre os princípios e a prática. No caso dos autores autobiográficos laicos, pelo contrário, era mais importante fazer corresponder a prática com os seus princípios do que mostrar que a Providência dominava todo o processo. John Adams e

Benjamin Franklin, autores seculares, concluíram que bastava seguirem os ditames da consciência para ganharem o favor da Providência. Thomas Jefferson, apesar de não mencionar tal assunto na sua obra autobiográfica, deu relevo a certos princípios políticos ligando a sua própria história com a do seu país. Para estes autores, o mais importante consistiu em fornecerem um modelo a ser seguido por outros, modelo esse que estava imbuído de princípios como a honestidade, a frugalidade e a honra.

Foi talvez Franklin o autor que mais se distinguiu na articulação entre os *acts of common providence* e os *acts of wonder*. As suas referências à Providência são feitas de forma um tanto paradoxal, tanto mais que, no princípio da sua autobiografia, não deixa de mencionar que o caminho para o sucesso fora resultado dos seus próprios esforços:

From the poverty and obscurity in which I was born and in which I passed my earliest years, I have raised myself to a state of affluence and some degree of celebrity in the world. As constant good fortune has accompanied me even to an advanced period of life, my posterity will perhaps be desirous of learning the means which I employed, and which, thanks to Providence, so well succeeded with me. (3)

Não fica clara a razão para o sucesso de Franklin, se os seus esforços ou os favores da Providência. Estando ciente de que a sua conduta podia ser imitada, talvez os seus *métodos* fossem ao encontro da Providência. Posteriormente, Franklin atribuiu a razão do seu sucesso a essa mesma Providência: “And now I speak of thanking God, I desire with all humility to acknowledge that I owe the mentioned happiness of my past life to his divine providence, which led me to the means I used and gave them success.”

(4) Ruth Banes comenta a atitude destes autores da autobiografia oitocentista americana:

John Woolman, John Adams, Thomas Jefferson, and Benjamin Franklin attempted to efface their autobiographical selves. At the same time, paradoxically, they connected individual history and identity with a larger purpose. Woolman wrote, with humility, in order to convey the message of God, in a manner prescribed by Quaker tradition. Adams, Jefferson, and Franklin addressed a community which did not possess a shared set of sacred principles or religious beliefs. [...] In writing an autobiography, each emphasized purposes more significant than himself. By emulating the spiritual autobiography, Adams, Jefferson, and Franklin emphasized the universality of their principles, rather than individual importance. Just as John Woolman had stressed the tenets of Quaker faith and religious practice, Adams and Jefferson had explained how their own views were part of the American Revolution and public policy. Franklin had shown that one could rise from poverty and obscurity to influence and affluence with a bit of discipline and faith. For secular autobiographers, God's purposes had been reinterpreted to justify secular American beliefs and values. Thus, early American autobiography was a public document, and writing an autobiography was a public act. (Banes, 1982: 237)

A autobiografia americana, na perspectiva de vários críticos, é diferente da autobiografia de outros países, na medida em que os americanos são e *não* são diferentes. Os Estados Unidos, à semelhança de outros países como a África dos Sul, Austrália e Nova Zelândia, foram criados por emigrantes. Mas os autores autobiográficos americanos sempre associaram as suas vidas à ideia de nação, ou de vida nacional.

Robert Sayre teve uma reflexão curiosa a este respeito:

From the times of Columbus, Cortez, and John Smith, America has been an idea, or many ideas. [...] The importance of this perception to American autobiography is great. Autobiography is not the most intellectual of genres (sometimes it seems quite the opposite), but ideas play a crucial role in it. [...] Ever since its origins in religious confessions, autobiography has afforded the author the opportunity to show how his life has been the fulfillment of ideas. The autobiographical hero is the representative of the ideas that he has lived by and seen succeed or, in some cases, fail. The autobiographer is not only a “who”, he is also a “what” – what he lived for, what he believed in and worked for. (Sayre *apud* Olney, 1980: 150)

### **3. Duas escritas complementares – Benjamin Franklin e Thomas Jefferson e o autobiografismo como alicerce da construção nacional**

#### **3.1 – Benjamin Franklin**

Benjamin Franklin foi talvez dos poucos homens na história que, através dos seus feitos pessoais e do serviço público prestado, constituíram exemplos não só para a sua época, mas também para as gerações seguintes. Para Van Doren, um dos maiores biógrafos de Franklin, este ainda hoje é visto e estudado nas suas múltiplas vertentes: cientista, diplomata, escritor, economista, homem de negócios, tipógrafo e humorista. (cf. Doren, 1956)

A memória de Franklin tem perdurado, especialmente ligada à encarnação do espírito público em tempos de crise. Quer se tratasse da fundação de um jornal, ou de uma academia científica, ou, principalmente, da Revolução Americana, a sua devoção era profunda, sem olhar a ganhos pessoais. Os serviços prestados em prol da emergência de um novo país foram inúmeros, devendo alguns deles ser mencionados desde já. Durante a primeira missão a terras britânicas (1757-1762), Franklin, como representante dos cidadãos da Pensilvânia, conseguiu derrotar os interesses opostos dos proprietários dessa colónia. Mais importante ainda, foi o seu trabalho paciente como embaixador em França (1777-1785), então inimiga da Grã-Bretanha, com vista a garantir uma intervenção militar a favor da rebelião americana.

A independência das colónias americanas foi apresentada por Franklin como algo muito mais significativo do que uma simples rebelião, era antes de tudo uma revolução moral e intelectual a nível planetário. Tanto Franklin como Jefferson, seu digno sucessor na embaixada em Paris, contribuíram, mais do que ninguém, para que os

autores iniciais da Revolução Francesa pudessem ir buscar a esperança e a força espiritual às fontes da Revolução Americana.

Franklin é uma figura histórica que se tornou famosa pelas actividades levadas a cabo durante e após a Revolução Americana, e pelas múltiplas descobertas científicas por si realizadas. Mas o homem que se instalou em Filadélfia vindo de Boston era também um escritor, talvez sem ninguém que lhe pudesse fazer frente no mundo colonial americano. Esta carreira de escritor culminou com a *Autobiografia*, produzida durante os últimos dezoito anos da sua vida, ainda que muitos dos seus escritos anteriores incluíssem variados registos autobiográficos.

Embora Benjamin Franklin tenha iniciado a escrita da *Autobiografia* em 1771, com a idade de 65 anos, pode dizer-se que a ideia do auto-retrato já vinha sendo acalentada de há cinquenta anos em obras anteriores, que mais não foram do que preparativos para a narração de partes importantes da sua vida. Em plena era colonial, Franklin foi dos estadistas com maior consciência de si próprio. Como exemplo do que acaba de ser dito, e só no que respeita às profecias de Franklin sobre a Revolução Americana, podem ser citados estudos como *Observations Concerning the Increase of Mankind, Peopling of Countries, etc.* (1755), *The Interest of Great Britain Considered* (1760), *The Examination of Doctor Benjamin Franklin* (1766) e *Causes of the American Discontents Before 1768* (1768).

A esta auto-consciência não era estranho o ambiente de fervoroso puritanismo em que Franklin tinha sido criado. A fé puritana valorizava sobremaneira os sentimentos e expressões de cada um. Exemplo do que acaba de ser dito podia ser encontrado na obra satírica *Letters Silence Dogood*, primeiros escritos de um Franklin adolescente que, através de uma identidade alternativa lançou um ataque ao expoente máximo do puritanismo da época, Cotton Mather, autor de *Essays to Do Good*. Nesta

obra clássica do calvinismo ortodoxo, Mather insistiu na salvação pessoal através das boas ações. A humildade, a piedade e a riqueza não eram contraditórios, mas sim elementos situados numa inter-dependência de causa e efeito. Para um aprendiz de tipógrafo em Boston (Franklin), o mais importante consistia no trabalho árduo, pois o caminho para Deus era também o caminho para a riqueza. (cf. Wright, 1986: 6)

Torna-se importante fazer uma referência à evolução do puritanismo para se compreender melhor as divergências entre os dois autores acima mencionados. Cerca de 1630, com o auge das perseguições religiosas na Inglaterra, várias comunidades, entre elas os puritanos, decidiram transferir-se para o Novo Mundo, levando uma vida patriarcal pautada por leis rigorosas e por uma ética não menos severa. Os puritanos ingleses gozaram no Novo Mundo a liberdade religiosa que não desfrutavam no seu país de maioria anglicana. Contudo, ao mesmo tempo que reclamaram este valor para si, negavam-no aos outros. Na colônia de Massachusetts, até 1691, só podia votar quem fosse membro da igreja, quem desse sinais de regeneração interior e de conversão do coração. Outros cultos religiosos estabeleceram-se noutras colônias, como os *Quakers* na Pensilvânia, e as igrejas multiplicaram-se através do solo americano. Mais tarde, com o desenvolvimento de uma classe de colonos em busca de riqueza, dos bens terrenos e de estatuto social, especialmente em New Plymouth e em Boston, a doutrina rígida de Calvino, onde a prosperidade era sinal do favor de Deus, evoluiu no sentido da aceitação do sucesso material como sinal de eleição desde que obtido honestamente. Houve como que uma democratização dos preceitos religiosos da época, tanto no puritanismo como nas demais religiões presentes nas colônias americanas.

Porque só os grandes homens são alvo dos maiores ataques, aquele que foi considerado o *primeiro americano* não escapou a esse destino. Foi por vezes acusado de

vaidoso, de retirar muitas ideias a outros autores e depois tomá-las como suas. O terceiro parágrafo da *Autobiografia* talvez seja a melhor resposta de Franklin:

Most people dislike vanity in others, whatever share they have of it themselves; but I give it quarter wherever I meet with it, being persuaded that it is often productive of good to its possessor, and to others that are within his sphere of action; and therefore, in many cases, it would not be altogether absurd if a man were to thank God for his vanity among the other comforts of life. (4)

Um assunto importante a ter em conta na *Autobiografia* prende-se com o ideal daquilo que viria a ser chamado o Sonho Americano, estreitamente associado ao conceito de mobilidade social. Apesar de este tema não ser novidade para Franklin nem para a literatura americana no seu todo, o escritor de Filadélfia foi por alguns considerado o antecessor da obra de Horatio Alger, escritor de muito sucesso no último quartel do século XIX (cf. Lemay, 1986: 350). No entanto, a ascensão económica do homem comum através do trabalho e da frugalidade, propugnada pela ficção algeriana, não foi dos aspectos mais focados na *Autobiografia*. Por várias vezes Franklin se referiu à pobreza típica da sua infância e juventude, mas raramente fez alusão à riqueza experimentada por si posteriormente, durante os últimos trinta anos da sua vida.

Um segundo aspecto do Sonho Americano, e tratado com mais pormenor na *Autobiografia*, teve a ver com o percurso desde um estado de dependência até à independência económica, a evolução da debilidade para o usufruto de um estatuto social digno até uma certa notoriedade. Logo no início da autobiografia, deparamo-nos com o seguinte: “From the poverty and obscurity in which I was born and in which I

passed my earliest years, I have raised myself to a state of affluence and some degree of celebrity in the world [...]" (3)

Esta faceta do Sonho Americano tornou-se muito importante devido às suas consequências, uma vez que foi possível traçar um paralelo entre a ascensão de Franklin (que disso tinha consciência) e a dos Estados Unidos enquanto nação emergente. Mesmo John Adams, que jamais nutriu grande simpatia por este seu contemporâneo, admitiu que a reputação e o temperamento de Franklin eram mais apreciados do que os de Leibnitz, Newton ou Voltaire. Por outro lado, James Cox não teve dúvidas em considerar a *Autobiografia* como uma alegoria da evolução dos Estados Unidos no sentido da independência (Cox, 1971: 259). Este aspecto do Sonho Americano na *Autobiografia* foi bem observado por Leo Lemay:

A more fundamental reason for the book's power and popularity lies in the archetypal appeal of the individual's rise from helplessness to power, from dependence to independence. In that normal development that every human being experiences from nebulousness to identity, from infancy to maturity, we all recapitulate the archetypal experience of the American Dream. That is why the American Dream has been and is so important to so many people, as well as to American literature. That explains the appeal of the myth of the log-cabin birth of our American presidents and the popularity of the role of the self-made man. The American Dream, on this archetypal level, embodies a universal experience. (Lemay, 1986: 352)

O Sonho Americano encontra-se também representado na *Autobiografia* através da filosofia do individualismo, onde os indivíduos são o principal factor de mudança do mundo. Tendo o Sonho Americano um conjunto de possibilidades passíveis de se materializarem, podia tornar-se na esperança de um mundo novo, um

mundo melhor isento dos males da era precedente. A *persona* desenhada por Franklin, o jovem fugitivo que abandonou Boston em busca de uma vida decente, com um desejo sem limites de progresso pelo trabalho e pelo estudo, como que representa o primeiro cidadão na literatura a viver numa sociedade democrática e laica, onde a mobilidade era uma hipótese real. Esta *persona*, ao contrário do seu pai, tinha a possibilidade de escolher o que fazer com a sua vida, e aqui residiu a principal mensagem do Sonho Americano de Franklin. Muitos escritos de intelectuais europeus da época abordaram este mesmo tema, intimamente ligado à mobilidade social, um dos pilares do Iluminismo nascente.

Um quarto aspecto do Sonho Americano tratado por Franklin foi a dialéctica entre a livre vontade e o determinismo ou, numa versão mais moderna, a diferença entre quem acredita na mudança e os que pensam tudo já estar pré-determinado. Franklin, apesar de se situar nitidamente no primeiro campo, como pensador complexo que era, nem por isso deixou de se referir a um certo tipo de pré-determinismo económico. Isto acontece a dado passo da *Autobiografia* quando afirma que, devido às dificuldades económicas do seu progenitor, teria de trabalhar em casa de seu pai na mesma profissão.

A última representação do Sonho Americano abordada por Franklin foi, à semelhança das anteriores, e como que pré-condição da sua existência, uma filosofia de esperança, mesmo de optimismo. Uma crença no individualismo e na livre vontade, assim como na ascensão social, pressupõe necessariamente a existência de esperança por parte do indivíduo. Toda a *Autobiografia* contém um optimismo marcante acerca da humanidade e do seu futuro.

Tendo como norte mostrar aos americanos tanto o sucesso pessoal como o nacional, Franklin foi também vítima das pressões históricas havidas em cada momento específico da composição da *Autobiografia*. Os três locais que presenciaram a escrita

desta obra correspondem a três momentos históricos distintos: Twyford, em Inglaterra (1771), simbolizou as negociações entre o autor e o Parlamento; Passy, em França (1784), tem a ver com a permanência de Franklin no cargo de embaixador, depois da assinatura do Tratado de Paz com a Grã-Bretanha; Filadélfia está ligada ao período posterior à Convenção Constitucional (1788). Cada momento histórico influenciou o *Eu* existente em cada secção, formando os *Eus* no seu todo a obra em si. As várias secções da *Autobiografia* (tomando a terceira e quarta conjuntamente) equivalem assim a documentos chave do período revolucionário americano — Declaração da Independência, Artigos da Confederação e Constituição.

No entender de Franklin, as identidades pessoal e nacional eram inseparáveis. Pouco depois da aprovação da Constituição americana, o autor recomeçou em 1788 a escrita das suas *Memórias*. Este momento histórico especial proporcionou a Franklin o ímpeto retórico para retomar o acto autobiográfico. Foi portanto a natureza retórica da *Autobiografia* que funcionou como mediador entre as necessidades históricas de um Franklin (e dos seus contemporâneos) e a qualidade representativa da sua vida. O papel pacificador desempenhado por Franklin em 1787, na Convenção Constitucional, não surgiu por acaso. Mark Patterson viu assim a obra em questão, formada por uma série de narrativas referentes a determinados momentos históricos:

By looking at the *Autobiography* as a series of related, but discontinuous, narratives, each bound to a particular historical moment and each with a specific rhetorical design on the reader, we discover that it is rhetoric itself which unites personal and national histories. What Franklin narrates is a life full of encounters with various forms of authority; what he assumes as narrator of that life is his own authority. In doing so he takes on the central issues of this period: the nature and location of authority and how that authority was to be represented. As Jonathan Boucher, the Tory minister, had

said of the changes taking place during the Revolution, “Americans were making a truly revolutionary transformation in the structure of authority.” (Patterson, 1988: 5)

Franklin dispôs-se a desenvolver um *Eu* autónomo, tão independente como a nação que procurou servir em todas as ocasiões. Os temas políticos de então, auto-governo, autonomia e autoridade, não deixam de ser os mesmos dos tempos actuais. A necessidade de determinar o papel das várias formas de autoridade perpassa toda a *Autobiografia*. Partindo de uma revolta contra a autoridade paternal, Franklin acaba por desenvolver as suas próprias organizações, os símbolos de autoridade, ou seja, o correio, os bombeiros, as bibliotecas, enfim, a nação americana ela própria.

O autor, que nunca apelidou a sua obra de *Autobiografia* mas sim de *Memórias*, deu início a esse trabalho em Agosto de 1771, na casa do seu amigo inglês o Bispo Jonathan Shipley, em Twyford, no Hampshire. Este bispo, o mais pró-americano da Inglaterra de então, via em Franklin um Sócrates moderno, e insistiu bastante para que o diplomata americano escrevesse a história da sua própria vida. A primeira parte da *Autobiografia*, uma descrição da sua vida até 1731, bem como o esboço do plano da obra completa, foram redigidos em apenas treze dias: “In the sweet retirement of Twyford, where my only business was a little scribbling in the garden study.” (5)

Possuindo uma vasta experiência na escrita de cartas pessoais, enviadas frequentemente para o seu filho William, à data Governador do estado de New Jersey, Benjamin Franklin não experimentou qualquer dificuldade em elaborar as suas *Memórias* sob a forma de uma carta dirigida inicialmente ao seu filho. Leo Lemay percebeu as vantagens da escrita em forma de carta: “The letter device is a brilliant literary ploy which allowed Franklin to create an intimate relationship between the

author and the reader. Franklin began the *Autobiography* as a letter to his son in order to achieve this special tone.” (Lemay, 1967: 200)

Durante os treze anos posteriores a 1771, houve um hiato na escrita da *Autobiografia*, a isso não sendo estranho o eclodir da Revolução em 1776. Esta parte da obra foi comentada por Patterson nos seguintes termos:

The first section presents an extraordinary collaboration of Puritan self-analysis and Enlightenment theatricality. And together these two influences supported the cause of republican government by emphasizing disciplined virtue acted out toward the end of individual independence. Beginning Part One as Father Benjamin, Franklin revises that role to become the imitable model of republican success, the authority “figure” of American independence, as well as the successful imitation, the representation of that authority. (Patterson, 1988: 16)

O conceito teatral referente ao *Eu* associou Franklin estreitamente a noções oitocentistas do homem público. Esta época iluminista considerava a identidade pessoal função das convenções sociais, regendo-se o comportamento individual de acordo com os modelos vigentes. A separação entre a vida privada e a pública fazia com que indumentária, fala e trabalho tivessem de obedecer a regras e códigos por todos conhecidos. Por exemplo, ao ostentar perucas e vestimentas de alta qualidade, Franklin apresentava a sua persona, imagem simultânea das suas obrigações sociais e de uma identidade legitimada. A autoridade encontrava-se, assim, codificada nas expressões de um *Eu*, que era o elo de ligação com determinada posição e cargo público.

A parte inicial da *Autobiografia* consistiu numa declaração pessoal de independência, em que Franklin descreveu a sua ascensão social e a crescente influência obtida num país de enormes potencialidades. Encontravam-se aqui enumeradas as

qualidades necessárias a uma república ainda não existente, bem como as condições que fariam do filósofo diplomata o governante modelo ou, por outras palavras, o americano paradigmático.

Franklin exprimiu bem as ideias predominantes sobre o género de sociedade e de cultura que desejava para o novo país, ideias essas comuns à maior parte dos signatários da Declaração de Independência de 1776. Destacava-se a ideia de um governo republicano, respeitador da liberdade, e não mais a monarquia que lembrava a velha Europa. No entanto, e por paradoxal que pudesse parecer, o ponto de vista expandido era conservador, na medida em que pretendia manter determinados valores que os americanos acreditavam estarem a ser abandonados pelos ingleses, especialmente a própria constituição inglesa e os direitos que lhe estavam associados. Gordon Wood foi claro a este respeito, ao constatar o seguinte:

These values were in fact already embodied in the historic English constitution [...]. The colonists stood to the very end of their debate with England and even after on these natural and scientific principles of the English constitution. And ultimately such a stand was what made their Revolution seem so unusual, for they revolted not against the English constitution but on behalf of it" (Wood, 1972: 10)

O abandono de princípios oriundos de tempos imemoriais foi também expresso por Bernard Bailyn: "The danger to America, it was believed, was in fact only the small, immediately visible part of the greater whole whose ultimate manifestation would be the destruction of the English constitution, with all the rights and privileges embedded in it." (Bailyn, 1992: 95)

Os pais fundadores necessitaram das estruturas tradicionais da sociedade, para as imitar e as ir melhorando, em percurso análogo ao de Franklin. Contudo, esses

revolucionários conservadores presenciaram, com a independência, uma onda inesperada de consequências sociais e políticas. As novas constituições estaduais privilegiaram o poder dos representantes em desfavor dos governadores, assistindo-se à emergência do *ethos* republicano. O vocábulo *republicano* estava ligado a uma nova forma de governo, ao fim da monarquia, assim como a novas regras morais, indispensáveis a uma nação que acreditava nas normas do *bem comum*. Apesar da organização da sociedade assentar em modelos tradicionais, a população americana não podia estar mais de acordo com Thomas Paine, quando este afirmou que, devido à Revolução, os americanos eram agora outro povo. (cf. Paine, 1944)

A ideologia republicana, dando ênfase ao poder ascendente dos habitantes de uma forma consensual, não deixou de causar embaraços aos seus dirigentes. Nem podia ser refreado o consenso estabelecido pelos governantes, nem os desejos do povo podiam ser reprimidos pela força. O meio por excelência de um governo republicano devia ser a persuasão e nunca a coação. As pessoas eram incitadas a aderir, a votar, ou seja, a incluir os interesses privados na virtude pública. Gordon Wood viu assim esta questão:

In a monarchy each man's desire to do what was right in his own eyes could be restrained by fear or force. In a republic, however, each man must somehow be persuaded to submerge his personal wants into the greater good of the whole. This willingness of the individual to sacrifice his private interests for the good of the community – such patriotism or love of country – the eighteenth century termed 'public virtue'. A republic was such a delicate polity precisely because it demanded an extraordinary moral character in the people. (Wood, 1972: 68)

Ao asseverar a sua independência cinco anos antes da Declaração de 1776, Franklin conseguiu realizar um acto literário, fazendo jus à sua autoridade e autonomia. Ao terminar a primeira parte da *Autobiografia*, o autor começou por descrever os resultados do seu talento: o sucesso alcançado como tipógrafo, a fundação do clube literário chamado *Junto* e, principalmente, a fundação da biblioteca por subscrição, entre outras realizações. O período que mediou entre a primeira e a segunda secções da obra (1771-1784), rico em acontecimentos políticos, obrigou Franklin a dedicar-se a outras formas de serviço público. Quando este regressou à sua *Autobiografia*, os pressupostos anteriores já não eram aplicáveis a um mundo que tinha sofrido bastantes mudanças.

O fim do capítulo inicial da *Autobiografia*, mencionando o primeiro projecto público do autor, a biblioteca de Filadélfia, foi considerado um momento fulcral na narrativa frankliniana. Até então, o tema dominante girara em volta de uma história de sucesso pessoal, de auto-independência. A partir deste instante, houve como que uma transcendência da esfera privada até aí reinante no relato, evoluindo-se para um conceito de êxito subordinado ao serviço público. O plano da biblioteca, por sua vez pai de outros projectos posteriores, revelou toda a sua importância ao aumentar o orgulho dos colonos americanos. Neste ponto da narrativa, as acções do indivíduo começaram a influenciar, se não mesmo a transformar, a história da comunidade. Exemplo disto apareceu na menção das actividades posteriores de Franklin como propagandista e revolucionário, o primeiro sinal da sua identificação com o país emergente.

Em 1784, Franklin retomou a narrativa entretanto suspensa. Encontrando-se na Europa, desta vez em Passy, França, onde estivera oito anos como ministro plenipotenciário, e a aguardar a chegada do seu substituto Thomas Jefferson, o pai de William Franklin, governador do estado de New Jersey, não se lembrava em que ponto

interrompera a primeira parte da sua obra, cujo manuscrito deixara em solo americano. Por outro lado, o seu filho William tinha aderido à causa do governo britânico, o que fez com que o pai escrevesse as suas *Memórias* já não para o filho, mas para o público em geral. Hugh Dawson acrescentou outras razões indicativas do esforço de Franklin aquando da redacção da Parte II:

In considering the relation of the second part to what had been written thirteen years earlier, one must recall the autobiographer's situation at the time of its writing. In 1784 Franklin was seventy-eight years old. His eyesight was falling, and he suffered greatly from gout and the stone, which made any travel extremely painful. The hazards of an Atlantic crossing lay between him and the materials that would yield up that wealth of particularity so much to his taste. In undertaking Part II, he excuses himself: "It might too be much better done if I were at home among my Papers, which would aid my Memory, & help to ascertain Dates. But my Return being uncertain, and having just now a little Leisure, I will endeavour to recollect & write what I can." (Dawson, 1978: 288)

A segunda parte da obra, escrita em Passy durante o ano de 1784, foi bastante influenciada pelas cartas de dois amigos de Franklin, Abel James e Benjamin Vaughan. Estes insistiram em que o trabalho entretanto iniciado fosse levado a bom termo, motivo pelo qual, em boa parte, as suas cartas apareceram na abertura do capítulo dois da *Autobiografia*. Vaughan ligou mesmo o significado do livro à imagem internacional da nova nação, e pensava que a descrição de Franklin seria determinante para o rumo da história e autobiografia americanas:

I do not know of a more efficacious advertisement than your biography would give. All that has happened to you is also connected with the detail of the manners and situation of a rising people [...] the immense Revolution of the present period will necessarily turn our attention toward the author of it, and when virtuous principles have been pretended in it, it will be highly important to show that such have really influenced [...] and above all things, prove yourself as one who from your infancy have loved justice, liberty, and concord in a way that has made it natural and consistent for you to have acted as we have seen you act in the last seventeen years of your life. (73-75)

Embora seja impossível calcular até que ponto as duas missivas tenham afectado o desenrolar da narrativa, é um facto que Franklin se afastou do programa original esboçado em 1771, concentrando-se nas suas crenças religiosas (dogmas puritanos da infância e da juventude substituídos por princípios universais, o deísmo) e no projecto de perfeição moral. Na segunda parte da *Autobiografia* foi retomado o assunto que encerrara a primeira, a fundação da biblioteca pública de Filadélfia, estando quase todas as páginas seguintes subordinadas a um único tema, o referido plano de perfeição moral. Franklin sabia de antemão ser impossível alcançar este desiderato:

It was about this time I conceived the bold and arduous project of arriving at moral perfection. I wished to live without committing any fault at any time; I would conquer all that either natural inclination, custom, or company might lead me into. As I knew, or thought I knew, what was right and wrong, I did not see why I might not *always* do the one and avoid the other. But I soon found I had undertaken a task of more difficulty than I had imagined. While my attention was taken up and care employed in guarding against one fault, I was often surprised by another. (76)

Foi sobretudo neste desígnio de Franklin que ficou patente o fenómeno predominante: a procura e a identificação dos valores individuais adequados ao novo país americano. Apesar de Franklin ter sido um revolucionário, a sua ética estava longe de ser radical, pois encontrava-se impregnada de valores do senso comum, valores da classe média. O autor tentou uma alternativa moderna, tanto para a introspecção angustiada como para a relação estreita com Deus. Ao substituir estas características de índole puritana e *quaker*, Franklin inventou o método das treze virtudes, cujo objectivo era o melhoramento da conduta moral. O mais velho pai fundador falava assim para a sua geração. Gordon Wood explicou este método do seguinte modo:

In his *Autobiography* Franklin set forth a series of moral injunctions for living a good life, including reading, practicing modesty, and avoiding “Taverns, Games, and Frolicks of any kind.” He praised religion for whatever moral effects it had, but for little else. He believed that simply exhorting people to be good would not be enough; he wanted to present them with the means and manner of obtaining virtue – without relying on organized religion, which Franklin found often tended to divide people from one another rather than inspiring and promoting morality. He listed thirteen virtues (temperance, silence, order, resolution, frugality, industry, sincerity, justice, moderation, cleanliness, tranquillity, chastity, and humility) with descriptions of each; for example, frugality – “Waste not”; industry – “Lose no time”; chastity – “Rarely use Venery but for Health or Offspring”; and humility – “Imitate Jesus and Socrates.” These were not utopian virtues, requiring a complete change of heart; instead, they were realistic, down-to-earth virtues, capable of being managed by ordinary people and not just a saintly few. By creating an elaborate “Plan for Self-Examination” – a daily checklist for each virtue – Franklin tells us how he worked diligently to eliminate faults and promote his

thirteen virtues – all with the aim of pleasing God but, more important, of getting along in life. (Wood, 2004: 204-5)

Toda esta referência às virtudes ideais a serem respeitadas fazia parte de um trabalho de maior fôlego chamado *The Art of Virtue* que, por razões desconhecidas, nunca viria a ser publicado, nem mesmo terminado por Franklin. (Fiering, 1978: 200) Apesar do tema ser tratado na *Autobiografia* de uma maneira jocosa, era indiscutível que o seu autor, à semelhança de quase toda a população do século XVIII, tinha encarado o problema de alcance da virtude de uma forma séria. Isto acompanhado da natural esperança de poder contribuir para o avanço da psicologia moral e das teorias educativas.

Se na primeira parte da *Autobiografia*, cujo percurso se caracterizou pela procura do êxito e da independência pessoal, isto foi conseguido através de um processo auto-libertador, já na secção seguinte a procura da perfeição exigiu uma auto-disciplina rigorosa. Estavam aqui espelhados os dois aspectos complementares tendentes ao ideal mais elevado de Franklin — a auto-governança e a autonomia. Ao harmonizar valores tais como auto-libertação e auto-controlo, liberdade individual e ordem social, o autor quis mostrar o facto da auto-governança pessoal de homens como ele tornar possível a Revolução Americana.

Na parte dois da narrativa autobiográfica, a Revolução apareceu como o contexto histórico da *Autobiografia*, assistindo-se ao estabelecimento de uma analogia entre a experiência de Franklin e o emergir da nova nação americana. O autor descreveu o seu próprio crescimento, colocando-o em paralelo com o da própria nação, e mostrou ainda o quanto contribuíra para o aparecimento da nova união. (Ward, 1963: 544) Assim, sem nunca mencionar a sua participação, Franklin criou uma autobiografia que apresenta um percurso análogo ao da Revolução Americana, tornando clara a similitude

entre o que foi a vida de um *self-made man* escrita pelo próprio e a Revolução em si mesma. (Cox, 1971: 261)

A América contemplada por Franklin desde solo francês, em 1784, não era já o país das virtudes republicanas de carácter homogéneo. Tinha-se tornado num palco de disputas regionais e políticas, onde cada facção procurava impor a sua voz no novo território. Por causa da sua indeterminação e desordem, o sistema frankliniano de virtudes assemelhava-se mais aos Artigos da Confederação que, apesar de tudo, eram a constituição primitiva da gesta revolucionária americana, devendo-se a sua longevidade à guerra entretanto ocorrida. Todavia, por esta altura, os Artigos constituíam um obstáculo à unidade entre os estados da união.

O projecto de perfeição moral de Franklin, do mesmo modo que os Artigos, não teve o devido êxito por causa da sua abstracção. Apesar das treze virtudes serem instruções positivas, não podiam ser consideradas verdadeiros modelos de comportamento, ao não serem aplicadas a situações concretas. O autor ponderou modelos humanos somente na última virtude, Humildade. Porém, a explicação desta virtude — imitar Jesus e Sócrates — proporcionou um modelo demasiado ambíguo para o comportamento humano. Tal como Franklin, Sócrates assumiu a humildade como forma de argumentação, e não como uma virtude ideal.

As diferenças existentes entre o primeiro e o segundo capítulos da obra mostraram quanto a América tinha mudado, sendo também diferente a abordagem do problema da virtude. Na parte I das suas *Memórias*, o autor procurou o sucesso com cuidado, usando exemplos negativos como avisos de um possível fracasso. Paradoxalmente, cada insucesso reuniu em si as condições para o êxito futuro. Será suficiente citar dois exemplos: se a inépcia do governador Keith, que mentiu a Franklin várias vezes, não foi factor impeditivo para exercer um cargo público, já o insucesso de

Keimer como tipógrafo serviu de ensinamento ao jovem Franklin para singrar na profissão favorita.

Muito à semelhança do que acabou de ser dito, a rebelião americana baseou-se no facto de a Inglaterra ter corrompido os seus ideais, que eram louváveis do ponto de vista teórico, como referido anteriormente no caso da Constituição inglesa. A Revolução, ao garantir a independência, provou a bondade das reivindicações americanas face às virtudes republicanas, abolidas pela própria Inglaterra. Mas uma vez alcançada a vitória, as normas abstractas de governação não foram suficientes para estabelecer um novo sistema de governo. A parte II da *Autobiografia* expôs o mesmo problema, agora em termos pessoais, quando o autor relatou a dificuldade de conjugar a fraqueza pessoal com um sistema de virtudes ideais.

Uma ideia cara a Franklin, a de uma sociedade hierárquica, estava agora ameaçada pela mobilidade social propugnada em escritos anteriores. Esta mobilidade baseada no talento constituía um dos pilares da ideologia republicana, mas em 1784 toda a população americana parecia reclamar o direito de ascender na sociedade. Gordon Wood aborda o verdadeiro conceito de sucesso em Franklin nestes termos:

Movement must necessarily exist in a republic, if talent alone were to dominate, if the natural aristocracy were to rule. But such inevitable movement must be into and out of clearly discernible ranks. Those who rose in a republic, it was assumed, must first acquire the attributes of social superiority – wealth, education, experience, and connections – before they could be considered eligible for political leadership. (Wood, 1972: 479-480)

Ao caracterizar a ideologia republicana, Wood define nestas linhas o conceito frankliniano de sociedade mantido por este de 1771 até 1788, data do início da terceira parte da *Autobiografia*. A mudança ocorrida em Franklin prende-se, não com a

sua visão de uma sociedade republicana, mas com as formas de autoridade necessárias para alcançar a ordem e a estabilidade. Se em 1784 (início da segunda parte da obra autobiográfica) Franklin viu, de um modo irônico, perigos associados aos Artigos da Confederação, também não deixou de os elogiar como ideais perfeitos do republicanismo. Quatro anos mais tarde ele tornou-se adepto de uma autoridade institucionalizada, que se traduziu na Constituição de 1787, além de perfilhar uma visão correspondente do *Eu*.

Ainda a propósito do ideal republicano, a maior parte dos dirigentes revolucionários americanos inclinava-se para o conceito de uma elite baseada no mérito, ou seja, uma aristocracia natural personificada no ideal oitocentista do *gentleman* cultivado e instruído. Este *self made man* era aceite pela aristocracia natural só no caso de ter assimilado, através da experiência e da educação, as atitudes e o estilo dessa mesma aristocracia. Ao contrário de opiniões expendidas anteriormente, poucos patriotas estavam dispostos a repudiar a ideia de uma elite dominante acompanhada obrigatoriamente de uma autoridade social e política.

Após vários adiamentos, a terceira parte da obra foi redigida entre Agosto e Outubro de 1788, na quietude da sua casa de Filadélfia. Neste trecho, mais extenso do que o das outras partes juntas, Franklin descreve a sua vida de 1731 a 1757, data da primeira missão oficial a Londres. Franklin tinha voltado a Filadélfia em 1785, mas devido a inúmeros afazeres, como a presidência da Assembleia da Pensilvânia e a participação na Convenção Constitucional de 1787, não conseguira dedicar-se previamente às suas *Memórias*.

Se o capítulo I descrevera o êxito obtido por um homem de acordo com as regras vigentes na sociedade, a terceira parte da obra autobiográfica privilegiou a consideração do progresso da sociedade na sua relação com o indivíduo. Em 1788, o

êxito e o insucesso eram avaliados consoante o bem ou o mal feitos à sociedade, e os critérios de tal avaliação residiam no próprio Franklin. Um exemplo desta inversão do código de sucesso foi proporcionado pela discussão da *Society of the Free and Easy*, um dos poucos projectos não concretizados de Franklin:

And I was not discouraged by the seeming magnitude of the undertaking, as I have always thought that one man of tolerable abilities may work great changes and accomplish great affairs among mankind if he first forms a good plan, and, cutting off all amusements or other employment that would divert his attention, makes the execution of that same plan his sole study and business. (95)

Há autores, como William Shurr, que consideraram a terceira parte uma mera continuação, menos fulgurante, da primeira parte: “Part III seems to continue where Part I left off, but with a significant difference. It was begun more than seventeen years after Part I, and for many readers it lacks the liveliness of the narration of Part I. Also, it begins desultorily, with notes for a new religious sect Franklin had thought of starting around 1731.” (Shurr, 1992: 438)

Na terceira parte, o autor apresentou-se como um projectista do novo país em diversos níveis. As propostas iam desde a iluminação das ruas até ao famoso *Plano Albany* de 1754, acção empreendida por Franklin no sentido de manter uma certa forma de união colonial, tentando evitar a ruptura que se avizinhava:

By this plan the general government was to be administered by a president-general appointed and supported by the Crown and a grand council to be chosen by the representatives of the people of the several Colonies met in their respective Assemblies. Many objections and difficulties were started, but at

length they were all overcome, and the plan was unanimously agreed to, and copies ordered to be transmitted to the Board of Trade and to the Assemblies of the several provinces. Its fate was singular. The Assemblies did not adopt it, as they all thought there was too much *prerogative* in it; and in England it was judged to have too much of the *democratic*. The Board of Trade therefore did not approve of it, nor recommend it for the approbation of His Majesty.

(129)

O autor de *Poor Richard's Almanack* lamentou a não aprovação da sua proposta, e continuou convencido das vantagens que o moderado *Plano Albany* representava para ambas as partes. A união das colónias americanas permitiria uma defesa mais sólida, sem a necessidade de tropas inglesas e, o que era mais importante, evitaria a ideia de lançar impostos sobre os colonos americanos, que foi o rastilho precursor da luta sangrenta entre os patriotas e a metrópole inglesa.

A parte III das *Memórias* foi influenciada sobremaneira pela elaboração e ratificação da Constituição americana, em que Franklin interveio activamente. Embora fosse conhecida a importância dada por ele ao poder da escrita, é nesta secção que a escrita apareceu com valor “documental”, isto é, elo de ligação de identidades pessoais e colectivas. A identidade pessoal misturou-se com a história, permitindo à autobiografia assumir um valor documental. Desde o início da sua obra, dezassete anos antes, Franklin evoluira de um modelo de sucesso individual para um outro de identidade colectiva. Nesta evolução comportamental, houve um aspecto que se manteve constante, o desejo de evitar hostilidades. Bushman comentou este tom conciliatório sempre presente em Franklin:

Franklin's abilities and predilections disposed him to select, and others to select him for negotiating roles. From his first appointment as colonial agent

until his last great public acts in the Constitutional Convention., Franklin bargained and reconciled in an effort to prevent open hostilities. Always conciliatory, he was suspected of being soft when colleagues and constituents expected firmness. Near the outbreak of the Revolution, as bad feelings mounted, the colonial leaders grew suspicious because the old Doctor, for all his disgust with British policy and corruption, remained outwardly amiable. Again in Paris, John Jay and especially John Adams believed that Franklin sacrificed American interests to remain in the good graces of France and that he was, perhaps, too conciliatory with Britain. In reality Franklin never betrayed his constituents' interests. He simply preferred cordial relations, whether with friends or enemies, to any form of open hostility. (Bushman, 1966: 238)

Fiel ao percurso do homem *amigo da humanidade*, a terceira parte da *Autobiografia* focou as suas actividades de organizador, diplomata e cientista. Além de narrar as suas experiências históricas, na qualidade de membro da Convenção Constitucional de 1787, Franklin ajudou a fazer história. Embora nunca tivesse duvidado da ratificação da lei fundamental, a resistência dos anti-federalistas surpreendeu-o. Através de cartas, panfletos e sermões, a batalha da ratificação constitucional colocou frente a frente federalistas (partido de Franklin), advogados de um governo central forte, e anti-federalistas (mais tarde viriam a ser os republicanos), adeptos do maior poder possível para estados semi-autónomos.

Se os federalistas receavam o poder incontrolado das multidões ululantes, já o maior medo dos anti-federalistas residia em formas aristocráticas de tirania. Franklin, no primeiro campo, combateu os demagogos que, segundo ele, punham em causa os fundamentos sociais que serviam de suporte à Constituição aprovada em 1787 pelos federalistas. Os receios de Franklin prendiam-se com a nova importância adquirida

pelas responsabilidades públicas, e a sua aversão aos dirigentes carismáticos está expressa na terceira parte da *Autobiografia*. Gordon Wood equacionou assim o projecto federalista da década de 1780 e as suas consequências futuras:

The Federalists helped to foreclose the development of an American intellectual tradition in which differing ideas of politics would be intimately and genuinely related to differing social interests. In other words, the Federalists in 1787 hastened the destruction of whatever chance there was in America for the growth of an avowedly aristocratic conception of politics and thereby contributed to the creation of that encompassing liberal tradition which has mitigated and often obscured the real social antagonisms of American politics. By attempting to confront and retard the thrust of the Revolution with the rhetoric of the Revolution, the Federalists fixed the terms for the future discussion of American politics. They thus brought the ideology of the Revolution to consummation and created a distinctly American political theory but only at the cost of eventually impoverishing later American political thought. (Wood, 1972: 562)

Também era verdade que Franklin estava ciente das suspeitas da oposição quanto aos planos dos dirigentes tradicionais sacrificarem o bem estar da nação a favor de ambições pessoais. Na abertura da terceira parte da *Autobiografia*, Franklin ventilou o tema interesse privado *versus* interesse público, e a sua relação com os partidos políticos, a partir de escritos datados de 1731, “preservados acidentalmente”: “That few in public affairs act from a mere view of the good of their country, whatever they may pretend; and though their actings bring real good to their country, yet men primarily considered that their own and their country’s interest was united and did not act from a principle of benevolence” (93).

A terceira secção das *Memórias*, na sua maioria, tratou das responsabilidades individuais para com o bem público colectivo. Franklin assumiu-se novamente como modelo de acção mas, ao contrário do que acontece na primeira parte, subordinou o interesse pessoal ao serviço público. À semelhança de muitos federalistas do seu tempo, o autor encarava o demagogo carismático como a principal ameaça à unidade nacional e à autonomia pessoal.

Sem dúvida que a figura de Benjamin Franklin continuou a ser crucial na parte III da *Autobiografia*. Enquanto no primeiro capítulo o autor se esforçara numa procura peripatética de modelos adequados, nesta secção apresenta-se com uma identidade fixa: governadores, ministros e generais pediam o *seu* conselho. Patterson sintetizou assim esta situação:

When this advice is heeded, as, for example, when Gilbert Tennent follows Franklin's directions for fund raising, the result is successful. When General Edward Braddock arrogantly refuses to listen to Franklin's counsel, he is killed and his army routed. Whereas the figures in the earlier section are potential models, now men like George Whitefield are alter egos and rivals (Patterson, 1988: 28-29).

Em 1755, o General Braddock foi nomeado pelo Parlamento de Londres para uma expedição destinada a levar a melhor sobre índios e franceses nos territórios americanos do interior, e também dissuadir os colonos de ideias autonomistas. A Assembleia da Pensilvânia designou Franklin para negociar com o General, mas este recusou os avisos de Franklin, tendo sofrido uma pesada derrota e pago com a vida tal negligência. Com a chegada do *Great Awakening* a Filadélfia em 1739, pela mão de George Whitefield, Franklin ficou impressionado pelos sermões carregados de emocionalismo do clérigo inglês, à semelhança do presbiteriano Gilbert Tennent.

Recusando a conversão proposta por Whitefield, Franklin não deixou de admirar este fenómeno de histeria colectiva, segundo ele digno de ser estudado e ridicularizado. (Leibowitz, 1989: 63)

Foi durante as semanas anteriores a Abril de 1790, mês do seu falecimento, que Franklin acrescentou as poucas páginas conhecidas como a Parte IV da sua obra. Essas páginas descrevem o período que medeou entre a chegada à Inglaterra em 1757 e as negociações bem sucedidas com a família Penn em 1760. Só em 1868, aquando da descoberta do manuscrito original, foi publicada em França a versão completa da *Autobiografia* tal qual Franklin a escrevera, desta vez incluindo a última parte.

Se ao longo da Parte III da *Autobiografia* os factos políticos eram já preparatórios da futura Revolução Americana, o último capítulo complementou essa tendência, ao abordar eventos conducentes ao *Stamp Act* e às tensões inadiáveis entre as colónias americanas e a Inglaterra, que viriam a desembocar na Revolução. A parte mais pequena da *Autobiografia* abrange os contactos, decepcionantes para Franklin, efectuados em Londres no ano de 1757, na qualidade de agente da Pensilvânia. O maior destaque pertence às negociações havidas entre Lord Granville, presidente do Privy Council, e o próprio Franklin, além de contactos deste com os irmãos Penn, proprietários da colónia da Pensilvânia. Joseph Fichtelberg viu assim a importância simbólica da *Autobiografia* e do seu autor, inclusive no estrangeiro:

If Franklin was a political partisan in America, he was clearly something else overseas. Once again “recollecting” – not personal but colonial - history, he finds himself transformed into an exemplar of injured America. [...] after a long residence in Europe, Franklin had literally become the “symbol of America,” delighting in his dour fur cap as he courted aristocrats. That symbolism was but the last of numerous transformations, each instructive of

how self-seeking may be made virtuous, of how private acts may have public resonance, of how a young nation may sustain a noble mission. In its largest sense, the *Autobiography* was Franklin's Art of Rhetoric; [...] it provided Americans with an essentially "rhetorical" model for virtue. But for Franklin, rhetoric and civic virtue coincided. Like an exemplary text, a self-made man was the sum of his successful revisions. (Fichtelberg, 1988: 214)

Para certos autores, os dons literários de Franklin foram algo sobrevalorizados. Por exemplo, Marcus Cunliffe afirmou que a prosa da *Autobiografia*, apesar de simples, efectiva e até com um certo humor, não constituiu propriamente uma novidade. Reconhecendo embora os modelos literários ingleses de Bunyam e Swift e do *Spectator*<sup>20</sup>, assim como a tradição dos sermões puritanos da Nova Inglaterra, como elementos com forte influência em Franklin, Cunliffe menorizou a faceta literária deste: "[...] he did not present himself as a man of letters. He was too busy with other things, and it was the astonishing range of his activities which made him appear so exemplary an Anglo-American." (Cunliffe, 1986: 45-46).

A verdade é que Franklin leu muitos autores, e os ensaios da revista *Spectator* foram decerto das maiores influências recebidas pelo primeiro diplomata americano, conforme referido por ele próprio:

[...] About this time I met with an odd Volume of the Spectator. It was the third. I had never before seen any of them. I bought it, read it over and over, and was much delighted with it. I thought the Writing excellent and wish'd if possible to imitate it. [...] I took some of the Tales and turn'd them into Verse: And after a time, when I had pretty well forgotten the Prose, turn'd them back again. I also sometimes jumbled my Collections of Hints into

---

<sup>20</sup> Revista do século XVIII, fundada em Londres por Sir Richard Steele e Joseph Addison, que tratava dos mais diversos problemas da sociedade da época.

Confusion, and after some Weeks, endeavour'd to reduce them into the best Order before I began to form the full Sentences and compleat the Paper. This was to teach me Method in the Arrangement of Thoughts. (Franklin *apud* Furtwangler, 1987: 20)

Quanto à arte da persuasão, Franklin podia ser considerado um mestre, pois escrever, para ele, constituía uma forma de acção através de peças expositivas, satíricas, burlescas e, acima de tudo, das suas incomparáveis cartas. Como referido anteriormente, todos estes contributos tinham o seu lado autobiográfico, desde os tempos da edição de almanaques e jornais até culminarem na *Autobiografia* propriamente dita.

O título de *Autobiografia* pode ser um pouco enganador, uma vez que os episódios aí narrados terminaram por volta do ano de 1757, antes de Franklin ter assumido grande parte dos cargos públicos mais relevantes. A obra não é decerto um guia cronológico nem tão pouco um relatório da carreira do sábio de Filadélfia, funcionando antes como um guia de conduta baseado em factos, e tendo o intuito de mostrar à juventude americana o caminho do anonimato à glória. Abel James, quando escreveu ao seu amigo Franklin incitando-o a terminar a *Autobiografia*, foi bastante elucidativo a esse respeito:

[...] The influence writings under that class have on the minds of youth is very great and has nowhere appeared so plain as in our public friend's Journal. It almost insensibly leads the youth into the resolution of endeavoring to become as good and as eminent as the journalist. Should thine, for instance, when published – and I think it could not fail of it – lead the youth to equal the industry and temperance of thy early youth, what a blessing with that class would such a work be! (70).

Franklin apelidou a sua obra mais conhecida como uma “rambling series of digressions”. Nela as sucessivas facetas de tipógrafo, negociante e dirigente cívico foram bem retratadas, muitas vezes com talento e uma certa veia humorística. O modelo autobiográfico frankliniano teve a sua génese em 1726, quando o autor, ainda sem preocupação com o público leitor, escreveu um diário pela primeira vez, durante a viagem de regresso a Filadélfia vindo de Londres. Assuntos sociais, solidão, sinceridade e reputação foram os temas que preocupavam este jovem escritor, a que mais tarde se juntariam outros tópicos de não menor importância.

Apesar de Franklin manter uma certa fidelidade aos valores puritanos e *quakers*, respectivamente de Boston e de Filadélfia, adoptou contudo uma orientação de características mais seculares e utilitárias. Era verdadeira a preocupação com a ética e o sentido de responsabilidade numa comunidade ordenada, duas facetas muito do agrado da doutrina puritana (cf. Levin, 1963: 261-62). Porém, ao viver numa época iluminista, o descendente de puritanos distanciou-se desta tradição, chegando a realizar certas modificações que se traduziram em inovações radicais. Embora perpetuasse a ética puritana através de uma posterior secularização, a *Autobiografia* de Franklin não contém qualquer referência à piedade puritana. Aqui surge o primeiro contraste entre a obra em causa e a autobiografia de Jonathan Edwards, contemporâneo de Franklin e principal representante do puritanismo da Nova Inglaterra. Arthur Quinn viu assim as diferenças entre Edwards e Franklin:

Two eighteenth-century Americans, Jonathan Edwards and Benjamin Franklin, represent sharply contrasted aspects of the intellectual complex of their time. Edwards (1703-58), one of the few Americans who have made significant contributions to philosophy and theology, won international fame for his forceful and original thought in both fields. Franklin, on the other hand,

concerned himself with politics, physical science, and practical ethics, leaving metaphysics out of account. Both were among the most distinguished colonial stylists, although they wrote very differently, and each gave more memorable literary expression to his way of thought than any American contemporary. Their intellectual attitudes were poles apart, but each was immensely important in its relation to the development of basic American ideas. (Quinn, 1951: 106)

Edwards concentrou-se em Deus e na conseqüente participação mística nesse ente divino, ao passo que o filósofo signatário da Declaração da Independência se preocupou quase sempre com os assuntos dos homens. Enquanto o primeiro se apartava do mundo terreno, o segundo realizava-se nesse mesmo mundo, com uma carreira toda ela dedicada ao ser humano e às suas coisas. De acordo com Sacvan Bercovitch, “[...] Franklin’s secular *Autobiography* is the reverse of Edwards’s spiritual *Narrative*. But these are the kinds of reversals on which rituals thrive. To choose between these models is to choose between options offered by and for the culture.” (Bercovitch, 1982: 141)

Tendo Franklin abandonado gradualmente a influência puritana no tempo e no espaço, já o quakerismo de Filadélfia, uma doutrina menos dogmática, constituiu uma força impossível de ignorar durante a sua vida adulta. A cultura representada pelos *quakers* era ao mesmo tempo admirada e criticada por Franklin, reflectindo-se essa ambivalência ao longo de toda a sua obra. Por exemplo, Thomas Denham, um *quaker*, exerceu influência no início da carreira comercial do autor, quando este afirmou: “(..) he counseled me as a father, having a sincere regard for me.” (51). Com um pouco de humor, Franklin revelou que, mal chegado a Filadélfia, a primeira casa em que pernitoiu foi num templo *quaker*. Franklin considerava os *quakers* tolerantes, mas algo enfadonhos, ao passo que estes consideravam o filósofo de Filadélfia indiferente à experiência espiritual.

As duas religiões acima mencionadas obrigavam o indivíduo a uma introspecção permanente, pensando na salvação pessoal. Mas foi o deísmo, a religião que mais influência exerceu sobre Benjamin Franklin. Em vez de entregar o destino nas mãos de Deus, o deísta era dono da sua própria iniciativa, fazendo da vida um processo de auto-aprendizagem. A iniciativa e responsabilidade daí resultantes estavam bem patentes, por exemplo, no epitáfio escrito por Franklin para si próprio, muito antes de produzir a sua *Autobiografia*: “The Body of B. Franklin, Printer; Like the Cover of an old Book, Its contents torn out, And Stript of its Lettering and Gilding, Lies here, Food for Worms, But the Work shall not be wholly Lost: For it will, as he believ’d appear once more, In a new and more perfect edition, Corrected and amended by the Author.” (Franklin *apud* Couser, 1979: 44) Contudo, foi na *Autobiografia* propriamente dita que o autor revelou claramente as suas convicções deístas:

My parents had early given me religious impressions, and brought me through my childhood piously in the dissenting way. But I was scarce fifteen when, after doubting by turns of several points, as I found them disputed in the different books I read, I began to doubt of revelation itself. Some books against deism fell into my hands; they were said to be the substance of the sermons which had been preached at Boyle’s lectures. It happened that they wrought an effect on me quite contrary to what was intended by them, for the arguments of the deists which were quoted to be refuted appeared to me much stronger than the refutations. In short, I soon became a thorough deist. (56)

A América retratada por Benjamin Franklin na *Autobiografia* era a de um território sem classes, onde não havia qualquer diferença entre o grupo de comerciantes e lavradores e os *gentlemen* de outros países. A realidade, porém, mostrava-se diferente, pois a sociedade americana e a europeia eram hierárquicas. Apesar dos tempos serem de

mudança, especialmente na América, e mais ainda na imaginação de Franklin, as distinções entre classes continuavam a existir, e o factor inteligência era determinante na separação entre os estratos altos e inferiores da sociedade.

Era verdade que a terra da democracia e das oportunidades tinha visto o americano comum alcançar o mesmo nível intelectual dos seus pares da Inglaterra e da Europa. A isto não era estranha a diferença política existente entre os dois lados do Atlântico, com a posição revolucionária americana a ficar bem vincada desde o *Stamp Act* até então, sempre *em defesa dos seus privilégios*. Aqui o saber era algo de fundamental, como realçou Leo Lemay: “Learning will naturally convince the student that the rights and liberties (or “Privileges”) of the people are fundamental principles that must be defended and upheld. Learning, Franklin ultimately implies, will necessarily lead to belief in a democracy.” (Lemay *apud* Barbour, 1990: 14) O final da primeira parte da *Autobiografia*, ao mencionar a fundação da Biblioteca, é o melhor testemunho do que acaba de ser dito.

As *Memórias* de Franklin são, em certo sentido, um trabalho inacabado, isto pelo facto de nada mencionarem dos seus últimos trinta anos de vida, época que lhe granjeou, tanto na Europa como nos Estados Unidos, fama de estadista e de diplomata. Apesar das referências à Revolução Americana serem escassas, Franklin, mesmo como súbdito do rei George III, retratou uma vida plenamente revolucionária, tanto no seu próprio contexto como noutros tempos e lugares.

O período da vida de Franklin incluído na sua autobiografia foi exemplo de um patriotismo a toda a prova, em que a lealdade à pátria mãe se mostrava inquestionável, com a revolta anti-inglesa sendo ainda algo de desconhecido. Foram muitos os exemplos nesse sentido. As recordações da infância de Franklin, na Nova Inglaterra, descreviam as vitórias inglesas sobre Luís XIV da França como *salvadoras*.

As viagens efectuadas à Grã-Bretanha antes da Declaração de Independência foram sempre encaradas como um regresso a casa, o mesmo sucedendo com a maioria dos colonos americanos da época. Na condição de vendedor de livros em Filadélfia, Franklin exibiu orgulho por causa de escritores ingleses como Pope e Addison serem mais admirados em solo americano do que em Londres. A opinião de Franklin sobre o Império Britânico, anterior a 1776, foi bem formulada por Ralph Ketcham:

In 1751 he wrote of the British Empire as an harmonious family, growing in power, prosperity, and freedom on both sides of the Atlantic. He grieved at Braddock's defeat before Fort Duquesne and glorified in Wolfe's victory at Quebec as much as William Pitt himself. During the 1760's Franklin praised the British Empire as "the greatest political structure human wisdom ever yet erected," and wrote that in England there were "in almost every neighbourhood, more sensible, virtuous, and elegant Minds than we [in America] can collect in ranging 100 Leagues in our vast Forests." (Ketcham *apud* Lokken, 1981: 20)

Finalmente, em 1775, a corrupção reinante na sociedade inglesa acabou por convencê-lo da impossibilidade de uma união entre as colónias americanas e a pátria-mãe, que, se implementada, traria mais prejuízos do que benefícios. John Adams, ao referir-se a esta mudança gradual de mentalidade, dissera que a verdadeira Revolução Americana, a dos corações e das mentes, tivera lugar bem antes de 1776.<sup>21</sup>

Outro aspecto importante da *Autobiografia* prende-se com a falta de uma abordagem mais desenvolvida da chamada segunda fase da Revolução, isto é, a Declaração de Independência, a Constituição Federal e o novo governo sob a égide do presidente Washington. Tanto o *Plano Albany* de 1754, que tinha em mente instituir

---

<sup>21</sup> Carta endereçada por John Adams à sua esposa Abigail Adams em 3 de Julho de 1776.

uma união semi-autónoma das colónias americanas, como as objecções de Franklin a Lord Granville em 1757, ao não aceitar os poderes legislativos de George III em relação às colónias, eram sinais premonitórios da *Autobiografia* quanto aos objectivos revolucionários da nação americana em 1776 e após essa data. Ao longo da sua obra autobiográfica, os princípios políticos e os objectivos nacionais de Franklin foram maioritariamente aqueles que o tinham modelado como súbdito britânico. À semelhança dos seus colegas patriotas americanos, foi apenas em 1775 que o autor se interessou verdadeiramente por uma reformulação dos objectivos nacionais, aquando do regresso da Europa e, conseqüentemente, da aposta na independência das colónias americanas.

Com a emergência do novo país, surgiu naturalmente a necessidade de uma nova identidade nacional. As qualidades especiais dos cidadãos dos Estados Unidos, os hábitos e atitudes do seu povo, tudo eram questões candentes, uma vez que o século XVIII atribuía um grande significado ao carácter nacional. A maior parte das nações, especialmente as europeias, eram portadoras de um passado longínquo e misterioso, do qual tinham evoluído as suas características nacionais. O caso da nova nação americana era diferente, com origens claras e explícitas, oriundas de uma maioria britânica e de minorias alemãs, holandesas e francesas. A vastidão da terra, a migração através do Atlântico, o impulso para abandonar as origens, tudo contribuiu para a formação de um novo carácter americano. Ao alcançarem a independência, os colonos americanos, juntamente com europeus seus simpatizantes, como que se lançaram na descoberta da resposta para a famosa pergunta de Crèvecoeur, “What then is the American, this new man?”

Esta questão foi tratada na própria autobiografia de Franklin, através de dois amigos seus referidos anteriormente, o *quaker* Abel James e o inglês Benjamin Vaughan. Em 1783, por entre o espólio de Franklin disperso pelos ingleses durante a

Revolução, Abel James encontrou a parte inicial da *Autobiografia*, e não deixou de incitar Franklin a completar tão louvável trabalho, que seria útil e agradável não para uns poucos, mas para milhões de pessoas. A carta de Abel James ficou assim a fazer parte da abertura da Parte II da autobiografia de Franklin:

[...] Sometime since there fell into my hands to my great joy about twenty-three sheets in thy own handwriting containing an account of the parentage and life of thyself, directed to thy son, ending in the year 1730 [...] The influence writings under that class have on the minds of youth is very great and has nowhere appeared so plain as in our public friend's Journal. It almost insensibly leads the youth into the resolution of endeavoring to become as good and as eminent as the journalist. Should thine, for instance, when published – and I think it could not fail of it – lead the youth to equal the industry and temperance of thy early youth, what a blessing with that class would such a work be! I know of no character living, nor many of them put together, who has so much in his power as thyself to promote a greater spirit of industry and early attention to business, frugality, and temperance with the American youth. Not that I think the work would have no other merit and use in the world – far from it – but the first is of such vast importance, and I know nothing that can equal it. (70)

Benjamin Vaughan, o editor de Franklin em solo inglês, elogiou o manuscrito encontrado, revelador das circunstâncias da nova nação e dos usos e costumes de um povo em franca ascensão. Os caminhos prevaletentes do Novo Mundo despertaram a curiosidade dos homens de ambos os lados do Atlântico, e os primeiros cinquenta anos de vida de Franklin em Boston e Filadélfia como que inauguraram uma nova época na história humana. As vantagens desses novos tempos em terras

americanas foram explicadas detalhadamente por Franklin, em 1782, no panfleto *Information to Those Who Would Remove to America*:

The Truth is that though there are in that Country few People so miserable as the Poor of Europe, there are also very few that in Europe would be called rich; it is rather a general happy Mediocrity that prevails...people do not inquire concerning a Stranger, “What is he?” but “What can he do?” If he has any useful Art, he is welcome; and if he exercises it and behaves well, he will be respected by all that know him; but a mere Man of Quality, who on that Account wants to live upon the Public by some Office or Salary, will be despised and disregarded. (Franklin, 1952: 194-195)

A *Autobiografia* escrita por Franklin tornou-se o modelo e a inspiração de uma juventude ávida de viver o novo *American Way of Life*. Ao ser traduzida em dezenas de línguas e publicada centenas de vezes, expressou, mais do que qualquer outro documento, o novo carácter inerente à Revolução Americana, além de erguer os Estados Unidos a um lugar de relevo no concerto das nações.

As obras autobiográficas do século XVIII adquiriram popularidade nas áreas dos feitos militares e das buscas espirituais. A *Autobiografia* de Franklin, pelo contrário, não se debruçou nem sobre figuras heróicas, nem sobre demandas religiosas. O autor, ao descrever uma vida pautada por começos humildes, fez com que milhões de pessoas se revissem nessa condição. A sua subida a pulso, realizada através de um esforço acessível a qualquer um, e não por vias sobrehumanas ou divinas, contribuiu para a aceitação generalizada da sua obra. O simplismo desta, ao descrever acontecimentos que, longe de pertencerem ao mundo da fantasia, estavam ligados à vida diária dos seus leitores, fez com que estes mais facilmente se identificassem com ela. A linguagem da *Autobiografia*, simples e directa, coadunava-se perfeitamente com a vida nela descrita.

Os passos iniciais nela mencionados – a retirada de Franklin dos negócios aos quarenta e dois anos, uma vida dedicada à ciência e à literatura, um percurso de serviço ao público – prenunciavam os grandes feitos pelos quais o autor desta obra ficou mais conhecido através da história.

Apesar de Franklin ter cedo repudiado a teologia puritana, a obra *Pilgrim's Progress* de Bunyan, foi para ele exemplo dos hábitos e das qualidades que dão significado à vida, úteis à vivência de uma pessoa honesta, tanto num mundo laico como num mundo religioso. A vaidade, a hipocrisia e a timidez não tinham lugar nesse mundo, contrariamente à honestidade, à prudência e à caridade, virtudes dignas de serem sempre estimuladas. Plutarco, na sua obra *Vidas*, proporcionou a Franklin mais algumas lições sobre a virtuosidade do carácter ao fazer a apologia de quem servira bem o público. Péricles e Cícero, homens de leis e servidores da comunidade, foram outras figuras modelo para Franklin, devido às suas características de liderança iluminada.

Mais perto, geográfica e cronologicamente, da obra de Franklin devem ser referidos, uma vez mais, os nomes de Daniel Defoe e de Cotton Mather, brilhantes no método de auto-melhoria comunitária. O primeiro, autor inglês residente em Londres, escreveu *Essay upon Projects*, verdadeiro guia curador de problemas sociais. A tónica foi sempre colocada na razão e no senso comum, capazes de resolver, num espírito cooperativo, os problemas comunitários. Na conhecida obra *Essays to Do Good*, Cotton Mather aplicou os métodos de Defoe com vista a encorajar o sentimento altruísta nas comunidades locais. A associação de indivíduos jovens, virados para a resolução dos problemas comunitários mais prementes, e através da caridade cristã, podia constituir um forte argumento no sentido do melhoramento das suas vidas e do progresso social.

O racionalismo da época vivida por Franklin foi outro factor que delineou a sua visão do mundo. A filosofia empírica de John Locke, ao proclamar que o

conhecimento humano provinha das impressões sensoriais do meio ambiente, contribuiu para aumentar o interesse de Franklin pelo mundo envolvente. A ênfase do filósofo inglês no aspecto prático e pessoal da educação foi outro factor determinante na filosofia pessoal de Franklin. A influência exercida pelo *Spectator*, referida várias vezes na *Autobiografia*, foi outro factor modelador da visão frankliniana do mundo. Moderador do fanatismo puritano, o *Spectator* realizou a síntese do melhor de dois mundos, aquele a que pertencera o pai de Franklin, Josiah, e o definido por John Locke. As tradições e a filosofia do Velha Europa, combinadas com as oportunidades oferecidas pelo Novo Mundo, originaram uma síntese anunciadora de novas possibilidades futuras. A obra de Franklin, apesar de ligada ao seu passado, não deixou de antecipar para o futuro novos projectos revolucionários.

A *Autobiografia* transmitiu um sentido de relevância para a vida quotidiana, no seu fluir desde o campo pessoal para os domínios social e político. As grandes questões dos assuntos públicos, longe da inacessibilidade de outros tempos, eram tratadas pelo homem comum através dos ensinamentos enunciados por Franklin. Os valores da sua juventude, oriundos do seu pai (honestidade e sensatez) e também do catecismo puritano, eram as qualidades mais invocadas para a prosperidade de um comerciante. As máximas de *Poor Richard's* e projectos como o método das treze virtudes, afinal a mensagem determinante da história de uma vida, foram o melhor conselho prático para os jovens da classe média, ansiosos por se estrearem no comércio florescente do século XVIII. Franklin, ao transferir o seu mundo privado para os assuntos exteriores, chegou à conclusão de que as virtudes mencionadas anteriormente, se utilizadas de forma cooperativa, seriam a receita ideal para o sucesso, como verificável nos casos da limpeza das estradas e da iluminação nocturna.

Para explicar este sucesso, era importante lembrar a ausência de prerrogativas e de interesses ocultos na nova urbe, elementos sempre impeditivos das mais urgentes inovações. Franklin conseguiu fundar uma nova corporação de bombeiros e uma instituição académica em Filadélfia devido à não existência de monopólios capazes de deitar por terra tais projectos. Esta auspiciosa ausência de obstáculos também ajudou a explicar o próprio êxito da carreira de Franklin como tipógrafo e a sua expansão ao longo da costa leste americana. Por onde quer que Franklin e os seus companheiros lançassem o seu espírito empreendedor, era certo encontrarem mais oportunidades do que dificuldades.

A entrada gradual do tipógrafo de Filadélfia na vida política foi uma consequência natural das suas actividades pessoais e comunitárias. A carreira de tipógrafo público e a de funcionário da Assembleia da Pensilvânia facilitaram bastante o seu percurso político. Ao organizar uma milícia de auto-defesa numa província de maioria *quaker*, ultrapassando o dogma pacifista que a caracterizava, Franklin foi capaz de defender Filadélfia do assalto dos navios espanhóis e franceses. A obtenção de um lugar na Assembleia da Pensilvânia facilitou as suas tentativas posteriores para a fundação de um hospital e de uma academia. A intenção de Franklin era óbvia, utilizar o governo da colónia da Pensilvânia para a promoção de instituições de benefício público, afinal aquilo que Locke e outros filósofos seus contemporâneos tinham definido como o objectivo legítimo de qualquer governo.

A oposição de Franklin aos privilégios dos proprietários da sua colónia, a família Penn, foi o factor decisivo na radicalização de posições e na posterior revolução política. No início da sua carreira política, Franklin nunca pensou em contrariar a metrópole inglesa, mas na *Autobiografia* há sinais de que os hábitos e os valores adquiridos no Novo Mundo não seriam sempre aceites pacificamente pelas autoridades

coloniais. Ketcham deu alguns exemplos da resistência crescente de Franklin para com as autoridades coloniais:

The governor of Pennsylvania could not understand why Franklin sided with “these damned Quakers” when the proprietor was perfectly willing to give him, in the usual practice of British government, a lucrative office in return for his support. To Franklin it was equally unthinkable to turn against a group he thought had given Pennsylvania “good and useful” government. Having in mind privileges common in Europe, the proprietors sought unashamedly to exempt their vast lands in Pennsylvania from taxation. Franklin thought it “incredible meanness” for them to place the whole burden of defense on smaller landholders. Franklin told another governor who tried to bribe him that he would support zealously measures for “the Good of the People,” without sweeteners, but that otherwise he would have to oppose, whatever the rewards or inducements. Franklin and a British Army commander in North America, Lord Loudoun, found themselves in a hopeless misunderstanding in 1757 when Loudoun insisted, wrongly, that of course Franklin was profiteering on war supplies like everyone else in His Majesty’s service. For Franklin, simple precepts and habits of life were beginning to have fateful implications for the very nature of the British Empire. (Ketcham *apud* Lokken, 1981: 28)

Através de um processo gradual, mediando cerca de vinte anos até 1776, Franklin foi-se apercebendo das iniquidades praticadas pelos proprietários da colónia da Pensilvânia e pelos funcionários de George III. Uma compreensão detalhada dos primeiros cinquenta anos da vida de Franklin, aqueles incluídos na *Autobiografia*, faz com que os episódios posteriores da independência americana (1763-1789) sejam mais facilmente entendidos. Estes actos públicos da fase mais avançada de Franklin, não descrita na *Autobiografia*, foram uma consequência natural do seu revolucionarismo,

latente desde os primeiros anos de vida. Depois das agruras vividas em Boston e em Filadélfia, a revolta contra os privilégios hereditários acrescida do impulso fundador de uma nova nação tinham-se tornado, para Franklin, não só possíveis mas quase inevitáveis.

Após 1783, os escritores americanos, no seu afã de criarem uma literatura nacional e de darem sentido ao carácter de um novo país, foram agradavelmente surpreendidos pela popularidade da *Autobiografia*. Ao ler esta obra, na América e em todo o mundo, os seus leitores descobriram a resposta para a famosa questão colocada por Crèvecoeur, já acima referida “What is an American?”. Para uma compreensão dos americanos, saber quais as suas aspirações nacionais, nada mais indicado do que ler a *Autobiografia*. O carácter da América encontrava-se reflectido na história da vida de Franklin.

Críticas à obra de Franklin também as houve, oriundas dos quadrantes mais diversos, sofrendo o autor acusações que foram desde a de falta de elegância até à de lacaio do capitalismo. Em 1870, o escritor Mark Twain ridicularizou a imagem do rapaz que subira a pulso por força do trabalho duro. O exemplo de Franklin, afirmou Twain com um humor sardónico, tornara-se um fardo para todos os jovens americanos: “The great man had early prostituted his talents to the invention of maxims and aphorisms calculated to inflict suffering upon the rising generation of all subsequent ages.”(Twain, 1870: 138-140)

A obra do sociólogo alemão Max Weber, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, publicada em 1920, foi determinante para uma certa crítica a Benjamin Franklin. O autor apontou Franklin como exemplo capaz de provar a sua tese de que o puritanismo, através da frugalidade e do carácter sagrado da propriedade privada, tinha sido o principal impulsionador do capitalismo.

Dentro da mesma linha de pensamento, Whitney Griswold enfatizou a proximidade entre os *Essays to Do Good* do Reverendo Cotton Mather e a *Autobiografia* de Franklin, herdando este do primeiro os preceitos utilitários do puritanismo. Se o tema principal dos *Essays* foi a salvação pessoal através das boas acções, também foi lembrado que a estima divina experimentada pelos indivíduos ricos em nada diminuía as suas obrigações sociais. Estas são palavras de Cotton Mather:

Sirs, you cannot but acknowledge that it is the sovereign God who has bestowed upon you the riches which distinguish you. A devil himself, when he saw a rich man, could not but make this acknowledgment to the God of heaven: “Thou hast blessed the work of his hands, and his substance is increased in the land.” [...] very frequently...have been rewarded with remarkable success in their affairs, and increase of their property; and even in this world have seen the fulfillment of those promises: “Cast thy bread upon the waters” – thy grain into the moist ground – “and thou shalt find it after many days.” History has given us many delightful examples of those who have had their decimations followed and rewarded by a surprising prosperity of their affairs. Obscure mechanics and husbandmen have risen to estates, of which once they had not the most distant expectation. (Mather *apud* Griswold, 1934: 486)

Griswold viu, nas palavras proféticas de Mather, uma evidência mais da importância da prosperidade individual abençoada pelos cânones do puritanismo. O encontro de Mather com Franklin durante a juventude deste, fez-lhe compreender o valor utilitário das virtudes puritanas, e marcou para sempre o autor de *Poor Richard's Almanack*. Foi assim que Griswold se referiu à relação entre Franklin e as riquezas terrestres:

The popularity of his writings bears witness to Franklin's shrewdness. The *Autobiography* became a famous American success story. Let its author be accused of hypocrisy in affecting the moral austerity of Puritanism. His public must have been delighted to find that he, a scientist, a patriot, a man who had in actuality risen to "a state of affluence and some degree of reputation in the world" endorsed the same democratic virtues as their ministers. It must have relieved them to have such a man turn thumbs down on chance, as it rejoiced them to hear him re-affirm the sanctity of individual prosperity. Benjamin Franklin not only commended prosperity; he dramatized it...(Griswold, 1934: 488)

Para Gladys Meyer, Franklin foi o representante por excelência do liberalismo americano. Tinha subido na escala social mais rapidamente do que qualquer outro, e o ambiente urbano ajudara sobremaneira a tal objectivo. O estatuto de representante do liberalismo americano do século XVIII devera-se, não tanto a uma súbita mudança de classe por parte de Franklin, mas sim ao êxito alcançado no mundo ocidental pelos comerciantes empreendedores. Outros factores, ainda segundo Mayer, tinham sido fulcrais para a notoriedade de Franklin, como a residência prolongada nas duas principais cidades europeias da época (Londres e Paris), o seu conhecimento das colónias americanas, e uma leitura detalhada da imprensa estrangeira.

Charles Angoff, crítico literário da primeira metade do século XX, foi autor de algumas das mais acerbas críticas americanas em relação a Franklin. Para ele, a escrita prolífica do grande filósofo deveu-se tão só a querer ganhar dinheiro, e a esquecer as dores físicas que o atormentaram durante os últimos anos de vida. A fortuna obtida não era equivalente à qualidade da obra produzida, pois, de acordo com Angoff, o seu alvo representava as qualidades menos boas dos habitantes do Novo Mundo, miséria, fanatismo e desinteresse pelas coisas espirituais. Aqui deve ser

lembrado que as 10.000 cópias da *Autobiografia*, vendidas nos três meses imediatos à sua publicação, não podiam significar uma falta de valor literário, antes pelo contrário. Quanto a algumas das virtudes explanadas por Franklin, Angoff referiu-se-lhes do seguinte modo: “He extolled the virtues of honesty, industry, chastity, cleanliness, and temperance – all excellent things. But it never occurred to him that with these alone life is not worth a fool’s second thought.” (Angoff *apud* Sanford, 1967: 54)

Outro ataque efectuado por Angoff versou o campo da religião. A estranha forma de deísmo defendida por Franklin tinha os seus precedentes. Aquando da sua estada em Paris, Franklin não aceitou ser aconselhado por padres, o que era surpreendente num país onde qualquer diplomata tinha o seu capelão particular. Embora Franklin visse alguma vantagem na multiplicidade de igrejas no mundo, por obra do comércio daí resultante, já a existência de igrejas no Céu não tinha para ele qualquer importância. Para Angoff, o maior contributo religioso de Franklin consistira numa simples tolerância, influenciada por uma tendência aguda para o negócio.

A obra literária de Franklin constituiu, no seu todo, um alvo dos ataques de Charles Angoff. A *Autobiografia*, o seu maior e mais bem sucedido trabalho, fora para este crítico também o realizado mais descuidadamente, devido às diferentes épocas e lugares em que tinha sido elaborado. Houve quem igualasse esta obra a *Robinson Crusoe* de Daniel Defoe, mas Angoff expressou uma opinião muito diferente sobre a *Autobiografia*:

The book is very simply written, and is quite readable. But it is lacking in almost everything else necessary to a really great work of *belles lettres*: grace of expression, charm of personality, and intellectual flight. The essential commonplaceness of the man is in every line of it. He was incapable of dreaming, of doubting, of being mystified. The only mysteries he understood

were those that lent themselves easily to experimentation. The mysteries of poetry, of philosophy, and even of religion were beyond him. Doing good, making money, and gaining the approbation of one's fellows were the only things that occupied him when addressing the public. (Angoff *apud* Sanford, 1967: 55)

O romancista inglês D. H. Lawrence foi um outro exemplo do que acaba de ser dito. Este escritor, crítico dos efeitos perniciosos da modernidade e da industrialização nos inícios do século XX, foi céptico quanto à moralidade do sucesso capitalista. Condenou Franklin por adotar um moralismo falso, ao igualar erradamente a virtude com a aquisição de bens materiais, sendo os impulsos criativos anulados pela pressão do conformismo social. Lawrence caracterizou assim Franklin:

Benjamin had no concern, really, with the immortal soul. He was too busy with social man. (1) He swept and lighted the streets of young Philadelphia. (2) He invented electrical appliances. (3) He was the centre of a moralizing club in Philadelphia, and he wrote the moral humorisms of Poor Richard. (4) He was a member of all the important councils of Philadelphia, and then of the American colonies. (5) He won the cause of American Independence at the French Court, and was the economic father of the United States. Now what more can you want of a man? And yet he is *infra dig.*<sup>22</sup>, even in Philadelphia. I admire him. I admire his sturdy courage first of all, then his sagacity, then his glimpsing into the thunders of electricity, then his common-sense humour. All the qualities of a great man, and never more than a great citizen. Middle-sized, sturdy, snuff-coloured Doctor Franklin, one of the soundest citizens that ever trod or 'used venery'. I do not like him. (Lawrence, 1961: 19)

---

<sup>22</sup> Termo que significa “abaixo da condição de dignidade.”

Mas o prolífico e mordaz romancista inglês foi mais longe, pois o ataque desferido contra o “moralismo estreito” de Franklin tinha como alvo todo um país, os Estados Unidos como potência industrial:

And now look at America, tangled in her own barbed wire, and mastered by her own machines. Absolutely got down by her own barbed wire of shalt-nots, and shut up fast in her own ‘productive’ machines like millions of squirrels running in millions of cages. It is just a farce. (Lawrence, 1961: 27)

Por outro lado, os defensores de Franklin foram numerosos, e referiram-se a aspectos diferentes da vida e do carácter do autor, mais do que ao culto do sucesso material. Stuart Sherman, crítico literário e humanista americano, afirmou que Franklin, longe de ser o herói provinciano das histórias de sucesso, foi um dos homens mais cultos da sua época. Os conceitos políticos humanistas de Franklin eram incompatíveis com um mero expediente político e, o mais surpreendente, provindo de uma pessoa sem quaisquer estudos universitários. Para Sherman, a *Autobiografia* garantiu a Franklin um nome perene nos anais da literatura. Contudo, a noção corrente da sua personalidade ficou incompleta, uma vez que a descrição dos factos, ao terminar em 1757, não incluiu os trinta e três anos posteriores que moldaram aquele que viria a ser um homem do mundo, culto, produto do Iluminismo do século XVIII.

Segundo Sherman, foi na área política que Franklin demonstrou todas as suas capacidades de visão e poder, sempre através de um pensamento indutivo que o acompanhou ao longo da sua carreira. O clube *Junto* de Filadélfia foi a rampa de lançamento para Franklin iniciar as táticas de organização e de cooperação e, principalmente, descobrir o segredo de converter desejos privados em virtudes públicas. No ano de 1754, ao propor em Albany o seu plano de união das colónias, Franklin não

fez mais do que generalizar as suas ideias de cooperação a unidades mais elevadas. A larga experiência de Franklin nos compromissos das assembleias populares ensinaram-no a não depositar demasiadas esperanças na sabedoria colectiva do povo.

As estadas de Franklin em Inglaterra alargaram consideravelmente os seus horizontes. Na condição de agente colonial, lutou pela extensão das leis inglesas aos súbditos britânicos do outro lado do Atlântico, ao mesmo tempo que defendeu a política imperial de aniquilamento da potência rival, a França. O insucesso da missão conciliatória de Franklin em território inglês, fruto da irredutibilidade de George III, não diminuiu em nada as suas crenças políticas, antes o entristeceu perante a loucura e a corrupção reinantes nos políticos britânicos da época.

A ida para França, logo após a Independência em 1776, apagou em Franklin o antagonismo referido anteriormente em relação a este país. Talvez devido à sua experiência *quaker*, Franklin evoluiu no sentido de um pacifismo radical que Sherman não deixou de assinalar:

In the early stages of the conflict his wrath was bitter enough towards England, but long before it was over he had taken the ground of radical pacifism, reiterating his conviction that "there is no good war and no bad peace." He who had financed the Revolution had seen too much non-productive expenditure of moral and physical capital to believe in the appeal to arms. If nations required enlargement of their territories, it was a mere matter of arithmetic, he contended, to show that the cheaper way was to purchase it. "Justice," he declared "is as strictly due between neighbour nations as between neighbour citizens...and a nation that makes an unjust war is only a *great gang*.(...) His diplomatic intercourse in Europe had opened his eyes to the common interests of all pacific peoples and to the inestimable advantages of a general amity among the nations. His ultimate political ideal

included nothing short of the welfare and the commercial federation of the world. To that extent, at least, he was a believer in majority interests! It may be further said that his political development was marked by a growing mastery of the art of dealing with men and by a steady approximation of his political to his personal morality. (Sherman *apud* Sanford, 1967: 76)

### 3.2 – Thomas Jefferson

No one else, except Jefferson, touched American life on so many sides, or left so lasting an impression on all that he touched. Printer, journalist, scientist, politician, diplomat, educator, statesman, author of the most popular of aphorisms and the best of autobiographies, he was, or seemed, the complete philosophe, American style, as representative of his nation as Voltaire was of France or Goethe of Germany or Holberg of Denmark or Banks of England. (Commager, *The Empire of Reason*: 19)

Merrill Peterson, um dos mais conhecidos biógrafos de Thomas Jefferson, definiu assim este herói da independência americana:

Thomas Jefferson came upon the world's stage at the dawn of the age of democratic revolution. He helped to make the age as well as the American nation, which was its best achievement. Perhaps no one, certainly no other American, better exemplified the spirit of the age or had a more enduring influence on the shape of things to come. Rising to fame as a leader of colonies in revolt against an empire, penning the charter of American independence in 1776, Jefferson embodied the new nation's aspirations for freedom and enlightenment, and throughout a long life was intellectually and politically engaged not only in American affairs but also in the affairs of a world unhinged by war and revolution. (Peterson, 1977: xi)

À medida que os dirigentes da geração revolucionária americana iam envelhecendo, os seus pensamentos voltavam-se para a recordação dos eventos por eles vividos, muito mais do que para a actualidade de então. Nessas deambulações, constatavam uma enorme diferença entre as suas experiências passadas e as descrições dessas vivências entretanto publicadas em histórias e biografias de data recente. Mais do que a cedência natural do poder aos mais novos, o mais difícil seria descrever as experiências de cada um aos historiadores que as registavam (cf. Ziff, 1991: 107). O autor da Declaração da Independência americana, à semelhança de outros patriotas seus contemporâneos, como Benjamin Franklin, John Adams, Benjamin Rush, sentiu a necessidade imperiosa de relatar às gerações vindouras as suas experiências na primeira pessoa.

A *Autobiografia* de Thomas Jefferson, não sendo a sua obra mais conhecida, marcou a produção literária do terceiro presidente norte-americano, cujas obras principais incluíram, além da Declaração de 1776 propriamente dita, *A Summary View of the the Rights of British America* (1774), *Notes on the State of Virginia* (1781), e numerosas cartas. Em primeiro lugar, importa recordar que o autor utilizou o termo *Memórias* e não *Autobiografia*, denominação surgida apenas em meados do século XIX, conforme já mencionado num momento anterior deste estudo.

Jefferson, talvez o maior estadista surgido em solo norte-americano, passou grande parte da sua vida a tentar derrubar o passado. Foi ele, afinal, quem asseverou que toda e qualquer geração tinha direito a revoltar-se. Algo significativo foi a referência a um certo sentido de privacidade no primeiro parágrafo da *Autobiografia*: “At the age of 77, I begin to make some memoranda, and state some recollections of dates and facts concerning myself, for my own more ready reference, and for the information of my family.”(3)

Exceptuando a referência na frase inicial sobre a sua idade, e o facto de ter sido iniciado a 6 de Janeiro de 1821, quando este se debatia com o seu último grande projecto, a fundação da Universidade da Virgínia, pouco se sabe sobre a composição do livro por parte de Jefferson. Os seus biógrafos, com destaque especial para Dumas Malone<sup>23</sup>, também não foram capazes de acrescentar nova informação ao tema, e Erick Erikson, autor de um pequeno trabalho sobre a identidade de Jefferson, nunca mencionou os escritos autobiográficos deste último.

O período narrado por Jefferson decorreu entre o seu nascimento, em 1743, até ao regresso de França em 1790, chamado para fazer parte da administração de George Washington, no seu primeiro mandato como presidente. O facto de o autor não ter terminado as suas Memórias é de toda a naturalidade, pois qualquer obra autobiográfica escrita na primeira pessoa selecciona um período determinado de uma vida, que neste caso termina com a última visita efectuada por Jefferson a Benjamin Franklin, já quando este se encontrava no seu leito de morte. (cf. Cox, 1978: 638)

A vida pessoal de Jefferson encontra-se ausente do princípio ao fim da narrativa, quase acontecendo o mesmo à dos seus progenitores, a quem apenas são feitas algumas referências nas páginas iniciais. O irmão e as sete irmãs do autor não surgem mencionados na obra, e o casamento com Martha Skelton é mencionado tangencialmente, ao passo que à grande paixão de Jefferson, a sua propriedade de Monticello, é omitida referência praticamente ao longo de toda a Autobiografia. Para Alan Crawford, esta obra é mesmo um caso raro na literatura ocidental: “His ‘autobiography’ [...] may be the least personal work of its kind in the sweep of western literature, recording little more than the barest facts of his parents’ existence, with most of the book devoted to political events.” (Crawford, 2008: 10).

---

<sup>23</sup> Dumas Malone escreveu uma obra de 6 volumes intitulada *Jefferson and His Time*, entre 1948 e 1981.

Os principais temas tratados na obra autobiográfica de Jefferson abarcam o período que vai de 1743 a 1790: o processo independentista americano, que durante o Segundo Congresso Continental de Filadélfia culminou na Declaração da Independência de 1776; as duas versões deste documento, em que é dado relevo tanto à versão original do autor como à versão pública, resultante das modificações do Congresso<sup>24</sup>; os Artigos da Confederação, que vigoraram de 1777 a 1787; as várias reformas promovidas na governação da Virgínia; o período decorrente da estada de Jefferson em França, na qualidade de embaixador plenipotenciário americano; a Revolução Francesa que teve lugar em 1789; e, finalmente, o regresso de Jefferson aos Estados Unidos no ano seguinte.

Antes de tudo, a vida, para Jefferson, era a sua escrita. Embora o primeiro parágrafo das Memórias, como acima referido, tratasse dos começos da recolha de notas por parte daquele a quem Tocqueville chamou o primeiro democrata americano, a narrativa evoluiu rapidamente no sentido do acontecimento chave da sua vida, a autoria da Declaração da Independência dos Estados Unidos, da qual deseja deixar registo pormenorizado no que concerne o seu percurso textual até à versão final<sup>25</sup>. O *seu* texto é assim prefaciado:

As the sentiments of men are known by what they receive, but what they reject also, I will state the form of the Declaration as originally reported. The parts struck out by Congress shall be distinguished by a black line drawn under them; & those inserted by them shall be placed in the margin, or in a concurrent column. (18)

---

<sup>24</sup> No próximo sub-capítulo será dedicada uma atenção mais pormenorizada à Declaração da Independência.

<sup>25</sup> Gary Wills, em *Inventing America: Jefferson's Declaration of Independence*, afirma que o incêndio ocorrido na Biblioteca de Jefferson, em Shadwell, a 1 de Fevereiro de 1770, destruiu quase tudo o que Jefferson escrevera até então. No capítulo seguinte será feita uma referência mais detalhada a esta obra.

A auto-determinação que Jefferson sempre procurou para si próprio, tinha paralelismos com a auto-determinação pretendida para as colónias do Novo Mundo. A independência pessoal de Jefferson estava estreitamente ligada à emancipação das colónias do jugo britânico. Logo nas primeiras páginas da *Autobiografia*, Jefferson refere-se à subordinação do espírito colonial, fase preliminar da futura Declaração:

In 1769, I became a member of the legislature by the choice of the county in which I live, & continued in that until it was closed by the revolution. I made one effort in that body for the permission of the emancipation of slaves, which was rejected: and indeed, during the regal government, nothing liberal could expect success. Our minds were circumscribed within narrow limits by an habitual belief that it was our duty to be subordinate to the mother country in all matters of government, to direct all our labours in subservience to her interests, and even to observe a bigoted intolerance for all religions but hers. The difficulties with our representatives were of habit and despair, not of reflection and conviction. Experience soon proved that they could bring their minds to rights on the first summons of their attention. (5)

A excelência literária da Declaração foi confirmada pela sua resistência ao teste do tempo. Tornou-se no documento mais popular da república, não apenas por ser o primeiro, mas por ser para muitos o melhor, tendo dificilmente algum outro documento americano sido lido por um público tão diverso. Pensado como a expressão do espírito americano, o seu objectivo imediato traduziu-se na separação das colónias americanas da pátria mãe inglesa. As palavras de abertura do documento tornaram-se famosas:

When in the course of human events it becomes necessary for one people to dissolve the political bands which have connected them with another, and to assume among the powers of the earth the separate and equal station to which

the laws of nature and of nature's God entitle them, a decent respect to the opinions of mankind requires that they should declare the causes which impel them to separation. (19)

O paralelismo entre o texto original e o adoptado pelo Congresso indica a energia política de Jefferson, e quanto essa declaração constitui a expressão histórica e política da sua vida. O autor traduz-se a si próprio num novo texto, iniciador da história e do futuro de um povo, mesmo com as omissões efectuadas na versão pública do documento, caso dos ataques à população inglesa e das críticas acerbas à introdução da escravatura. A Declaração da Independência de Jefferson, que garantiu a existência pública da nova nação, converteu o *eu* privado no *nós* público na primeira frase do segundo parágrafo: "We hold these truths to be self-evident: that all men are created equal; that they are endowed by their creator with inherent and inalienable rights; that among these certain are life, liberty and pursuit of happiness." (19)

A este respeito, o historiador Robert Ferguson escreveu o seguinte:

The manner of the early republican text is about this complete interpenetration of language, belief, power, and points of view. "We hold these truths to be self-evident", announce the founders in 1776. The same words that describe permanent truths everywhere in the world also introduce and impose an explicit political group, the new holders of truth in North America, the "we" of the document. Truth and its holders share self-evidence and, hence, a common security from challenge. (Ferguson *apud* Bercovitch, 1995: 367)

A narrativa autobiográfica concede uma ênfase especial a dois debates ocorridos aquando da aprovação dos Artigos da Confederação, que são vistos assim por

Lawrence Kaplan: “One result of the structural weakness in the Articles of Confederation was danger to the Republic from democratic rebellion against the inadequacies of government and from monarchical backlash that would destroy the liberties of the new nation.” (Kaplan, 1987: 324) Esta primeira união dos estados americanos, de índole descentralizadora, vai mais tarde a dar origem à Constituição de 1787, defensora de um governo federal mais forte. O primeiro debate, versando o Artigo XI, estava ligado ao dilema de se considerar, ou não, os escravos como população para efeitos de impostos. O Artigo XVII, por sua vez, levantava a hipótese dos estados sulistas terem votação igual ou proporcional ao número de habitantes nas questões decisivas. Apesar do grande interesse demonstrado, Jefferson procurou adoptar uma atitude discreta nos debates sobre os Artigos:

Jefferson attended all the meetings of Congress in which the Articles of Confederation were discussed. He took copious notes and inserted them in his *Autobiography*, but he refrained from expressing his own opinion on the matter. (Chinard, 1960: 80)

Apesar de nunca revelar para onde se inclinam as suas simpatias, Jefferson resume meticulosamente os argumentos subjacentes a ambos os lados, e descreve a votação final de cada estado. Deparamo-nos com a questão central da Revolução Americana, impostos e representação. Este tema, que tinha sido o fermento unificador das colónias frente à metrópole em 1776, ameaçou dividir os Estados Unidos durante os períodos da Confederação (1777-1787) e pós-Constituição de 1787, se não mesmo até à Guerra Civil de 1861-65.

Os apontamentos em que Jefferson se baseia tinham sido escritos na altura dos próprios debates, sendo este registo do passado considerado a base do texto

autobiográfico, mediando entretanto um espaço de tempo de quarenta anos. Ao tratar de datas e de factos, o autor paradoxalmente tenta narrar a sua história o mais impessoalmente possível. (cf. Hayes, 2008: 595)

Declarações, convenções, congresso, estados: foi a todo este mundo de governação que Jefferson dedicou a maior parte da sua vida, com naturais reflexos na *Autobiografia*. O autor põe-nos ao corrente sobre as diferentes intervenções na esfera governamental, do mesmo modo que descreve os projectos de lei enviados para a Assembleia da Virgínia, da qual fez parte após a elaboração dos Artigos da Confederação, em 1777. Estas propostas legislativas, como a abolição da lei da primogenitura, a suspensão da importação de escravos, o estabelecimento da liberdade religiosa, constituem um marco referencial para a erradicação da antiga ou futura aristocracia, a ser substituída por uma estrutura democrática. Charles Miller foi claro ao indicar o que fora mais gratificante para Jefferson:

To be known for three accomplishments: the Declaration of Independence, the Virginia Statute for Religious Freedom, and the founding of the University of Virginia. Jefferson died as he lived. Explained through his favourite word, he wished to be known for the proclamation that made America free under the laws of nature, for the statute that permitted worship according to the dictates of nature, and for the institution where his own understandings of nature would be transmitted to posterity. (Miller, 1993: 250)

Toda a parte inicial da *Autobiografia*, onde se encontram incluídos a menção às duas versões da Declaração da Independência (privada e pública) e o trabalho na Assembleia legislativa da Virgínia, estado natal de Jefferson, acaba por traduzir o seu contributo para o estabelecimento de um governo representativo. A escolha da esfera pública em detrimento da pessoal, quando afirma estar já cansado de falar de si próprio

(43), e a recusa em moralizar as suas acções, tudo converge para a supressão do *Eu*, tendo Jefferson optado por uma vida de representação em contraponto a uma vida representativa, ao contrário do que aconteceu com Benjamin Franklin. Enquanto este torna públicos a sua vida inicial e o êxito do seu auto-governo, Jefferson encara a sua vida muito mais como o resultado da história que nos legou por escrito. Este ponto da *Autobiografia* suscita a Imbarrato a seguinte opinião:

In calling his autobiography a “story”, Jefferson suggests that there is more than a hint of subjectivity in his text. Jefferson is barely midway through the *Autobiography* at this point when he drops the mask to reveal his reluctance. Although he desires to refrain from self-disclosure, he also knows that his version of his life has more chance to avoid inaccuracies and misunderstandings than an unadorned public record. Jefferson is not necessarily being self-effacing or comical here, but he does approach his task with certain reservations. It would seem that he would rather put his ideas into action rather than on paper, which is perhaps why his most lively narrative involves the French Revolution. (Imbarrato, 1998: 106)

Partindo da fundação de um governo verdadeiramente republicano, Jefferson enumera uma série de acções destinadas a consolidar esse mesmo governo: desenvolvimento de uma moeda baseada no sistema decimal, ratificação do Tratado de Paris, carreira de embaixador em Paris como sucessor de Franklin, etc. Todavia, antes desta importante sucessão de eventos, o leitor é advertido de que a vida de Jefferson enquanto governador da Virgínia não figurará na obra:

Being now, as it were, identified with the Commonwealth itself, to write my own history, during the two years of my administration, would be to write the public history of that portion of the revolution within this State. This has been done by others, and particularly by Mr. Girardin, who wrote his Continuation of Burke's *History of Virginia*, while at Milton, in this neighbourhood, had free access to all my papers while composing it, and has given as faithful an account as I could myself. (45)

Esta citação mostra-nos o quanto Jefferson vê a sua vida como uma história de si próprio, e identifica a história com os documentos escritos. Está também expressa a diferença entre a história pessoal e a vida pública. Tanto na qualidade de governador de um estado, a Virgínia, como na de presidente de uma nação, os Estados Unidos, Jefferson vê sempre uma semelhança entre a vida pessoal e a do estado/nação a que pertence. O autor não pretende com isto suprimir o passado, afirma antes que a história da América é um livro aberto com capítulos ainda por escrever. (cf. Cunliffe, 1982: 107)

Talvez pertença a Chinard o melhor testemunho sobre a não inclusão do período de dois anos da vida de Jefferson no seu trabalho autobiográfico:

The student of law, the erudite jurist, and classical scholar was by the choice of the Assembly entrusted with the duties and responsibilities of a war chief, and it cannot be said that Jefferson enjoyed the experience. The duties of governor were not only exacting but almost impossible to fulfill satisfactorily. For more than two years, Virginia, without money, with a poorly equipped militia reinforced with an inadequate number of Federal troops, had been overrun by the enemy and had known all the atrocities of the war. The governor had to honor the continuous requests of the general in chief for more ammunition, more equipment and provision [...] Last, but not least, he had to

take into consideration the general attitude of the people of the State and the measures adopted by the legislature. (Chinard, 1960: 108)

De um modo geral, muitos aspectos da vida pessoal de Jefferson emergem na autobiografia apenas com o intuito de evidenciar a sua vida pública. Prova do que acaba de ser dito, foi a nomeação efectuada em 1782 pelo Congresso, para a negociação de um tratado de paz na Europa. Após ter declinado convites anteriores, a razão pela qual Jefferson aceita desta vez a nomeação prende-se com o facto de a sua esposa ter entretanto falecido. Está aqui patente a interrelação da sua vida pessoal com a sua carreira diplomática. (Hayes, 2008: 604)

No entanto, deve ser assinalado que a história individual de Jefferson pertence também, em grande parte, ao domínio público. A Declaração da Independência de 1776 é disso um exemplo notável, é a vida pública do seu principal autor. A Declaração constitui o seu próprio texto, e na Autobiografia Jefferson pode controlar o seu texto, embora não o possa fazer completamente no Congresso, por obra das modificações aí introduzidas. Ferguson está correcto a este respeito:

In the Declaration, as Jefferson tells Henry Lee in 1825, he is addressing the tribunal of the world, not from any particular and previous writing but from the harmonizing sentiments of the day as expressed “in conversation, in letters, printed essays, or in the elementary books of public right, as Aristotle, Cicero, Locke, Sidney, etc.” Only in this manner can he hope to achieve what he intended: “an expression of the American mind”. (Ferguson *apud* Bercovitch, 1995: 381)

Na qualidade de governador do estado da Virgínia, Jefferson era como que “propriedade” desse mesmo estado. Além disso, havia uma forte possibilidade de a

carreira de governador não ser tão bem sucedida como o trabalho desenvolvido em Filadélfia, no Congresso Continental, ou em França, como embaixador. Melhor ideia constituiu o projecto para o seu epitáfio, contemporâneo da elaboração da *Autobiografia*. Neste caso, Jefferson aceitou apenas as três acções da sua vida antes referidas dignas de figurarem na sua lápide – “the Declaration of Independence, the Virgínia Statute for Religious Freedom, and the founding of the University of Virgínia.”

Ser autor daqueles textos e pai de um tal empreendimento conferiram a Jefferson o direito de os gravar para a eternidade e, além disso, constituíam actos que gozavam de certa prioridade sobre a história da qual ele era parte integrante. Ora uma vez ultrapassado o tempo de autoria desses actos, Jefferson encontrava-se no limiar de ser simplesmente parte da história que ele próprio tinha possibilitado. É precisamente nesse momento do texto que o autor revela alguma da pressão exercida sobre si pelo acto autobiográfico. Ao entrar num terreno onde deixa de existir o equilíbrio entre a vida narrada no texto e a sua vida histórica, Jefferson arrisca-se a ficar prisioneiro do seu próprio texto. A sua vida também fora muitas vezes ameaçada, estando o autor na iminência de ficar prisioneiro do país sobre o qual escrevera. Não era de admirar a liberdade sentida em França, afinal um território longe daquele de que são alvo os seus escritos. (cf. Cox, 1978: 644)

No entanto, a narrativa dos anos de diplomacia de Jefferson não foi desprovida de certos problemas. Partir para França pareceu melhor ideia do que ter continuado governador do estado da Virgínia, e também pareceu uma melhor recordação na altura em que o autor se dispôs a escrever sobre a sua vida. Contudo, a ida para França não fora propriamente uma fuga. Na qualidade de diplomata, Jefferson teve por missão negociar tratados destinados a garantir equidade comercial e assistência ao novo país

emergente, e como escritor concluiu e publicou as suas *Notes on the State of Virginia*<sup>26</sup> em Paris. Jefferson era o representante, ao mesmo tempo, da nação americana e do estado da Virgínia perante as cortes da velha Europa. Mais importante ainda, o autor de um país acabado de ingressar no comboio da história observava o desequilíbrio causado pela inclusão desta força histórica no concerto das nações. Como exemplo do que acaba de ser dito, várias páginas da obra autobiográfica incidiram sobre: “The treasonable perfidy of the Prince of Orange, Stadtholder and Captain General of the United Netherlands, in the war which England waged against them for entering into a treaty of commerce with the U. S.”(66) É fácil perceber a intenção do autor em denunciar o êxito das forças contra-revolucionárias (sempre representadas pela Inglaterra, responsável pelo movimento independentista das colónias) na supressão das diferentes formas de governo republicano.

Jefferson assistiu, a partir de uma posição privilegiada, à vaga irresistível de republicanismo abater-se sobre França, uma vez que se encontrava em Paris, centro de todos os acontecimentos. O diplomata americano esforçou-se por manter uma posição neutral entre simpatias e responsabilidades, pois as suas amizades situavam-se em vários quadrantes políticos. Isto não o impediu de continuar a ser um fervoroso republicano até ao momento de escrever a sua *Autobiografia*, em 1821. Apesar da vontade de não ferir susceptibilidades, Jefferson foi por vezes actor, pois muitos intelectuais franceses procuravam nele opinião sobre o melhor rumo a seguir nos tempos conturbados da Revolução Francesa. Chinard expressou a seguinte opinião:

When Jefferson arrived in Paris he was over forty and had been in public life for almost fifteen years; he had written not only the Declaration of Independence but many reports on vital questions; he had participated actively and for several years in the deliberations of the Virginia Assembly and of the

---

<sup>26</sup> Escrito por Jefferson em 1781, foi primeiramente publicado em Paris no ano de 1784, tendo a versão em língua inglesa surgido em 1787.

Congress of the United States and he had been chief executive of his native State. Such a man was not a student coming to Paris so sit at the feet of French masters; he was considered by the French themselves, not only as a master but as the apostle of the religion of liberty [...] they had much to learn from Jefferson and he was not reluctant to teach them, but he never felt that his French friends could repay him in kind. (Chinard, 1960: 215-16)

Aquando da sua estada em França, Jefferson viu-se envolvido numa série de acontecimentos que lhe pareceram estarem a sair fora de controlo. No momento da narrativa, o autor enfrenta o conturbado período decorrente de 1789 a 1821. Assim, ao ser absorvido pela cadeia de acontecimentos despoletados em 1789, Jefferson é em 1821 como que tomado do imperativo da narrativa da história. Aquando do relato dos inícios da Revolução Francesa, a exposição dos temas realizada por Jefferson começa a transformar-se numa narrativa de acontecimentos. O Jefferson legislador é substituído pelo Jefferson observador. É ainda Chinard quem diz o seguinte:

When he wrote his Autobiography, Jefferson used very extensively not only the notes he had taken when in Paris but the press copies of his correspondence, and on the whole gave an accurate picture of the events that immediately preceded the French Revolution – those he had witnessed before his departure from Paris, in October, 1789. (Chinard, 1960: 224)

Uma figura central sobrepôs-se a todas as outras durante os anos de Jefferson na Europa, mais precisamente em França, a do marquês de Lafayette. A amizade franco- -americana consolidou-se sobremaneira devido à acção desenvolvida por estes dois patriotas. Tendo Lafayette e outros oficiais franceses participado na gesta independentista americana, não era difícil concluir acerca da influência exercida pela Revolução

Americana sobre a Revolução Francesa, pelo menos na sua primeira fase. Jefferson foi explícito a este respeito:

Yet the American Revolution seems first to have awakened the thinking part of the French nation in general from the sleep of despotism in which they were sunk. The officers too who had been to America, were mostly young men, less shackled by habit and prejudice, and more ready to assent to the suggestions of common sense, and feeling of common rights. (62-63)

Ao descrever todos os acontecimentos relacionados com a agitada vida política francesa da época, o antigo governador da Virgínia sabe encontrar-se numa nova relação com a sua narrativa autobiográfica. Na conclusão do extenso relato dos eventos franceses, ele observa o seguinte:

Here I discontinue my relation of the French Revolution. The minuteness with which I have so far given its details, is disproportioned to the general scale of my narrative. But I have thought it justified by the interest which the whole world must take in this Revolution. As yet, we are but in the first chapter of its history. The appeal to the rights of man, which had been made in the United States, was taken up by France, first of the European nations. From her, the spirit has spread over those of the South. [...] My information was always, and immediately committed to writing, in letters to Mr. Jay, and often to my friends, and a recurrence to these letters now insures me against errors of memory. (97)

A diferença entre a importância dos documentos históricos e da autobiografia é assim vista por Jeremy Popkin:

History and autobiography do grow out of a common impulse to preserve the memory of the past by shaping it into an intelligible narrative, and both claim to tell true stories about real people; neither can be completely assimilated to the genre of fiction. But autobiography is not bound by history's requirement for documentation and its emphasis on collective, as opposed to individual, experience, and since no autobiographer can tell his or her story all the way to the end, autobiography has an open ended character that separates it from both history and fiction. (Popkin; 2005: 279)

O homem que fora escolhido para redigir a Declaração da Independência devido aos seus dotes literários, estava consciente da continuidade da história em que tinha participado, e conhecia o seu verdadeiro carácter, não apenas por ter sido um observador privilegiado, mas também por ter imediatamente vertido toda a sua experiência para a escrita. Encontram-se aqui presentes algumas das razões pelas quais Jefferson considera a sua escrita como história do futuro, história encarada como um livro com vários capítulos. Embora ele acredite na melhoria da condição humana, também não deixa de afirmar que o processo nesse sentido será violento.

Para Sainte-Beuve, crítico literário francês do século XIX, a escrita é libertação. Jefferson, ao escrever a sua vida transformando-a em história, quer expressar um acto libertador, para si e para o país. É essa a razão pela qual o texto da Declaração da Independência aparece tão cedo e tão insistentemente ao longo de toda a *Autobiografia*, sendo mesmo o seu tema prioritário. (cf. Renker, 1989: 123)

A discrepância entre o próprio Jefferson e a história em que intervem manifesta-se desde logo na diferença existente entre o texto jeffersoniano da Declaração e o que foi aprovado pelo Congresso. A própria Declaração é precedida de uma nota introdutória na *Autobiografia*:

As the sentiments of men are known not only by what they receive, but what they reject also, I will state the form of the declaration as originally reported. The parts struck out by Congress shall be distinguished by a black line drawn under them; & those inserted by them shall be placed in the margins or in a concurrent column. (18)

Segundo alguns historiadores, o factor chave justificativo das mudanças impostas pelo Congresso (abordadas com mais pormenor adiante) reside numa palavra, escravatura. Apesar de Jefferson não se ter pronunciado abertamente sobre a actuação dos congressistas, ele esforça-se por demonstrar ao longo da obra que a existência de escravatura constitui, mais do que uma falha do autor, um defeito daquele que pode ser visto como responsável por ela. Ao culpar o rei George III por esta injustiça, Jefferson tenta escapar à incomodidade do tema. O seu esforço de alteração da situação no que toca à escravatura torna-se infrutífero, pois os delegados, principalmente os sulistas, não querem acabar com esta, tendo este ponto desaparecido do texto final da Declaração da Independência, aquando das acusações lançadas à Coroa. Jefferson compreende bem a dificuldade na resolução deste grave problema, conforme se pode ver quando escreve:

The clause, too, reprobating the enslaving the inhabitants of Africa, was struck out in complaisance to South Carolina and Georgia, who had never attempted to restrain the importation of slaves, and who on the contrary still wished to continue it. Our northern brethren also I believe felt a little tender under those censures; for though their people have very few slaves themselves yet they had been pretty considerable carriers of them to others. (18)

Peter Onuf vê com perspicácia a contradição histórica com que se debatia Jefferson e a geração dos pais fundadores neste tema da escravatura:

The slavery problem, for Revolutionaries generally and Jefferson in particular, has especially complicated our understanding of the Revolutionary transformation and brought moral questions to the fore. Why did Jefferson never take steps to dissociate himself – or, more to the point, his slaves – from the horns of his dilemma? Surely, nobody knew better than Jefferson, the revolutionary reformer, that exceptional, unnatural historical conditions are subject to change? Thus we confront the problematic image of the democratic founder who was profoundly hostile to slavery but could never extricate himself from an institution that guaranteed the welfare and well being of his “country,” Virginia. According to the conventional account, the discrepancy between principle and practice was a source of endless agony for him. But Jefferson could have acted differently, and feeling sorry for him is not the same thing as understanding why he did not. (Onuf, 1993b: 675)

Noutro local da *Autobiografia*, o autor volta a focar o tema da escravatura. Imediatamente antes de concluir a descrição das propostas de lei apresentadas à Assembleia da Virgínia, legislação pioneira no estabelecimento de um verdadeiro governo republicano, Jefferson refere-se à não aprovação do seu projecto proibindo a importação de escravos. A importância de tais observações merece uma transcrição mais detalhada:

The bill on the subject of slaves, was a mere digestion of the existing laws respecting them, without any intimation of a plan for a future and general emancipation. It was thought better that this should be kept back, and attempted only by way of amendment, whenever the bill should be brought on. The principles of the amendment, however, were agreed on, that is to say, the freedom of all born after a certain day, and deportation at a proper age. But it was found that the public mind would not yet bear the proposition, nor

will it bear it even at this day. Yet the day is not distant when it must bear and adopt it, or worse will follow. Nothing is more certainly written in the book of fate, than that these people are to be free; nor is it less certain that the two races, equally free, cannot live in the same government. Nature, habit, opinion have drawn indelible lines of distinction between them. It is still in our power to direct the process of emancipation and deportation, peaceably, and in such slow degree, as that the evil will wear off insensibly, and their place be, *pari passu*, filled up by free white laborers. If, on the contrary, it is left to force itself on, human nature must shudder at the prospect held up. We should in vain look for an example in the Spanish deportation or deletion of the Moors. This precedent would fall far short of our case. (43-44)

Este parágrafo é imediatamente posterior à observação expendida por Jefferson de que se cansara de falar de si próprio, e poder-lhe-ia faltar a vida e o ânimo para voltar ao tema da educação até ao fim da *Autobiografia*. Isto não é de admirar, pois o autor encontrava-se na altura também ocupado com uma variada correspondência epistolar. (cf. Hayes, 2008: 599)

À semelhança do texto original da Declaração da Independência, o excerto sobre escravatura acabado de citar revela-se uma das partes mais importantes da *Autobiografia*. A história e a identidade americanas estão intimamente ligadas, e é importante ter em conta que o parágrafo acima mencionado foi escrito pelo autor do documento emancipatório de 1776. Seria fácil, e talvez mais cómodo, descartar o afirmado por Jefferson, invocando razões como o fanatismo do seu autor, e o facto dos tempos serem outros. No entanto, torna-se mais aconselhável enfrentar a verdade histórica subjacente naquele parágrafo. Jean Yarborough foi da seguinte opinião:

But if the principles of the Declaration set in motion the forces that would ultimately abolish slavery, these same principles did not require Americans to

extend the rights of full citizenship to emancipated blacks. That all men are created equal and are endowed with certain inalienable rights does not mean that everyone has an equal right to become a member of a particular polity. All that the Declaration requires is that blacks be restored to their natural liberty to form themselves into a distinct people. They do not have the right to join an existing polity unless that people chooses to admit them. Thus, expatriation is consistent with the Declaration's principles, but so, too, are the Fourteenth and Fifteenth Amendments. (Yarbrough, 1998: 10)

A expatriação acima referida encontra-se ligada ao *colonization movement*, que advogou durante várias décadas (1770-1830) a transferência dos elementos da comunidade negra americana para o continente africano, especialmente a Libéria. Na sua fase inicial, a aparente moderação deste movimento pareceu agradar a muitos nortenhos e sulistas, pois eliminava de uma só vez o problema da escravatura e também o crescente movimento abolicionista. Contudo, os esforços da *American Colonization Society* não surtiram efeito, uma vez que a deportação para a Libéria de milhões de negros americanos provou ser algo demasiado custoso e politicamente controverso. David Kazanjian teve a seguinte opinião sobre este projecto:

From its origins in the 1770s until the 1830s, the project was primarily planned and supported by a complex and uneasy coalition of free and enslaved blacks as well as white abolitionists (most of whom were northerners) and slaveholders who were vaguely "troubled" by the existence of slavery (many of whom were Virginians such as Jefferson). The colonization projects envisioned by these disparate interests were not simply deportation schemes, but rather multiphase, decades-long resettlement projects meant to establish a Christian nation-state of free black Americans in the image of, closely allied with, and even controlled by the United States. (Kazanjian, 2003: 91)

Actualmente poucos aceitariam a emancipação e deportação como tendo sido uma possível solução para a questão da escravatura norte-americana. Todavia, é importante constatar que tal saída nunca foi experimentada, e o que houve foi emancipação dos escravos com um grau de violência equivalente às piores profecias de Jefferson.

Dizer isto não significa que a emancipação pela força não devesse ter sido tentada. Quer sim dizer que Jefferson estava certo, ao reconhecer na Declaração da Independência um marco inaugurador de uma era violenta na história americana. Só após um século de violência política, de violação dos direitos cívicos, de resoluções do Supremo Tribunal, culminando na acção decisiva de Lincoln, foi finalmente possível estabelecer uma convivência civilizada entre as duas etnias maioritárias da sociedade americana. Este período de tempo foi dominado por um governo central poderoso que transformou a nação emergente americana numa potência mundial, estreitamente ligada à força moral da proclamação emancipatória de Lincoln.

Ao analisar mais de perto o texto da *Autobiografia*, constata-se que o conflito entre liberdade e deportação levou o seu autor a um paradoxo. A célebre frase de Jefferson, “nothing is more certainly written in the book of fate than that these people are to be free”, é equilibrada por um contrapeso, no sentido em que afirma que brancos e pretos não podem viver juntos e serem igualmente livres. Jefferson, ao procurar esse contrapeso, não o entende como uma antítese mas como um equilíbrio, mas que se traduz num conflito irreconciliável. (cf. Cox, 1978: 140)

O trecho acabado de referir, situado no final da descrição da acção de Jefferson na legislatura virginiana, denota um receio do futuro. E este receio era tanto mais importante, quanto Jefferson estava prestes a entrar na descrição dos seus anos em

França, narrativa anunciadora do primeiro capítulo da nova história da liberdade. Antes de o leitor se aperceber, o autor encara já um futuro em que a liberdade está escrita no *book of fate*. Por outras palavras, antes de Jefferson alcançar o ponto do seu passado onde uma narrativa de acontecimentos violentos se sobrepõe à sua exposição, ele revela uma ansiedade crítica em relação ao futuro.

A ansiedade encontra-se patente ao longo de toda esta obra autobiográfica. Especialistas de psicologia ou de literatura podem ser levados a converter tal conceito em termos de personalidade. Mas, primeiro que tudo, é em termos históricos que devemos ver o texto de Jefferson. Ao lermos estas memórias da sua vida, somos levados para uma leitura simbólica da vida do autor da Declaração da Independência. A autobiografia como memória está tão ligada à história como à personalidade e, no final de contas, foi ao texto do seu país que Jefferson se entregou. País do qual o autor continuou a ser um fiel servidor, transformando-se por seu turno no *book of history* ao qual Jefferson tantas vezes se referiu.

Ao dedicar pouca atenção aos seus pais e também a sua mulher, o homem que preferia *afundar toda a ilha* a submeter-se à exigência britânica de legislar para os americanos<sup>27</sup>, não faz mais do que seguir uma tradição nos seus escritos, a da severidade para com figuras parentais. A Declaração da Independência, por exemplo, transforma-se a dada altura numa série de ataques ao rei George III e, por analogia, a todas as figuras reais. A figura de Deus, e especialmente os aproveitamentos de que costuma ser alvo, também sofre a sua parte de descentralização através do projecto de liberdade religiosa. Outras leis de Jefferson, como as de primogenitura, afectam os membros mais velhos da família tradicional. Todas estas decisões, estreitamente ligadas ao nascimento de uma nova nação, dão entrada no curso da história, e têm como sucedâneo as mortes de Luís

---

<sup>27</sup> Jefferson citado por Merrill Peterson na obra *Adams and Jefferson: A Revolutionary Dialogue*, 13. Carta escrita por Jefferson a John Randolph em 25 de Agosto de 1775.

XVI e de Maria Antonieta. Apesar de Jefferson ter abandonado a França antes deste acontecimento, as mortes dos seus monarcas e a posterior tirania de Napoleão constituem factos dignos de realce entre o texto actual do autor e o texto passado em processo de estabilização. (cf. Cox, 1978: 141)

Ao progredir na narrativa até ao ponto em que as suas ideias se tornam numa força da história, tanto a clareza como a segurança da perspectiva de Jefferson são trazidas a julgamento. A ansiedade, evidente nas opiniões de Jefferson sobre a escravatura e o *book of fate*, torna-se um elemento activo da própria narração. O receio do futuro leva à inquietação sobre o passado. A retórica da declaração atinge o limiar de retórica da defesa. Charles Blinderman sublinha a posição de Jefferson quanto à escravatura:

He maintained that Negroes were due rights despite their innate deficiencies; he reprobated George III for fostering the importation of slaves into the American colonies; he proposed limiting the spread of slavery in the western lands, with final and total abolition to commence in 1800. Although the public would not bear Jefferson's abolitionism, he knew that the day was not distant when it had to be adopted "or worse will follow. Nothing is more certainly written in the book of fate, than that these people are to be free..." (Blinderman, 1960: 205)

Ao enfrentar o regicídio na descrição do início da Revolução Francesa, Jefferson mais uma vez se inclina para o desejo de que tal não tivesse acontecido. Era verdade que os patriotas americanos, separados do monarca inglês pelo Oceano Atlântico, tinham sido poupados quanto à morte de George III, e tinham declarado o novo país americano separado da pátria mãe, o que geograficamente já era verdade. Esta revolução tinha aberto o caminho a uma muito mais violenta, a francesa, que tinha de se

confrontar primeiramente com uma aristocracia empedernida, coisa impensável em território americano. Ao inclinar-se por uma monarquia limitada, restritiva dos abusos reais, Jefferson vê o rei francês como vítima de uma rainha violenta:

But he had a Queen of absolute sway over his weak mind, and timid virtue; and of a character the reverse of his in all points. This angel, as gaudily painted in the rhapsodies of the Rhetor Burke, with some smartness of fancy, but no sound sense was proud, disdainful of restraint, indignant at all obstacles to her will, eager in the pursuit of pleasure, and firm enough to hold to her desires, or perish in their wreck. (92)

Estamos perante uma absolvição do rei, associada à acusação de que a “esposa” e a “mãe” tinham conduzido o débil “pai” à guilhotina. Termina aqui a história de Jefferson, o texto escrito inicialmente torna-se no *book of history* por ele vivido. Assim como ele vê a violência da história futura, também percebe a violência da história passada. No entanto, é importante notar que mesmo aqui Jefferson recusa abandonar a causa revolucionária:

The deed which closed the mortal course of these sovereigns, I shall neither approve nor condemn. I am not prepared to say, that the first magistrate of a nation cannot commit treason against his country, or is unamenable to its punishment; nor yet, that where there is no written law, no regulated tribunal, there is not a law in our hearts, and a power in our hands, given for righteous employment in maintaining right, and redressing wrong. (93)

De um ponto de vista espiritual, Thomas Jefferson está pronto a sacrificar o pai e a mãe de modo a defender um princípio que lhe é caro, o da revolução. Quer isto

dizer que Jefferson regressa aos Estados Unidos como um parricida, um *self-made orphan*, ao contrário do seu compatriota Benjamin Franklin, um *self-made man*. (cf. Cox, 1978: 649)

O texto de Jefferson, não sendo história nem revelador de uma personalidade, é autobiografia em forma de memória. Está ligado ao mundo exterior do autor, e não ao universo íntimo da auto-reflexão. Esta autobiografia termina em Filadélfia, berço da Declaração da Independência, com a visita de Jefferson ao outro expoente máximo do Iluminismo Americano, o *self-made man* Benjamin Franklin, que jaz no seu leito de morte. O intercâmbio havido entre as duas figuras históricas não podia ser mais importante. Por um lado, assiste-se à descrição feita por Jefferson dos acontecimentos decisivos da conturbada França. Por outro lado, Franklin oferece ao recém-chegado um manuscrito da história da sua vida, com o pedido expresso de Jefferson o preservar, mas este, após a morte de Franklin, devolve o manuscrito a William Temple Franklin. Ao concluir a sua autobiografia, Jefferson expressa o receio de que o neto de Franklin não tenha afinal publicado o referido manuscrito. E, mais do que isso, revela a suspeita de que William Temple tenha mesmo eliminado o documento, devido aos fortes ataques dirigidos ao governo britânico. Jefferson conclui a sua autobiografia com uma dúvida e uma suspeita:

But could the grandson of Dr. Franklin be, in such degree, an accomplice in the parricide of the memory of his immortal grandfather? The suspension for more than twenty years of the general publication, bequeathed and confided to him, produced, for awhile, hard suspicions against him; and if, at last, all are not published, a part of these suspicions may remain with some. (101)

Em pleno auge do texto jeffersoniano, reemerge aqui a ansiedade, não em relação ao passado ou ao futuro, mas relativamente ao próprio texto autobiográfico. Não é de somenos importância saber que, pouco antes de Jefferson ter escrito as suas memórias, William Temple Franklin acabara de publicar uma parte do texto de seu avô, anteriormente mencionado por Jefferson. Este texto trata de um fragmento da vida de Franklin relativo às negociações havidas em Londres com Lord Howe<sup>28</sup>, durante 1774-75, que tiveram o condão de transformar Franklin num autêntico revolucionário, devido à atitude hostil do governo inglês. Aqui coloca-se a hipótese de o carácter meticuloso do pensamento de Jefferson não o ter acompanhado desta vez, uma vez que as suas suspeitas de William Temple ser um colaborador da Inglaterra provaram não ter fundamento.

Uma forma de interpretar o texto jeffersoniano prende-se com uma leitura simbólica do seu epílogo. Ao regressar de França um *self made orphan*, como referido no seu texto autobiográfico, Jefferson vai descobrir o seu verdadeiro pai no *self made* Franklin, o mais velho dos pais fundadores americanos. Oferecendo a Jefferson o manuscrito originalmente escrito para o seu filho ilegítimo, Franklin vai doar o texto ao seu filho *legítimo*, para evitar assim um possível abuso por parte do seu neto bastardo. Benjamin Franklin, fiel à sua identidade revolucionária, fundou uma verdadeira linha genealógica de ilegitimidade. Jefferson vê neste insucesso em proteger o legado de Franklin uma traição ao seu património, assim como a possibilidade de um parricídio efectuado por William Temple. Este fim da vida de um revolucionário, o autor da nação americana, parece ser coerente com alguém que sempre acreditou, durante toda a vida, na necessidade de uma revolução de vinte em vinte anos. O final da *Autobiografia* de Jefferson ajuda a desestabilizar, mas no bom sentido, o que para James Cox é o primeiro livro da literatura americana, a *Autobiografia* de Franklin:

---

<sup>28</sup> O almirante Lord Howe foi uma das figuras mais destacadas do século XVIII britânico, tanto como militar como diplomata.

Anyone who reads Franklin's account of his negotiations with the British will see how much that text belongs with any edition of Franklin's *Autobiography*. Carl Van Doren, almost alone among editors of Franklin's autobiographical writings, saw how essentially a part of the *Autobiography* it was. Written on shipboard as Franklin returned from England in 1775, it is by an author who, having recognized the adamant hostility of the British government to its American colonies, is himself committed to hot-hearted revolution. No wonder the old man gave it to Jefferson upon his return from Europe to assume the duties of Secretary of State in Washington's cabinet; no wonder Jefferson could have felt that, in having it, he had a part of his "father's" life as original as his own original text of the Declaration. And, having let it slip through his fingers, no wonder he trembled at the loss of a *text*, this author who was so truly an Author. Though he may have been wrong in his suspicion of William Temple Franklin, he was right in his memory of that text being a part of "the history of his own life," which Franklin on his deathbed was preparing for the world. (Cox, 1978: 652)

Para um político da craveira de Thomas Jefferson, a autobiografia, à semelhança das memórias, abre um caminho relacionado com o serviço civil e a política nacional. Contudo, ao incluir a história familiar e filosofias sociais, a autobiografia política alarga o horizonte contido nas memórias clássicas. Este género literário, cujo precursor foi a autobiografia espiritual dos tempos puritanos, serve de modelo para Jefferson, tal como acontece aliás com John Adams, expor o progresso da sua visão sócio-política nos tempos conturbados vividos por estes dois patriotas americanos. Eles escrevem mais com o intuito de posteriores recordações, e não tanto para satisfazer um público leitor, razão pela qual existe o menor grau possível de intimidade nas obras em causa. (cf. Imbarrato, 1998: 86-87)

Jefferson identifica-se de tal modo com a sua imagem pública que o *Eu* privado submete-se ao *Eu* público, resultando um retrato pessoal algo opaco. Na realidade, não podia ser de outra maneira, pois a admissão de diferenças entre o *Eu* público e privado equivaleria a discrepâncias entre acções e convicções, e a consequente possibilidade de um carácter desonesto. Todas as autobiografias são susceptíveis até certo ponto de alterar a realidade, ao aproximarem a obra do domínio fictício da narração. Na autobiografia política, o registo público do autor serve de bússola orientadora ao texto literário, e evita desvios fictícios excessivos. Os acontecimentos externos ajudam o autor autobiográfico a definir-se perante esses eventos. No caso vertente de Thomas Jefferson, a Revolução Americana é o tema predominante da sua narrativa.

Como estadista iluminado a escrever no período que para Bernard Bailyn foi o mais criativo da história do pensamento político americano, Jefferson deixa um testemunho dos acontecimentos pertencentes a uma época marcante. O seu texto autobiográfico descreve o tempo vivido de 1743 a 1790, nunca deixando de expressar a paixão pelos ideais da Nova República. No dia 6 de Janeiro de 1821, o autor inicia a obra descritiva de uma vida extraordinária através de uma modesta declaração: “At the age of 77, I begin to make some memoranda and state some recollections of dates & facts concerning myself, for my own more ready reference & for the information of my family.” (3) De seguida, Jefferson avança na tarefa de criar uma *persona* autobiográfica com o fim de explicar o privado em termos do público. Isto é realizado através do método convencional da ascendência familiar:

The tradition in my father's family was that their ancestor came to this country from Wales, and from near the mountain of Snowdon, the highest in Gr. Br. I noted once a case from Wales in the law reports where a person of our name was either pl. or def. and one of the same name was Secretary to the

Virginia company. These are the only instances in which I have met with the name in that country. I have found it in our early records, but the first particular information I have of any ancestor was my grandfather who lived at the place in Chesterfield called Osborne's and owned the lands afterwards the glebe of the parish. (3)

A linhagem familiar de Jefferson prende-se com as primeiras migrações destinadas a trabalhar para a Companhia da Virgínia<sup>29</sup>. Ao escrever como um dirigente democrático, e após uma infância despreocupada vivida em Shadwell, não há em Jefferson qualquer sinal de títulos aristocráticos, tendo, acima de tudo, ultrapassado os limites puritanos da época: “Jefferson transforms the self-examination impulse by moving out from the shadows of Puritan constraint and speaking the first-person with authority derived from secular accomplishment rather than spiritual reflection.” (Imbarrato: 88) Esta ultrapassagem do espiritual na direcção do secular vai ter efeitos na vida futura de Jefferson, e a isto não será estranho o seu aparente anti-clericalismo. Para Fred Luebke, o sentimento anti-religioso começa a formar-se em Jefferson a partir da campanha presidencial de 1800 e dos ataques aí recebidos:

Jefferson's correspondence reveals that clerical attacks, beginning with the campaign for the presidency in 1800 and continuing through the last years of his life, were responsible for his hatred of the “priesthood” and that their slanders stimulated him to write the many important letters on religion which he penned after his election. It is possible that, had he not endured the slanderous insults of 1800, he would never have engaged in the lively religious discussion to be found in his letters to such correspondents as Joseph Priestley, Benjamin Rush, John Adams, William Short, and Thomas Cooper.

---

<sup>29</sup> Companhia inglesa organizada em 1606 pelo rei James I, destinada ao povoamento da costa norte-americana.

These letters constitute the bulk of his writing on religion. (Luebke, 1963: 354)

:

Na opinião de Jay Fliegelman, Jefferson coloca o seu *Eu* na área das realizações cívicas e não na das emoções privadas. Por outro lado, Merrill Peterson, editor da *Autobiografia*, considera que o *Eu* privado de Jefferson, expresso nas suas inúmeras cartas, pode não coincidir com o *Eu* público de este autor. Vivendo numa época política preocupada com a reputação pública, Jefferson não deixa de experimentar certas dificuldades ao diferenciar a identidade pública da privada. Há uma diferença significativa em relação aos tempos actuais, em que o público sente vontade de devorar a vida privada das figuras públicas.

Além de ter vivido uma intensa vida pública, Jefferson caracteriza-se por guiar e inspirar os seus leitores, professando sempre um optimismo sobre as virtudes renovadoras do povo americano. As suas cartas podem conter alguma seriedade, mesmo austeridade pensável como excessiva, mas são nítidas as vantagens do estilo reservado e discreto cultivado por um estadista como Jefferson, empenhado em reflectir uma imagem no tom mais positivo possível.

A escrita de Jefferson também ajuda a entender o papel de um dirigente democrático esclarecido, que quer evitar a força corruptora do poder. Como arquitecto da Nova República, o autor esforça-se tanto por impedir o ressurgimento de tiranias, como fundar instituições políticas capazes de serem (auto)reguladas. Por isso, Jefferson ajuda a implementar um sistema de *checks and balances*, destinados a evitar o surgimento de ambições desmedidas no novo figurino político americano. Os textos de Jefferson denotam uma atitude de sacrifício pessoal e de cautela perante o poder, ou seja, o serviço público deve vir sempre antes dos interesses pessoais.

Identificando o serviço público com o acontecimento, Jefferson inclui na *Autobiografia* a sua versão da Declaração da Independência e das revoluções americana e francesa. A inclusão destes textos permite ao autor exercer um controlo sobre o modo como estes acontecimentos irão ser recordados no futuro. Além de documentar o progresso da democracia americana, Jefferson também demonstra a evolução do *Eu* no pensamento americano. (cf. Imbarrato, 1998: 92)

Uma das maiores qualidades da democracia é a noção de mudança. Jefferson confirma esta asserção quando apresenta as várias versões da Declaração da Independência na sua *Autobiografia*. O início do documento constitui um apelo claro à mudança: “When in the course of human events it becomes necessary for one people to dissolve the political bands which have connected them with another [...] they should declare the causes which impel them to the separation.” (19) Todos os outros conceitos presentes na parte inicial da Declaração (“self evident truths”, “consent of the governed”, “new government”) convergem na direcção de um novo contrato social. Embora tenha sempre presente a noção de prudência, Jefferson reforça mais uma vez a ideia de mudança: “Prudence indeed will dictate that governments long established should not be changed for light & transient causes.” (19) Assim como a mudança política é expressa por meio de um argumento racional e não por emoções momentâneas, a mudança pessoal na autobiografia jeffersoniana também acontece de uma forma semelhante. Ao escrever sobre a Declaração da Independência quarenta e quatro anos mais tarde, o seu autor principal está consciente da função desempenhada por esse documento: estabelecer direitos democráticos através de todo o mundo moderno.

O ideal de uma acção governativa democrática deve combinar a unidade com a mudança. Jefferson, numa carta escrita de Paris a Abigail Adams, em 22 de Fevereiro de 1787, afirma o seguinte: “I like a little rebellion now and then. It is like a storm in the

atmosphere.” (Jefferson *apud* Peterson, 1978: 41) Algumas décadas mais tarde, a 12 de Julho de 1816, o mesmo Jefferson regressa a este tópico numa carta escrita a Samuel Kercheval:

I am certainly not an advocate for frequent and untried changes in laws and constitutions. I think moderate imperfections had better be borne with; because, when once known, we accommodate ourselves to them, and find practical means of correcting their ill effects. But I know also, that laws and institutions must go hand in hand with the progress of the human mind. As that becomes more developed, more enlightened, as new discoveries are made, new truths disclosed, and manners and opinions change with the change of circumstances, institutions must advance also, and keep pace with the times. (Jefferson *apud* Imbarrato: 1998: 98)

A mudança não pode ser demasiado frequente nem algo quimérica. Jefferson respeita o processo de mudança, ao mesmo tempo que marca uma relação profunda entre instituições e progresso humano. O gradual esclarecimento do povo é acompanhado por uma constante renovação governamental. É verdade que Jefferson não estava em condições de prever as dificuldades logísticas para levar a cabo futuras reformas periódicas. O seu modelo de governo assenta nos direitos individuais como elemento essencial para a preservação da estabilidade republicana, e esta ênfase nos direitos civis forma a base ideológica do *Eu* político-social emergente. Para evitar a tendência governamental em usurpar as prerrogativas da população, facto que sempre preocupou Jefferson, as leis devem obedecer totalmente às liberdades individuais.

A crença na mudança social reforça ao mesmo tempo a transformação individual, e o indivíduo passa a expressar-se com um maior sentido de importância. Um exemplo disto acontece quando Jefferson defende a abolição das leis de

primogenitura (direito de herança da terra só reconhecido ao filho mais velho), com o fim de estabelecer maior igualdade na posse da terra. Esta medida visava repartir paritariamente as heranças e abolir distinções artificiais geradoras de pobreza. (cf. Miralles, 1990: 220) O importante era a aquisição da terra pelo esforço e não pelo privilégio familiar, conforme Jefferson descreve na sua *Autobiografia*:

The repeal of the laws of entail would prevent the accumulation and perpetuation of wealth in select families, and preserve the soil of the country from being daily more & more absorbed in Mortmain. The abolition of primogeniture, and equal partition of inheritances removed the feudal and unnatural distinctions which made one member of every family rich and all the rest poor, substituting equal partition, the best of all Agrarian laws. (44)

A estrutura socioeconómica americana vai assim proporcionar ao indivíduo um maior crescimento económico, e consequentemente maior mobilidade social. A inclusão deste tema na *Autobiografia* de Jefferson demonstra a relação existente entre a acção política e o seu auto-retrato. A obra autobiográfica, funcionando como fórum político, permite ao seu autor expressar o seu ponto de vista sem a necessidade de um debate.

O êxito da Revolução Americana faz com que se espalhe o sonho democrático em regimes como a monarquia francesa. Jefferson, na qualidade de embaixador em França na Primavera de 1789, actua uma vez mais no palco político, desta vez personalizando a democracia. Uma grande parte da *Autobiografia* inclui relatos sobre a revolta francesa, e quanto a Revolução Americana serviu de incentivo para os franceses patriotas. Ao enfatizar o potencial de mudança nos jovens oficiais franceses regressados da América, Jefferson parece fazer uma comparação com os

fundadores americanos, prontos a enfrentarem velhos problemas munidos de novos conhecimentos:

Yet the American Revolution seems first to have awakened the thinking part of the French nation in general from the sleep of despotism in which they were sunk. The officers too who had been to America, were mostly young men, less shackled by habit and prejudice, and more ready to assent to the suggestions of common sense, and feeling of common rights, than others. They came back with new ideas & impressions. (62-63)

O autor continua a descrição da Revolução Francesa, tendo presente o sentido histórico de tal empreendimento, em que o povo francês desafia séculos de domínio aristocrático. Apesar de Jefferson utilizar sempre um tom de moderação, não esconde a sua antipatia pelos excessos da rainha Maria Antonieta, atribuindo-lhe mesmo as culpas pelo eclodir da Revolução: “I have ever believed that had there been no queen, there would have been no revolution.” (92) O autor chega a sugerir um modo de resolver os conflitos com que se debate a monarquia francesa nas vésperas de 14 de Julho de 1789: fechar a rainha num convento e conceder poderes limitados ao monarca. A condenação da exploração monárquica permite a Jefferson expor mais uma vez a sua sensibilidade democrática.

Através da imagem de uma rainha francesa depravada, Jefferson dramatiza a Revolução Francesa em termos de uma luta entre uma população moralmente boa e os seus dirigentes moralmente corruptos. O próprio Jefferson admite a importância desmedida que dedica à Revolução Francesa no momento em que termina essa descrição na autobiografia:

Here I discontinue my relation of the French revolution. The minuteness with which I have so far given it's details is disproportioned to the general scale of my narrative. But I have thought it justified by the interest which the whole world must take in this revolution. [...] I have been more minute in relating the early transactions of this regeneration because I was in circumstances peculiarly favourable for a knowledge of the truth. Possessing the confidence and intimacy of the leading patriots. (97)

Assim como o recontar da história exige ao autor uma aproximação à verdade, também uma relação parecida existe entre o autor autobiográfico e o seu texto. Todavia, esta importância atribuída à verdade não é a mesma no caso das cartas. De uma carta espera-se mais uma interpretação dos factos do que uma descrição completa da verdade. A forma epistolar permite a manifestação de preocupações privadas e de interpretações subjectivas e pessoais. Na correspondência travada entre Jefferson e John Adams por quarenta e nove anos, com certas interrupções, as cartas tornam-se um meio de discussão filosófica e política:

By making the domestic setting of the correspondence a necessary condition of their friendship, Adams and Jefferson come to value the familiar letter for its ability to seal their discourse off from the public world. As a specifically private genre, however, the familiar letter is particularly sensitive to historical change, and it both registers and negotiates cultural anxiety in its construction of personal verbal space. (Blake, 1994: 2)

Sendo as cartas e a autobiografia géneros de auto-representação, faz todo o sentido a inclusão de cartas na autobiografia de Jefferson, correspondência que tem a ver com os anos de formação da nação americana. Se na expressão de pensamentos pessoais é favorecida a carta (e o diário), já a autobiografia é o meio privilegiado para a

escrita dos registos da vida pessoal que, como já referido no caso de Jefferson, tende a diluir-se na sua vida pública.

O século XVIII foi fértil em escritos anónimos que permitem aos seus autores gozarem de uma certa liberdade de expressão, sobretudo na esfera política, sem consequências imediatamente gravosas. Revistas como *Tattler* e *Spectator* tornam-se conhecidas sobretudo na arte de auto-construção pessoal. O carácter revolucionário de obras como *Common Sense* e os *Federalist Papers* ganha um ímpeto adicional devido a estas serem anónimas, pelo menos na sua fase original. A autobiografia política vem modificar esta voz anónima, através da combinação dos factos com a subjectividade. Embora Jefferson possa às vezes parecer um narrador desinteressado, é certo que a *Autobiografia* dramatiza a sua vida bem como a da nação americana.

### **3.3 – A Declaração da Independência como elemento aglutinador de divergências individuais e regionais**

O documento chave da Revolução Americana, a Declaração da Independência de 1776, uma obra prima no campo literário, foi na área da filosofia política que se tornou mais conhecido. Esta *Declaration by the Representatives of the United States of America, in General Congress Assembled*, assim denominada na versão original de Thomas Jefferson, assentava em duas premissas básicas: todo o ser humano era dotado de direitos naturais e o império britânico consistia numa federação voluntária de estados independentes. Na gênese do documento em causa, a maioria dos autores inclinou-se para uma influência decisiva de John Locke, o filósofo inglês nascido em 1632, havendo outros que salientaram a importância do Iluminismo escocês da segunda metade do século XVIII. Robert Ferguson captou bem essas dúvidas, ao perguntar: “Does Jefferson in 1776 base the Declaration of Independence on his readings of John Locke as some have argued, or on alternative readings of continental philosophers like Jean-Jacques Burlamaqui, or on the Scottish Enlightenment?” (Ferguson *apud* Bercovitch, 1995: 380)

A versão final da Declaração da Independência não coincidiu com o plano inicial do seu autor, sendo alvo de mudanças entretanto ocorridas durante o Segundo Congresso de Filadélfia, iniciado em 1775. Algumas dessas alterações foram apenas verbais, destinadas a melhorar a forma do diploma. Outras, mais profundas, incidiram no conteúdo, pois destinavam-se a facilitar a sua aprovação pelo Congresso. Este tema foi bem observado por Benjamin Franklin, que, numa conversa com Jefferson, captou a essência do dilema de um escritor:

I have made it a rule, said (Franklin), whenever in my power, to avoid becoming the draughtsman of papers to be reviewed by a public body. I took my lesson from an incident which I will relate to you. When I was a journeyman printer, one of my companions, an apprentice hatter, having served out his time, was about to open shop for himself. His first concern was to have a handsome signboard, with a proper inscription. He composed it in these words, “*John Thompson. Hatter, makes and sells hats for ready money.*” with a figure of a hat subjoined; but he thought he would submit it to his friends for their amendments. The first he showed it to thought the word “*Hatter*” tautologous, because followed by the words “*makes hats,*” which show he was a hatter. It was struck out. The next observed that the word “*makes*” might as well be omitted, because his customers would not care who made the hats...He struck it out. A third said he thought the words “*for ready money*” were useless, as it was not the custom of the place to sell on credit... the inscription now stood, “*John Thompson sells hats.*” “*Sells hats!*” says his next friend. “*Why nobody will expect you to give them away, what then is the use of that word?*” It was stricken out, and “*hats*” followed it, the rather as there was one painted on the board. So the inscription was reduced ultimately to “*John Thompson*” with the figure of a hat subjoined.<sup>30</sup>

Uma das omissões mais notada, teve a ver com a parte relativa ao tráfico de escravos. Carl Becker salientou o seguinte:

The most notable instance was the deletion of Jefferson’s famous ‘philippic’ against the slave trade. Jefferson himself thought this long paragraph one of the best parts of the Declaration; and certainly nothing could have been more relevant in an argument based upon the natural rights of man than some

---

<sup>30</sup> Citação de Franklin, incluída no artigo de Robert Ferguson “Finding the Revolution”, in Sacvan Bercovitch, ed., 1995, *The Cambridge History of American Literature*, 360.

reference to slavery – ‘that cruel war against human nature itself’. But Congress struck it out. There were many slaveholders in Congress (Jefferson being one), and although none of them objected to the abstract doctrine of natural rights, many of them were naturally (human nature being what it is) sensitive to a concrete example of its violation so pointedly relevant as to be invidious. (Becker, 1970: xiii)

De acordo com John Adams, Jefferson redigiu o documento base da independência americana a pedido dos restantes patriotas presentes na assembleia magna de Filadélfia, devido ao facto de o estilo jeffersoniano ser reconhecido como um tipo de escrita caracterizado por uma “peculiar felicity of expression”. As capacidades literárias de Jefferson eram bem reconhecidas pelos seus pares, tanto moderados como radicais. Consequentemente, foi possível unir as diferentes sensibilidades dos patriotas americanos, não se tendo de recorrer a temas considerados divisionistas (cf. Bell, 1983: 82). H. W. Brands explicou assim o facto de Franklin não ter ficado ligado à redacção do esboço da Declaração:

Franklin had little to do with the first drafting of the document, which the committee left to Jefferson, partly because of his known felicity of phrasing (“You can write ten times better than I,” John Adams recalled telling Jefferson), partly because Jefferson was a Virginian (and hence would add geographic balance to a conflict provoked by New England), partly because none on the committee appreciated what a momentous document this would be, and partly because Franklin was happy to leave the task to another. He would explain this last point to Jefferson presently; for now his physical condition afforded sufficient excuse. (Brands, 2002: 510)

Raramente é tido em linha de conta o facto do documento conhecido por Declaração de Independência não ser o mesmo votado pelo Congresso Continental a favor da separação da Grã-Bretanha. A 7 de Junho de 1776, Richard Henry Lee, em nome da delegação do estado da Virgínia, apresentou três resoluções, onde se podia ler na primeira: “These United Colonies are, and of right ought to be, free and independent States, that they are absolved from all allegiance to the British Crown, and that all political connection between them and the State of Great Britain is, and ought to be, totally dissolved.”(Lee *apud* Brands, 2002: 510) Na intenção de conseguir o máximo de apoio a uma resolução que declarasse a América independente, o Congresso nomeou um comité presidido por Thomas Jefferson, com o fim de elaborar uma explicação coerente que se adaptasse a um momento de tal dimensão. A 4 de Julho de 1776, dois dias após aprovar a resolução de Henry Lee, o Congresso aprovou a Declaração da Independência.

Mais do que declarar a independência da pátria mãe, o documento em causa apresentava ao mundo as razões para um acto de tal magnitude, ou seja, destinava-se a justificar um facto já consumado. Para Charles Merriam, os princípios políticos de Jefferson estavam bem expressos neste diploma: “Here are eloquently expressed the now familiar doctrines of human equality, of the natural and inalienable rights of man, of the guaranty of these rights as the first cause of government, and of the right and duty of revolution when they are subverted.” (Merriam, 1936: 146)

O objectivo central da Declaração estava patente logo no parágrafo inicial, onde se cruzavam dois aspectos típicos do estilo jeffersoniano, singeleza e solenidade:

When in the course of human events, it becomes necessary for one people to dissolve the political bands, which have connected them with another, and to assume, among the powers of the earth, the separate and equal station, to

which the laws of nature and of nature's God entitle them, a decent respect to the Opinions of mankind requires that they should declare the causes which impel them to the separation. (Dumbauld, 1956:3)<sup>31</sup>

As leis da natureza estavam relacionadas com a era da razão, fundamento do pensamento de Jefferson. Este racionalismo estava por sua vez estreitamente associado a um novo conceito dos direitos do homem que emergiu no século XVIII. E um dos pontos cruciais da Declaração, uma das suas *self-evident truths*, tinha precisamente a ver com o facto de que, quando qualquer forma de governo atentasse contra os direitos inalienáveis do homem, o povo poderia instituir uma nova forma de governo, protectora da sua segurança e felicidade. (cf. Boyd, 1951: 170)

No documento em causa era atribuída uma série de actos ao rei George III, cuja intenção seria implantar uma *tiranía absoluta* numa terra onde, supostamente, devia florescer a liberdade. As razões aduzidas pelos autores não são de modo algum coincidentes com as de alguém interessado em estudar os antecedentes da Revolução Americana. No entanto, era preciso compreender que os Pais Fundadores não estavam a escrever história, mas sim a fazê-la em toda a sua plenitude. Pretendiam convencer o mundo da justiça das acções empreendidas, através da absolvição dos colonos de qualquer responsabilidade e concentrando todas as culpas no rei da Grã-Bretanha. Assistia-se a um acto persuasivo, onde o importante era justificar moral e legalmente a rebelião que estava a ter lugar.

O facto de se entender que os reis da época governavam por direito divino dificultava muito a acção dos rebeldes norte-americanos, e tornava-se insuficiente clamar por um simples direito à rebelião. Antes da enumeração dos ultrajes a que o

---

<sup>31</sup> De ora em diante, neste capítulo, todas as citações da Declaração da Independência reportar-se-ão à obra de Edward Dumbauld, ed, 1956, *The Political Writings of Thomas Jefferson: Representative Selections*.

povo das colónias tinha sido sujeito, colocava-se a questão de fundamentar as reivindicações numa base sólida, numa filosofia política que servisse de apoio a tão importante acto. Essa filosofia, reconhecendo o direito de um povo derrubar o seu próprio governo, estava explícita no início do segundo parágrafo da Declaração da Independência:

We hold these truths to be self-evident, That all men are created equal, that they are endowed by their creator with certain unalienable rights; that among these are life, liberty & the pursuit of happiness; that to secure their rights governments are instituted among men, deriving their just powers from the consent of the governed; that whenever any form of government becomes destructive of these ends, it is the right of the people to alter or to abolish it, and to institute new government, laying its foundation on such principles and organizing its powers in such form , as to them shall seem most likely to effect their safety and happiness. (8)

O direito à revolução, quando o governo fosse incapaz de cumprir os objectivos a que estaria obrigado, encontrava-se bem expresso no documento. Apesar de parte da população americana se mostrar indiferente ou mesmo oposta à separação, Jefferson esforçou-se por realçar a existência de uma vontade unânime na substituição do governo de Sua Majestade. “Let facts be submitted to a candid world”, foi a frase que na Declaração da Independência precedeu a lista denunciando as numerosas medidas instituídas por George III, destinadas ao estabelecimento de uma tirania absoluta sobre as colónias. Era evidente a vontade de destacar o carácter premeditado das intenções reais, enumeradas de uma forma tal que não restasse a esse “candid world” outra alternativa senão aceitar, mesmo aplaudir, a separação dos colonos americanos relativamente a uma figura tão nociva como o monarca britânico.

Se exceptuarmos o preâmbulo e a conclusão, verificamos a existência de duas partes bem diferentes na Declaração em apreço. A primeira parte, incluída no já mencionado segundo parágrafo, estabeleceu as bases de uma filosofia política democrática, enquanto a segunda, muito mais longa, ao descrever os agravos infligidos aos colonos, avançou as causas históricas da Revolução Americana.

O documento que imortalizou Jefferson notabilizou-se tanto pelo que incluiu como pelo que eliminou, destacando-se, neste último caso, a palavra *Parlamento*. Isto não era de somenos importância, uma vez que os combates da década anterior a 1776 tinham-se centrado, não nos actos da realeza britânica, mas nas acções opressivas do poder legislativo. A principal discussão da época versava os limites e a natureza da autoridade parlamentar em relação às colónias americanas. Frank Donovan viu a questão deste modo:

Although virtually all of the preliminary dispute with the mother country had to do with acts of Parliament to which the colonists objected, the Declaration makes no direct reference to the British legislature; the word “Parliament” does not appear in the document, Jefferson’s own use of it having been removed – undoubtedly with deliberation – by the Congress. For years the colonists had been screaming against Parliament. The major controversy had centered around the limits of Parliament’s authority over the colonies. First the cry had been that Parliament had no right to impose internal taxation; then the claim was made that there could be no “taxation without representation”, and finally it had become, simply, no taxation. But in all of this the quarrel was with Parliament – then the Declaration did not even mention Parliament, an omission that was surely deliberate. (Donovan, 1968: 99)

A intencionalidade da omissão revelada tornava-se aparente, pois seria impossível a um colono elaborar uma lista credível de acusações à Grã-Bretanha sem

incluir, por exemplo, o *Stamp Act*, o *Declaratory Act* e muitas outras medidas legislativas. A primeira lei impunha às colónias o pagamento do papel selado em variados documentos, à semelhança do já pago pelos ingleses. A segunda lei, no dizer de Norman Risjord, consistia no seguinte: “It was more than a face-saving device – it was notice to the colonists that if parliament were tested again, it would react with strong measures.” (Risjord, 1973: 89)

No entanto, houve duas ocasiões em que foram feitas referências veladas ao Parlamento. Quando Jefferson afirmou que o rei George III “has combined with others to subject us to a jurisdiction foreign to our constitution”, é óbvio que a palavra *others* se referia ao Parlamento. Por outro lado, a Declaração, ao avisar o povo inglês “of attempts by their legislature to extend an unwarrantable jurisdiction over us”, estava novamente a referir-se ao Parlamento, sem o mencionar explicitamente, desta vez através do vocábulo *legislature*. Revestia-se de toda a importância não aludir ao Parlamento de Londres, pois uma premissa básica do documento independentista era que este corpo legislativo nunca exercera nenhuma autoridade sobre as colónias de além-Atlântico.

O único elo de ligação com o Império consistira numa aliança voluntária entre o Novo Mundo e o trono britânico, e essa aliança chegava agora ao seu fim, visto o ocupante real não passar de um tirano empenhado em reduzir a população americana à escravatura. Como homens livres, e detentores de direitos naturais, os americanos tinham todo o direito em retirar-se da referida aliança.

Outra exclusão de importância na Declaração estava ligada aos *direitos dos súbditos ingleses*. Antes de 1776, os patriotas americanos haviam justificado as suas reivindicações baseados na violação dos direitos de dependentes ingleses por parte do Parlamento, mas mais tarde essa relação era só reconhecida em termos de uma aliança

voluntária com o rei britânico. Isto acontecia pelo facto da revolta americana, aos olhos do mundo, não poder ser justificada por uma simples violação dos direitos de súbditos ingleses, tornando-se necessário alargar toda esse combate a uma teoria dos direitos naturais do homem. Para os destinatários prioritários da Declaração da Independência, ou seja, os governos de potenciais aliados europeus, os colonos das treze colónias britânicas que agora assumiam a condição de estados americanos teriam muito mais credibilidade se invocassem a violação dos seus direitos humanos à luz das leis da natureza, do que se se enredassem em meras diatribes internas com a Pátria-mãe.

De facto, estava-se em presença de uma nova teoria do Império Britânico, nunca explícita mas presente ao longo de todo o documento elaborado por Jefferson. De acordo com esta teoria, as colónias, mediante um pacto com o monarca inglês, tinham-se tornado, de sua livre vontade, parte do Império, não podendo os direitos de homens livres ser prejudicados por este acordo. Porém, uma vez esses direitos violados pelo rei, os colonos tinham toda a legitimidade em retirar-se do citado acordo.

A filosofia dos direitos naturais, sendo uma das duas premissas básicas aludidas no início deste capítulo, serviu de suporte aos argumentos apresentados por Jefferson e os demais cinquenta e cinco signatários a favor da independência. Numa carta endereçada a Richard Henry Lee, em 1825, o autor da Declaração pronunciou-se sobre os antecedentes deste documento:

[...] Not to find out new principles, or new arguments, never before thought of, not merely to say things which had never been said before; but to place before mankind the common sense of the subject, in terms so plain and firm as to command their assent [...] Neither aiming at originality of principles or sentiments, nor yet copied from any particular and previous writing, it was intended to be an expression of the American mind [...] All its authority rests

then on the harmonising sentiments of the day, whether expressed in conversation, in letters, printed essays, or the elementary books of public right, as Aristotle, Cicero, Locke, Sidney, etc. (Jefferson *apud* Koch, 1944: 719)

As premissas de uma filosofia como a dos direitos naturais eram um ponto quase indiscutível no pensamento do século XVIII. Caleb Patterson escreve: “Without attempting to be original, Jefferson in the Declaration of Independence reduced the philosophy of the natural rights of man to a ‘common sense’ basis and made it an ‘expression’ of the American mind.” (Patterson, 1953: 30) O mundo regia-se por uma ordem natural das coisas, criadas por Deus para orientar a humanidade. As leis dessa ordem, descobertas pela razão, exerciam um papel preponderante nas ideias e instituições humanas.

### a) Antecedentes históricos da Declaração – Filosofia dos Direitos Naturais

Jefferson sofreu, não poucas vezes, acusações de plágio na elaboração do documento mais importante da Revolução Americana. Uma dessas denúncias partiu de Richard H. Lee, um dos membros integrantes do comitê de cinco membros (os restantes eram Thomas Jefferson, Benjamin Franklin, Roger Sherman e Robert Livingston) encarregados de redigir a declaração revolucionária, considerando-a uma cópia do *Tratado de Governo* de John Locke. Um editor das obras de Jefferson, Paul Leicester Ford, foi mesmo ao ponto de afirmar que a Declaração de Direitos da Virgínia, de Junho de 1776, era a verdadeira origem do trabalho de Jefferson.

A acusação mais forte partiu, no entanto, de John Adams, pai fundador originário de Massachusetts, incompatibilizado com Jefferson durante um longo período de tempo (cf. Renker, 1989: 125). Adams confessou, em 1822, talvez irritado pelos numerosos elogios a Jefferson:

There is not an idea in it, but what had been hackneyed in Congress for two years before. The substance of it is contained in the Declaration of Rights and the violation of those rights, in the *Journal of Congress*, in 1774. Indeed, the essence of it is contained in a pamphlet, voted and printed by the Town of Boston, before the first Congress met, composed by James Otis, as I suppose – in one of his lucid intervals, and pruned and polished by Sam Adams. (Adams *apud* Donovan, 1968: 128)

Thomas Jefferson desmentiu com vigor estas acusações numa carta enviada a James Madison, afirmando o seguinte: “I did not consider it as any part of my charge to invent new ideas altogether”. Era evidente o perigo do diploma libertador incluir

ideias demasiado originais, sujeitas a aprovação ou não por parte dos membros do Congresso e dos habitantes do Novo Mundo. O grande mérito de Jefferson consistiu na expressão de ideias liberais muito mais convincentemente do que efectuado até então, materializando-as na sociedade para a qual escrevia. Estes pensamentos, provenientes da Antiguidade Grega e Latina, tinham por sua vez influenciado a civilização virginiana desde a sua fundação. (cf. Wright, 1943: 223)

Apesar de Jefferson negar ter recorrido a qualquer livro ou panfleto para a preparação de tão importante documento, era óbvio existirem escritos seus anteriores que o não deixavam indiferente. Pouco tempo antes da data da Independência, Jefferson contribuiu com o que viria a ser o preâmbulo da Constituição do seu estado natal, a Virgínia. Estavam aí incluídas vinte acusações ao rei George III, em tudo semelhantes às que figuraram na Declaração da Independência. Seria difícil, ou mesmo impossível, acusar alguém de plágio pelo facto de copiar os seus próprios escritos.

A denúncia mais séria de plágio esteve relacionada com um capítulo da Constituição da Virgínia, a Carta de Direitos, cujo autor era outro patriota, George Mason. Estava aí expressa com algum detalhe a teoria do pacto social, o governo baseado nos direitos do homem; em suma, o parágrafo inicial era em tudo semelhante ao primeiro parágrafo da Declaração da Independência. Como a Constituição deste estado foi aprovada a 12 de Junho de 1776, chegando ao Congresso enquanto Jefferson se debruçava ainda sobre o conteúdo da Declaração, houve quem pensasse que o texto constitucional tivesse servido de modelo ao texto emancipador americano, aprovado em 4 de Julho. Contudo, é importante referir que tanto Mason como Jefferson eram o produto de um movimento mais vasto, o Iluminismo, que influenciara filósofos e teóricos de França, Alemanha e Inglaterra por mais de um século. Sobre a divulgação do Iluminismo, leia-se o que escreve Henry Steele Commager:

Although inevitably the Enlightenment took different forms from country to country and from generation to generation, in its dominant and pervasive ideas it transcended national and continental boundaries. Alike in the Old World and the New, it had its roots in the same intellectual soil, and produced a common harvest of ideas, attitudes and even of programs: recognition of a cosmic system governed by the laws of Nature and Nature's God; faith in Reason as competent to penetrate to the meaning of those laws and to induce conformity to them among societies in many ways irrational; commitment to what Jefferson called "the illimitable freedom of the human mind", to the doctrine of progress, and - with some reservations - to the concept of the perfectibility of Man; [...] and confidence that Providence and Nature had decreed happiness for mankind. (Commager, 1977: xi-xii)

Apesar de Jefferson e outros pais fundadores serem influenciados pela leitura de autores franceses, como Rousseau e o seu *Contrato Social* de 1762, os grandes inspiradores provinham da Inglaterra, sendo o principal John Locke, mais lido na América do que na própria Grã-Bretanha. A Declaração, na sua fraseologia, seguiu alguns preceitos do *Segundo Tratado de Governo* de Locke (cf. Beveridge, 1926: 298-99). Quando este autor redigiu os *Dois Tratados de Governo*, em 1690, estava também a procurar justificar uma revolta, o que viria a dar origem à Revolução de 1688, que marcou o declínio da monarquia absoluta e os alvares da democracia parlamentar moderna. Harvey Wish é da seguinte opinião:

From Locke, particularly in the second part of his *Two Treatises of Government* (1690), came the most influential restatement of the classical political doctrines of natural law and natural rights. He quoted the Roman jurist Ulpian for the memorable dictum that all men are by nature created free

and equal. Government, he believed, rested on a “social contract” of free men who left their primitive “state of nature” to preserve their inalienable “natural rights” of life, liberty, and property in a civil state. (Wish, 1962: 145)

Para Locke, o poder do povo era mais importante que o do governo e, sob certas circunstâncias, o poder governamental podia ser dissolvido, mas a revolução nunca devia pertencer a uma minoria. No caso do ramo legislativo actuar contrariamente à fé em si depositada pelo povo, era de toda a justiça a remoção desse corpo legislativo, ainda segundo o filósofo Locke.

Ao pronunciar-se a favor da igualdade dos homens, era evidente que Jefferson tinha interiorizado este conceito muito antes de Julho de 1776. As suas leituras dos juristas romanos, bem como do poeta grego Eurípides, convenceram-no de que todos os seres humanos eram livres e iguais perante a lei.

A influência de John Milton, poeta inglês do século XVII e autor da célebre obra *Paradise Lost*, também foi decisiva, especialmente em afirmações como a seguinte: “No man who knows aught, can be so stupid to deny that all men are born free.” (Milton *apud* Corns, 1998: 68) Este tipo de declarações fez com que se chegasse a afirmar que Milton era mais americano do que qualquer outro autor nativo dos Estados Unidos, pois expressara, mais do que qualquer outro, a vitalidade do pensamento republicano.

As origens da lei da natureza, fulcral na teoria lockeana, remontam a épocas anteriores ao Iluminismo. No século XIII, São Tomás de Aquino, filósofo escolástico, era de opinião que a lei da natureza consistia na participação de seres racionais na lei eterna. O filósofo inglês que privilegiou a razão sobre a revelação, mencionou, no *Segundo Tratado de Governo*, a lei da natureza como ordem de Deus, verificando-se uma desvalorização da referência teológica, que tivera uma importância muito grande

aquando da Idade Média. À lei da natureza foi dado um significado político em termos de *direitos naturais*, direitos que podiam ser reduzidos, no caso dos indivíduos se colocarem sob a autoridade de um governo.

Se era certo ter a expressão de Jefferson “the laws of nature and of nature’s God” alguma relação com Locke, a verdade é que esta expressão era parte indissociável da teoria dos direitos humanos, já bastante propagada durante o Iluminismo. Havia outros autores capazes de terem influenciado eficazmente a frase do sábio de Monticello. R. B. Bernstein, biógrafo de Jefferson, vê assim a questão: “The author to whom he devoted the most space in this notebook was the controversial skeptic Lord Bolingbroke, whose questioning of Christianity and opposition to political corruption struck chords with Jefferson.” (Bernstein, 2005: 9) Lord Bolingbroke, citado no *commonplace book* de Jefferson com a frase “One follows Nature and Nature’s God, that is, he follows God in his Works and in his Word”, podia ser considerado outra fonte da célebre expressão jeffersoniana.

A frase da Declaração da Independência que mais curiosidade despertou foi “life, liberty and the pursuit of happiness”, inserida no segundo parágrafo. John Locke tinha-se referido anteriormente a “life, liberty and property”, expressão que surgiu em várias resoluções anteriores a 1776. Por exemplo, o Primeiro Congresso Continental de 1774 afirmara que os colonos tinham direito a “life, liberty and property”. Um ano antes, o Conselho de Massachusetts defendera que “life, liberty, property, and the disposal of that property, with our consent, are natural rights”. Também George Mason, o autor da Carta de Direitos da Virgínia, mencionara a propriedade e a felicidade como direitos naturais do homem (cf. Brown, 1963: 86). J. Yarbrough viu assim esta temática:

The pursuit of happiness remains the most elusive of the rights announced in the Declaration. Does Jefferson mean basically to reaffirm the Lockean right

to property using other language, and if so, is this substitution an improvement upon the original? In the opinion of at least one scholar, if this is what he intended, the right to property might have been preferable, since the pursuit of happiness introduces an element of radical subjectivity into the heart of the Declaration's principles. In place of the solid Lockean right to acquire property through labor, Americans today commonly understand the term to mean the Veblenian passion for consumption, fun, and self-actualization. (Yarbrough, 1998: 13)

Autores houve que explicaram a omissão da palavra *property* no texto jeffersoniano, baseando-se no antagonismo do autor principal da Declaração da Independência em relação à propriedade privada, e na sua inclinação por certa forma de socialismo, tese que não podia estar mais afastada da realidade para um conhecedor mediano dos escritos de Jefferson. Apesar de não existir unanimidade entre os especialistas, uma causa provável para o aparecimento da palavra *happiness* na Declaração pareceu residir na influência exercida em Jefferson pelo folheto de James Wilson, aparecido em 1774, *Considerations on the Nature and Extent of the Legislative Authority of the British Parliament*. Este patriota da colônia da Pensilvânia e signatário da Declaração da Independência não reconhecia, à semelhança de Franklin, qualquer competência do Parlamento inglês sobre as colônias americanas. Mas ia mais longe, pois advogava uma jurisdição do Parlamento de Londres consentânea não só com a lei, mas, fundamentalmente, com os princípios da liberdade e da *felicidade* das colônias. (cf. Ganter, 1936: 425) Para Wilson, a felicidade dos governados devia constituir o objectivo primeiro dos governantes:

All men are, by nature, equal and free; no one has a right to any authority over another without his consent; all lawful government is founded on the

consent of those who are subject to it; such consent was given with a view to ensure and to increase the happiness of the governed, above what they could enjoy in an independent and unconnected state of nature. The consequence is, that the happiness of the society is the *first* law of every government. (Wilson *apud* Donovan, 1968:140)

O filósofo suíço do século XVIII, Jean Jacques Burlamaqui, foi também considerado, em menor grau, outra fonte possível do excerto *pursuit of happiness*. Uma das suas obras, *Principles of Natural Law*, de 1747, incluiu o seguinte:

My design is to inquire into those rules which nature alone prescribes to man, in order to conduce him safely to the end, which every one has, and indeed ought to have, in view; namely, true and solid happiness. By *happiness* we are to understand the internal satisfaction of the soul, arising from the possession of good; and by good, whatever is suitable or agreeable to man for his preservation, perfection, conveniency, or pleasure. [...] Right [...] is nothing else but whatever reason certainly acknowledges as a sure and concise means of attaining happiness, and approves as such. (Burlamaqui *apud* Donovan, 1968: 139-140)

Jefferson não desconhecia os textos de Wilson e de Burlamaqui, sendo sempre possível admitir a proveniência da frase *pursuit of happiness* de algum destes autores. Contudo, a mudança do termo *property* para *happiness* talvez não signifique, no fim de contas, nenhuma divergência séria entre a teoria jeffersoniana e a de Locke. Uma hipótese a ter em conta, talvez a mais forte, prende-se com o facto de Jefferson considerar a propriedade como um *meio* para a felicidade, e não um fim em si mesmo. Para o futuro presidente americano, a posse da propriedade estava incluída na busca da

felicidade, tanto como a propriedade constituía um ingrediente da felicidade, no pensar de Locke.

Curiosamente, Jeffrey Barnouw atribuiu esta substituição de vocábulos a razões históricas:

Whether or not Jefferson's original reference to the pursuit of happiness in 1776 was influenced by the idea of effecting a correction of the conventional (Lockean) triad 'life, liberty and property,' it seems highly probable that by 1789 Jefferson saw the pursuit of happiness as an inalienable right which is incompatible with a natural right to property or inheritance, and that this conflict was addressed in his principle 'the earth belongs to the living.' (Barnouw, 1983: 229)

Ao substituir *propriedade* por *felicidade*, Jefferson estava a colocar o problema num plano moral, ao contrário de Locke. John Morley, liberal britânico do século XIX, reflectiu sobre as consequências profundas de tal substituição:

Much ridicule, a little of it not altogether undeserved, has been thrown upon the opening clause of the Declaration of Independence, which asserts the inherent natural right of man to enjoy life and liberty, with the means of acquiring and possessing property, and pursuing and obtaining happiness and safety. [...] It was an act of good augury thus to inscribe happiness as entering at once into the right of all, and into the duty of all, in the very head and front of the new charter, as the base of a national existence, and the first principle of a national government...The assertion is the New World, that men have a right to happiness and an obligation to promote the happiness of one another, struck a spark in the Old World. (Morley *apud* Donovan, 1968: 142)

Se a noção lockeana de propriedade era considerada um meio para alcançar a felicidade, o mesmo poderia ser dito da governação mediante o consentimento dos governados, outro ideal caro a Locke e parte importante da Declaração da Independência. A frase “governments are instituted among men, deriving their just powers from the consent of the governed” fazia parte do pensamento iluminista da época, incluindo o de Locke, bem entendido. O pensador inglês afirmou, em 1690, no *Second Treatise of Government*, que sendo os homens livres e iguais, ninguém poderá sujeitar-se ao poder político de outrem sem o seu consentimento. (cf. Locke, 1965)

Na altura em que a Declaração foi redigida, era já questionada há dois séculos a noção medieval de que os reis, únicos porta-vozes de Deus, possuíam um direito divino de governação. Os direitos dos monarcas, como qualquer outra forma de governo, derivavam do poder neles investido pelos governados.

A teoria do *consentimento dos governados* encontrava-se presente em escritos coloniais anteriores. Em 1773, por exemplo, a Câmara de Massachusetts, citando Locke e Hooker, respondeu ao Governador Hutchinson dizendo: “It tis consent alone that makes human law binding”. Um ano depois, John Dickinson, patriota conservador da Pensilvânia, afirmou: “Freedom of a people consists in being governed by laws in which no alteration can be made without their consent.” (Dickinson *apud* Donovan. 1968: 144) De resto, a reivindicação básica subjacente à revolta colonial, ou seja, a existência de *taxation without representation*, constituía um exemplo flagrante de injustiça governamental, por as taxas impostas não terem o consentimento dos governados.

A expressão “whenever any form of government becomes destructive to these ends, it is the right of the people to alter or abolish it” fundamentou-se nos escritos de Locke e de outros autores. O direito da população alterar ou abolir o

governo pelo qual tinha sido governada, constituía o ponto de honra do documento elaborado por Jefferson. Benjamin Franklin acompanhou-o nesta ideia específica, ao declarar que “rebellion to tyrants is obedience to God.” (Franklin *apud* Aldridge, 1965: 257) Anos mais tarde, Jefferson, ao comentar a supressão, pelo presidente George Washington, da revolta dos camponeses conhecida como *Whiskey Rebellion*, comentou: “God forbid we should ever be twenty years without [...] a rebellion [...] the tree of liberty must be refreshed from time to time with the blood of patriots and tyrants. It is it’s natural manure.” (Jefferson *apud* Donovan, 1968: 146)

Não era necessário ao autor da Declaração da Independência recorrer a fontes distantes, quando havia exemplos geograficamente tão perto, como os princípios das cartas coloniais, existentes desde a chegada dos primeiros imigrantes europeus. A carta do estado de Maryland, por exemplo, anunciava em 1632 que Lord Baltimore e os seus herdeiros deviam elaborar leis “consonant with reason and agreeable to the laws, statutes, customs, and rights of ...England”. As cartas de Massachusetts, Connecticut e Pensilvânia incluíam determinações semelhantes. Durante o Primeiro Congresso Continental, efectuado em Filadélfia dois anos antes da Independência, John Adams insistiu em que as colónias deviam recorrer à lei da natureza, assim como à Constituição britânica e às Cartas fundacionais americanas.

Dumas Malone, na sua monumental biografia *Jefferson and His Time*, referiu-se do seguinte modo às origens das ideias constantes na Declaração da Independência:

Before the imperial crisis became acute in 1774-1775 and he first had occasion to present his political ideas in an important way, the doctrine of natural rights was one of his postulates. Just where he got it is a fascinating question, but one to which it seems impossible to give a specific answer. If he

did not draw on John Locke in the first place but got the ideas of that noted writer secondhand, he certainly had his very phraseology by heart in 1776. (Malone *apud* Donovan, 1968: 148)

Carl Becker, uma autoridade no documento da emancipação norte-americana, asseverou: “Where Jefferson got his ideas is hardly so much a question as where he could have got away from them.” (Becker, 1970: 27) Este historiador referiu-se nos seguintes termos à influência de Locke:

So far as the ‘Fathers’ were, before 1776, directly influenced by particular writers, the writers were English, and notably Locke. Most Americans had absorbed Locke’s works as a kind of political gospel; and the Declaration, in its form, in its phraseology, follows closely certain sentences in Locke’s second treatise on government. This is interesting, but it does not tell us why Jefferson, having read Locke’s treatise, was so taken with it that he read it again, and still again, so that afterwards its very phrases reappear in his own writing [...] Generally speaking, men are influenced by books which clarify their own thought, which express their own notions well, or which suggest to them ideas which their minds are already predisposed to accept. (Becker, 1970: 27)

Os autores ingleses, e Locke em especial, pareciam ter-se antecipado aos seus congéneres franceses, no que tocava à revisão da *compact theory*, e isto prendia-se com uma razão histórica. Longe de significar que os autores britânicos fossem mais inteligentes, o que tinha acontecido era que o século XVII inglês fora a época de maiores apuros da realeza, ao passo que essa crise tinha chegado à corte francesa, assim como às colónias americanas, um século mais tarde. Jefferson utilizara a teoria do contrato social para justificar uma Revolução em 1776, à semelhança do que fizera

Locke com a Revolução de 1688. Rousseau, por outro lado, não pôde justificar uma revolução, pois, de acordo com Chateaubriand, fundador do romantismo francês, a Revolução Francesa concretizou-se antes de ter ocorrido. Um denominador comum sobrepunha-se a estas três personalidades, a limitação dos poderes da realeza e da igreja. A evolução da atitude de Jefferson em relação à Revolução Francesa foi vista assim por M. Peterson:

[...] The immediate crisis was resolved by the submission of the clergy and nobility and the formation of a single national assembly. Jefferson still hoped for a peaceful revolution, with the establishment of a stable constitution, relying on moderate elements in the assembly backed by the king. If the king had sided openly with the revolution, the opportunity might have been realized. But Louis XVI, while honest and good, was weak, wholly dominated by the queen and the 'Turkish despots' of the court; and as Jefferson put it succinctly, 'the expediency of a hereditary aristocracy is too difficult a question for him.' The king rallied to the noblesse, resorted to force, provoked the violence of the populace, and dug the grave of the old regime. Jefferson was witness to the momentous events of July – the storming of the Bastille, the arming of the populace, the mobs and savage murders of obnoxious aristocrats – and said that he so clearly saw the legitimacy of these things that he was untroubled by them. (Peterson, 1978: 50)

A ideia de contrato, subjacente à autoridade política secular, não era nova, antes pelo contrário. Os seus antecedentes podiam ser localizados na Idade Média europeia, onde as obrigações mútuas do senhor feudal e do vassalo estavam definidas contratualmente. No entanto, e isto era um ponto fundamental, todos eram súbditos de Deus, que era o rei dos reis. A partir do momento em que o príncipe feudal faltasse às suas obrigações, cessava a lealdade do vassalo, conquanto isto só fosse possível através

da intervenção do Papa. Os senhores medievais governavam por direito divino, direito que provinha de Deus por intermédio do Papa. Ora no século XVII, o poder papal entrou em certo declínio, derivando o poder real directamente de Deus.

No caso de haver maus reis, o que não era raro, estava-se perante uma situação sem saída. A resistência popular a governações medíocres traduziu-se, nos séculos XVI e XVII, na acção dos dissidentes católicos (jesuítas) e protestantes. O seu lema principal consistia na possibilidade dos governados, à semelhança do ocorrido com os reis e com o Papa, estabelecerem relações íntimas com Deus.

A ideia básica dos súbditos não serem obrigados a obedecer a um rei, se os actos deste fossem contrários aos desígnios da vontade divina, fazia aqui o seu caminho. O contrato da população com Deus, permitia a esta revoltar-se no caso do monarca governar erradamente. Estava-se perante os primórdios da doutrina dos direitos naturais, prevalecente na Declaração da Independência Americana.

A partir dos finais do século XVII, assistiu-se a um fenómeno curioso. Deu-se uma retirada paulatina de Deus do palco principal, deixando esse protagonismo à natureza, que se posicionava entre os seres humanos e Deus. Para conhecer os segredos da vontade divina, era necessário descobrir as leis da natureza, ou do deus da natureza, como Jefferson dizia. Era na natureza que o século XVIII teria de descobrir a versão modificada do contrato original.

Analogamente ao já mencionado sobre a teoria do contrato social, o conceito de natureza também era há muito conhecido. Durante a Antiguidade Clássica, os juristas romanos e os filósofos estóicos tinham tratado bastante do tema da natureza, da lei natural. Mesmo na Idade Média, São Tomás de Aquino debruçara-se sobre o assunto. A novidade que trouxe o século XVIII, quanto à ideia de natureza, ligava-se a dois acontecimentos marcantes. Em primeiro lugar, a Reforma Protestante, com

Martinho Lutero, reduzira bastante a autoridade da Igreja como intérprete da vontade divina. Em segundo lugar, os progressos na investigação científica, especialmente desde Copérnico, tinham permitido um melhor conhecimento do espírito divino através do universo por si criado, mais do que por meditações de profetas. A partir daqui, seria possível conhecer as leis do universo divino através da razão humana. Consequentemente, o século XVIII, ao deificar a natureza, subalternizou a importância da Bíblia, até aí preponderante. Um papel considerável neste acontecimento pertenceu ao inglês Isaac Newton, cujo trabalho de maior fôlego, *Principia*, foi publicado em 1686. Este cientista, talvez sem nunca pretender deificar a natureza, foi mesmo isso que conseguiu, ao eliminar o mistério dos fenómenos terrenos. A filosofia newtoniana passou a ocupar-se da observação e das matemáticas. Deificava-se a natureza e retirava-se muito do protagonismo pertencente a Deus, o que queria dizer que a natureza era agora o novo Deus. Joyce Appleby viu assim esse fenómeno:

Nature had already been pushed to the forefront of thinking about society by way of a complex trajectory that moved from Isaac Newton's cosmology to the French *philosophes'* theorizing about laws of social development. This naturalizing of social processes happened at the same time that nature itself was being reconceived as orderly and predictable. Where previously the term *natural* had referred to that which remained wild and unbridled, during the course of the eighteenth century the word became Newtonianized. And as nature became orderly, it became more attractive as a model for society. Social theorists raided the lexicon of the natural philosophers, drawing their analogies from the new physics. They spoke of immutable rights, inexorable developments, and natural laws, finding in nature a better order than the one offered by governments and constitutions. (Appleby apud Onuf, 1993: 7)

Ficava assim o caminho aberto para a destruição das barreiras entre o mundo material e o espiritual, entre o homem e a natureza. John Locke desempenhou um papel de relevo nesta matéria, principalmente na sua obra *Essay Concerning the Human Understanding*, em que demonstrou a inexistência de ideias inatas, provando que todas as ideias provinham da sensação ou da reflexão, isto é, da experiência. O estado ideal da natureza vivido pelos seres humanos, de liberdade e igualdade perfeitas, regia-se pelos limites da lei natural de Locke, ou mais exactamente, da lei da razão. Esta razão juntava os homens, porque era o melhor intérprete da natureza.

O filósofo inglês procurava a justificação racional da existência dos governos. E a razão, sendo o único guia fornecido por Deus aos homens, era também a única fundação de um governo justo. A pergunta que Locke e todo o século XVIII desejavam ver respondida, era uma questão simples. Que espécie de governo seria aquele, onde um homem podia fazer tudo aos seus semelhantes, não tendo estes a mínima liberdade de o contrariar? A resposta era óbvia, essa seria uma má administração, pois todos os governos existiam para os homens, não o contrário, e qualquer governo derivava a sua legitimidade do consentimento dos governados. Os colonos americanos nunca tinham vivido sob uma tal tirania, estando sim sujeitos a um contrato entre governantes e governados, em que o consentimento destes era fulcral.

Uma diversidade de canais possibilitou a introdução da filosofia da natureza nas colónias americanas. Muitos filhos de colonos, indo estudar em universidades britânicas, apreenderam os ensinamentos de Newton e de Locke. As universidades Princeton, Yale e Harvard, foram também centros de irradiação da nova cultura em solo americano. Outra via de propagação da nova filosofia em solo americano teve a ver com as igrejas. Teólogos e pregadores encarregaram-se de divulgar a nova concepção newtoniana do universo. Deus, Natureza e Razão, sendo o fundamento da religião,

passaram também a ser o fundamento da política e dos governos. Um clérigo que se destacou na divulgação deste novo pensamento, intimamente associado à liberdade, foi Jonathan Mayhew, autor da célebre frase *no taxation without representation*. Robert Webking viu assim a sua influência:

In the decades preceding the revolutionary period, the education about liberty came less through the newspapers and more from the pulpit. Perhaps the most important of the preachers who helped the Americans to understand and maintain a dedication to liberty was Bostonian Jonathan Mayhew. During the 1760s Mayhew was an influential radical in Boston. However, his career in educating his fellow citizens began long before the revolutionary crisis. In 1750 Mayhew delivered a sermon entitled “A Discourse Concerning Unlimited Submission and Nonresistance to the Highest Powers” that was soon published. It was to this sermon – one not delivered during the period when Americans perceived serious and persistent threats to their liberty – that John Adams later referred those “who really wish to investigate the principles and feelings which produced the Revolution.” (Webking, 1988: 156)

A filosofia da natureza era genuinamente um produto inglês, tendo os patriotas americanos herdado uma tal ideologia. A linhagem não dava lugar a dúvidas, Jefferson baseara-se em Locke, e este citara Hooker. Na teoria e prática políticas, a Revolução Americana tinha-se inspirado nas contendas parlamentares do século XVII. Ao contrário do afirmado por autores ingleses do século XIX, talvez eivados de preconceitos contra os *philosophes* franceses, a Declaração Americana de 1776 não foi influenciada por nenhum pensador francês. Becker foi peremptório a este respeito:

The philosophy of the Declaration was not taken from the French. It was not even new; but good old English doctrine newly formulated to meet a present emergency. In 1776 it was commonplace doctrine, everywhere to be met with, as Jefferson said, “whether expressed in conversation, in letters, printed essays, or the elementary books of public right”. And in sermons also, he might have added. But it may be that Jefferson was not very familiar with sermons. (Becker, 1970: 79)

## **b) Antecedentes históricos da Declaração - Teoria do Império Britânico**

No início da controvérsia com a Grã-Bretanha, em 1764, os colonos do Novo Mundo estavam bem cientes da filosofia dos direitos naturais, apesar de não haver razão para o seu uso. As ideias independentistas, salvo alguma exceção pontual, não faziam ainda parte do léxico dos domínios de Sua Majestade, e os seus habitantes sentiam-se, pelo contrário, muito orgulhosos da sua condição de sujeitos do Império Britânico. Cada colónia possuía o seu próprio governo, nomeado pela Coroa, e uma legislatura cuja câmara baixa era eleita por parte das classes residentes no território. Antes de 1764, o controlo do Parlamento de Londres resumia-se à regulamentação do comércio colonial, deixando um largo espaço de auto-governança para os assuntos internos das colónias. Embora os vetos dos governadores fossem frequentes, raramente se fazia sentir a intervenção do governo inglês, e muito menos na imposição de taxas às colónias pelo Parlamento.

Os súbditos de Sua Majestade regulavam os assuntos internos a seu modo, regalias que pensavam fazer parte dos seus direitos constitucionais. Ainda não surgira uma oportunidade em que se questionasse, verdadeiramente, os direitos das assembleias legislativas em relação aos do Parlamento britânico. Em Abril de 1764, o *Sugar Act* despoletou a necessidade de uma definição urgente dos direitos das colónias dentro do Império. Surgiam os primeiros perigos de um controlo parlamentar ilimitado sobre as possessões norte-americanas. O pensamento da maioria da população foi bem expresso por dois personagens que seguiriam destinos opostos, Stephen Hopkins, futuro signatário da Declaração da Independência, e Thomas Hutchinson, futuro exilado anti-independentista. O primeiro argumentou que em todo o mundo as colónias, desde a

Antiguidade aos tempos modernos, tinham gozado a mesma liberdade da metrópole, e as colónias britânicas não podiam constituir excepção. Se o Parlamento inglês tinha aceitado até então os direitos coloniais, não se compreendia o porquê da mudança. (Becker, 1970: 82) O segundo, por sua vez, insistia na isenção do pagamento de impostos pelas colónias, a menos que tal fosse legislado pelos seus representantes.

1765 viria a ser um ano charneira, pois daqui em diante começou a tomar forma o conceito de direitos coloniais. A resistência dos habitantes das colónias foi coroada de algum sucesso, uma vez que se tornava relativamente fácil a destruição do papel selado necessário a esta lei iníqua. Mas a violação de uma lei do Parlamento britânico teria de ser acompanhada por razões suficientemente válidas. Havia a necessidade de uma definição mais exacta dos direitos coloniais, para que a derrogação do *Stamp Act* e o conseqüente apelo à sua inconstitucionalidade tivessem um maior impacto no mundo anglo-saxónico. Fawn Brodie, biógrafa de Jefferson, afirmou o seguinte:

Historians are now agreed that the outbreak of rage against the Stamp Act was not so much a reaction to a blatant act of British tyranny, for the tax by modern standards was trivial, but rather evidence of the extraordinary freedom to which the colonists had become accustomed. [...] Americans did not object to taxes for building their own roads, but the Stamp Act revenues were shipped to England, as many protestors said, simply to fatten the pockets of the “debauched” men of Parliament. The revoking of the Stamp Act seemed a remarkable victory to the colonists – Jefferson watched the hysterical celebration in Annapolis in 1766 – and served to intensify his own as well as the general American conviction of autonomy. (Brodie, 1975: 107)

Tradicionalmente, a liberdade britânica fundamentara-se numa forte oposição parlamentar à arbitrariedade dos impostos. No século XVIII, era ponto assente que nenhum cidadão inglês, de acordo com a Constituição Britânica, podia ser tributado sem o seu próprio consentimento, ou seja, sem a aquiescência dos seus representantes no Parlamento. Os colonos americanos, que eram súbditos britânicos na plenitude dos seus direitos, apenas poderiam ser legalmente tributados mediante a sua autorização. Ora como eles não estavam representados no Parlamento de Londres, qualquer tributação da parte deste seria ilegal.

Todavia, os argumentos coloniais enfermavam de dois pontos fracos. Podia ser dito que, no passado, o Parlamento britânico tributara os territórios americanos sem qualquer oposição, juntamente com o argumento de que as colónias estavam representadas no Parlamento como estavam os habitantes ingleses. Por outras palavras, como poucos ingleses tinham o direito de escolher os seus representantes parlamentares, os não eleitores estavam *representados virtualmente*, ou seja, implicitamente, pelos deputados eleitos por quem tinha direito a voto. E, assim concluía o argumento, os indivíduos do Novo Mundo estavam também representados virtualmente no Parlamento de Londres, à semelhança dos não eleitores na Grã-Bretanha.

Daniel Dulany, advogado patriota de Maryland, respondeu adequadamente a este raciocínio, na sua obra *Considerations on the Propriety of Imposing Taxes in the British Colonies for the Purpose of Raising a Revenue by Act of Parliament*. Richard Hofstadter comentou assim esta questão:

Dulany argued that virtual representation was empty and meaningless; that the colonies not only were not but could not be represented in Parliament; and that taxation without representation was a breach of the English common law.

His arguments were widely read in America, and in England were drawn upon by William Pitt in his plea for repeal of the Stamp Act.” (Hofstadter, 1958: 14)

A refutação da teoria da *representação virtual* ou implícita era completa. Daqui se podia inferir que, ou se consentia às colónias enviar representantes para o Parlamento britânico, ou então o corpo legislativo inglês não tinha direito algum em tributar essas colónias. Embora fosse perfeitamente possível enviar delegados para a assembleia londrina, os colonos rejeitaram tal hipótese, porque isso serviria para justificar a tributação por parte do Parlamento inglês. Os habitantes das colónias, esforçavam-se por demonstrar que a sua lealdade para com a Coroa britânica era tão forte como a dos súbditos residentes na Inglaterra.

Na altura da revogação do *Stamp Act* em 1766, os colonos americanos ainda admitiam a existência de uma jurisdição legislativa sobre eles, o que rejeitavam era pagar impostos sem consentimento. Apesar dessa revogação ter sido interpretada no Novo Mundo como prova da validade dos argumentos coloniais, o Parlamento de Londres não fez a mesma leitura dos acontecimentos, pois no próprio dia da anulação implementou o *Declaratory Act*. Esta nova lei assegurou ao rei e ao Parlamento todo o poder de legislar para as colónias de além-Atlântico.

Um ano depois, surgiram os *Townshend Acts*, destinados a cobrar, nos portos americanos, direitos alfandegários para vários tipos de importações (cf. Morgan, 1992: 36). Ao contrário do sucedido com o *Stamp Act*, os funcionários ingleses não se demitiram e chamaram as tropas de Sua Majestade, tornando possível a cobrança dos direitos aduaneiros, algo que nunca acontecera até então. O Parlamento não tinha o direito constitucional de “tirar dinheiro dos bolsos coloniais sem o seu consentimento”,

nas palavras do primeiro ministro inglês William Pitt, que mais tarde chegou a declarar: “It is plain that America cannot bear chains.” (Pitt *apud* Webking, 1988: 111)

Começava a ganhar corpo a diferença entre impostos para regulamentação de comércio, e impostos para obtenção de rendimentos. John Dickinson, patriota moderado americano, abordou essa disparidade na sua obra *Letters from a Farmer in Pennsylvania to the Inhabitants of the British Colonies*, que foi assim explicada por Harvey Wish:

In his widely reprinted *Letters from a Farmer in Pennsylvania*, he drew a sharp distinction between taxes for the purposes of empire regulation, which he conceded as legal, and those for revenue, which he felt invaded the rights of the colonial legislatures. Differing from radicals like Sam Adams who rejected both external and internal taxation by England regardless of purposes, Dickinson made a basic distinction between taxation primarily for regulation or for revenue which entered American constitutional law. (Wish, 1962: 190)

Dickinson chegou à conclusão de que, infelizmente, o Parlamento inglês estava interessado na obtenção de rendimentos, mais do que na regulação do comércio. Descobriu também uma verdade incômoda, a de que os *Townshend Acts* não passavam de um novo imposto, estando, por conseguinte, feridos de inconstitucionalidade. Verner Crane, biógrafo de Franklin, afirmou: “All the Townshend measures were then passed, amid what Franklin called ‘great heats on American affairs’ [...] a precedent was established which might lead to greater burdens. (Crane, 1954: 125)

E realmente cada vez maiores dificuldades se deparavam aos colonos do Novo Mundo, uma vez que se generalizava a invasão dos seus direitos, através de métodos ainda piores do que a tributação parlamentar. Não servia de muito chamar a si

o direito exclusivo de tributação por parte das assembleias legislativas estaduais, se o governo britânico se apropriava o direito de as dissolver, destruindo assim qualquer vestígio de auto governação colonial. Deste modo, o tema prioritário passou a ser a independência legislativa das colónias.

Perante esta nova situação, tornava-se prioritária uma teoria que delimitasse claramente as jurisdições dos governos britânico e colonial. John Dickinson foi o fundador dessa nova teoria, ao realçar que as colónias americanas dependiam tanto da Grã-Bretanha como um povo livre dependia de outro (cf. Hofstadter, 1958: 22). O autor de *Letters from a Farmer in Pennsylvania* viu assim a questão: “No people in history had ever been so constantly watchful of their liberty, and so successful in their struggles for it, as the *English*.” (Dickinson *apud* Wood, 1972: 31) Daqui se inferia que americanos e ingleses eram, cada um, um povo livre. Consequentemente, os americanos deviam questionar os seus direitos, não como súbditos britânicos, mas como membros plenos da raça humana. Desde a infância, o patriota moderado da Pensilvânia tinha aprendido a amar a humanidade e a liberdade. (cf. Commager, 1977: 129)

Samuel Adams, patriota de Massachusetts, elaborou com sucesso a proposta fundacional de Dickinson, ao reiterar que as colónias estavam *subordinadas*, mas não *sujeitas*, ao poder do Parlamento inglês. O primo de John Adams reconhecia uma autoridade acima de todas as outras, que era a Constituição não escrita da Grã-Bretanha, baseada nas leis da Natureza e de Deus (cf. Wood, 1972: 11). Nem a Assembleia Magna inglesa, nem as assembleias norte-americanas, podiam alargar a sua jurisdição além dos limites fixados pela Constituição inglesa. O consentimento das colónias era pelouro exclusivo das suas assembleias legislativas, e nunca do Parlamento de Londres. A conclusão lógica a tirar desta proposição, era o estabelecimento da

igualdade de direitos entre americanos e ingleses, algo ainda difícil de admitir para a maioria da população britânica.

De acordo com o raciocínio exposto, a autoridade parlamentar britânica terminava onde começavam os direitos naturais das colónias. E Adams tinha descoberto um deles, o de cada homem ter o direito de gozar e dispor da sua *propriedade*. Havia, na verdade, outras atribuições pertença dos habitantes do Novo Mundo, mas voltava-se à velha questão, qual a autoridade reconhecedora desses direitos naturais? Se fosse o Parlamento inglês, estes seriam com certeza poucos, mas se fossem as assembleias coloniais, a lista seria certamente longa.

Difícilmente, nenhum outro homem se dedicou com mais afinco ao problema dos direitos das colónias do que Benjamin Franklin, considerado *o amigo da Raça Humana*. Com efeito, desde 1764, muitos dos seus esforços se dirigiram para o avanço deste tema, que mais tarde havia desaguaria na independência americana. Apesar da implementação do *Stamp Act*, em 1765, não lhe ter parecido um acto ilegal, aconselhou de qualquer maneira os seus concidadãos a protestarem contra a insensatez de uma tal medida.

Foram muitas as leituras efectuadas por Franklin, a favor e contra as prerrogativas das legislaturas coloniais e britânica. As respostas dadas, nesta área, por John Dickinson e Samuel Adams, embora impressionassem Franklin, não deixavam de ter algo de inconclusivo. Em 1768, expôs o seu ponto de vista sobre esta questão candente:

The more I have thought and read on the subject, the more I find myself confirmed in opinion, that no middle ground can be well maintained, I mean not clearly with intelligible arguments. Something might be made of either of

the extremes: that Parliament has a power to make *all laws* for us, or that it has a power to make *no laws* for us. (Franklin *apud* Brands, 2002: 403)

A partir daqui, Franklin deu por adquirido que o Império era formado por vários estados sob a dependência do monarca inglês, cada um mantendo a sua própria legislatura fora da alçada do Parlamento britânico. Em 1770, Franklin considerava este postulado fora de qualquer discussão:

That the colonies originally were constituted distinct States, and intended to be continued such, is clear to me from a thorough consideration of their original Charters, and the whole conduct of the Crown and nation towards them until the Restoration. Since that period, the Parliament here has usurped an authority of making laws for them, which before it had not. We have for some time submitted to that usurpation, partly through ignorance and inattention, and partly from our weakness and inability to contend: I hope, when our rights are better understood here [in Great Britain] we shall, by prudent and proper conduct, be able to obtain from the equity of this nation a restoration of them. And in the meantime, I could wish, that such expressions as the supreme authority of Parliament: the subordinancy of our Assemblies to the Parliament, and the like...were no more seen in our publick pieces. They are too strong for compliment, and tend to confirm a claim of subjects in one part of the king's dominions to be sovereigns over their fellow subjects in another part of his dominions, when in truth they have no such right, and their claim is founded only in usurpation, the several states having equal rights and liberties, and being only connected, as England and Scotland were before the union, by having one common sovereign, the King. (Franklin *apud* Becker, 1970: 103-104)

O espírito pragmático de Franklin, ao evitar a teoria especulativa, buscou nos precedentes históricos a prova da existência dos direitos coloniais. A partir de 1660, fim da Guerra Civil inglesa, a legislação parlamentar começou a ser usurpadora para com as colônias americanas, enquanto, até à data da Restauração, as Cartas originais americanas tinham evidenciado uma grande independência em relação ao Parlamento de Londres.

Esta fusão de direitos históricos e naturais, magistralmente conseguida com a Declaração da Independência, foi ganhando corpo nos anos subsequentes a 1770. James Wilson, no seu célebre opúsculo de 1774, *Considerations on the Nature and Extent of the Legislative Authority of the British Parliament*, foi talvez o melhor exemplo da preparação dos espíritos coloniais para a teoria que viria a ser elaborada mais tarde por Jefferson. Este advogado da Pensilvânia chegou a conclusões semelhantes às de Franklin, ao reconhecer o progresso registado no avanço dos direitos coloniais:

Many will, perhaps, be surprised to see the legislative authority of the British Parliament over the colonies denied in every instance. Those the writer informs, that, when he began this piece, he would probably have been surprised at such opinions himself: for that it was the result, not the occasion, of his disquisitions. He entered upon them with a view and expectation of being able to trace some constitutional line between those cases in which we ought, and those in which we ought not, to acknowledge the power of Parliament over us. In the prosecution of his inquiries, he became fully convinced that such a line does not exist; and that there can be no medium between acknowledging and denying that power in all cases. (Wilson *apud* Becker, 1970: 106-07)

O argumento de Wilson, ao admitir que a Assembleia britânica não detinha qualquer jurisdição sobre as colónias do Novo Mundo, ia um passo mais longe, contudo, do que aquele expandido por Franklin. Além da autoridade do Parlamento inglês estar em consonância com a lei, devia também estar de acordo, e aqui a novidade, com os princípios de *liberdade* e *felicidade* prevaletentes nas colónias. Passava-se, assim, de um conceito positivo de soberania britânica para os “objectivos últimos de todo e qualquer governo”. Encontravam-se presentes, aqui, as raízes ideológicas do documento emancipador americano:

All men are, by nature, equal and free: no one has a right to any authority over another without his consent: all lawful government is founded in the consent of those who are subject to it: such a consent was given with a view to ensure and to increase the happiness of the governed, above what they would enjoy in an independent and unconnected state of nature. The consequence is, that the happiness of the society is the first law of every government (*Idem*: 108)

Um leitor menos prevenido diria estar perante o articulado da Declaração da Independência. Por outro lado, James Wilson mais parecia estar a resumir a filosofia do inglês John Locke. O objectivo último deste patriota da Pensilvânia, signatário da Declaração de Filadélfia, consistia em unir a lei positiva aplicável aos súbditos britânicos, à lei natural subjacente a todos os seres humanos.

Muitos partidários da soberania parlamentar britânica apoiavam-se nos escritos do jurista inglês do século XVIII, William Blackstone, quando afirmou nos seus *Commentaries*: “A supreme, irresistible, absolute, uncontrolled authority is vested in the king, lords, and commons.” (Blackstone *apud* Boyd, 1974: 538-39) Mas os partidários da soberania das leis da natureza podiam sempre contrapor outra citação do

mesmo Blackstone: “The law of nature is superior in obligation to any other.” Uma vez estabelecida a supremacia das leis naturais, cujo lema principal era a felicidade dos governados, restava apenas questionar o grau de controlo exercido pela Constituição inglesa. Mais uma vez, as palavras de Blackstone mostraram ser correctas:

The general principles of politics that the colonists sought to discover and apply were not merely abstractions that had to be created anew out of nature and reason. They were in fact already embodied in the historic English constitution – a constitution which was esteemed by the enlightened of the world precisely because of its ‘agreeableness to the laws of nature.’  
(Blackstone *apud* Wood, 1972: 10)

Factores como a lei natural, a Constituição e os tribunais ingleses contribuíram, de uma só voz, para proclamar as colónias fora da jurisdição parlamentar britânica, obedecendo elas só, e apenas, às suas respectivas legislaturas. Não queria isto dizer que a independência da Grã-Bretanha fosse total, pois continuava a ser devida uma obediência aos reis ingleses. Para James Wilson, a ligação entre a América e o Reino Unido teria de existir em termos de igualdade de sujeitos. Gordon Wood pronunciou-se da forma seguinte:

Not only did this contractual imagery explain the people’s obedience to the prerogative powers of the king (which their consent expressed in their representative legislatures could never do), but eventually the notion of an original contract between crown and people also made sense of the colonist’s developing view in 1774 that they were connected to Great Britain exclusively through the king. (Wood, 1993: 166)

Durante os anos de 1770 a 1774, o manuscrito de Wilson passou praticamente despercebido. Muitos pensaram que o conflito com a metrópole inglesa estaria em vias de solução. Porém, quando, em 1773, o Parlamento concedeu à *East India Company* o monopólio americano do comércio do chá, a antiga disputa reacendeu-se. Como réplica a esta acção inglesa, em 16 de Dezembro de 1773, todo o carregamento de chá foi lançado ao mar pelos patriotas americanos. Em 1774, o Parlamento de Londres respondeu imediatamente com os *Coercive Acts*, leis que aumentaram a repressão inglesa em Massachusetts, e que foram classificadas por Bernard Bailyn como: “Glaring evidence of a fixed plan of the British administration to bring the whole continent into the most humiliating bondage.” (Bailyn, 1992: 126) Para melhor efectivar essa repressão, o comandante das tropas inglesas, General Gage, foi nomeado Governador do estado do Massachusetts. Nessa altura, dirigindo-se a Lord North, primeiro-ministro inglês da época, George III exclamou a célebre frase, “the die is now cast, the colonies must either submit or triumph.” (*apud* Boyd, 1974: 538)

As colónias não estavam propriamente interessadas numa submissão à metrópole. Pelo contrário, decidiram reunir-se no Primeiro Congresso Continental, a 5 de Setembro de 1774, em Filadélfia, tendo em mente demonstrar um sentimento de unidade perante o governo britânico, unidade que, sendo por vezes difícil, era necessária para a obtenção de concessões da parte britânica. O resultado redundou num compromisso, a chamada Declaração de Direitos. Dois anos antes de 4 de Julho de 1776, era praticamente impossível para os patriotas americanos avançarem mais, uma vez que precisavam do maior grau de adesão possível da população americana, além de mostrarem uma grande moderação perante o governo inglês. Bernard Bailyn comentou assim este acontecimento:

Leading Americans like John Dickinson continued to insist – though now with increasing desperation – that “the sovereignty over the colonies must be limited,” that “a line there must be,” in principle as well as in fact, setting off Parliament’s powers from those of the colonial legislatures, and that this line gave to the English government control of the commerce and foreign affairs of the colonies and to the colonial Assemblies “exclusive right of internal legislation,” including taxing. [...] By the middle of October 1774, when Dickinson’s view was adopted as the official American position by the first Continental Congress, its ineffectiveness was widely conceded. Spokesmen for England repeated, with what appears to have been an almost obsessive and ritualistic regularity, that of the colonial legislatures were not in principle “subordinate to the supreme sovereign authority of the nation ...there is imperium in imperio: two sovereign authorities in the same state; which is a contradiction.” (Bailyn, 1992: 223)

Este Congresso Continental não adoptou a teoria das relações anglo-americanas implícita na Declaração da Independência, em que as colónias reconheciam a sua ligação à Grã-Bretanha apenas através do rei. Os elementos mais radicais da Assembleia de Filadélfia estavam prontos a abraçar tal desejo, mas era ainda um pouco cedo de mais. Jefferson, antes de partir para a Convenção da Virgínia, elaborou uma lista de instruções para os delegados participantes no Congresso de Filadélfia. Este documento, escrito em protesto contra os *Coercive Acts*, e mais tarde conhecido como *A Summary View of the Rights of British America*, admitia a ligação das colónias à metrópole só através do monarca. Jefferson, na sua primeira obra literária, lembrava ao rei inglês:

That our ancestors, before they emigrated to America, were the free inhabitants of the British dominions in Europe, and possessed a right which

nature has given all men, of departing from the country in which chance, not choice, has placed them, of going in quest of new habitations, and of there establishing new societies under such laws and regulations as to them shall seem most likely to promote public happiness...That settlement having been made in the wilds of America, the emigrants thought proper to adopt that system of laws under which they had hitherto lived in the mother country, and to continue their union with her by submitting themselves to the same common Sovereign, who was thereby made the central link connecting the several parts of the Empire thus newly multiplied. (17)

Em relação à teoria dos direitos americanos, este Primeiro Congresso Continental ficou-se por uma decisão situada a meio caminho entre a proposta arrojada de Jefferson, o reconhecimento apenas do monarca inglês, e a conservadora de Dickinson, a subordinação ao Parlamento. Foi John Adams quem deixou para a posteridade um reflexo da dificuldade dos debates no primeiro conclave de Filadélfia:

After several days deliberation, we agreed upon all the articles excepting one, and that was the authority of the Parliament, which was indeed the essence of the whole controversy; some were for a flat denial of all authority; others for denying the power of taxation only; some for denying internal, but admitting external, taxation. After a multitude of motions had been made, discussed, negatived, it seemed as if we should never agree upon anything. Mr. John Rutledge of South Carolina, one of the Committee, addressing himself to me, was pleased to say, "Adams, we must agree upon something; you appear to be as familiar with the subject as any one of us, and I like your expressions. [...]" I took a sheet of paper and drew up an article. When it was read, I believe not one of the committee was fully satisfied with it; but they all soon acknowledged that there was no hope of hitting on anything in which we could all agree with more satisfaction. All therefore agreed to this, and upon

this depended the union of the Colonies. (Adams *apud* Becker, 1970: 120-121)

Em face do exposto, não era difícil calcular as dificuldades no surgimento da Declaração de Direitos. Tinha sido evitada a todo o custo a inclusão de teoria neste documento. As resoluções declaravam mais do que argumentavam, dando ênfase aos direitos específicos reivindicados pelas colónias.

Os objectivos a que se propôs o Segundo Congresso Continental foram, em tudo, semelhantes aos da reunião efectuada no ano anterior, também na cidade de Filadélfia. Durante a primeira metade de 1775, havia uma crença geral de que a Grã-Bretanha, perante sinais fortes de união das colónias, seria obrigada a conformar-se, colónias que apenas pretendiam a reconciliação e não a independência. Consequentemente, era necessário satisfazer, mais uma vez, os timoratos e os mais agressivos. No primeiro grupo pontificavam os adeptos das petições, ou simples protestos dirigidos ao monarca britânico, entre eles John Dickinson, como já foi referido. Um dia, este perguntou a John Adams, com grande exaltação, por que motivo os delegados da Nova Inglaterra rejeitavam as medidas reconciliatórias, tão caras ao grupo de Dickinson. E a pergunta vinha acompanhada de uma ameaça, pois caso não houvesse cooperação o grupo dos moderados separar-se-ia de J. Adams. O futuro segundo presidente americano respondeu neste tom:

Mr. Dickinson, there are many things which I can very cheerfully sacrifice to harmony, and even to unanimity; but I am not to be threatened into an express adoption or approbation of measures which my judgment reprobates. Congress must judge, and if they pronounce against me, I must submit, as, if they determine against you, you ought to acquiesce. (*Idem*: 125-126)

E o Congresso realmente decidiu, mas a favor da petição apresentada por John Dickinson, não sem antes nomear um Exército Continental chefiado por George Washington, para efeitos da resistência armada às tropas de Sua Majestade (Morgan, 1992: 68). A justificação de tais medidas ficou conhecida como a *Declaration of the Causes and Necessity of Taking up Arms*, redigida por Jefferson e Dickinson. Este documento instituiu, entre outras medidas:

We have not raised armies with ambitious designs of separating from Great Britain [...] We shall lay them down when hostilities shall cease on the part of the aggressors, and all danger of their being renewed shall be removed, and not before. With an humble confidence in the mercies of the supreme and impartial Judge and Ruler of the Universe, we [...] implore his divine goodness to protect us through this great conflict, to dispose our adversaries to reconciliation on reasonable terms, and therefore to realize the empire of the calamities of civil war. (Hofstadter, 1958: 52)

A esperança de uma reconciliação com a Grã-Bretanha ia desaparecendo muito lentamente. Mesmo após o *Prohibitory Act* de Dezembro de 1775, pelo qual a Marinha inglesa instituiu um bloqueio total aos portos americanos, uma parte considerável da população colonial ainda se agarrava a um desenlace moderado da ruptura que se aproximava. E isto acontecia por duas razões essenciais: por um lado, a população americana nunca tinha apelado seriamente a uma separação da Pátria-Mãe; por outro, uma grande parte temia um rompimento de algo que sentia como seu, o Império Britânico. Os americanos tinham vivido a fama e o orgulho das proezas do maior império de então, e não lhes era indiferente deixarem de partilhar a rica herança

histórica inglesa. Jefferson foi dos primeiros patriotas a admitir, numa carta a John Randolph datada de 29 de Novembro de 1775, ser o rei inglês a causa dos males sofridos pelos colonos:

It is an immense misfortune, to the whole empire, to have a king of such a disposition at such a time. We are told, and everything proves it true, that he is the bitterest enemy we have. His Minister is able, and that satisfies me that ignorance or wickedness, somewhere, controls him. In an earlier part of this contest, our petitions told him, that from our King there was but one appeal. The admonition was despised, and that appeal forced on us. To undo his empire, he has but one truth more to learn; that, after colonies have drawn the sword, there is but one step more they can take. That step is now pressed upon us, by the measures adopted, as if they were afraid we would not take it. Believe me, dear Sir, there is not in the British empire a man who more cordially loves a union with Great Britain than I do. But by the God that made me, I will cease to exist before I yield to a connection on such terms as the British Parliament propose; and in this, I think I speak the sentiments of America. We want neither inducement nor power, to declare and assert a separation. It is will, alone, which is wanting, and that is growing apace under the fostering hand of our King. (Jefferson *apud* Koch, 1944: 360)

Consequentemente, não foi por desejo, mas antes pelas dificuldades impostas, que os colonos do Novo Mundo se foram mentalizando gradualmente para aceitar a separação como o melhor resultado para o diferendo com a Grã-Bretanha. Durante o Inverno de 1776, a maioria da opinião colonial inclinou-se para a independência como única alternativa à opressão experimentada. O Primeiro e o Segundo Congressos Continentais, realizados em Filadélfia, tinham tentado obter

concessões da parte inglesa, mas sem sucesso. Segundo alguém declarou no Congresso, as colónias precisavam de “uma reconciliação com a Grã-Bretanha ou de obter os meios para um conflito.” Franklin, após tentativas infrutíferas de entendimento com a parte britânica, inclinou-se para a segunda opção, durante o segundo conclave de Filadélfia. Gordon Wood viu nestes termos a desilusão de Franklin:

What impressed most delegates, however, was the intensity of Franklin's commitment to the patriot cause. He seemed deeply angry at the Crown and British officialdom and was impatient with all efforts at reconciliation. He thought the various colonial petitions to the king were a waste of time; he fully expected a long, drawn-out war; and he believed that independence was inevitable. All this was startling to Americans who had come to believe that Franklin, because of his long residence in London, had to be more English than American. The degree of Franklin's Revolutionary fervor and his loathing of the king surprised even John Adams, who was no slouch himself when it came to hating. Adams told his wife, Abigail, in July that Franklin had now shown himself to be “entirely American”; indeed, he had become the bitterest enemy of Great Britain, the firmest spokesman for separation. (Wood, 2004: 154-155)

O desenrolar dos acontecimentos privilegiou a opção bélica, tal como fora apontado por Jefferson e Franklin. Todavia, para uma guerra ter lugar, era necessário à parte americana um recrudescimento do comércio, acrescido da respectiva protecção. Essa protecção seria fornecida através de um tratado a efectuar com uma potência estrangeira. Chegados a este ponto, levantava-se aqui uma questão fulcral: em que qualidade negociariam os habitantes das colónias, como súbditos da Grã-Bretanha ou como rebeldes? Sem a ajuda francesa, era impossível à parte americana levar de vencido o império inglês. No caso de um pedido de ajuda à coroa francesa, as colónias

teriam certamente de demonstrar que estavam a lutar pela independência, e nunca por uma reconciliação. A partir de 6 de Abril de 1776, data da abertura dos portos americanos ao comércio mundial, o compromisso deixou de ser possível, tornando-se evidente a inevitabilidade da Declaração da Independência. John Adams não estava longe da verdade ao escrever: “As to declarations of independency, read our privateering laws and our commercial laws. What signifies a word?” (Adams *apud* Becker, 1970: 129)

Uma vez abandonada a opção conciliatória em relação aos britânicos, quem não apoiasse a causa patriótica seria posto de lado, quer fosse neutral, quer fosse um fervoroso lealista. Sendo a independência o objectivo a atingir, era necessário estabelecer claramente os direitos das colónias. Surgiu, assim, uma teoria das relações metrópole-colónias americanas, segundo a qual a separação fora sempre apanágio dessas colónias. As raízes da mencionada teoria residiam na união da filosofia dos direitos naturais com a ideia do império como uma confederação de povos livres. Os governados, sob a alçada do mesmo rei através de um contrato voluntário, poderiam dar este por terminado a qualquer momento, caso houvesse violação por parte do monarca. Esta teoria, sugerida por Benjamin Franklin em 1768 e elaborada por James Wilson em 1770, foi adoptada por Jefferson na forma e conteúdo da Declaração da Independência americana tal como a conhecemos actualmente.

Passo a passo, os colonos do Novo Mundo, de 1764 a 1776, foram modificando a teoria em que se baseavam, sempre com um objectivo em mente, o da liberdade. Ao sentirem-se livres na prática, deviam também ser livres no campo jurídico. Segundo afirmou Franklin, em 1755: “British subjects, by removing to America, cultivating a wilderness, extending the domain, and increasing the wealth, commerce, and power of the mother country, at the hazard of their lives and fortunes,

ought not, and in fact do not thereby lose their native rights.” (Franklin *apud* Becker, 1970: 133)

Os colonos americanos estavam preocupados, mais do que tudo, com a base moral e racional das suas reivindicações. James Otis, por exemplo, exclamava: “To what purpose is it to ring everlasting changes to the colonies on the cases of Manchester, Birmingham and Sheffield, who return no members?”, respondendo ao mesmo tempo: “If those now so considerable places are not represented, they ought to be.” (Otis *apud* Wood, 1972: 181-82) A obrigatoriedade de representação constituiu a premissa básica de toda a argumentação colonial. Carl Becker salientou esta questão:

But the “ought to be” is not ultimately to be found in positive law and custom, but only in something outside of, beyond, above the positive law and custom. Whenever men become sufficiently dissatisfied with what is, with the existing regime of positive law and custom, they will be found reaching out beyond it for the rational basis of what they conceive ought to be. This is what the Americans did in their controversy with Great Britain; and this rational basis they found in that underlying preconception which shaped the thought of their age – the idea of natural law and natural rights. (Becker, 1970: 133-34)

Se houve algum acontecimento que pudesse ser considerado, a curto prazo, o catalisador da independência americana, esse facto consistiu, sem dúvida, no aparecimento da obra do inglês Thomas Paine, denominada *Common Sense*. Este opúsculo de 25.000 palavras incluía um apelo apaixonado à independência, numa linguagem perceptível pelo homem comum. Eric Foner, talvez o maior estudioso do revolucionário inglês, citou o impacto desta obra:

On January 9, 1776, one of the most remarkable political pamphlets in the history of English writing appeared in Philadelphia. *Common Sense*, a forceful and brilliant argument for the independence of the American colonies from Great Britain and the superiority of republican government over hereditary monarchy, had an enormous impact on the subsequent decision for independence. By the end of the year, no fewer than twenty-five editions had been printed, reaching hundreds of thousands of Americans. The exact circulation of *Common Sense* is not known, but every scholar of the American Revolution agrees it was totally unprecedented in eighteenth-century America. In an age of pamphleteering, *Common Sense* was unique in the extent of its readership and its influence on events. (Foner, 1977: xi)

Longe de apresentar complexas teorias filosóficas ou políticas, Paine condenou a monarquia britânica de uma forma arrasadora, demonstrou a futilidade de uma reconciliação com a metrópole e, finalmente, apresentou os benefícios advinentes de uma Independência Americana, sempre em termos de senso comum, de acordo com o título da própria obra. Henry S. Commager referiu-se assim a este insigne representante do Iluminismo oitocentista:

Almost by instinct – for he was no scholar, or widely read – Tom Paine embraced and made his own the leading ideas of the Enlightenment. Thus, he subscribed to the principle that Laws of Nature presided over and regulated “the great machine and structure of the universe.” [...] He shared Jefferson’s hostility to tyranny in every form, helped to overthrow the tyranny of George III in America, and hoped to overthrow it in England – a very different matter, that, as he speedily discovered; [...] He professed Franklin’s faith in the common sense of the common man, for he was himself very much a common man. (Commager, 1977: 36-37)

Após desferir ataques à monarquia em termos gerais, Paine concentrou-se no caso americano em particular, e tentou, por todos os meios, demonstrar que a independência era a única saída possível. Aos conservadores, receosos de guerras civis, foi-lhes dito que, uma vez iniciado um conflito, todas as tentativas de reconciliação parecer-se-iam com almanaques de épocas passadas, úteis na altura própria, mas já com o prazo de validade expirado em 1776. Para o autor de *Common Sense*, a única incógnita que se colocava era como surgiria a independência americana, se através da voz legal do povo no Congresso, se por meio de um poder militar, ou se pelos actos de uma multidão revoltada. Aos opositores da independência, Paine chegou a referir-se neste termos: “You that oppose independence now, ye know not what ye do: ye are opening a door to eternal tyranny” (Paine *apud* Foner, 1977: 78)

Qualquer pensamento de reconciliação estava fora de causa, pois resultaria numa nova dependência da Grã-Bretanha, o que não era do interesse dos colonos americanos. Paine, cujos conselhos para demandar a América partiram de Benjamin Franklin (cf. Aldridge, 1965: 243), refutou com vivacidade os argumentos expendidos para travar aquilo que já era imparável, a independência americana. Para aqueles que clamavam o facto da Grã-Bretanha ser a pátria-mãe, Paine, autor de obras como *Rights of Man* e *The Age of Reason*, retorquiu deste modo:

Then the more shame on her conduct. Even brutes do not devour their young, nor savages make war upon their families; wherefore, the assertion, if true, turns to her reproach; but it happens not to be true, or only partly so, and the phrase *parent* or *mother country* hath been jesuistically adopted by the king and his parasites, with a low papistical design of gaining an unfair bias on the credulous weakness of our minds. Europe, and not England, is the parent

country of America. This New World hath been the asylum for the persecuted lovers of civil and religious liberty from every part of Europe. Hither have they fled, not from the tender embraces of the mother, but from the cruelty of the monster; and it is so far true of England, that the same tyranny which drove the first emigrants from home, pursues their descendants still. (Paine, 1944: 21)

Os argumentos de Paine eram, na sua maior parte, de natureza econômica. Seria do interesse de toda a Europa existir um país independente na costa americana, com quem aquela pudesse negociar livremente, pois a América teria sempre um mercado, ao passo que a Europa nunca deixaria de se alimentar. (cf. Wood, 1993: 134) Além da grande distância separando as duas nações, tornava-se até ridículo, no dizer de Thomas Paine, uma pequena ilha tentar governar um grande continente. O historiador da Revolução Americana, William Gordon, descreveu assim a influência exercida pela obra prima de Paine quando, a 7 de Junho de 1776, o Congresso encarou pela primeira vez o tema da independência:

Nothing could have been better timed than this performance. In unison with the sentiments and feelings of the people, it has produced most astonishing effects, and been received with vast applause, read by almost every American, and recommended as a work replete with truth, and against which none but the partial and prejudiced can form any objections. It has satisfied multitudes that it is their true interest immediately to cut the Gordian knot by which the American colonies have been bound to Great Britain, and to open their commerce, as an independent people, to all the nations of the world. It has been greatly instrumental in producing a similarity of sentiment through the continent, upon the subject under the consideration of Congress. (Gordon *apud* Donovan, 1968: 25)

O homem considerado por Max Beloff autor da maior arma de propaganda produzida até então (cf. Beloff, 1948: 59), mostrando-se superior nesta matéria a qualquer escritor americano da época, contribuiu em muito para o aceleração da data da separação da Grã-Bretanha. De acordo com Paine, a independência americana seria de pouco valor, apenas uma separação da Inglaterra, se não fosse acompanhada por uma revolução nos princípios e na prática governamentais. (cf. Paine, 1995)

As influências exercidas sobre a Declaração da Independência foram aceites de um modo mais ou menos pacífico, até ao aparecimento em 1978 da obra do historiador Gary Wills. Neste livro, denominado *Inventing America: Jefferson's Declaration of Independence*, o autor afirma que a Declaração não foi influenciada principalmente pelo individualismo lockeano, mas sim pelos filósofos do Iluminismo escocês, como Francis Hutcheson, Thomas Reid, David Hume, Adam Smith, Lord Kames, Adam Ferguson e Dugald Stewart, sendo as diferenças entre Locke e o Iluminismo escocês para Wills comentadas nos seguintes termos por Kenneth Lynn:

But Wills wants us to regard the Declaration as a thoroughly modern document, smacking of science, and suffused with the communitarianism of the Scottish Enlightenment. According to Wills, the principal difference between Locke and the Scottish thinkers is that Locke conceived of man in a state of nature as an autonomous entity, whereas Kames, Hutcheson, Stewart, and company believed that pre-governmental man was already bound to his fellows by ties of affection and instinctive benevolence. All men were born with a moral sense, and intuitional perceptionism, which enabled them to tell the difference between right and wrong. When men came together in society, they did so in order to guarantee, in Hutcheson's famous formula, "the greatest happiness of the greatest number." (Lynn, 1978: 69)

A tese de Wills, em termos simples, realça o facto de existirem na verdade três Declarações de Independência: a Declaração como documento político, ou seja, a versão pública adoptada pelo Congresso; a Declaração como símbolo nacional, produto de reinterpretações posteriores; e a Declaração como tratado filosófico, equivalente à versão original. A obra de Wills concentra-se na versão privada, isto é, no documento originalmente escrito por Jefferson.

Era verdade existirem diferenças significativas entre a versão original e a versão pública da Declaração, aprovada pelo Congresso após variadas modificações. Estas são palavras de Wills:

The entire literature had focused on the Declaration as passed by Congress and enshrined in our political liturgy. But I took a different starting point, one emphasized in my subtitle. I looked at *Jefferson's* Declaration of Independence, the draft Jefferson had defended against Congress's changes, the text his Autobiography contrasts with the congressional document. This draft had concepts not contained either in Locke or in any of the sources he listed in 1814. In fact, those sources included Aristotle, one of those Greek philosophers Jefferson had always condemned as mere "metaphysicians." He was clearly talking, in 1814, of the *public* document, a consensus statement of widely accepted views, a least common denominator of the times, reflecting "conversation, letters...elementary books." But his own draft had concepts not so common, and he felt anguish when his particular views were expunged. The draft claimed, for instance, that "amity" was the basis of American union with England, that this amity was betrayed with a "stab to agonizing affection," one delivered by "unfeeling brethren," forcing Americans to renounce "our former love." (Wills, 2002: vi)

O historiador alude a duas razões para o não reconhecimento dos iluministas escoceses como autores intelectuais do documento emancipador americano. Em primeiro lugar, é dada uma importância desmedida à versão aprovada pelo Congresso, sendo ignorado o esboço original jeffersoniano e, facto não menos importante, o incêndio ocorrido na biblioteca do autor da Declaração da Independência, a 1 de Fevereiro de 1770, elimina qualquer vestígio que possa comprovar as fontes do Iluminismo escocês.

Jefferson recorreu maioritariamente ao sistema de filosofia moral de Hutcheson, de acordo com a tese de Wills, para explicar a natureza e funcionamento do governo subjacente à Declaração. As treze colónias, longe de se basearem num sentimento de união, tinham mais disparidades entre elas do que com a Grã-Bretanha.

R. B. Bernstein foi explícito a esse respeito:

Many colonists outside New England grumbled at the brawls between Britain and Massachusetts. Boston's fight, some said, was not Pennsylvania's fight, or New York's, or North Carolina's. Most colonists felt stronger ties to the mother country than to neighboring colonies; the thirteen colonies varied widely in economy, religion, even in dialect and accent, and they looked on one another with suspicion and distrust. (Bernstein, 2005: 19)

Foi apenas no século XIX, ainda segundo Wills, que se forjou uma consciência nacional, unindo os vários interesses coloniais antagónicos. De todo o modo, esta controvérsia afigurava-se secundária, pois o foco central do livro de Wills trata da Declaração da Independência como produto da filosofia moral escocesa, desprovida de qualquer influência de John Locke.

É um facto que o incêndio ocorrido na casa e biblioteca de Jefferson, em 1770, quando este tinha 27 anos de idade, prejudicou para todo o sempre os estudiosos do clima intelectual em que cresceu o autor da Declaração. As influências que moldaram o seu pensamento nunca serão completamente conhecidas. É também verdade que o Iluminismo escocês constituía matéria obrigatória nos estabelecimentos de ensino americanos, principalmente no estado natal de Jefferson, a Virgínia. O seu professor de muitas disciplinas no *Colégio de William e Mary* tinha sido o escocês William Small. É ainda Wills quem afirma: “Jefferson spent the four most intellectually exciting and influential years of his life studying that entire ‘system of things’ under Small’s guidance.” (Wills, 2002: 180) Foi nesta época que Jefferson conheceu a obra de Hutcheson, entre outros filósofos da mesma área.

Difícilmente qualquer europeu do século XVIII ou habitante das colónias americanas, portadores de uma educação universitária, deixaria de estar familiarizado com os escritores da Escócia, muitos de renome internacional. A questão era outra, tal como afirmou Ronald Hamowy: “What makes Wills’s thesis so startling is his assertion that these thinkers alone provided the framework for Jefferson’s thought on politics and morals before he drafted the Declaration and that Locke’s treatises on government can be dismissed as having had no influence on Jefferson’s views. (Hamowy, 1979: 505) Dando razão ao que acaba de ser dito, Bernard Bailyn notou, por exemplo, que os escritores americanos citavam Locke quanto aos direitos naturais e ao contrato social, e erigiam-no como a autoridade máxima no que respeitava à liberdade política. (cf. Bailyn, 1992: 27, 36)

Não deixava de ser verdade que a obra de Francis Hutcheson, *A Short Introduction to Moral Philosophy*, publicada em 1747, continha algumas partes consentâneas com a linguagem da Declaração da Independência da América, podendo

Jefferson ter-se servido de algumas delas. Também era verdade que Hutcheson estudara muito cedo as teorias revolucionárias de vários *whigs* ingleses, como Harrington, Sidney e Locke, relacionadas com a extensão dos direitos naturais e o direito à resistência. Mas seria muito difícil estar-se de acordo com o declarado por Wills: “I do not argue for direct borrowing, since the Hutchesonian language was shared so widely by Scottish thinkers. I do conclude that Jefferson drew his ideas and words from these men, who stood at a conscious and deliberate distance from Locke’s political principles.” (Wills, 2002: 239)

O pensamento político escocês regia-se pela moderação nos conflitos com a autoridade civil, e como prova disso, o direito de resistência dos súbditos à tirania era encarado pela generalidade dos autores escoceses como um último recurso. Isto colidia com a visão de Locke e de Hutcheson, que apelavam ao fim da obediência do povo quando houvesse violação do contrato por parte do governo.

Autores como Hume, Smith e Ferguson rejeitavam esta ideia de contrato legitimado através da anuência popular. Aqui Wills teve alguma razão, ao afirmar que os autores escoceses estavam longe dos princípios políticos de Locke, mas perdeu-a quando incluiu Hutcheson nesse número. Hamowy foi taxativo a esse respeito:

Almost all the evidence Wills has marshalled to support his assertion that the Declaration is really a document of Scottish moral philosophy collapses when one recognizes how far the sentiments expressed by Jefferson differ from those of Hume, Smith, and Ferguson, and how closely they accord with Locke. In writing the Declaration, Jefferson had either Locke or Hutcheson in mind, but certainly not the other Scottish writers. And, despite Will’s conjectures respecting Jefferson’s intellectual background, the available data strongly suggest that it was Locke and not Hutcheson to whom Jefferson was indebted when he composed the document. (Hamowy: 510-511)

### c) A Declaração da Independência como texto literário

Como referido anteriormente, Jefferson foi escolhido para redigir o documento básico da independência devido aos seus talentos literários. Chegado ao Congresso em 1775, Jefferson logo se destacou na escrita, segundo as palavras de John Adams: “Jefferson brought with him a reputation for literature, science, and a happy talent for composition. Writings of his were handed about remarkable for the peculiar felicity of expression.”(Adams *apud* Becker, 1970: 194) Douglas Wilson revelou-se conhecedor das qualidades literárias inerentes a Thomas Jefferson:

Jefferson groomed himself a writer entirely in private. The beneficiary of a superb classical education, he evinced a keen appetite for learning and developed a facility for written expression that is evident in his earliest surviving letters. Correspondence, school exercises, and commonplace books were the principal outlets for his writing up to the time he began to practice law at the age of 24. Though these would seem no match for the opportunities afforded the young Franklin, who was a successful newspaper proprietor at the same age, the surviving letters and commonplace books show that Jefferson was, like Franklin, a diligent student of style, displaying close attention to the special qualities of expressive language and to the importance of being concise. That he found many occasions to indulge his penchant for written expression other than the handful of surviving documents is certain, for when he was elected to the House of Burgesses at the age of 26, his abilities were immediately engaged, and his brilliant career as a draftsman of political documents was launched. (Wilson *apud* Onuf, 1993a: 52)

Em contrapartida, faltavam ao sucessor de Franklin na delegação americana em Paris os méritos de orador, e raramente se lhe conheceu um discurso. São estas as palavras de Adams: “During the whole time I sat with him in Congress, I never heard him utter three sentences together; in committees and in conversation he was, on the contrary, prompt, frank, explicit, and decisive.”(Idem: 194) O mais natural seria alguém que escrevesse excelentemente, expressar-se também do mesmo modo. Mas não era este o caso, pois no campo da escrita, ainda que seja para ser apresentada oralmente, como aconteceu com a Declaração da Independência, há muito mais oportunidades de reformular, de fazer coincidir o som com o significado.

Jefferson, conforme demonstram os seus rascunhos, revia e corrigia a escrita com grande cuidado, procurando sempre a palavra certa, a frase mais adequada, a transição mais harmoniosa. Não se aproximando da perfeição de um Flaubert, escritor francês que procurava sempre a *palavra certa*, Jefferson estava longe da friidez impessoal característica de muitos escritores. O seu estilo possuía algo de pessoal, de jeffersoniano na implicação das ideias, e na medida das palavras. Benjamin Franklin tinha o mesmo à vontade e simplicidade no manejo do vocabulário. Contudo, seria impossível a alguém, conhecedor dos escritos de Franklin, atribuir-lhe a Declaração da Independência.

Além das emendas efectuadas pelo próprio autor à versão original, antes de apresentá-la ao Congresso, o documento libertador americano caracterizou-se por uma nítida ausência de declamação, e foi visto como um exemplo claro de concisão. Rufus Choate, advogado americano de Massachusetts, referiu-se em 1856 à Declaração como “that passionate and eloquent manifesto, made up of glittering and sounding generalities of natural right.” Alguma eloquência podia ser atribuída à Declaração, devido principalmente à seriedade utilizada pelo seu autor na descrição dos factos. O

que seria menos atribuível a Jefferson e aos seus escritos era com certeza o vocábulo *paixão* que, ao contrário, existia com muita profusão nos textos de John Adams.

Lida superficialmente, a Declaração podia dar a ideia de um casamento de conveniência entre uma filosofia abstracta de governo e um conjunto de agravos políticos. Não era esse o caso, pois assistia-se a uma ideia simples norteadora de todo o documento, com o fim de produzir efeitos específicos. As denúncias dirigidas ao rei George III, ocupando um vasto espaço, não constituíam o tema fundamental. A finalidade primeira da obra prima de Jefferson, era convencer o mundo do direito legal e moral das colónias americanas a separarem-se da Grã-Bretanha. Seria uma tarefa quase impossível, caso esse mundo acreditasse na subordinação política das colónias ao governo britânico. Por esse motivo, Jefferson esforçou-se por retratar os colonos não como simples rebeldes, mas sim como um povo livre, possuidor de direitos inalienáveis face a um monarca usurpador. Por conseguinte, esse *mundo cândido* seria obrigado a reflectir sobre o porquê de uma tão longa submissão colonial americana.

A premissa principal da conclusão alcançada consistia no direito de qualquer *povo* organizar a sua própria governação. A premissa secundária definia os americanos como um *povo*, no sentido atribuído pela oração anterior. Ao estabelecerem-se no Novo Mundo, os habitantes dos territórios recentes exerceram os seus direitos naturais em relação à constituição de governos apropriados. Ao mesmo tempo, esses habitantes formaram voluntariamente uma união com os povos da Grã-Bretanha, jurando obediência a um soberano comum. Essa obediência podia cessar a qualquer momento, e esta era de certeza a ocasião adequada para tal, uma vez que os colonos se sentiam vítimas de um abuso de autoridade real sem precedentes.

Apesar de ocupar um lugar secundário na sua estrutura, a lista de afrontas contra o monarca inglês foi de extrema importância quanto aos efeitos que a Declaração

da Independência pretendeu alcançar. A forma e o conteúdo desses parágrafos constituíram uma das partes magistrais de todo o documento aprovado em Filadélfia, no ano de 1776. Talvez por estar a redigir algo de especial, Jefferson violou todas as regras da retórica, na relativa monotonia com que foram desferidos os ataques a George III. A opinião de Carl Becker é disso elucidativa:

These hard, incisive sentences are all the more effective as an indictment of the king because of the sharp contrast between them and the paragraphs, immediately preceding and following, in which Jefferson touches upon the sad state of the colonists. In these paragraphs there is something in the carefully chosen words, something in the falling cadence of the sentences, that conveys a mournful, almost a funereal, sense of evils apprehended and long forefended but now unhappily realized. (Becker, 1970: 206-207)

Não podia ser maior o contraste entre a agressividade atribuída a George III, e a submissão das suas vítimas, os colonos americanos. Um dos méritos literários da Declaração teve a ver exactamente com o papel dos colonos, representados como mártires, e a sofrerem ao mesmo tempo os ataques da tirania real.

Como já referido anteriormente, o Congresso efectuou mudanças, mais ou menos importantes, no articulado final do documento independentista de 1776. De entre essas acções as mais notórias foram: a reescrita do último parágrafo da Declaração, os cortes efectuados no penúltimo, e a supressão completa da derradeira acusação lançada por Jefferson ao rei inglês, a criminalização da escravatura. Caso figurasse no texto público definitivo, essa denúncia constaria do seguinte:

He was waged cruel war against human nature itself, violating its most sacred rights of life and liberty in the persons of a distant people who never offended him, captivating and carrying them into slavery in another hemisphere, or to incur miserable death in their transportation thither. This piratical warfare, the opprobrium of *infidel* powers, is the warfare of the *Christian* king of Great Britain. Determined to keep open a market where MEN should be bought and sold, he has prostituted his negative for suppressing every legislative attempt to prohibit or to restrain this execrable commerce; and that this assemblage of horrors might want no fact of distinguished die, he is now exciting these very people to rise in arms among us, and to purchase that liberty of which *he* deprived them, by murdering the people upon whom *he* also obtruded them; thus paying off former crimes committed against the *liberties* of one people, with crimes which he urges them to commit against the *lives* of another. (22)

O Congresso omitiu este último parágrafo na sua totalidade. Mais do que o conteúdo, a forma deste excerto espelhou bem o talento e os limites de Jefferson na qualidade de escritor. John Adams considerou esta uma das melhores partes da Declaração da Independência. Era notório o cuidado posto pelo autor no fraseado desta acusação ao monarca inglês. De qualquer maneira, mesmo admitindo a veracidade de todos os ataques à realeza, esta foi a parte em que Jefferson não conseguiu alcançar a excelência literária, ao contrário dos parágrafos anteriores, pois o autor estava a tentar algo que era recusado pelo seu temperamento. O segmento em questão pretendia ser o clímax de todas as acusações lançadas a George III. Ao imputar ao monarca os actos mais desumanos e a mais perversa das motivações, Jefferson contava com a adesão emocional e a indignação dos leitores, ao tomarem conhecimento de actos de tal magnitude. Todavia, depois do emprego de palavras carregadas de fortíssimas conotações, tais como *murder*, *piratical warfare*, *miserable death*, o efeito geral não

ultrapassou a calma e quietude tão características da escrita jeffersoniana. Numa das suas obras mais conhecidas, *Notes on the State of Virginia*, de 1781, o autor da Declaração expressou assim alguns dos sentimentos sobre este problema:

Indeed I tremble for my country when I reflect that God is just: that his justice cannot sleep for ever: that considering numbers, nature and natural means only, a revolution of the wheel of fortune, an exchange of situation, is among possible events: that it may become probable by supernatural interference! The Almighty has no attribute which can take side with us in such a contest.(...) I think a change already perceptible, since the origin of the present revolution. The spirit of the master is abating, that of the slave rising from the dust, his condition mollifying, the way I hope preparing, under the auspices of heaven, for a total emancipation, and that this is disposed, in the order of events, to be with the consent of the masters, rather than by their extirpation. (Jefferson *apud* Koch, 1944: 279)

Anos mais tarde, numa carta dirigida a Robert Walsh, Jefferson expressou a sua opinião quanto ao tema da escravatura:

Severe strictures on the conduct of the British King, in negating our repeated repeals of the law which permitted the importation of slaves, were disapproved by some southern gentlemen, whose reflections were not yet matured to the full abhorrence of their traffic. Although the offensive expressions were immediately yielded, these gentlemen continued their depredation on other parts of the instrument [...] I was not insensible to these mutilations. (Jefferson *apud* Gittleman, 1974: 251-252)

O apelo de Jefferson foi dirigido (como na exposição dos direitos constitucionais das colónias e nas denúncias da violação desses direitos pelo rei inglês)

mais ao espírito do que ao coração dos leitores da Declaração da Independência. Era neste campo, no apelo à consciência do leitor, que o futuro terceiro presidente americano se sentia mais à vontade, e para tal muito contribuía a elegância e elevamento de estilo da prosa jeffersoniana. Carl Becker, um dos maiores especialistas da Declaração da Independência, vê assim as diferenças literárias entre Jefferson e Franklin:

[...] yet it has, what is the next best thing, a quality which saves it from falling to the prosaic. It has elevation. I have said that Franklin had, equally with Jefferson, clarity, simplicity, precision, felicity. If Franklin had written the Declaration it would have had all of these qualities; but Franklin would have communicated to it something homely and intimate and confidential, some smell of homespun, some air of the tavern or the print shop. [...] These sentences [of the Declaration] may not be quite in the grand manner; but they have a high seriousness, a kind of lofty pathos which at least lift the Declaration to the level of a great occasion. These qualities Jefferson was able to communicate to his writing by virtue of possessing a nature exquisitely sensitive, and a mind finely tempered; they illustrate, in its subtler forms, what John Adams called his 'peculiar felicity of expression.' (Becker, 1970: 222-223)

Jefferson acabou por admitir que a autoria da Declaração lhe daria uma imortalidade certa, independentemente do que lhe viesse a suceder com as suas outras realizações. No entanto, era vulnerável ao argumento de ser ele um mero representante do comité redactor da Declaração. Tanto assim foi, que na sua autobiografia Jefferson garantiu ser o autor da Declaração, apresentando-a em toda a sua extensão como um segmento da sua vida. O leitor prevenido, ao comparar a versão original com a adoptada pelo Congresso, chegaria à conclusão de que esta obra, exceptuando alguns

detalhes mais ou menos importantes, era efectivamente da autoria de Jefferson. (cf. Ziff, 1991: 115)

A concluir o presente capítulo, será oportuno citar Robert Ferguson, que se referiu à Declaração como um documento jurídico utilizado para fins políticos:

The language and forms of legality carry the Declaration another step from the unseemliness of rebellion by associating legal action with “the Laws of Nature.” The same maneuver solidifies “the people” in the unifying symbol of “plaintiff” and lends formality, ceremony, and credibility to conflict. Time and again, form and content work together. As the balance of plaintiff against defendant in “mutual altercation” confirms the Declaration’s sweeping claim of “separate and equal station,” so the whole conceit of English courtroom pleading supports “the voice of justice and consanguinity” of American protest. (Ferguson *apud* Bercovitch, 1995: 475)

## CONCLUSÃO

Pretendeu dar-se neste trabalho, que optou por se situar entre a esfera dos estudos literários e a dos histórico-culturais, o devido realce às obras autobiográficas de Benjamin Franklin e de Thomas Jefferson, e ao seu contributo para a relevância destas figuras na gesta independentista americana. Em jeito de conclusão, é agora possível comparar alguns aspectos da personalidade destes dois fundadores da nação americana, e a sua importância no panorama literário e histórico da época em que viveram.

Apesar das suas semelhanças ideológicas, os dois autores escreveram memórias bastante diferentes uma da outra. Franklin (1706-1790) compôs a sua *Autobiografia* em quatro fases distintas, 1771, 1784, 1788 e 1789-90, e narrou a sua vida até 1758. A *Autobiografia* de Jefferson (1743-1826) foi escrita na primeira metade do ano de 1821, e incluiu a sua vida de 1743 a 1790. Ambos os escritores não incluíram a última fase das suas vidas nas respectivas Memórias, fase em que exerceram importantes cargos políticos de embaixadores e mesmo, no caso de Jefferson, o de presidente dos Estados Unidos.

Logicamente, aquando da composição das autobiografias os dois autores realçaram os aspectos das suas vidas que pensavam ser os mais importantes para a posteridade. Por exemplo, Franklin menciona a sua juventude em Boston, a ocupação de tipógrafo em Filadélfia e em Londres, e algumas passagens da época pré-revolucionária. Jefferson, por seu lado, ignora a sua juventude e adianta a narrativa até aos tempos revolucionários da década iniciada em 1770. Ambos os autores evitam fazer referências à vida familiar de cada um. Além do conteúdo, se há algo que diferencia

estas duas posturas autobiográficas é o que respeita ao carácter ficcional da descrição das suas vidas:

These two works encapsulate the conflict within the post-revolutionary American mind regarding fiction. Encoded in each autobiography is one of the two opposing views toward fiction just before and for many years after the founding of the United States. Contrasting Jefferson and Franklin is not simply a matter of tallying contrary features, but of illuminating the way domestic attitudes toward imagination and art were engrained in their autobiographies. (Hamelman, 2002: 126)

Embora os vocábulos *imaginação* e *ficção* não sejam sinónimos, há uma variedade de opiniões sobre a sua importância no estudo da autobiografia em termos gerais. Para James Cox, a autobiografia ocupa-se de experiências imaginárias inesquecíveis, situadas entre a história e a ficção narrativa, corroboradas por registos públicos e privados, devendo essa autobiografia ser classificada como *inchoate nonfictional prose*. O autor autobiográfico dispõe de liberdade de interpretação, no entanto este facto obriga o autor a enveredar por uma sequência de acontecimentos passados que exclui qualquer estatuto de ficção. (Cox, 1971: 254, 255)

Por outro lado, Spengemann e Lundquist argumentam que o autor autobiográfico, ao procurar reflectir um dos mitos da sua cultura (caso de Franklin) deve assumir uma de várias posturas: “He creates a fictive character who undergoes adventures drawn from the author’s memory and a narrative persona who reports these experiences and evaluates them according to their place in the cultural pattern.” (Spengemann, 1965: 502) Robert Sayre expressa também uma opinião interessante a este respeito: “Some autobiographers have helped create the national character and to

define the methods and purposes of the builders [...] Autobiographers are both the emulators and the emulated.” (Sayre *apud* Olney, 1980: 156)

Parece estar-se perante um paradoxo no que toca aos textos dos dois autores em apreço. A obra autobiográfica de Franklin, através dos poderes imaginativos do seu autor, perdura como um modelo para ser admirado por gerações posteriores. Ironicamente, o mesmo não acontece com Jefferson, cuja autobiografia (incluindo a totalidade da Declaração da Independência) é como que ignorada pela generalidade do público leitor a quem o autor tanto sacrificou. Enquanto a ficção jeffersoniana parece ter ficado perdida no tempo, há uma vitalidade por parte da ficção frankliniana, traduzida e estudada através do mundo inteiro. O texto de Jefferson preocupa-se em narrar o que aconteceu à nação americana, ao mesmo tempo que o de Franklin descreve o que aconteceu ao seu autor.

Os valores americanos representados por Franklin e Jefferson são de uma enorme importância. Franklin corporiza um misto de razão e de esforço individual que o guindou na ciência, nos negócios e na política. O motivo que perpassa toda a sua obra autobiográfica prende-se com um aspecto essencial do carácter republicano. Franklin transforma-se num arquétipo, ao evoluir desde um aprendiz notável até ao *self made man* que ele foi, um génio científico, político, moral e económico.

Jefferson, por sua vez, representa a estirpe aristocrática liberal própria do credo republicano, que serviu de alicerce à nova nação americana. Ele abre a sua *Autobiografia* expressando a intenção de recolher apenas algumas datas e factos da sua vida, para uma melhor referência e informação à sua família. Há uma diferença considerável em relação aos objectivos expressos por Franklin no início da sua obra: satisfazer a curiosidade do filho de quarenta anos, recordar-se da vida, gratificar a sua vaidade e, mais que tudo, descrever uma vida feliz e como conseguira tal. No sentido

de reforçar este último propósito, Franklin insere entre a primeira e a segunda parte da sua obra as cartas de Abel James e de Benjamin Vaughan, que o incitam a levar a bom termo o seu trabalho, de grande importância para a juventude americana.

Na sua *Autobiografia*, Jefferson adota a pose aristocrática de uma certa vaidade e, sob o pretexto de preservar factos para a sua família, compõe memórias desprovidas de qualquer privacidade. Estamos perante uma situação paradoxal no que toca ao carácter público e privado das autobiografias dos dois maiores vultos da independência americana:

Privacy is taken to a point of self-effacement and thus nothing private is shared in his self-portrait. For one so public Jefferson seems exceptionally hermitic. Readers eager for personal information must settle for autobiographical facts that any good history book could provide. Jefferson's life story is so utterly a public statement that it is, paradoxically, an exercise in jealously guarded privacy. Franklin, initially addressing the needs of his family, touches upon universal truths in his exemplary individualism and consequently achieves public relevance through what starts as a private correspondence. (Hamelman, 2002: 128-129)

Além de autores de grande valor literário, Franklin e Jefferson foram também dos maiores representantes americanos do Iluminismo, tendo o pensamento liberal e humanista dos séculos XVII e XVIII modelado a sua visão do mundo. Historiadores como Dumas Malone, Carl Becker e Merrill Peterson atribuíram igual mérito aos dois estadistas, o que dificulta ainda mais o nosso intuito de tentar perceber o que uniu e também o que diferenciou estes pais fundadores no que se refere aos seus ideais filosóficos e de consciência nacional.

No campo da liberdade religiosa, Franklin e Jefferson assumiram uma posição firme na defesa do pluralismo religioso. Em 1776, Franklin teve um papel decisivo na aprovação pela assembleia constitucional da Pensilvânia de uma declaração em tal sentido, e no mesmo ano Jefferson propôs na Virgínia legislação conducente a uma completa liberdade de opinião religiosa. Uma década depois, a Câmara dos Deputados dessa colônia promulgava o *Bill for Establishing Religious Freedom* que tantos debates custara a Jefferson.

Os dois homens encaravam a religião como algo livre de fanatismo e de superstição. A *Autobiografia* de Franklin é fértil em exemplos de adesão ao deísmo por parte do seu autor, embora este tenha evoluído de uma visão radical para uma mais convencional em termos religiosos. Jefferson também adoptou princípios deístas na sua juventude, mas com a idade tornou-se mais conservador e ingressou na igreja Unitária Cristã.

A liberdade de consciência era algo absoluto para Jefferson, que chegou a jurar hostilidade eterna contra qualquer forma de tirania sobre o espírito humano, principalmente tirania de ordem religiosa. Franklin não deixou de falar sobre liberdade de pensamento, embora o tivesse feito menos apaixonadamente do que o seu contemporâneo.

Além do primado da razão, outro aspecto importante do Iluminismo foi o interesse pelo progresso, moral e material. Franklin dedicou-se de alma e coração a invenções e a todos os meios que satisfizessem a sua paixão pelos melhoramentos a nível do quotidiano. O sábio de Monticello também foi um adepto do progresso em todos os campos, especialmente os que melhorassem os aspectos físicos e intelectuais da vida humana.

A ideia de que a espécie humana tinha direito ao desfrute da felicidade, presente na Declaração da Independência, foi uma doutrina revolucionária para a época, uma vez que colocava num nível mais elevado a ambição, já presente em David Hume, Adam Smith e Locke, de *pursuit of commerce*. Este preceito, inscrito por Jefferson, afastou-se de certa maneira da visão cristã tradicional que impedia a felicidade humana na vida terrena. Neste domínio, Franklin comungava de um certo realismo, por vezes até pessimismo, em relação à natureza humana.

Os dois patriotas americanos estavam interessados em eliminar obstáculos económicos que travassem o progresso, demonstrando ambos apego a um ideal fisiocrático. Na legislatura da Virgínia, Jefferson lutou pelo fim do privilégio aristocrático da riqueza herdada. Franklin, um dos primeiros economistas americanos, não foi menos activo ao subscrever os princípios da economia clássica de Adam Smith.

A educação foi um ideal básico do Iluminismo, tendo Jefferson e Franklin acreditado numa instrução geral que proporcionasse à população os fundamentos das virtudes republicanas. Franklin insistiu na educação como móbil do avanço económico das massas, ao passo que Jefferson foi adepto de uma educação de cariz clássico. Como prova do afirmado, estes dois homens fundaram instituições de ensino nas suas respectivas colónias. A Academia fundada por Franklin, em Filadélfia, tornou-se mais tarde na Universidade da Pensilvânia. Jefferson foi o pai da Universidade da Virgínia, e pugnou durante quarenta anos pela aprovação de uma lei favorável ao ensino público.

Outro dos aspectos mais relevantes do movimento iluminista foi a investigação científica, terreno em que tanto Franklin como Jefferson mostraram ser pioneiros. As novas descobertas efectuadas pelo primeiro contribuíram para o progresso da espécie humana e, além de no domínio da electricidade, ocorreram nas áreas da oceanografia, meteorologia, física e medicina. Jefferson, por sua vez, dedicou-se à

investigação das ciências na qualidade de amador, nunca pretendendo ser um especialista, e os estudos efectuados recaíram prioritariamente na electricidade, na história natural e na agricultura.

No campo da construção nacional, Franklin como que representa tudo aquilo que a América devia ser, sendo um patriota que salvou as colónias do jugo imperial britânico, um homem de negócios bem sucedido e um servidor público geralmente desinteressado. A sua *Autobiografia* é exemplo de uma das mais bem conseguidas campanhas de *image building* na história social e política americana. É certo que a imagem legada por Franklin dependeu dos valores prevalecentes em cada uma das gerações que o admirava, sendo classificado desde *primeiro americano* até *fundador do capitalismo* nos Estados Unidos. O amálgama de patriotismo e de inteligência prática, presentes na maioria das acções de Franklin, era algo que agradava ao comum dos americanos, pois reflectia o ideal democrático de subida na vida através do talento e da iniciativa.

Com a chegada do século XIX, a ideologia romântica e idealista modelou Franklin à sua imagem. O patriota de Filadélfia foi visto menos como o arquétipo das liberdades democráticas e dos avanços científicos, e mais como o mentor do sucesso material, especialmente devido à obra *The Way to Wealth*. Robert Spiller sintetizou assim esta mudança na apreciação da obra autobiográfica de Franklin:

The Autobiography has suffered too, like other of Franklin's writings, by the refractions of romantic naturalism. By nineteenth century standards, the egocentricity of it is naïve; the ideals it expresses, materialistic and opportunistic; the style bare and utilitarian. Yet it has never once ceased to be accepted as required reading for the literate American even though it has been laughed at almost as much as it has been praised. (Spiller, 1956: 39)

Contudo, no fim do século XIX, a reputação de Franklin recuperou o terreno perdido e a sua popularidade apenas foi ultrapassada pela de Lincoln. Esmond Wright, um dos biógrafos de Franklin na actualidade, classificou o *father of all yankees* como o mais moderno dos pais fundadores americanos:

Of the fathers of his country, Franklin, whatever the years might have done to his reputation, was at once the most American and yet the most cosmopolitan, the most prescient for the future, the new man. The printer had made himself the first specimen Yankee. In his almanac and by his career he preached the American faith: reliance on oneself and on one's neighbors. Like Jefferson he saw no limits to the capacity of free men as citizens, as workers, or as liberal inquirers after truth in many fields. Like Jefferson again, he was a deist. [...] Franklin's faith in political freedom was linked to a faith in economic freedom, and to a faith in scientific freedom too. He ranged widely and he ranged easily; there is no sense of superiority, rather the reverse, but there is certainly an effortlessness that comes not from Balliol or Boston but from a confidence in the capacity of what he called the "middling people." Franklin learned by reading and by observation, and what he learned he sought to apply. The test was empirical, and the tests were endless. Human, gregarious, wordly, and accommodating, with the lips ever half-smiling, unpompous, inquiring yet unspeculative, restless yet equable in temper, a preacher of moralities who honored them as much in the breach as in the observance, a counsellor of prudence who was always ready to take a chance, a plain man who liked the graces and the comforts of life, a master of slogans who never deceived himself by them, skeptic and idealist and lover of children, he has left his mark conspicuously on the American character. (Wright, 1986: 359)

Por seu lado, Jefferson é considerado o escritor da Revolução Americana, sendo a sua *Autobiografia* e a Declaração da Independência duas das mais importantes obras, bem como o apóstolo da liberdade individual e da dignidade humana. Ao contrário de Franklin, este apóstolo da liberdade e da dignidade humanas identifica-se principalmente com as aspirações e os ideais mais elevados da nação americana. À semelhança de Franklin, a reputação de Jefferson voga ao sabor das batalhas travadas entre detractores e defensores. A personalidade do autor da Declaração da Independência é também mais complexa e reservada, não isenta de paradoxos.

Após a Guerra Civil Americana, a popularidade de Jefferson decaiu, em parte devido ao seu nome se encontrar associado aos direitos dos estados. No entanto, no dealbar do século XX, dois autores (Jackson Turner e Charles Beard) repõem a respeitabilidade dos princípios jeffersonianos, tendo o sábio de Monticello alcançado, com o fim da Segunda Guerra Mundial, uma fama nunca vista desde o momento da sua morte. Franklin Delano Roosevelt, o artífice do New Deal, viu no filósofo da democracia o seu herói político. O espírito liberal de Jefferson, a sua personalidade multifacetada e a sua cultura ajudaram a recolocar o patriota americano no lugar que lhe era devido, o de apóstolo da consciência nacional dos Estados Unidos. A vitória democrática face aos totalitarismos do século XX foi vista assim por Douglas Adair:

It was Adolf Hitler and the terrifying growth of Nazi power that added the last few cubits to Jefferson's new stature. As Americans after 1938 came rapidly to understand the threat of fascism, Jefferson's figure was raised entirely above all partizan struggles of domestic politics. The whole pattern of democratic rights, the whole scheme of democratic values with which his name was associated took on fresh and dramatic meaning as European democracy recoiled before the advance of the dictators. And so when America

engaged in the war in 1941 there could be no question of the Virginian's place in our hierarchy of saints. As we once again risked "our lives, our fortunes and our sacred honor" in battle, Thomas Jefferson memory was a living force to give us faith, to set our goal, and to strengthen our courage. (Adair, 1946: 129)

Cerca de dois séculos volvidos sobre a morte de ambos, Franklin e Jefferson conservam a relevância que lhes é devida como intervenientes na construção de um novo país. Aspectos significativos do carácter americano são corporizados por estes dois heróis da independência. Pode dizer-se que o engenho de Franklin, o seu esforço e diligência representam o modo de ser do próprio povo americano. Por outro lado, o idealismo democrático e a visão profética de Jefferson reflectem-se nas aspirações mais nobres desse mesmo povo. Há como que uma complementaridade entre estas duas figuras, Franklin representando o ser americano na actualidade, e Jefferson representando o futuro desejado pela nação americana. E para esta relevância e para a compreensão do modo como desejaram e pensaram a sua relação com a posteridade, muito terão contribuído os textos autobiográficos que escreveram, razão pela qual neste trabalho se tentou dar-lhes o relevo devido.

Um ponto de partida interessante para trabalhos futuros relacionados com esta temática, seria analisar a possivelmente crescente importância das ideias de Franklin e de Jefferson nos dias que vivemos neste nosso século XXI. É evidente que a democracia praticada na segunda metade do século XVIII não é a mesma dos tempos actuais. A situação do estado-nação actual também é muito diferente do da época oitocentista. Talvez mais importante ainda, o mundo circundante dos Estados Unidos, no século XXI, não tem paralelo com o mundo que assistiu à emergência da nação americana. Seria pois interessante, em trabalhos posteriores, indagar sobre outros

elementos de estudo deste tema, que reúne uma série de vertentes ainda inexploradas entre nós, e que, por conseguinte, poderiam ser trabalhadas dentro da área de Estudos Americanos, tanto no campo da literatura como no da história.

## BIBLIOGRAFIA PRIMÁRIA

- Franklin, Benjamin, 1952, *Benjamin Franklin: The Autobiography and Selections from his other Writings*, ed. Herbert H. Schneider, New York, NY: Liberal Arts Press.
- \_\_\_\_\_, 1986, *Benjamin Franklin's Autobiography*, eds. Leo Lemay e P. M. Zall, New York, NY: W. W. Norton & Comp.
- \_\_\_\_\_, 1987, *Writings, 1706-1790*, ed. L. Lemay, New York, NY: The Library of America.
- \_\_\_\_\_, 1990, *The Autobiography*, New York, NY: Vintage Books.
- Jefferson, Thomas, 1956, *The Political Writings of Thomas Jefferson*, ed. E. Dumbauld, New York, NY: Liberal Arts Press.
- \_\_\_\_\_, 1984, *Writings*, ed. Merrill D. Peterson, New York, NY: The Library of America.
- Koch, Adrienne e William Peden, eds., 1944, *The Life and Selected Writings of Thomas Jefferson*, New York, NY: The Modern Library.
- Laboulaye, Édouard, 1866, *Correspondance de Benjamin Franklin*, Paris: Librairie de l'Hachette et Co.

## BIBLIOGRAFIA SECUNDÁRIA

- Adair, Douglass, “The New Thomas Jefferson”, *William and Mary Quarterly* 3<sup>rd</sup> Series 3 (January 1946): 123-133.
- Aldridge, Alfred O., 1965, *Benjamin Franklin: Philosopher and Man*, Philadelphia, PA: J. B. Lippincott Comp.
- Appleby, Joyce, “Jeferson and His Complex Legacy” in Peter Onuf, ed., 1993, *Jeffersonian Legacies*.
- Appleby, Joyce e Arthur Schlesinger, ed., 2003, *Thomas Jefferson: the 3<sup>rd</sup> President, 1801-1809*, New York, NY: Times Books
- Bailyn, Bernard, 1992, *The Ideological Origins of the American Revolution*, Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard U Press.
- Banes, Ruth, “The Exemplary Self: Autobiography in Eighteenth-Century America”, *Biography: An Interdisciplinary Quarterly* 5 (1982): 226-39.
- Barbour, James e Tom Quirk, eds., 1990, *Writing the American Classics*, Chapel Hill, NC: U of North Carolina Press.
- Barnouw, Jeffrey, “The Pursuit of Happiness in Jefferson and its Background in Bacon and Hobbes”, *Interpretation: A Journal of Political Philosophy* 11 (1983): 225-248.
- Becker , Carl, 1960, *The Heavenly City of the Eighteenth-Century Philosophers*, New Haven, CT: Yale U Press.
- \_\_\_\_\_, 1970, *The Declaration of Independence: A Study in the Memory of Political Ideas*, New York, NY: Vintage Books .
- Bedford, Ronald, Lloyd Davis e Philippa Kelly, eds., 2009, *Early Modern Autobiography: Theories, Genres, Practices*, Ann Arbor, MI: U of Michigan Press.
- Bell, Barry, “Reading and ‘Misreading’ the Declaration of Independence”, *Early American Literature* 18 (1983): 71-83
- Beloff, Max, 1948, *Thomas Jefferson and American Democracy*, New York, NY: Collier Books.
- Bercovitch, Sacvan, 1975, *The Puritan Origins of the American Self*, New Haven, CT: Yale U Press.

- \_\_\_\_\_, "The Ritual of American Autobiography", *Revue Française d'Études Américaines* 7 (1982): 139-50.
- \_\_\_\_\_, ed., 1995, *The Cambridge History of American Literature*, Vol. 1, Cambridge, MA: Cambridge U Press.
- Berns, Walter, "The New Pursuit of Happiness", *Public Interest* 86 (1987): 65-76.
- Bernstein, R. B., 2005, *Thomas Jefferson*, New York, NY: Oxford U Press.
- Beveridge, Albert J., "Sources of the Declaration of Independence", *Pennsylvania Magazine of History and Biography* 50 (1926): 289-315.
- Blake, David, "'Posterity Must Judge': Private and Public Discourse in the Adams-Jefferson Letters", *Arizona Quarterly: A Journal of American Literature, Culture and Theory* 50 (Winter 1994): 1-30
- Blinderman, Charles S., "Thomas Jefferson: Humanist", *Humanist* 20 (1960): 203-211
- Bober, Nathalie, 2008, *Thomas Jefferson: Draftsman of a Nation*, Charlottesville, VA: U of Virginia Press.
- Boorstin, Daniel, J., 1958, *The Americans: The Colonial Experience*, New York, NY: Vintage Books.
- Boyd, Julian, "Thomas Jefferson Survives", *American Scholar* 20 (1951): 163-173.
- \_\_\_\_\_, "Jefferson's Expression of the American Mind", *Virginia Quarterly Review* 50 (Autumn 1974): 538-562.
- Brands, H. W., 2000, *The First American: The Life and Times of Benjamin Franklin*, New York, NY: Doubleday.
- Brandt, Anthony, ed., 2006, *Thomas Jefferson Travels: Selected Writings, 1784-1789*, New York, NY: Random House.
- Brodie, Fawn M., 1975, *Thomas Jefferson: An Intimate History*, New York, NY: W W Norton and Comp.
- Brown, Stuart G., "The Mind of Thomas Jefferson", *Ethics* 73 (1963): 79-99.
- Buckley, Jerome H., 1984, *The Turning Key: Autobiography and the Subjective Impulse since 1800*, Cambridge, MA: Harvard U Press.

- Bushman, Richard L., “On the Uses of Psychology: Conflict and Conciliation in Benjamin Franklin”, *History and Theory* V (1966): 229-239.
- Carroll, P. N., e D. W. Noble, 1985, *The Free and the Unfree: A New History of the United States*, New York, NY: Penguin Books.
- Cawelti, John, “Who Named Franklin’s Autobiography?”, *American Notes & Queries* 8 (1995): 17-20.
- Chaves, Joseph, “Polite Mentors and Franklin’s ‘Exquisite Pleasure’: Sociability, Prophylaxis, and Dependence in the Autobiography”, *Early American Literature* 42:3 (2007): 555-571.
- Chinard, Gilbert, 1960, *Thomas Jefferson: The Apostle of Americanism*, Ann Arbor, MI: U of Michigan Press.
- Church, Richard, “The Art of Autobiography”, *Cornhill Magazine* 1026 (Winter 1960/61): 469-480.
- Cid, Teresa, 1999, “The Life and Times of a Poor Richard That Made Good”, *Actas do XX Encontro da Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos*, Póvoa de Varzim, 71-77.
- Commager, Henry S., 1977, *The Empire of Reason: How Europe Imagined and America Realized the Enlightenment*, Garden City, NY: Anchor Press.
- Corns, Thomas, 1998, *John Milton: The Prose Works*, Ann Arbor, MI: Twayne Publishers, U of Michigan.
- Couser, Thomas, 1979, *American Autobiography: The Prophetic Mode*, Amherst, MA: U of Massachusetts Press.
- Couser, Thomas e Joseph Fichtelberg, eds., 1998, *True Relations: Essays on Autobiography and the Postmodern*, Westport, CT: Greenwood Press.
- Cox, James, “Autobiography and America”, *Virginia Quarterly Review* 47:2 (1971): 252-77.
- \_\_\_\_\_, “Jefferson’s *Autobiography*: Recovering Literature’s Lost Ground”, *The Southern Review* 14:4 (1978): 633-652.
- Crane, Verner W., 1954, *Benjamin Franklin and a Rising People*, Boston, MA: Little, Brown & Comp.
- Crawford, Alan, 2008, *Twilight at Monticello: the Final Years of Thomas Jefferson*, New York, NY: Random House.
- Cunliffe, Marcus, “Thomas Jefferson and the Dangers of the Past”, *Wilson Quarterly* (Winter 1982): 96-107.

- \_\_\_\_\_, 1986, *The Literature of the United States*, New York, NY: Penguin Books.
- Dawson, Hugh J, "Franklin's 'Memoirs' in 1784: The Design of the Autobiography, Parts I and II", *Early American Literature* 12 (Winter 1978): 286-293.
- Delany, Paul, 1969, *British Autobiography in the Seventeenth Century*, London: Routledge & Kegan Paul.
- Demille, Oliver Van, 2006, *A Thomas Jefferson Education: Teaching a Generation of Leaders for the 21<sup>st</sup> Century*, Cedar City, UT: George Wythe College Press.
- Derrida, Jacques, "Declarations of Independence", *New Political Science* 15 (1986): 7-15.
- Donovan, Frank, 1968, *Mr. Jefferson's Declaration*, New York, NY: Dodd, Mead and Comp.
- Doren, Carl Van, 1956, *Benjamin Franklin*, New York, NY: Viking Press.
- Dray, Philip, 2005, *Stealing God's Thunder: Benjamin Franklin's Lightning Rod and the Invention of America*, New York, NY: Random House.
- Dreisbach, Daniel, "Micah 6:8 in the Literature of the American Founding Era: A Note on Religion and Rhetoric", *Rhetoric & Public Affairs* 12:1 (Spring 2009): 91-105.
- Eakin, Paul John, 1992, *Touching the World: Reference in Autobiography*, Princeton, NJ: Princeton U Press.
- Edwards, Jonathan, 1962, *Jonathan Edwards: Representative Selections*, ed. Clarece H. Faust, New York, NY: Hill and Wang.
- Ellis, Joseph, 2002, *Founding Brothers: The Revolutionary Generation*, New York, NY: Alfred Knopf.
- Faulkner, Robert, "Spreading Progress: Jefferson's Mix of Science and Liberty", *Good Society* 17:1 (2008): 26-32.
- Ferguson, Robert, "Finding the Revolution" in Sacvan Bercovitch, ed., 1995, *The Cambridge History of American Literature*.
- Fichtelberg, Joseph, "The Complex Image: Text and Reader in the Autobiography of Benjamin Franklin", *Early American Literature* 23 (1988): 202-215.

- Fiering, Norman S., “Benjamin Franklin and the Way to Virtue”, *American Quarterly* XXX (Summer 1978): 199-223.
- Foner, Eric, 1977, *Tom Paine and Revolutionary America*, New York, NY: Oxford U Press.
- Friedensohn, Doris, 1987, “What’s in it for Women: Re-reading Franklin’s “Autobiography” in the 1980’s”, *Actas do VII Encontro da Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos*, Coimbra, 111-118.
- Fruchtman Jr., Jack, 2007, *Atlantic Cousins: Benjamin Franklin and His Visionary Friends*, Jackson, TN: Perseus Books Group.
- Frye, Northrop, 1973, *Anatomy of Criticism*, Princeton, NJ: Princeton U Press.
- Furtwangler, Albert, 1987, *American Silhouettes: Rhetorical Identities of the Founders*, New Haven, CT: Yale U Press.
- Ganter, Herbert L., “Jefferson’s ‘Pursuit of Happiness’ and Some Forgotten Men”, *William and Mary Quarterly* 16:3 (July 1936): 422-434.
- Gastel, Ada Van, “Franklin and Freud: Love in the Autobiography”, *Early American Literature* 25 (1990): 168-182.
- Giles, Paul, “Antipodean American Literature: Franklin, Twain, and the Sphere of Subalternity”, *American Literary History* 20:1-2 (Spring/Summer 2008): 22-50.
- Gittleman, Edwin, “Jefferson’s ‘Slave Narrative’: The Declaration of Independence as a Literary Text”, *Early American Literature* 8 (1974): 239-256.
- Green, James e Peter Stallybrass, 2006, *Benjamin Franklin – Writer and Printer*, Oak Knoll, DE: Oak Knoll Press.
- Greenstein, Fred, “Presidential Difference in the Early Republic: The Highly Disparate Leadership Styles of Washington, Adams and Jefferson”, *Presidential Studies Quarterly* 36 (2006): 373-390.
- Griswold, A. W., “Three Puritans on Prosperity”, *New England Quarterly* vol. VII (September 1934): 475-488.
- Grizans, Mary A., “Identification in Autobiography”, *Genre*, vol. XXIV, 3 (Fall 1991): 297-308.
- Gudmundsdóttir, Gunnthórunn, 2003, *Borderlines: Autobiography and Fiction in Postmodern Life Writing*, Amsterdam: Editions Rodopi.
- Hamelman, Steven, “Autobiography and Archive: Franklin, Jefferson, and the Revised Self”, *Midwest Quarterly* 43:2 (Winter 2002): 125-142.

- Hamowy, Ronald, "Jefferson and the Scottish Enlightenment", *William and Mary Quarterly* 36 (October 1979): 503-523. 1
- \_\_\_\_\_, 2007, *Thomas Jefferson*, Des Moines, IA: National Geographic Society.
- Hayes, Kevin, 2008, *The Road to Monticello: The Life and Mind of Thomas Jefferson*, New York, NY: Oxford U Press.
- Hofstadter, Richard, 1973a, *America at 1750: A Social Portrait*, New York, NY: Vintage Books.
- \_\_\_\_\_, ed., 1958, *Great Issues in American History: From the Revolution to the Civil War, 1765-1865*, New York, NY: Vintage Book.
- Horton, Rod W., e Edwards, Herbert W., 1974, *Backgrounds of American Literary Thought*, Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, Inc.
- Houston, Alan, 2008, *Benjamin Franklin and the Politics of Improvement*, New Haven, CT: Yale U Press.
- Imbarrato, Susan C., 1998, *Declarations of Independency in Eighteenth-Century American Autobiography*, Knoxville, TN: U of Tennessee Press.
- Kaplan, Lawrence S., "Jefferson and the Constitution: The View from Paris, 1786-1789", *Diplomatic History* 11 (Fall 1987): 321-335.
- Kazanjian, David, 2003, *The Colonizing Trick: National Culture and Imperial Citizenship in Early America*, Minneapolis, MN: U of Minnesota Press.
- Kushen, Betty, "Three Earliest Published Lives of Benjamin Franklin, 1790:93: the Autobiography and Its Continuations", *Early American Literature* 9 (1999): 39-53.
- Lawrence, D. H., 1961, *Studies in Classic American Literature*, New York, NY: Penguin Books.
- Leibowitz, Herbert, 1989, *Fabricating Lives: Explorations in American Autobiography*, New York, NY: Knopf.
- Lejeune, Philippe, 1975, *Le Pacte Autobiographique*, Paris: Editions du Seuil.
- Lemay, Leo J. A., 2005, *The Life of Benjamin Franklin, Volume I: Journalist, 1706-1730*, Philadelphia, PA: U of Pennsylvania Press.
- \_\_\_\_\_, "Franklin and the Autobiography: An Essay on Recent Scholarship", *Eighteenth-Century Studies* 1 (Winter 1967): 185-211.

- \_\_\_\_\_, 1989, *An Early American Reader*, Washington, DC: United States Information Agency
- Levin, David, "The Autobiography of Benjamin Franklin: The Puritan Experimenter in Life and Art", *Yale Review* 53:2 (December 1963): 258-75.
- Locke, John, 1690, "The Second Treatise of Government" in Peter Laslett, ed., 1965, *Two Treatises of Government*, New York, NY: Mentor Books, New American Library.
- Lokken, Roy N., ed., 1981, *Meet Dr. Franklin*, Philadelphia, PA: Franklin Institute Press.
- Lovejoy, David S., "'Rights Imply Equality': The Case Against Jurisdiction in America, 1764-1776", *William and Mary Quarterly* 16:4 (October 1959): 459-484.
- Luebke, Fred C., "The Origins of Thomas Jefferson's Anti-Clericalism", *Church History* 32 (September 1963): 344-356
- Lynn, Kenneth, S., "Falsifying Jefferson", *Commentary* 66 (October 1978): 66-71.
- Malone, Dumas e Merrill Peterson, 2001, *Thomas Jefferson: a Brief Biography*, Washington, DC: Thomas Jefferson Memorial.
- Man, Paul de, 1984, *The Rhetoric of Romanticism*, New York, NY: Columbia U Press.
- Mandel, Barrett J., "The Autobiographer's Art", *Journal of Aesthetics and Art Criticism* 27:2 (1968): 215-26.
- Marques, Viriato S., 2008, *O Regresso da América. Que Futuro depois do Império?*, Lisboa: Esfera do Caos Editores.
- \_\_\_\_\_, (trad.) 2003, *O Federalista*, de Hamilton, Madison e Jay, Lisboa: Edições Colibri.
- \_\_\_\_\_, 2002, *A Revolução Federal: Filosofia, Política e Debate Constitucional na Fundação dos Estados Unidos*, Lisboa: Edições Colibri.
- \_\_\_\_\_, 1996, *A Era da Cidadania: de Maquiavel a Jefferson*, Lisboa: Europa-América.
- Mather, Increase, "The Autobiography of Increase Mather" ed. M. G. Hall, *Proceedings of the American Antiquarian Society* 71:2 (1961): 271-360.
- May, Georges, 1984, *L'Autobiographie*, Paris: Presses Universitaires de France.

- May, Henry F., 1976, *The Enlightenment in America*, New York, NY: Oxford U Press.
- McCullough, David, 2005, *1776*, New York, NY: Simon & Schuster.
- McDowell, Gary L., e Sharon L. Noble, 1997, *Reason and Republicanism: Thomas Jefferson's Legacy of Liberty*, Lanham, MD: Rowman and Littlefield.
- Meireles, Maria de Fátima, 1994, “Entre Dois Universos Culturais: o Conceito de Identidade no Discurso Autobiográfico de Laurinda de Andrade”, Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 155-166.
- \_\_\_\_\_, 1998, “Vozes Autobiográficas Luso-Americanas: Mitos e Confrontos de Dois Universos Culturais”, *Revista do Centro de Estudos Americanos*, Lisboa: Universidade Aberta.
- Merriam, Charles E., 1936, *A History of American Political Theories*, New York, NY: Macmillan Comp.
- Meyer, D. H., “The Uniqueness of the American Enlightenment”, *American Quarterly* 28 (1976): 165-186.
- Miller, Charles A., 1993, *Jefferson and Nature: An Interpretation*, Baltimore, MD: The Johns Hopkins U Press.
- Miller, John C., 1962, *Origins of the American Revolution*, Stanford, CA: Stanford U Press.
- Miller, Perry, ed., 1967, *The Great Awakening: Documents Illustrating the Crisis and Its Consequences*, New York, NY: Bobbs-Merrill.
- Miller, Perry, ed., 1982, *The American Puritans: Their Prose and Poetry*, New York, NY: Columbia U Press.
- Miralles, Aparisi, Maria Angeles, “La Declaracion de Independencia Americana de 1776 y los Derechos del Hombre”, *Revista de Estudios Políticos (Espana)* 70 (1990): 209-223.
- Morgan, David, “Benjamin Franklin: Champion of Generic Religion”, *The Historian* 62 (2000): 723-29.
- Morgan, Edmund S., 1958, *The Puritan Dilemma: The Story of John Winthrop*, Boston, MA: Little, Brown and Comp.
- \_\_\_\_\_, 1992, *The Birth of the Republic, 1763-89*, Chicago, IL: U of Chicago Press.

- Mullin Joseph, 1993, “The Jefferson of Henry Adams”, *Actas do XIV Encontro da Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos*, Coimbra, 277-288.
- Oberg, Barbara, “A New Republican Order, Letter by Letter”, *Journal of the Early Republic* 25:1 (Spring 2005): 1-20.
- Olney, James, 1972, *Metaphors of Self: the Meaning of Autobiography*, Princeton, NJ: Princeton U Press.
- \_\_\_\_\_, ed., 1980, *Autobiography: Essays Theoretical and Critical*, Princeton, NJ: Princeton U Press.
- Olson, Alison G., “The British Government and Colonial Union” *William and Mary Quarterly* 17 (January 1960): 22-35.
- Onuf, Peter S., ed., 1993a, *Jeffersonian Legacies*, Charlottesville, VA: U Press of Virginia.
- \_\_\_\_\_, “The Scholars’ Jefferson”, *William and Mary Quarterly* 50 (October 1993b): 671-699.
- \_\_\_\_\_, “‘To Declare Them a Free and Independent People’: Race, Slavery, and National Identity in Jefferson’s Thought”, *Journal of the Early Republic* 18 (Spring 1998): 1-46
- Paine, Thomas, 1944, *Thomas Paine: Representative Selections*, New York, NY: American Book Company.
- \_\_\_\_\_, 1995, *Thomas Paine: Collected Writings*, New York, NY: The Library of America
- Pais, Maria Alice, 2001, “Valores Americanos: Continuidade e Mudança”, Dissertação de Mestrado, Lisboa: Universidade Aberta.
- Pascal, Roy, 1960, *Design and Truth in Autobiography*, Cambridge, MA: Harvard U Press.
- Patterson, Caleb P., 1953, *The Constitutional Principles of Thomas Jefferson*, Austin, TX: U of Texas Press.
- Patterson, Mark R., 1988, *Authority, Autonomy, and Representation in American Literature, 1776-1865*, Princeton, NJ: Princeton U Press.
- Persons, Stow, “The Cyclical Theory of History in 18<sup>th</sup> Century America”, *American Quarterly* VI (1954): 147-163.
- Peterson, Merrill D., 1978, *Adams and Jefferson: A Revolutionary Dialogue*, New York, NY: Oxford U Press.

- \_\_\_\_\_, ed., 1977, *The Portable Thomas Jefferson*, New York, NY: Viking Press.
- Popkin, Jeremy D., 2005, *History, Historians & Autobiography*, Chicago, IL: U of Chicago Press.
- Quinn, Arthur H., 1951, *The Literature of the American People*, New York, NY: Appleton-Century Crofts, Inc.
- Renker, Elizabeth, “‘Declaration-Men’ and the Rhetoric of Self-Presentation”, *Early American Literature* 24:2 (1989): 120-34.
- Risjord, Norman K., 1973, *Forging the American Republic, 1760-1815*, Reading, MA: Addison-Wesley Pub. Comp.
- Ritz, Wilfred, “From the Here of Jefferson’s Handwritten Rough Draft of the Declaration to the There of the Printed Dunlap Broadside”, *Pennsylvania Magazine of History and Biography* 116:4 (October 1992): 499-511.
- Rocha, Clara C., 1992, *Máscaras de Narciso: Estudos sobre a Literatura Autobiográfica em Portugal*, Coimbra: Livraria Almedina.
- Sanford, Charles L., ed., 1967, *Benjamin Franklin and the American Character*, Boston, MA: D. C. Heath and Comp.
- Santos, Isabel Pedro dos, 1998, “Presumptuous Thing! As Mulheres e a Autobiografia na Literatura Inglesa”, Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra.
- \_\_\_\_\_, 1994, “Autobiografia – a Autocanonização do Sujeito”, in *O Cânone nos Estudos Anglo-Americanos*. Coord. Isabel Caldeira. Coimbra: Minerva, 125-135.
- Santos, Maria Hermengarda, 2003, “A Segunda Emenda à Constituição Americana”, Dissertação de Mestrado, Lisboa: Universidade Aberta.
- Sayre, Robert F., “The Proper Study – Autobiographies in American Studies”, *American Quarterly* 29 (1977): 241-262.
- Sayre, Robert F., 1994, *American Lives: An Anthology of Autobiographical Writing*, Madison, WI: U of Wisconsin Press.
- Scherr, Arthur, “Thomas Jefferson’s Nationalist Vision of New England and the War of 1812” *The Historian* 69 (2007): 1-35.
- Shapiro, Stephen A., “The Dark Continent of Literature: Autobiography”, *Comparative Literary Studies* 5 (1968): 421-54.

- Shea, Daniel, 1968, *Spiritual Autobiography in Early America*, Princeton, NJ: Princeton U Press.
- Shepard, Thomas, 1972, *God's Plot: The Paradoxes of Puritan Piety, Being the Autobiography and Journal of Thomas Shepard*, in Michael McGiffert, ed., Amherst, MA: U of Massachusetts Press.
- Sherman, Stuart P., "Franklin and the Age of Enlightenment" in Charles L. Sanford, ed., 1967, *Benjamin Franklin and the American Character*, Boston, MA: D. C. Heath and Comp.
- Shurr, William H., "Now, Gods, Stand Up for Bastards': Reinterpreting Benjamin Franklin's *Autobiography*", *American Literature* 64 (1992): 437-451.
- Sousa, Alice Martins, 2001, "Escritores Puritanos Menores: Reflexos do Modo de Vida Ascético e do Panorama Social na Escrita Colonial", Dissertação de Mestrado, Lisboa: Universidade Aberta.
- Spender, Stephen, 1955, *The Making of A Poem*, London: Hamish Hamilton.
- Spengeman, William C., and Lundquist, L. R., "Autobiography and the American Myth", *American Quarterly* 17:3 (Fall 1965): 501-19.
- Spiller, Robert E., 1948, *Literary History of the United States*, New York, NY: Macmillan Company.
- \_\_\_\_\_, "Franklin on the Art of Being Human", *Proceedings of the American Philosophical Society* C (1956): 304-315.
- \_\_\_\_\_, "Benjamin Franklin: Student of Life" in Roy N. Lokken , ed., 1981, *Meet Dr. Franklin*, Philadelphia, PA: Franklin Institute Press.
- Stone, Albert E., "Autobiography and American Culture", *American Studies: An International Newsletter* 11 (1972): 22-36.
- Trilling, 1974, *Sincerity and Authenticity*, Cambridge, MA: Harvard U Press.
- Turner, Frederick J., 1996, *The Frontier in American History*, New York, NY: Dover Publications, Inc.
- Twain, Mark, "The Late Benjamin Franklin", *The Galaxy* (July 1870): 138-140.
- Varg, Paul A., "The Advent of Nationalism, 1758-1776", *American Quarterly* 16 (Summer 1964): 169-181.
- Ward, John William, "Who Was Benjamin Franklin?", *American Scholar* 32:4 (Autumn 1963) 541-553.

- Webking, Robert H., 1988, *The American Revolution and the Politics of Liberty*, Baton Rouge, LA: Louisiana State U Press.
- Weinberger, Jerry, 2008, *Benjamin Franklin Unmasked: On the Unity of His Moral, Religious and Political Thought*, Lawrence, KS: U Press of Kansas.
- \_\_\_\_\_, “Benjamin Franklin: Philosopher of Progress”, *The Good Society* 17:1 (2008): 20-25.
- Weintraub, Karl J., “Autobiography and Historical Consciousness”, *Critical Inquiry* 1:4 (June 1975): 821-848.
- White, Edward, “Urbane Bifocals: the Federalist Sociology of Franklin’s Autobiography”, *American Literary History* 11:1 (1999): 1-33.
- Willey, Basil, 1953, *The Seventeenth Century Background*, New York, NY: Doubleday & Comp.
- Wills, Garry, 2002, *Inventing America: Jefferson’s Declaration of Independence*, Boston, MA: Houghton Mifflin Comp.
- Wilson, Douglas, “Jefferson and the Republic of Letters” in Peter Onuf, ed., 1993a, *Jeffersonian Legacies*.
- Wish, Harvey, 1962, *Society and Thought in Early America*, New York, NY: David McKay Comp.
- Wood, Gordon, 1972, *The Creation of the American Republic, 1776-1787*, New York, NY: W. W. Norton & Comp.
- \_\_\_\_\_, 1993, *The Radicalism of the American Revolution*, New York, NY: Vintage Books.
- \_\_\_\_\_, 2004, *The Americanization of Benjamin Franklin*, New York, NY: Penguin Books.
- Wright, Esmond, 1986, *Franklin of Philadelphia*, Cambridge, MA: Harvard U Press.
- Wright, Louis B., “Thomas Jefferson and the Classics”, *Proceedings of the American Philosophical Society* 87 (July 1943): 223-233.
- Yarbrough, Jean M., 1998, *American Virtues: Thomas Jefferson on the Character of a Free People*, Lawrence, KS: U Press of Kansas.
- Zall, Paul, 2005, *Benjamin Franklin’s Humour*, Lexington, KY: U Press of Kentucky.
- Ziff, Larzer, 1991, *Writing in the New Nation*, New Haven, CT: Yale U Press.

- Zvesper, John, “Jefferson on Liberal Natural Rights” in Gary McDowell, 1997, *Reason and Republicanism: Thomas Jefferson’s Legacy of Liberty*, Lanham, MD: Rowman and Littlefield.